

REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE
DO NORTE



EDIÇÃO COMEMORATIVA DO
V CENTENÁRIO DO
RIO GRANDE DO NORTE
- 2001 -

INTRODUÇÃO

Em cinco séculos de história, o Rio Grande do Norte assistiu a momentos históricos como a fundação de sua capital, a luta contra os invasores, pela libertação do país e pela democracia. O Instituto Histórico e Geográfico do RN, guardião de toda essa trajetória cultural, brinda-nos com mais uma edição a marcar época no Estado.

Não há como deixar de lembrar instituições, marcas que possuem a aura de tornarem-se símbolo concreto pela força de sua presença como documento histórico como a Fortaleza dos Reis Magos e o Marco de Touros. Tampouco esquecer os Albuquerque, Jerônimo, André e Pedro Velho; e gente que eternizou o nosso povo como Luís da Câmara Cascudo, Manoel Rodrigues de Melo e Américo de Oliveira Costa.

Felicito os participantes da organização desta publicação, tendo a certeza de sua força como instrumento de pesquisa para as atuais e futuras gerações. Cada parágrafo, página e artigo parece-me um pedaço valioso de nosso passado, repleto de instantes que a memória potiguar jamais pode deixar apagar e nos remete ao compromisso de construir horizontes para mais meio milênio de talento, história e dignidade.

Natal, 7 de agosto de 2001.

Garibaldi Alves Filho

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PALAVRAS A MAIS

Esta é a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, repositório de pesquisas e estudos valiosos, sobretudo acerca de fatos e pessoas que engrandecem e projetam a História norte-rio-grandense, com irradiação em todo o país.

Assim, desde logo, faz-se oportuno evidenciar que o presente número abrange e compreende os anos de 1994 - 1995 - 1996 - volume nº LXXXVII.

Evidentemente, vem à publicação com certo atraso. Convenhamos, porém, devido à ausência de recursos financeiros próprios para tal fim.

Todavia, mesmo face às dificuldades dominantes, jamais desanimamos de lutar, insistindo sempre junto a quantos devem e podem contribuir em prol das iniciativas da Cultura.

E esse desiderato já bem caracteriza a nossa conduta à frente do quase secular Instituto Histórico e Geográfico, que obtivemos o apoio do Governo do Estado, justamente neste ano de 2001, comemorativo do **V Centenário do Rio Grande do Norte**, em obediência à Lei nº 7.831, de 30 de maio de 2000, da autoria do Exmo. Sr. Governador Garibaldi Alves Filho, com base na data de 07 de agosto de 1501, quando houve a chantadura do **Marco de Touros** em território potiguar e brasileiro.

Decerto, com a edição de mais este número da Revista, na ânsia de atualizá-lo, estamos festejando o grande evento histórico. E, de propósito, graças a nossa sugestão, no II Encontro em Maceió-Alagoas, (dias 06, 07 e 08 de abril findo), propomos a realização do **III Encontro Regional de Institutos Históricos**, a 10, 11 e 12 deste mês de agosto, nesta cidade do Natal, reunindo os presidentes e representantes de 8 (oito) deles, quais sejam: o do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Que reconheçamos, dessa forma, o esforço desenvolvido, obstinada e modestamente, pela diretoria da vetusta instituição, ao lado dos demais ilustres integrantes.

Nesta Revista, pois, estão registradas ocorrências de sentido histórico e geográfico, cujos relatos de inúmeros escritores e confrades trazem à luz seus pontos de vista e suas considerações.

Coube à Comissão de Estatuto e Redação da Revista (composta dos sócios efetivos Deífilo Gurgel, Tarcísio da Natividade Medeiros e Jeanne Fonseca Leite Nesi, biênio 2001-2003), selecionar e inserir os diversos escritos que, sem dúvida, despertarão o real interesse dos leitores.

Dáí, também, o que nós mesmos abordamos, afora outros enfoques esparsos, sobre os saudosos consócios Manoel Rodrigues de Melo, Américo de Oliveira Costa, Antônio Soares Filho e Veríssimo de Melo.

Queremos, agora, reiterar o agradecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Garibaldi Alves Filho, pela publicação desta Revista.

Ressalte-se, ainda, a valiosa introdução de sua autoria, anteriormente a estas **palavras a mais**, integrando-se às festividades, neste ano de 2001, pelos 500 anos do Rio Grande do Norte.

Por isso - acrescente-se - achamos por bem incluir uma pesquisa nossa acerca do **Marco de Touros**, escrita em data posterior aos anos consignados neste número.

Enfim, mister se faz registrar, com especial e oportuno destaque, que nesta Revista, quando poderiam constar apenas matérias referentes aos anos de 1994, 1995 e 1996 - Volume LXXXVII, foram, todavia, inseridos trabalhos de anos anteriores aos citados e, até, *a posteriori*. Alguns, de autores já falecidos.

É que, caro leitor, o sentido amplo e sobremaneira abrangente dos assuntos enfocados, independentemente de critérios rígidos e cronológicos, estão em plena consonância com as finalidades da Revista.

Além do mais, é de convir-se que, tratando de uma edição comemorativa do **V Centenário do Rio Grande do Norte**, entende-se valer a diversificação dos temas, sem quaisquer restrições e limites, reunidos, assim, os escritos que se achavam aguardando a oportunidade de uma maior divulgação, para conhecimento público.

Esta a nossa justificativa e a dos ilustres confrades da Comissão de Estatuto e Redação da Revista.

Que os leitores possam colher dados e informações, úteis e precisas, lendo o grande manancial contido nas páginas seguintes.

Natal, 07 de agosto de 2001
V Centenário do Rio Grande do Norte

ENÉLIO LIMA PETROVICH
- Presidente do IHG/RN -

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO NORTE
- A MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL
DO ESTADO -**

**Rua da Conceição, 622 - Tele-fax: (0xx-84) 221-1228
CEP.: 59025-270 - NATAL/RN - BRASIL**

**DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES
1993 - 1995**

PRESIDENTE: Enélio Lima Petrovich

1º VICE-PRESIDENTE: Manoel Rodrigues de Melo

2º VICE-PRESIDENTE: Itamar de Souza

1º SECRETÁRIO: Jurandyr Navarro da Costa

2º SECRETÁRIO: Luiz Gonzaga Meira Bezerra

SECRETÁRIO-ADJUNTO: Hélio Dantas

ORADOR: Alvamar Furtado de Mendonça

VICE-ORADOR: Marcos Cavancanti Maranhão

TESOUREIRO: Manoel Medeiros

TESOUREIRO-ADJUNTO: Luis de Carvalho Rabelo

**DIRETOR DA BIBLIOTECA, MUSEU E ARQUIVO: Olavo
de Medeiros Filho**

DIRETOR-ADJUNTO: Severino Bezerra (Mons.)

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Washington Araújo

Cláudio Augusto Pinto Galvão

Aluizio Azevedo

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Fernando Hippólito da Costa

Tarcísio da Natividade Medeiros

Otto de Brito Guerra

Observação: Todos os componentes da diretoria e das comissões acima foram reeleitos para o biênio 1995 - 1997, em assembléia geral realizada a 28 de março de 1995.

DATA DO RIO GRANDE DO NORTE
O MARCO DE TOUROS
- 7 de agosto de 1501 -

Enélio Lima Petrovich
(Sócio efetivo e pres. do IHG/RN)

Diga-se de início: não queremos polemizar acerca do tema em epígrafe. A nossa linha de ação obedece à coerência e ao bom senso.

O certo é que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no decorrer de seus quase 100 anos, jamais, em tempo algum, foi nem será o refúgio ou ancoradouro de frustrações, oriundas de alguns visionários e fantasistas.

Convenhamos, nos interessa mesmo e tão somente evidenciar a autêntica história do marco de Touros, seus segmentos, afugentando as distorções infundadas, pelo conjunto que consolida o evento, na sua trajetória, desde o ano de 1501.

Com efeito, merece louvor a conduta do Deputado Valério Mesquita, amigo, colega, confrade e acadêmico, ao ter apresentado projeto-de-lei à Assembléia Legislativa do Estado, instituindo o **dia 07 de agosto, alusivo à fixação do marco colonial de Touros, em terra potiguar, como data de aniversário do Rio Grande do Norte.**

Então, já aprovado por unanimidade, pelo Poder Legislativo Estadual, mister que se ressaltem os argumentos da justificativa, os quais foram fundamentados, também, com base em pesquisa séria do historiador Marcus César Cavalcanti de Moraes, sócio efetivo e membro da diretoria do IHG/RN.

Em consequência, com os aplausos efusivos, acrescentamos: o atual governante norte-rio-grandense, Garibaldi Alves Filho, sancionou a Lei nº 7.831, de 30 de maio findo (D.O.E. de 31-05-2000), decorrente da iniciativa do ilustrado parlamentar.

Comenta-se e discute-se, pois, aqui, sobre o marco de Touros, e por ele, os que colaboraram, em momentos memoráveis, pela formação nacional, no enaltecimento de um André Gonçalves ou Gaspar de Lemos, integrando a expedição colonizadora Américo Vespúcio, cosmógrafo italiano, escolhido por El Rei de Portugal. Vespúcio escreveu quatro cartas,

contendo relatos valiosos para a ciência ampla de tão importante fato histórico, que se irradia por todos os recantos da terra de Santa Cruz. A ele coube a imprescindível tarefa de aferir as latitudes e longitudes, durante a viagem desbravadora.

E esse marco de Touros, prova maior da presença portuguesa em território brasileiro, em 07 de agosto de 1501, encontra-se resguardado na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, a partir de janeiro de 1976, considerando as ameaças de sua destruição, quando incautos e ignorantes cidadãos usavam o mármore que o compõe, como remédio ou mezinha “capaz” de curar doenças e mazelas psíquicas e corporais.

Por isso, fora trazido para aquele baluarte de lutas seculares.

Registrando, assim, esse episódio, o marco de Touros, realmente, foi posto à beira da praia tourense, no dia 7 de agosto de 1501. Logo no ato de desembarque dos timoneiros da vitoriosa expedição.

A respeito, vejamos, *ad-argumentandum*, o que escreveu Olavo de Medeiros Filho, autor de vários livros, sócio efetivo e diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo do nosso IHG/RN e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o testemunho de Américo Vespúcio:

“Segundo a Carta de Lisboa e a epístola MUNDUS NOVUS, a travessia do Atlântico foi realizada em 64 dias . Finalmente, aos 7 de agosto de 1501, a esquadra atingiu a costa norte-rio-grandense, à altura de 5 graus ao sul da linha equatorial. Na epístola Lettera, consta uma outra data indicativa da chegada dos três navios à costa do nosso Estado: 17 de agosto. Diversos autores têm se dedicado à elucidação da divergência apontada. Tomando-se por base o tempo decorrido (64 dias), de Bezeguiche (5 de junho) ao litoral nordestino, verifica-se ser a data de 7 de agosto a verdadeira, tratando-se de um equívoco aquela outra, apontada na Lettera (17 de agosto)”. (“Aconteceu na Capitania do Rio Grande” - 1997 - Edição do IHG/RN - Coleção CULTURA - 02 - págs. 7/8).

Outrossim, válidas se nos afiguram as considerações da arquiteta e historiadora Jeanne Fonseca Leite Nesi, também sócia efetiva da nossa Casa da Memória, ao referir-se, à pág. 11, de seu “Natal Monumental”- 1ª edição - 1994:

“O percurso percorrido pelas caravelas foi o seguinte: partiram de Lisboa rumo ao sul, atingindo as Ilhas Canárias, em seguida contornando as costas africanas, chegaram à atual cidade de Dakar, no Senegal, em 25 de maio. De lá partiram aos 5 de junho, para a travessia do oceano, em direção a então terra de Vera Cruz. A travessia do Atlântico foi realizada em 64 dias, atingindo a costa norte-rio-grandense aos 7 de agosto de 1501”.

Outro pesquisador de nomeada, presidente perpétuo do IHG/RN (de 1927 a 1959), Nestor Lima, com a sua serenidade e cultura multiforme, em trabalho ainda inédito, em nosso poder, esclarece que “segundo o “Roteiro” daquela expedição, ela “alcançou terra entre 5 e 6 graus, desembarcou gente e tomou posse da terra”. (Rocha Pombo, opus citatus, 24, II). **Isto a 7 de agosto.** No dia seguinte, descobriram índios e houve lutas. Mas, não resta dúvida que a frota prosseguiu para o sul; não recuou para o norte, absolutamente. Nessa rota, a 16 de agosto, isto é, nove dias depois do desembarque e posse da terra, segundo o “Roteiro”, foi descoberto e denominado “Cabo de São Roque”, e, daí por diante, outros pontos, cujos nomes coincidem com as datas da descoberta ou da “posse”. Donde se vê que o primeiro ponto assinalado não ficava ao sul do Cabo, mas, ao norte. Logo, deve ter sido o lugar do **Marco** da Praia, ou suas proximidades”.

E quem não conhece o insigne homem de letras, alagoano, Moacyr Soares Pereira, autoridade máxima sobre o assunto e a quem se deve a melhor obra, sob o título “A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio”?

Dele são estes lúcidos e definitivos conceitos:

*“Não é difícil, entretanto, a escolha entre os dados cronológicos discordantes questionados. A “Carta de Lisboa” e “Mundus Novus” é que devem estar certas. E não apenas pelas proximidades dos acontecimentos. A duração da viagem e a data da ancoragem no Brasil se conformam entre si e com a saída de Bezeguiche no dia 5 de junho. A partir desta data, os 64 dias de navegação terminam a **7 de agosto**, desde que se inclua no cálculo o dia da chegada ao litoral brasileiro.*

Ainda há a se levar em conta que a data de 7 de agosto, consignada em “Mundus Novus”, faculta colocar-se São Roque (16 de agosto)”.

“Somos assim impelidos a considerar os 64 dias de percurso oceânico da expedição manuelina e a sua aterragem no Brasil em 7 de agosto, como os dados mais seguros e a aceitá-los sem hesitação”.

“Cronologicamente, temos de levar em conta na segunda etapa da navegação os 64 dias da viagem transoceânica desde Bezeguiche e a data da chegada ao Brasil, 7 de agosto de 1501”.

“E veremos na análise do curso seguido pelas caravelas de D. Manuel deste ponto inicial, a praia dos “Marcos”, que ele se põe de acordo com o traçado do litoral na direção que tomaram, além da cronologia da viagem, vinculada ao topônimo “São Roque”, 16 de agosto: comprovando-se em definitivo que foi na “Praia dos Marcos”, a 5º 04’40 de Lat. S., que os expedicionários portugueses desembarcaram na costa do Brasil, a 7 de agosto de 1501, após a travessia atlântica”.

“Tendo a frota aterrado no sítio dos “Marcos” a 7 de agosto, e aí permanecido sete dias, a sua partida ter-se-ia dado a 14, dia imediato ao reencontro com os índios locais”.

Essas citações supra foram extraídas do livro do autor, acima referido, às págs. 174,175,177,195 e 205.

De igual modo, obedecendo um raciocínio lógico, convincente, imune a interpretações temerárias e controvertidas, procede ainda o entendimento do escritor, acadêmico e consócio Nilson Patriota, quando, no seu livro, sob o título *“Touros - uma cidade do Brasil”*, à página 161, conclui:

“O Marco de Touros, o mais antigo padrão colonial do Brasil, foi chantado em território potiguar no dia 7 de agosto de 1501, pela expedição portuguesa, cujo comandante tanto pode ter sido André Gonçalves quanto Gaspar de Lemos, ou mesmo outro dentre os vários pilotos portugueses que faziam a linha das Índias. Nessa expedição manuelina, viajava Amerigo Vespucci, navegador Florentino, a serviço do rei de Portugal, ocupando, parece, a função de cartógrafo e astrônomo”.

Não podemos olvidar, também, o raciocínio do historiador Marcus César Cavalcanti de Moraes, sócio efetivo do IHG/RN, que enfatiza:

“O primeiro acontecimento histórico oficialmente ocorrido no território potiguar foi a fincagem do Marco de Touros, em 7 de agosto de 1501, um ano após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, cujo objetivo foi oficializar o domínio sobre as terras recém descobertas.

A expedição portuguesa composta por três embarcações e comandada pelo capitão-mor André Gonçalves, contando também com Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, saiu de Portugal no dia 14 de maio daquele ano, passando pelas Ilhas Canárias e chegando ao Senegal (costa africana), após onze dias de navegação, onde permaneceu mais onze dias, iniciando no dia 5 de junho a travessia do Atlântico. O percurso rumo ao Brasil foi realizado no decorrer dos 64 dias, chegando à orla marítima de Touros no dia 7 de agosto de 1501, desembarcando, precisamente, na área hoje localizada na divisa dos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, denominada Praia dos Marcos”. (“O Jornal de Hoje” - Natal - 25 / 05/2000).

Mais além, repetindo Camões, *“outro valor mais alto se alevanta”*, para consagrar a verdadeira história do marco de Touros. Referimo-nos a Luís da Câmara Cascudo, genial e humilde.

De sua autoria é o grande-pequeno livro *“O mais antigo Marco de Posse”*, editado pela UFRN, em 1965, englobando *“Dois ensaios de História”*.

Nele, ressalta o mestre de todos nós:

“O marco é tipicamente um padrão-de-domínio, atestando posse. Difere imensamente de muitos outros colocados como divisas e que ostentavam datas e letrados elucidativos. O marco afirmava a soberania de Portugal nas regiões onde fossem encontrado. Índice oficial de domínio” (págs. 56/57).

*“A esquadra demorou sete dias nessas paragens; de 17 a 24 de agosto de 1501, segundo a **Lettera**; 7 a 14, conforme o **Mundus Novus**”.*

“Apesar da afirmativa peremptória de haver tomado posse da terra, e tomava-se posse cantando-se o padrão com as Armas Reais, não há e jamais houve um marco fincado pelos portugueses no Cabo de São Roque” (pág. 58).

“José de Vasconcelos e o padre Rafael Galanti aventam uma hipótese plausível:

- Afirmamos que a esquadra fundeou no dia sete; não no dia dezesete de agosto. Vespucci diz o dia sete na carta escrita a Lourenço de Médicis; dia dezesete na que dirigiu a Pedro Soderini. Vê-se, porém, que a data certa é a primeira; porque Vespucci acrescenta que nesse lugar se demoraram sete dias, e que depois de fazer muitas escalas ou entradas pela Costa, chegaram no dia vinte e oito ao Cabo que denominaram Santo Agostinho”.

“Desta forma, o primeiro ponto da terra brasileira onde a esquadra de Gaspar de Lemos aportou, operou desembarque e chantou o padrão de posse inicial em todo território de Vera Cruz, não seria no Cabo de São Roque, a 16, e sim na baía do Marco, a 7 de agosto de 1501”. (págs. 63/64).

Daí, por outro lado, após leitura minuciosa e percuente, quando de nossa participação no I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, realizado no Rio, em outubro de 1998, sob o patrocínio do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresentamos uma comunicação acerca do evento histórico de grande repercussão, a qual fora aprovada por todos os representantes ali presentes.

Ei-la, como, ainda mais, uma justificativa maior:

CONSIDERANDO a grande importância do Marco de Touros para a História do Brasil, conforme trabalhos de autoria de reconhecidos e renomados pesquisadores que se interessaram pelo magno assunto, cuja bibliografia e texto integram-se a esta comunicação, como fontes básicas e fidedignas, imprescindíveis ao conhecimento e projeção do episódio;

CONSIDERANDO que o referido marco foi chantado em território norte-rio-grandense pela Expedição sob o comando do capitão-mor André Gonçalves, constatando-se, assim, como o primeiro padrão de posse implantado em terras do Brasil, a 5 graus de latitude sul, pelos colonizadores lusitanos, cujo ato ocorreu a 7 de agosto de 1501, com a finalidade de registrar o reconhecimento litorâneo da terra de Vera Cruz, descoberta, um ano antes, pelo português Pedro Álvares Cabral;

CONSIDERANDO que se deve ao cosmógrafo Américo Vespúcio o relato minucioso da ocorrência de alta significação histórico-geográfica já registrada pela historiografia potiguar e brasileira, cabendo ressaltar-se que três caravelas fundearam ao largo de uma praia deserta, a qual se tornaria conhecida como Ubranduba e praia dos marcos, atualmente não mais em Touros, e sim nos limites do município de São Miguel do Gostoso, que dista 145 quilômetros da cidade do Natal/RN;

CONSIDERANDO, enfim, que merece expressivo destaque o feito ora narrado, precisamente quando, no ano 2000, comemorar-se-á o V centenário do descobrimento do Brasil, tendo sido, em Porto Seguro-Bahia, o local que ancorou a esquadra de Pedro Álvares Cabral, a 25 de abril de 1500, três dias após o avistamento do Monte Pascoal;

RESOLVE:

*1 - Solicitar que, no I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, os seus eminentes participantes, tomando ciência ampla do histórico acontecimento, há cerca de 500 anos ocorrido, possam melhor sentir e alcançar a sua transcendental validade, ensejando, **pari passu**, uma maior divulgação, à luz da História, que é eterna.*

2 - Consequentemente, à vista e em razão deste comunicado, que seja o mesmo inserido nos anais do Colóquio, proporcionando um vasto e útil conhecimento às entidades culturais do País, centros universitários e órgãos educacionais dos Estados e da Nação. Incluam-se, de igual modo, com essa iniciativa sobremaneira oportuna, também alguns organismos de caráter histórico e geográfico, congêneres, até de outros países, para que, dessa forma, realizem-se com mais intensidade e amplitude, não apenas as comemorações dos 400 anos de fundação da cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, como, sobretudo, o V centenário do descobrimento do Brasil, no ano 2000.

Esta é a comunicação do quase secular Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a mais antiga instituição de cultura do Estado, nascido em 29 de março de 1902, celeiro de

nobres e vivas tradições do povo norte-rio-grandense, em dimensões nacionais.

Evidentemente, pelo exposto, seguindo a sistemática deste enfoque, e à guisa de melhores elucidações e esclarecimentos em torno do ato de posse, em 7 de agosto de 1501, é de revelar que alguns historiadores se dividem quanto ao verdadeiro navegador que, no comando da expedição portuguesa, ancorou na praia do Marco e, ali, chantou o padrão de posse em terras de Vera Cruz.

Sim, Gaspar Correia, em “*Lendas da Índia*”, livro escrito em 1510, reconhece como sendo André Gonçalves o comandante, cujo entendimento é corroborado por diversos outros pesquisadores, entre os quais Moacyr Soares Pereira (reitere-se, a maior autoridade no tema abordado), Thomaz Pompeu Sobrinho, Barão do Rio Branco e Olavo de Medeiros Filho.

João de Barros (1496-1570), em “*Décadas da Ásia*” considera Gaspar de Lemos o capitão-mor da expedição de 1501, e, com base nele, emergem as conclusões dos historiadores eméritos Visconde de Porto Seguro, Pedro Calmon, Luís da Câmara Cascudo e Augusto Tavares de Lyra.

Ora, sejamos sóbrios, coerentes, conscienciosos, acompanhando as pegadas dos eminentes historiadores, cujas lições de sabedoria e humanismo tanto dignificam e promovem a cultura pátria.

Sem dúvida, os depoimentos aqui explicitados, à vista do lógico convencimento, afugentam quaisquer controvérsias e ilações confusas, prevalecendo sempre o bom senso.

E sob esse prisma, igualmente, destacamos ser tão correta a data, que o Governo do Estado quando era governador Tarcísio de Vasconcelos Maia, em janeiro de 1976, trouxe o marco para a Fortaleza dos Reis Magos, onde se lê a data referida, no pedestal que o sustenta.

Vamos, por conseguinte, refletir sobre os feitos de nossa História, que, por ser a mestra da vida, no dizer de Cícero, valoriza o passado numa perspectiva e projeção mais alvissareira para o presente e o porvir.

O Marco de Touros foi mesmo chantado a **7 de agosto de 1501**, em terras potiguares.

E ponto final...

PODER EXECUTIVO

Lei nº 7.831, de 30 de maio de 2000

Fica instituído o dia 07 de agosto, alusivo à fixação do Marco Colonial de Touros.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o dia 07 de agosto, alusivo à fixação do Marco Colonial de Touros, em terra potiguar, como data de aniversário do Rio Grande do Norte.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 30 de maio de 2000, 112º da República.

GARIBALDI ALVES FILHO

Paulo Roberto Chaves Alves

Luís Eduardo Carneiro Costa

(Diário Oficial de 31 de maio de 2000 - nº 9.763)

CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS

TEMPLO HISTÓRICO DO ENGENHO DE CUNHAÚ

Luiz Emygdio de Mello Filho
(Sócio correspondente)

Jerônimo de Albuquerque, Conquistador do Maranhão, logo após a vitória obtida sobre os invasores franceses que ocupavam a Cidade de São Luís, na denominada França Equatorial, acrescentou a seu nome o agnome Maranhão, que transmitiu a sua descendência, dando origem à ilustre Família de Albuquerque Maranhão, tão presente na História Pátria

Quando Capitão-Mor do Rio Grande (do Norte), de 1603 a 1609, concedeu, a 2 de maio de 1604, a seus dois filhos, Antônio e Mathias de Albuquerque Maranhão, 5000 braças quadradas na várzea do Cunhaú e duas léguas em Canguaretama, dando origem ao célebre Engenho de Cunhaú, primeiro engenho de açúcar do Rio Grande do Norte.

Tendo posteriormente Antônio de Albuquerque Maranhão se transferido para Portugal, o Engenho prosperou sob o senhorio de Mathias de Albuquerque Maranhão, a quem se seguiu uma linhagem de Senhores Hereditários. O açúcar do Nordeste Brasileiro despertou a cobiça de países europeus. Em consequência, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais organizou uma expedição para a conquista de várias capitânicas do Nordeste. Nessa ocasião, o Engenho de Cunhaú é confiscado, a família se retira mas continua a lutar contra o invasor.

É do tempo da guerra holandesa o famoso massacre do Engenho de Cunhaú a 16 de julho de 1645. Nesse dia, durante a missa, índios aliados dos holandeses invadem a Capela e massacram dezenas de pessoas, inclusive o Sacerdote celebrante, o septuagenário Padre André de Soveral.

Cunhaú segue sua gloriosa saga. O valioso açúcar mantém seu esplendor, e a riqueza da Casa Grande desperta a admiração de visitantes e estrangeiros como o viajante e escritor inglês Henry Koster.

Cunhaú é sede de fatos históricos importantes. Durante a Revolução de 1817, seu Senhor, André de Albuquerque Maranhão, que assumira a Chefia do governo, vem a ser tragicamente assassinado, com o insucesso do movimento. Sua veneranda mãe, Dona Antonia Josepha do Espírito Santo Ribeiro, que não apoiara a participação do filho no movimento, vem a falecer logo depois, moralmente traumatizada.

Cunhaú é sede de fatos históricos importantes

Mudam os tempos e a aristocracia rural entra em declínio econômico. Entre fins do século XIX e primeiros anos do século XX instala-se uma crise açucareira. Apagam-se os fogos do Engenho. A Capela onde jaziam os restos mortais da disnatia de Albuquerque Maranhão caminha para o abandono e a destruição. Suas ruínas, porém seguem guardando os restos e a tradição da Família.

Em duas de suas “Actas Diurnas”, publicadas na imprensa de Natal (1945 e 1949), Câmara Cascudo ergue sua voz pedindo a restauração da Capela. Seu clamor perde-se no tempo.

Na segunda metade do século XX, integrantes da antiga Família de Cunhaú, residentes no Rio de Janeiro, encaminham (cerca de 1960) memorial ao então Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo de Mello Franco, pedindo medidas de proteção e restauração da Capela. Como resultado, as ruínas da Capela vieram a ser tombadas em junho de 1964.

Na década de 80, novamente, integrantes da Família residentes no Rio de Janeiro pedem, na Fundação José Augusto, e da tribuna do Instituto Histórico e Geográfico, a desejada restauração.

A Fundação José Augusto, então presidida pelo dr. Valério Mesquita, com o apoio do IPHAN e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte sob a direção do dr. Enélio Lima Petrovich, assume a tarefa restauratória levando-a a bom êxito.

Nesse trabalho foi digna de menção a recolocação do frontão há décadas tombado em terra. Reerguido, possibilitou à Capela ser solenemente reinagurada a 15 de fevereiro de 1986. Tornou-se ela local de visitação e de atos religiosos e cívicos.

Como, de momento, surgem indícios de eventual intenção de

desapropriar a Capela no interior da propriedade rural que a alberga, a Família Albuquerque Maranhão, não mais proprietária das terras de Cunhaú, sente-se temerosa de que isso possa resultar em novos danos ao prédio e a seu entorno, rico em valores históricos e arqueológicos.

Dessa forma, e considerando que os atuais proprietários da gleba de Cunhaú sempre colaboraram para o amplo acesso, a vigilância e a conservação do local, protegendo o bem tombado sem qualquer ônus ao Estado, o assunto merece acurada avaliação.

Os atuais proprietários que jamais colocaram qualquer obstáculo à visitação e às solenidades na Capela e em suas cercanias, certamente sentir-se-ão constrangidos por sua exclusão abrupta do manejo da área.

Finalmente, considerando que o Estado tradicionalmente não é ágil nem hábil no trato e conservação de seus próprios bens, é sumamente preocupante que, em caso de desapropriação, não se consiga de modo efetivo assegurar a tranquilidade, a paz, a ordem e a conservação do local.

Persiste o temor de que uma possível desapropriação da Capela e de seu entorno, não obstante a boa intenção dos que, eventualmente, possam vir a postulá-la, seja contraproducente.

DJALMA MARANHÃO, MORTE E PAIXÃO

Celso da Silveira
(*Sócio efetivo*)

Para atender a um convênio com a Prefeitura Municipal de Natal, o Instituto de Pesquisas Sociais Juvenal Lamartine, da Fundação José Augusto, me solicitou um depoimento sobre o homem público Djalma Maranhão, que foi prefeito de Natal de fevereiro de 1956 a dezembro de 1958 (nomeado pelo governador) e de novembro de 1960 a 2 de março de 1964 (prefeito eleito). Deposto pela Revolução de 31/03/64, foi preso e deportado para Fernando de Noronha.

Eis a seguir o que posso afirmar com certeza, por conhecimento próprio, porque fui seu auxiliar na administração, servindo nos cargos de chefe de Gabinete, diretor da Fiscalização, diretor do Ensino (ele instalou o Ginásio Municipal João XXIII e a Escola Municipal de Comércio), diretor da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, oficial de Gabinete, diarista de obras e assessor de divulgação, além de permanente e assíduo companheiro em suas vilegiaturas diárias a todos os pontos da cidade.

Djalma Maranhão foi um apaixonado pela sua Cidade do Natal. Foi esse grande amor maior que lhe deu inspiração para superar a si mesmo como administrador.

Com recursos limitados patenteou o pioneirismo administrativo em vários setores: introduziu o ensino não convencional com programa “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” (cujo nome surgiu por acaso, dentro do seu Gabinete, quando se discutia a estrutura e o *modus faciendi* das escolinhas, por palpite do jornalista Expedito Silva, que trabalhava no jornal de Djalma (Folha da Tarde). Restaurou as manifestações da cultura popular, prestigiando os folguedos tradicionais e foi o doador do terreno da sede da Sociedade Araruna de Danças Antigas nas Rocas, cuja solenidade de lançamento da pedra fundamental eu o representei. Construiu a Concha Acústica, a Galeria de Arte e a Biblioteca Pública, que funcionaram na Praça André de Albuquerque; estimulou o teatro popular fazendo encenar na mesma praça o **Auto da Cidade do Natal**

(cantorias de Frei Marcelino de Santana, do Convento Sto. Antônio). No elenco estavam Edson Lyra, Wilson Maux e eu. Deu ênfase à cultura, realizando feiras de livros, congressos de escritores, instalando a Diretoria de Documentação e Cultura, por onde se aposentou como Diretor.

Quando Natal ia só até a Av. Alexandrino de Alencar, ele já estendia a ação da Prefeitura à periferia, ajudando a instalação da Clínica Pedagógica Heitor Carrilho e, depois instituindo a Semana do Excepcional, através de decreto.

Criou a Sociedade Amigos dos Bairros (seria o precursor dos atuais Conselhos Comunitários). O primeiro asfalto lançado numa rua da cidade foi em sua administração. Restaurou praças, dotando-as de fontes luminosas (muito antes de Jayme Lerner dotar Curitiba deste equipamento). Foram seus os primeiros passos para a construção do Machadão e a ele se deve o primeiro ginásio coberto - o Palácio dos Esportes Djalma Maranhão, e o primeiro Terminal Rodoviário da cidade no bairro da Ribeira.

Fez as galerias pluviais da Av. Afonso Pena, construiu os primeiros metros de muro de arrimo da Av. do Contorno. Começou o revestimento à pedra do Canal do Baldo e deu início à Via Costeira, criando um acesso à Praia de Miami (final de Areia Preta). Deu todo o apoio à formação do Horto Florestal e criou as primeiras hortas municipais. Como “ecologista” (não havia essa nomenclatura) encetou a campanha “Um coqueiro em cada casa”, incentivando o plantio de árvores pela população.

Foi Djalma Maranhão que, com sua criatividade, botou na rua um trator com caçambas atreladas, para coletar o lixo, antes dos carros-kukas e dos basculantes.

Criou o Coral da Cidade do Natal - 1º do gênero aqui surgido (regência do maestro Garibaldi Romano). Criou o serviço de documentação, que foi o embrião de um museu da cidade, onde locou um acervo numeroso de peças de Chico Santeiro (o artesão era visitado freqüentemente por Djalma Maranhão em sua casa de Areia Preta e foi Djalma que construiu e doou uma casa ao saudoso Chico). Prestigiou Zé Menininho (sanfoneiro, autor da música “Caixão de Gás”) e Caldas Moreira, que dominava os arraiás folclóricos da cidade com pastoris, bambelôs (os mais famosos eram o de Guedes e o de Calixto) e cuidou do Ciclo Natalino, instituindo concursos de vitrine, melhor árvore de Natal, além de exibição em palanques de Bumba-Meu-Boi, Congos de saiotos

e de calçolas e a famosa Festa de Iemanjá, com a participação dos terreiros de umbanda. No São João ia a todas as quadrilhas.

Comparecia à da Vila Teixeira (a mais famosa da época) e as das ruas Antônio China, Aristides Lobo e Clóvis Beviláqua, em Lagoa Seca, onde ia dançar no meio do povo. Prestigiava o Carnaval, realizando bailes populares (no Teatro Carlos Gomes, depois no Palácio dos Esportes), acompanhando o Rei Momo (Paulo Maux, Severino Galvão, Luizinho e Zé Areia), organizando comissões julgadoras e a Federação Carnavalesca (Joaquim Victor de Holanda foi um dos mais atuantes presidentes com a sua experiência de ex-presidente do Brasil Clube) e comparecendo ao Baile dos Cronistas Carnavalescos (ex-presidente: eu, Berilo Wanderley, Benivaldo Azevedo, indo ao palanque para ver o desfile de índios, escolas de samba, sociedades Jardim de Infância, Os Cafajestes, Sputnik).

Todos os anos ia à Taba dos Guaranis beber “cauim” com o Cacique Bum-Bum. No seu Gabinete da Prefeitura se fundou a Associação dos Cronistas Carnavalescos, comigo, Berilo, Woden, Adalberto, Chagas, Paulinho Oliveira, Serquiz Farkatt, Benivaldo Azevedo, Expedito Silva, a quem cabia escolher a Rainha do Carnaval (Socorro Gurgel, ex-miss RN foi uma delas) e realizar o Baile dos Cronistas, no Aero Clube, todos os anos, sendo esta festa a abertura oficial da temporada carnavalesca da cidade.

Sua presença se fazia sempre ativa nas Cheganças, Fandangos (apresentados nas Festas dos Santos Reis, na Limpa), Bamelôs, Pastoris, Danças Antigas (Araruna, Jararaca, Caranguejo). Resgatou o Forte dos Reis Magos, relegado ao abandono, realizando um festival com a presença do beneditino D. Nigris, especialista de histórias das fortificações portuguesas no Brasil, e Câmara Cascudo.

Nesses eventos havia sempre a presença de alguém com renome nacional, como Jorge Amado, Eneida Moraes, José Condé, Ênio Silveira, Dinah Silveira de Queiroz, Waldemar Cavalcanti, Milton Pedroza, Ascenço Ferreira, Mauro Motta, Marli Motta, Waldemar de Oliveira, teatrólogo Isaac Gondim Filho e vários outros.

Seu pioneirismo se manifestou em todas as frentes: realizou o Festival da Lagoa Manoel Felipe, iniciou o teatrinho do Alecrim, instalou o primeiro telefone público, no bairro das Rocas, largo da feira; abriu uma Feira de Livros na Praça Kennedy, então Praça da Imprensa, e

reuniu cantores de viola num Festival de Violeiros, no Teatro Alberto Maranhão, no qual o violeiro José de Souza, adolescente, estreou com 17 anos de idade. Em sua administração surgiram os bairros Alto da Aparecida, atual Mãe Luíza, e Brasília Teimosa, que tomou o lugar de um loteamento que o prefeito tinha marcado e foi proibido pela Lei de Servidão do Forte. Também é do seu tempo, as demarches para construção do Cemitério Bom Pastor, do Canal e Centro Comercial das Rocas, acesso à igreja do bairro.

Foi ele quem restaurou o policiamento ostensivo denominado **Guarda Montada Joca do Pará**, cujas armas - espadas e lanças - acham-se no almoxarifado da PMN, algumas ornamentando o Gabinete do prefeito. Prestigiou pintores, poetas, seresteiros, folcloristas, cantores da velha guarda e associações de estudantes - Centro Estudantil (presidido pelo jornalista Serquiz Farkatt) e a Associação Norte-rio-grandense de Estudantes (presidida por Érico de Souza Hackradtt).

Djalma Maranhão foi um homem múltiplo e sempre presente.

Como político foi deputado estadual e como tal, autor do projeto de autonomia política da capital (no seu Gabinete havia uma placa com os dizeres: *"Aqui vencemos a batalha da autonomia"*). Depois de deputado e prefeito eleito, foi deputado federal, com reconhecida atuação nacionalista, tendo abordado, em seus discursos parlamentares, questões do algodão, pesca, sal, minérios e da invasão das multinacionais na economia brasileira.

Fez campanha, ao lado de Edna Lott, pela eleição do general Henrique Dufles Teixeira Lott, ex-ministro da Guerra do conterrâneo e correligionário Café Filho, que sucedeu Getúlio Vargas na presidência da República.

Teve posições patrióticas na votação do caso do Vidro Plano, que foi um dos grandes escândalos deste país na época. Ele votou contra o monopólio do Vidro Plano que se queria entregar ao então deputado-empresário e multimilionário Sebastião Paes de Almeida, representante de Minas Gerais (o projeto visava colocar nas mãos do deputado mineiro o monopólio do fornecimento de vidros para construção de Brasília, o que levantou suspeitas de uma negociata memorável). Neste caso, Djalma rejeitou uma proposta de suborno por alta quantia que lhe foi oferecida por intermédio de um parlamentar potiguar, no apartamento do Rex Hotel, onde se hospedava no Rio de Janeiro, episódio que testemunhei e sei a

quantia oferecida, o mandante e o ofertante (que por sinal ainda é vivo e atuante na política do Estado).

Como jornalista, DM era virulento, corajoso. Foi diretor do Jornal de Natal, fundado por João Café Filho, e da Folha da Tarde e um dos fundadores do Diário de Natal. No jornalismo e no corpo-a-corpo era combativo e forte, pois fora lutador de boxe e professor de educação física do velho Atheneu Norte-rio-grandense. Como boxeur foi o segundo no ranking estadual, só perdendo para Manu Celestino, do Açu, que lhe quebrou o pau da venta numa luta no Cine Teatro Pedro Amorim, naquela cidade. Ficaram célebres suas brigas corporais com Romildo Gurgel e Erivan França e sua rusga com D. Eugênio Sales, arcebispo metropolitano.

Não posso deixar de registrar que foi no Rex Hotel que DM me apresentou ao seu amigo Aparício Torelli - o Barão de Itararé - antigo diretor do jornal humorístico A MANHÃ, que já não existia ao tempo do meu conhecimento com ele.

Djalma Maranhão sempre fez as coisas com paixão pelas coisas. Foi sempre mais um amador, do que um profissional. Fazia, pelo gosto de fazer. Não pensava em glória, nem em ficar na história, para a qual entraria no futuro, sem favor nenhum. Era um voluntarioso, quando se convencia da sua verdade. Nunca se submeteu ao poder autoritário de ninguém.

Sem canivete no bolso, sem sequer uma espátula dessas de abrir folhas de livros, teve coragem de desafiar o comando geral da Revolução de 64, instalando o seu QG da Resistência na Prefeitura, e disso deu ciência ao coronel Mendonça Lima, que substituíra o general Omar Emir, comandante da ID7 e Guarnição de Natal, no momento gozando férias.

Pode ter sido um CLOW chapliniano, mas nunca um funâmbulo.

Resistir, resistiu. Resistiu como pôde: não se acovardando, não aderindo, não abrindo as pernas.

Morreu no exílio, sustentando o estandarte de suas bandeiras. Morreu de muito sofrer, de saudades, não de outros padecimentos.

Nisso ele converteu a sua cidade - em sua paixão e morte.

1919 a 1930: DELEND A OPOSIÇÃO

Gil Soares
(*Sócio correspondente*)

O presidente Campos Sales (1898-1902), ao implantar sua “política dos governadores”, vedou praticamente à Oposição, em cada Estado, a possibilidade de alcançar o poder pelo voto.

Daí em diante, chefe político ou eleitor que não acompanhasse o Governo seria visto como “oposicionista crônico” e seu voto significaria simples protesto.

Em consequência, Campos Sales passou à História como “o pai das Oligarquias Estaduais”. Ao deixar o Governo foi vaiado pelo povo carioca, do Palácio do Catete à estação da Central do Brasil, onde embarcou para São Paulo. E o antigo Distrito Federal veio a tornar-se oposição permanente ao Governo Central.

No tempo do Parlamentarismo¹, com partidos políticos realmente fortes e definidos, até o homem simples do interior se identificava como “conservador” ou “liberal”. Mas, com o Presidencialismo², passou ele, apenas, a obedecer ao “chefe local”, fossem quais fossem, na República, os interesses “pessoais” deste.

Ainda me lembro, menino, da presença de oficial da Polícia à entrada de seção eleitoral entregando a cada eleitor a “chapa do Governo” e anotando os nomes dos que a recusavam, para conhecimento do Governador. Escutava também que, na grande maioria dos municípios, abertos os trabalhos compareciam, para votar, apenas alguns eleitores das proximidades da seção. Em seguida, as folhas de votação eram levadas à escola pública, onde os alunos “assinavam” os nomes dos eleitores faltosos... Houve casos, até, em que atas e papéis chegaram à Capital, pelo correio, “antes” do dia marcado para a eleição...³. Fatos pitorescos⁴ também ocorriam.

Com o rompimento de 1918 na política estadual, passou a objetivo fundamental do situacionismo impedir, por bem ou por mal, que a Oposição se organizasse.

Diz bem Itamar de Souza: *“O opositor não era considerado como adversário político, mas, ao contrário, como terrível inimigo a quem o Governo devia combater por todos os meios lícitos ou ilícitos”*⁵.

Ia começar em nossa terra o eclipse da Democracia que só acabaria em outubro de 1930.

NOVO PARTIDO

Como Tavares de Lyra resolveu deixar a política estadual, reuniram-se os opositores em torno de Alberto Maranhão. Principalmente a quase totalidade dos funcionários federais, já que o Governador não conseguiria persegui-los.

Foi então fundado, em 1919, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, já para disputar, naquele ano, a eleição de Governador.

O jornal *“A Opinião”*, que tinha como redatores Antônio Alves e Sandoval Wanderley, tornou-se o órgão da nova agremiação presidida pelo desembargador João Dionísio Filgueira, magistrado muito digno, genro do já falecido jornalista Elias Souto. Quando juiz de direito de Mossoró, participara com o maior destaque da política local.

O dr. João Gurgel de Oliveira saiu organizando Diretórios, constituídos por Triunvirato. O de Martins, por exemplo, coube a Joaquim Gomes de Amorim (Joaquim Clemente), Agostinho Cândido da Cunha e Zenon de Souza Martins. Meu pai foi escolhido seu representante junto ao órgão estadual.

Ferreira Chaves estava no último ano de governo. Conseguiu derrotar a Oligarquia Maranhão. Mas, não tinha base familiar suficiente para montar a sua, segundo o modelo já tradicional no Nordeste. Conseguiu, porém, arregimentar em torno de si mais de dois terços do eleitorado.

Escutei muitos lristas chamá-lo de *“forasteiro ingrato”* porque começara na política estadual pela mão de Pedro Velho.

Não penso assim. Primeiro, porque ninguém pode se considerar *“dono”* de Estado ou de partido. Depois, quem entra na política nunca poderá prever as situações com que irá se defrontar. E terá sempre de proceder conforme as circunstâncias. Talvez por isso Montherlant advertia: *“A política é a arte de nos servirmos das pessoas”*.

Chaves foi homem público de probidade inatacável. Um nobre exemplo para a posteridade. Entretanto, no governo e na política era vaidoso e autoritário⁶. Talvez se explique, por isso, sua profunda e sempre manifestada admiração por Guilherme II, Imperador da Alemanha.

Quando, em 1920, transmitiu o governo ao senador Antônio de Souza já se dizia, abertamente, que pretendia retornar ao cargo em 1924. Chegou até, mais adiante, a ser escolhido, para isso, em Convenção dos chefes situacionistas.

Entretanto - como “política não tem entranhas” - viu-se logo mais inteiramente desprestigiado no plano federal. Não teve outro caminho senão o de renunciar a essa candidatura. E entrou em ostracismo, que se tornou definitivo.

A verdade é que o novo partido visava, essencialmente, a assegurar a Alberto Maranhão cadeira na Câmara dos Deputados. A prova é que se extinguiu quando o próprio Governo, com o correr do tempo, passou a incluí-lo na chapa oficial. Queria “chapa única” nos pleitos, conforme a chamada “política perrepista”...

Assim, antecipando-se bastante à proibição trazida, para Magistrado, pela Constituição Federal de 1934, meu pai deixou definitivamente a política.

Sempre fora amigo fraternal de Alberto Maranhão, que o encontrara, em 1908, juiz de direito de Martins. Trouxera-o, no ano seguinte, para Chefe de Polícia. E, logo mais, o removera para a Segunda Vara da Capital.

Errara aquele Governador ao investi-lo na chefia da política martinense. Visara a evitar dissidência entre os governistas locais. Mas falhara o objetivo. Principalmente porque Ferreira Chaves, ainda senador, passara a prestigiar, abertamente, uma das correntes municipais. Acabou meu pai precisando se colocar ao lado da outra.

Chaves não tolerava a Oposição. Esta se viu forçada a entrar em recesso, pois, daí em diante, se ganhasse algum pleito municipal, o Governo sempre encontraria meio de lhe arrancar a vitória.

O tempo se encarregou de provar isso.

A HECATOMBE DE PAU DOS FERROS

Para Luís da Câmara Cascudo, afilhado de batismo de Ferreira Chaves, o velho Joaquim Correia, martinense, que se radicou em Pau

dos Ferros, era homem de “honestidade integral, de inteligência aguda e clara” e que, como provisionado pelo Tribunal de Justiça, se tornara “um dos primeiros e mais procurados advogados do Oeste norte-riograndense”. Político conhecido pela “inarredável fidelidade afetuosa” à família Maranhão⁷.

Possuía no município centenas de afilhados. Muito prestativo. Verdadeiro oráculo. Prestígio político antigo e invencível.

Durante vários anos, tivemos apenas trinta e sete municípios e vinte e cinco deputados estaduais. Como o Governo sempre **elegia** chapa “completa”, destinava em cada triênio dezoito vagas ao interior e sete à Capital. E, às vezes, numa destas, reelegia parlamentar do interior.

É o caso de Joaquim Correia. Permaneceu deputado estadual de 1898 a 1920. Chegou a vice-presidente do Legislativo. Notável assim, no Estado, a projeção do eficiente político pauperrense.

Rompeu em 1918 com o governo de Chaves para acompanhar Tavares de Lyra. Teria, portanto, de ser esmagado.

A autoridade policial sempre foi “a menina dos olhos” de prefeitos e chefes políticos de segunda e terceira classe⁸. Logo, o destacamento de Pau dos Ferros teve seu efetivo muito aumentado. E, excepcionalmente, foi comandá-lo um primeiro tenente (João Pedro de Albuquerque). No Batalhão, o tenente Glicério Cícero de Oliveira⁹, genro de Joaquim Correia, ficou em situação de permanente constrangimento.

O ambiente local tornava-se cada vez mais tenso quando alguém teve a diabólica idéia de promover a divisão - entre chavistas e lristas - do instrumental da banda de música. Claro que aquilo não poderia acabar bem.

Correia resolveu comparecer à reunião mesmo sem a certeza de que sairia vivo. E o destacamento policial, embalado, postou-se diante do prédio para apoiar os governistas.

Houve explosão de ânimos, seguida de luta, com mortos e feridos.

Ouvindo tiros, o dr. Régulo Tinôco correu até lá. E, com o maior risco, invadiu a casa. Deu o braço a Joaquim Correia e gritou: “*A vida deste homem está garantida pelo juiz de direito*”.

Cessaram as hostilidades. E o retirou do local.

A consternação causada pela hecatombe fez com que o eleitorado oposicionista se abstinhasse das urnas. E o “comparecimento” de eleitores do Governo foi tanto que o município alcançou o quarto lugar na votação do Estado... Em mais doze municípios os governistas “ganham” a zero...

Eis o resultado final do pleito de 1919:

Para governador, Antônio de Souza 8.088 votos e Dionísio Filgueira 1.752. Para vice, Henrique Castriciano 8.115 votos e João Gurgel 1.792.

E foi a última eleição para Governador disputada na Primeira República.

Ainda conheci o velho Correia morando em Natal, na avenida Deodoro. Com problemas circulatórios. E no maior ostracismo. Como veio a acontecer, também, anos depois, com Ferreira Chaves, no Rio de Janeiro. Coisas da política.

ELEIÇÃO MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

Fabício Maranhão (1852-1924), macaibense, era o irmão mais idoso de Pedro Velho¹⁰.

No fim da Monarquia, elegera-se deputado provincial pelo Partido Liberal. Aderiu à República meses antes de sua proclamação.

Fixou-se em Canguaretama. Dono de engenho de açúcar.

Dirigiu os destinos do Município de 1893 a 1913. Como deputado, também, de 1897 a 1913, vinha a Natal presidir o Legislativo, que funcionava durante o mês de novembro.

Destacava-se pela “inteligência cativante, as maneiras gentis e o acolhimento senhorial e afetuoso que a todos dispensava”.

Em 1918, com o rompimento entre Lyra e Chaves, ficou na Oposição.

Seus correligionários não quiseram que o Município caísse em mãos da política chavista. Decidiram disputar o pleito municipal, pois contavam com a grande maioria do eleitorado.

A experiência foi amarga.

O rolo compressor do Governo se estendia por todo o Estado, na decadente República de 89.

A chapa dos correligionários de Fabício estava encabeçada por Joaquim Homem de Siqueira Filho¹¹. A dos governistas por Lindolfo Galvão.

Como seria de esperar, Fabrício foi o grande vitorioso. Mas os vencidos, inconformados, trataram de instalar, com as simpatias do Governo, outra Intendência.

Os gastos das duas correntes, com a campanha e a eleição, deixaram alguns políticos financeiramente arruinados. Joaquim Siqueira perdeu o engenho. Foi morar, com a família, na Capital, onde obteve nomeação de escriturário da Fiscalização do Porto. O próprio chefe chavista, João Gomes Teixeira, acabou se mudando para o Rio de Janeiro.

A pacificação do município só veio a ser alcançada com a entrega da Prefeitura ao comerciante Manoel Luís Gomes (Lula Gomes), geralmente estimado.

Outro fato deplorável. Elementos chavistas denunciaram à Justiça Federal o dr. Mathias Maciel¹², juiz de direito da comarca. Acusaram-no de, vez por outra, levar às chamas, no fogão da cozinha, requerimentos de inscrição de eleitores notoriamente governistas. O magistrado foi absolvido. Mas o Governo cortou-lhe a carreira, pondo-o em disponibilidade - situação em que permaneceu até setenta anos, aposentado pela compulsória.

O governador José Augusto restaurou a comarca, mas, em vez de convocar o dr. Mathias Maciel, preferiu remover para ela o juiz de direito de Caicó, dr. Joaquim Inácio de Carvalho Filho.

Em 1932, para a instalação de nosso primeiro Tribunal Regional Eleitoral, numa lista de dez nomes, Mathias Maciel e Seabra Fagundes foram nomeados para compô-lo, pela classe dos juristas.

Assim, sem o saber, o presidente Getúlio Vargas desagravava aquele digno juiz - vítima da política da República Velha - ao convocá-lo, exatamente, para a Justiça Eleitoral.

DISCRIMINAÇÕES E INJUSTIÇAS

Uma pausa aqui, na política, para assunto também relevante.

Entreí na adolescência muito impressionado com o que ouvira sobre regime desumano de trabalho, no século passado, em certos engenhos e fazendas. Havia no Nordeste senhores de engenho e fazendeiros que até ferravam os infelizes escravos. Alguns desses malvados receberam, certamente, título de Barão. E não continham desatinos de seus filhos contra empregados e escravos, pois a lei era esta: “Senhorzinho tem sempre razão”.

Dizia Roquette Pinto que a constituição antropológica dos brasileiros, em 1922, era a seguinte: brancos, 51%; mulatos, 22%; caboclos, 11%; negros, 14% e índios, 2%. Sobre essa discriminação eu escutava, no curso primário, uma quadrinha chula, mas expressiva¹³.

A admissão, em baile de alta roda, de um mulato poderia causar, no dia seguinte, este comentário: “Não foi baile, foi sovacada”. Enquanto isso, ouvia contar que o Imperador Pedro II convidara para festa na Corte o negro André Rebouças, engenheiro de muito valor e lhe entregara, para a primeira valsa, a Princesa Isabel.

Via trabalhadores de enxada comprando, em bodega próxima, uma quarta de bacalhau da Noruega e, com farinha, prepararem o almoço. Dizia-se então, em rodas da alta sociedade, que bacalhau se tornara alimento da ralé... E, logo que este se tornou inacessível à bolsa do pobre retornou, fartamente, à mesa do rico.

O outrora, o jovem comerciante João Lyra - futuro senador e patrono dos Contabilistas Brasileiros - procurara organizar, em Natal, uma associação de classe. Foi o bastante para que o jornal “O Rio Grande do Norte”, que se julgava o da elite social, procurasse deprimi-lo. Contou o professor Roberto Lyra que a resposta de seu pai foi esta: “*Sou caixeiro e da honesta profissão não me envergonho*”.

Protestante era chamado “capa-verde” e, às vezes, olhado até como inimigo. Católico até hoje, eu ia ouvir, como observador, desde a juventude, um ou outro pregador afamado e também conferencistas espíritas. Recordando aqueles tempos, assisto atualmente, com certa emoção, a cerimônias ecumênicas, a reformas e inovações trazidas pelo Pontificado de João XXIII, o maior dos Papas.

No futebol, por exemplo, passaram a exigir a assinatura de súmula antes do prélio, com o objetivo de impedir jogadores de bairros pobres, que supunham analfabetos. Em 24 ou 25, quem assistia aos jogos, no campo do Tirol, o fazia sabendo que se disputava campeonato. E, como o “Alecrim” era sempre vitorioso, dizia-se depois, abertamente, que a Liga encerrara as atividades para não dar o título a clube de subúrbio... No ano seguinte, como delegado do “América”, participei da reorganização daquela entidade.

Este tem sido o século da emancipação da Mulher.

Nos primeiros anos, quando o presidente Afonso Pena visitou o Nordeste, indagou de importante fazendeiro porque mandara o filho

estudar na Capital e deixara a filha, já mocinha, entregue a trabalhos domésticos. Escandalizou-se com a resposta: *“Aqui, cavalo é para sela e besta para carga”*.

Recordo-me, em 24, do espanto geral na nomeação de minha prima Maria Edith de Medeiros¹⁴, datilógrafa, primeira funcionária estadual.

Muito admirável a iniciativa de Juvenal Lamartine pela instituição, em nossa terra, do voto feminino. A professora Celina Guimarães Viana tornou-se, em Mossoró, a primeira eleitora brasileira. Placa comemorativa no Cartório e no prédio de sua residência¹⁵. Logo mais, Dona Alzira Soriano ¹⁶ era eleita, bem merecidamente, em Lajes, a primeira prefeita do Brasil. Chegava em 1935 à Constituinte Estadual a deputada Maria do Céu Pereira Fernandes, que muito se destacava no Seridó pela inteligência e pela bondade.

Certa vez, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, insurgi-me contra dispositivo do antigo Estatuto¹⁷, estabelecendo que provisionado só poderia requerer de pé. Rebateu-me logo destacado professor de Direito, para ressaltar que se tratava de obra de um dos mais conspícuos elementos de nossa classe. Como não trouxe argumento, compreendi que ele padecia do “fetichismo pelos figurões”, muito encontrado em políticos e eleitores conservadores. Perto de mim, um conselheiro observou: *“Veja-se logo quem ele invocou como democrata. Um que não atende telefone e não abre a porta a ninguém”*.

Também faço “discriminação”. Mas de outra natureza.

Sempre detestei, em qualquer classe ou lugar, o elemento geralmente tido como “posudo”. Numa das Faculdades de Direito, que cursei, havia um estudante altamente compenetrado do academismo. Trajava no rigor da moda, usava pince-nez e bengala e caminhava com a maior elegância. Não dirigia palavra a colegas mais modestos. Ganhou o apelido de “Conde della Buosta” - figura que fui encontrar, também, em várias ocasiões, inclusive no Parlamento e em congressos jurídicos. Assoma a tribuna procurando, logo, demonstrar erudição, que nem sempre possui. Nunca percebe que, devido à empáfia, está sendo desfrutado, à puridade, no auditório. Se apartado, assume por vezes postura de peru quando escuta assobio... Uma tarde, no plenário da Câmara, vi Lima Cavalcanti (UDN-PE) escutando atentamente, de pé, um desses oradores. Indaguei-lhe se o estava apreciando bem. Respondeu-me simplesmente: *“Nunca vi tanta ênfase para dizer tanta bobagem”*.

Não quero encerrar este tópico sem me referir ao ano de 1933, quando ajudei, com outros companheiros, Café Filho a fundar o Partido Social Nacionalista (PSN), com base no operariado natalense. Passamos, então, a ser chamados o partido da “gentinha” ou da “gentalha”, por certos elementos de uma elite social e de uma aristocracia rural cuja influência política entrara em decadência com a própria marcha do século - “o século do homem do povo” - como já advertia Francesco Nitti, um dos grandes paladinos da Democracia.

Sou o único sobrevivente dos quatorze deputados que assinaram o projeto, transformado na Lei Afonso Arinos¹⁸, que pune a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

HENRIQUE CASTRICIANO

Conheci-o em 1917, quando, a pedido de Olavo Bilac, fundou na Cidade Alta a Associação de Escoteiros¹⁹.

Toda quinta-feira fazia preleção sobre capítulos de “Leituras Militares”, de Osório Duque Estrada.

Luís da Câmara Cascudo não deixou trabalho sobre mais de meio século de atividade política e administrativa de seu padrinho Ferreira Chaves. Mas, publicou livro, de quase trezentas páginas, sobre a vida e a obra de Henrique Castriciano. Completo. Magistral.

Creio que Henrique, intelectual brilhante, foi a maior vítima da política estadual na Primeira República.

Em 1923, contava mais de vinte anos de serviços a seu Estado quando se viu atirado ao olho da rua...

Iria ser, pela terceira vez, nosso vice-governador. Estava escolhido, em Convenção, na chapa com Chaves para governador. Logo mais este teve de renunciar à candidatura. Claro que à nova Convenção caberia “apenas” escolher seu substituto. No caso, José Augusto, lembrado pelo próprio renunciante, o qual recomendara a Castriciano que se mantivesse como vice. Tudo natural.

À última hora, porém, Chaves deu marcha à ré e abandonou seu velho e dedicado companheiro. Passou a apoiar o nome de Augusto Leopoldo. E era isso o que queriam José Augusto e Juvenal Lamartine.

Para amparar o ex-governador Antônio de Souza, havia sido criado o cargo de Consultor Geral do Estado. Quanto a Henrique Castriciano,

conta Cascudo: *“Até morrer, vinte e três anos depois, nada receberia da administração local. José Augusto e seu sucessor Juvenal Lamartine afastaram-no de qualquer pretensão. Os delegados da Revolução de 1930 ignoraram-no”*²⁰.

O desembargador Luís Lyra o aproveitou, em 1932, como secretário do Tribunal Regional Eleitoral. E o ministro Tavares de Lyra o nomeou, mais adiante, para modesto cargo isolado no Tribunal de Contas da União. No qual veio a ser atingido pela compulsória e com os ínfimos proventos de seiscentos mil réis mensais.

Vale recordar que Ferreira Chaves, quando ministro da Justiça, teve oportunidade excepcional de solucionar, de maneira definitiva e adequada, a situação de Henrique Castriçiano. Apesar de sugestões de conterrâneos e amigos, não quis patrocinar sua nomeação para diretor da Biblioteca Nacional.

Castriçiano dedicou-se muito, inclusive no estrangeiro, à educação da Mulher. Trouxe da Suíça duas professoras para a instalação, em Natal, do primeiro curso de ensino doméstico na América Latina. É a nossa magnífica Escola Doméstica, de tão relevantes serviços nestes quase oitenta anos.

Solteirão, veio ele a falecer, após longa enfermidade, num quarto da Policlínica do Alecrim. Visitavam-no escoteiros e alunas daquela Escola. Certíssimo Edgar Barbosa ao dizer: *“foi um justo que morreu em paz com os homens”*.

Que sina maldita a da República Velha em nossa terra! Seus governadores chegaram ao fim da existência em completo ostracismo político! Que falta Pedro Velho fez a seu Estado morrendo, em 1907, aos cinquenta e um anos!

ROTEIRO DE UM ANGICANO

José Georgino Alves Avelino nasceu em Angicos ainda na Monarquia. Filho do jornalista Pedro Avelino e sobrinho do capitão José da Penha.

Vio estudar em Natal no começo do século, quando o pai fundou a “Gazeta do Comércio”, que passou a combater a Oligarquia Maranhão.

O jornal acabou empastelado e Georgino esbordado por policiais à saída de um circo.

Pai e filho se transferiram para o Rio de Janeiro, onde atuaram na política e na imprensa. Pedro Avelino foi escolhido Governador do Acre.

Depois da Primeira Grande Guerra (1914-1918), resolveu o Governo nomear alguns cônsules fora da carreira diplomática. Georgino Avelino foi para Genova (Itália), onde casou. Seu irmão Vicente para Calcutá (Índia), onde faleceu de febre perniciososa. Coube a Dioclésio Duarte o cargo de adido comercial ao Consulado de Bremen (Alemanha).

Na sucessão do presidente Epitácio Pessoa veio Georgino dirigir o “Rio-Jornal”, na campanha pela candidatura de Artur Bernardes contra a de Nilo Peçanha.

Os líderes bernardistas, vitoriosos, o mandaram buscar no Rio Grande do Norte uma cadeira de deputado federal.

Ao desembarcar em Natal, em 1924, em companhia do notável escritor contrerrâneo Peregrino Júnior, logo constatou que o governador José Augusto havia se apressado em divulgar, completa, a chapa federal.

Interveio o ministro João Luís Alves, da Justiça e o governador substituiu na chapa o nome de Dioclécio Duarte pelo de Georgino Avelino.

Em 27, este não dispôs mais de prestígio para se reeleger. Ainda tentou ficar com a cadeira de Rafael Fernandes, para vê-lo governar nosso Estado em lugar de Juvenal Lamartine. Para isso, trabalhou, juntamente com Eloy de Souza, perante o presidente Júlio Prestes, de São Paulo²¹. E Dioclésio, afinal, veio para a Câmara dos Deputados.

Foi então Georgino morar na capital paulista, como diretor da sucursal do jornal “A Noite”, do Rio. Dirigiu mais adiante o Comitê de Imprensa de Júlio Prestes, já candidato à sucessão de Washington Luís. Esperava, assim, ganhar no plano federal excelente situação. Mas veio a Revolução de 30 e acabou com tudo.

O ostracismo político o fez retornar ao Rio de Janeiro.

Nomearam-no secretário da Reitoria da Universidade. E passou a trabalhar, intensamente, em jornais matutinos. Por isso, durante muito tempo teve de atravessar, alta noite, a Baía de Guanabara, pois fora residir, com a família, num subúrbio de Niterói.

Como político sempre conservador, prestou serviços à Revolução Paulista de 1932.

Agora, algumas curiosidades da política.

O golpe de 10 de novembro de 1937 interrompeu a popularidade, já nacional, de Café Filho como deputado livre atirador e o obrigou a

asilar-se na Argentina. José Augusto, como em 1930, afastou-se da vida pública, por não querer colaborar com regime que considerava anti-democrático. Muito respeitado e louvado por isso. Entretanto, para Georgino Avelino o acontecimento se apresentou tão favorável que alcançou cargos e posições que iriam beneficiá-lo, seguidamente, pelo resto da vida.

Com a posse de seu velho e fraternal amigo Henrique Dodsworth como prefeito do Distrito Federal, foi logo convidado para diretor do Turismo. Em seguida, nomeado também escrivão de uma das Varas da Fazenda Pública.

Fez excelentes amizades no novo regime, notadamente com os generais Góes Monteiro e Eurico Dutra.

Ei-lo incumbido, em 1945, de fundar em seu Estado o Partido Social Democrático (PSD) e de assumir a Interventoria Federal quando da renúncia do general Fernandes Dantas.

Voltou ao Rio de Janeiro como senador e seus pares o elegeram primeiro secretário da Mesa. Escolhido, também, presidente do Banco Industrial Brasileiro.

Matou-o, ainda septuagenário e durante o segundo mandato, a terrível moléstia que há muito o consumia - o mal de Hodgkin.

SOUZA, GOVERNO DE PAZ

Antônio José de Melo e Souza completou o quadriênio de Tavares de Lyra (1907-1908), então nomeado ministro da Justiça. Em seguida, foi ocupar no Senado a vaga ocorrida com a morte de Pedro Velho.

Ele e Eloy de Souza nunca dispuseram de colégio eleitoral. Eram escolhidos para o Governo e o Parlamento pelo grande valor pessoal.

Souza procurava, de preferência, manter em dia os compromissos do Estado e, especialmente, o pagamento do funcionalismo. Não admitia que serviço de arrecadação de rendas ficasse sujeito a conveniências ou influências de políticos.

Em seu primeiro ano de governo, no segundo período, devido à falência da empresa dirigida por Alberto de San Juan os bondes desapareceram das ruas de Natal. Mas, no fim, o tráfego foi restabelecido pelo técnico pernambucano Ulisses Carneiro Leão, a serviço do Governo.

Criou a Escola Normal de Mossoró e a Escola de Farmácia, a

qual só diplomou dois alunos: Alvaro Torres Navarro e José de Almeida Filho.

Até hoje, único governo que prestigiou e auxiliou devidamente o Escotismo, com a instituição mais eficiente na educação moral e cívica de menores, principalmente entre sete e quatorze anos²².

Solteirão e excêntrico, pouco saía de casa. De vez em quando, às dez horas, fazia caminhadas pela extensa praça Pedro Velho e arredores²³.

Gostava muito de reler os clássicos. Com o pseudônimo de Policarpo Feitosa, escrevia romances sobre costumes regionais. De boa aceitação pelos críticos.

Realizou o governo mais tranqüilo da Primeira República. Principalmente porque a Oposição permanecia em recesso diante do resultado do pleito municipal de Canguaretama, no qual ganhou mas não levou...

Somente dois acontecimentos, em seu tempo, perturbaram muito o sossego dos natalenses. Primeiro, os pequenos roubos, durante várias semanas, do “Nêgo-Melado”, que aterrorizava as famílias. Depois, as greves de operários que Café Filho liderava.

Como, no primeiro caso, entrou a política, apareceram versos anônimos e infames apontando jovem da família Maranhão como sendo o “Nêgo-Melado”. Mas, o capitão Joca do Pará²⁴, delegado da Ribeira, acabou identificando e prendendo o meliante. Era Pedro Gato, caboclo corpulento, de olhar felino. Biscateiro, residente nas Rocas.

Ainda adolescente, fui assistir a seu julgamento. Durante a permanência dos jurados na sala secreta, escutei na assistência comentários escabrosos. Diziam que Pedro Gato observava, de manhã, na estação, os que seguiam no trem, pois não dormiriam no lar. Trazia o corpo enebado para não o segurarem. Em lugar de arma, portava gazua ou pé-de-cabra. Às vezes, dava “salto de gato” sobre o leito da dona da casa, adormecida, tirando-lhe toda possibilidade de resistência e de alarme...

Condenado, fugiu meses depois da Casa de Detenção. Sempre desarmado, largou-se a esmo pelo agreste²⁵. Comia e dormia no mato. Dizia-se em Natal, abertamente, que a patrulha em seu encalço não o traria vivo.

Descobriram-no banhando-se, ao anoitecer, em lagoa ou açude de Goianinha. No dia seguinte, a gare da Great Western encheu-se de curiosos. Vinha no trem o cadáver de Pedro Gato. Crivado de balas.

Um jovem, muito talentoso e destemido - honesto a vida toda - resolveu substituir a Oposição, inativa.

Chamava-se João Café Filho²⁶.

Contava que fora iniciado na advocacia por meu pai, quando juiz de direito da capital²⁷. Empolgou-se tanto com essa atividade que obteve do Tribunal provisão para advogar no Estado todo.

Atuava também como jornalista.

Voltou-se, logo, para a questão social, que os políticos conservadores tinham como “caso de polícia” ou “ameaça de comunismo”... Defendia em Juízo, ou fora dele, pessoas das classes mais desfavorecidas. Um de seus principais traços, observava Munhoz da Rocha, era o de “*estar sempre ao lado do mais fraco*”.

Ao lutar por direitos de pescadores, dois capitães dos portos, Appio Couto e Raul Daltro, obtiveram contra ele a intervenção da polícia. Liderando greves de estivadores, teve a residência ilegalmente cercada por policiais. Precisou fugir disfarçado transpondo muros de quintais.

O Governador mostrava-se exasperado com aquelas agitações²⁸.

Chegando o pleito municipal, Café Filho organizou, na Capital, chapa com os nomes de alguns amigos. Elegeu dois intendentes (vereadores). Mas o governo logo os “absorveu”... Ficou, pois, mantida no Legislativo a tradicional “unanimidade” - característica da “política perrepista”, que dominava o Rio Grande do Norte. Era o conservadorismo imobilista. Nenhuma reforma ou novidade que lhe pudesse afetar, na Capital ou no interior, interesses estabelecidos.

O governador nada poderia esperar do plano federal para a sua pessoa, no fim do mandato, pois haviam sido muito divulgadas suas notórias simpatias pela candidatura de Nilo Peçanha, o adversário de Artur Bernardes.

Afinal, o velho Souza era homem de bem a toda prova.

UM DEMOCRATA NO GOVERNO

José Augusto Bezerra de Medeiros foi o político mais popular do Rio Grande do Norte²⁹.

Formado em 1905 e neto do senador José Bernardo, era natural que entrasse, logo, em atividade político-partidária.

Muito brincalhão, não perdia oportunidade de comentar, de maneira irônica ou jocosa, certas ocorrências da vida cotidiana, mesmo envolvendo correligionários.

Escutei na juventude que Pedro Velho, homem por demais circunspecto, se alarmara com isso e teria dito, em certa roda de amigos: *“Estamos com Ana Bolena na Corte”*... E procurara, então, encaminhá-lo para cargo federal no Rio de Janeiro.

Se o disse, foi injusto, pois não havia maldade no caso. Penso que esse espírito jovial e crítico ajudou muito José Augusto a chegar quase aos noventa anos³⁰.

Bem cedo, começou a lutar pelo Parlamentarismo, que, no Brasil atual, terá certamente, como maior vantagem, a possibilidade de dissolução do Poder Legislativo, seguida de pleito. Permitirá ao povo ir depurando sua representação. Bem o disse Karl Popper: *“A democracia não é um método de eleger os melhores, é um método para evitar que os piores se perpetuem no poder”*.

Tinha ele “cadeira cativa e tranqüila na Câmara dos Deputados”.

Todavia, quase vinte anos antes de morrer, foi dela inesperadamente afastado.

Escreveu Dinarte Mariz: *“A divisão da UDN e a penetração de companheiros nossos de então prejudicou a sua reeleição em 1954”*³¹. Em outras palavras: candidatos de sua chapa lhe arrebataram, aqui e ali, a votação tradicional.

É a competição “pessoal”, com ambições fervilhando, bem característica da política em regime presidencialista...

Disse José Augusto: *“Se tivesse de guardar mágoa desse episódio, seria muito mais dos votos que me faltaram em Caicó, do que dos votos que me roubaram em São Paulo do Potengi”*³².

Foi ele homem público de probidade absoluta. Grande exemplo para o Brasil de hoje.

Sobre seu governo (1924-1927), disse também Dinarte Mariz: *“Inaugurou na política e na administração novos métodos democráticos”*.

Permitam-me, aqui, algumas restrições.

José Augusto não se limitou a cuidar de seu quadriênio. Preparou

sucessões de familiares seus. O “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, anunciou logo isso³³. Oligarquia. E na modalidade mais rudimentar, que é o tipo familiar.

De início julgava-se prestigiado, para esse objetivo, por todos os chefes seridoenses. Necessitava, porém, ir derrubando, no interior, velhos dirigentes de seu partido. De substituí-los por elementos de sua confiança pessoal. Exemplos:

Em São José de Mipibu, Inácio Henrique por monsenhor Antônio Paiva; em Nísia Floresta, José de Araújo por Joaquim Freire; em Goianinha, Gonzaga Barbalho por Manoel Ottoni de Araújo Lima; em Pedro Velho e Santo Antônio, Rodopiano de Azevedo por Joaquim da Luz e Epaminondas Mendes, respectivamente; em Nova Cruz, Anísio de Carvalho por Nestor Marinho; em Taipú, Rozendo Leite por João Gomes da Costa; em Touros, Francisco Zacarias por Joel Cristino; em Macau, Feliciano Tetéo por Armando China. E assim por diante.

Suponho que foi Juvenal Lamartine quem seguiu meu primo Pedro Amorim, de Açu. Tanto assim que, mais adiante, o fez seu líder no Legislativo.

Dizia-se que Ezequiel Mergelino, de Santa Cruz, só escapara porque seu filho José Ferreira de Souza era deputado estadual.

Manoel Maurício Freire (Neco Freire), de Macaíba, resistiu. Mas ficou muito desprestigiado. Viu o Governador eleger deputado estadual o comerciante Antônio de Andrade Lima, seu velho adversário local. Quando lhe chegou a vez de indicar o novo prefeito, ei-lo obrigado a aceitar o macaibense Cícero Aranha, chefe de Serviço do Tesouro do Estado.

Depois do Seridó, a maior força eleitoral situava-se na Zona Oeste. Liderada pela família Fernandes. Homens pacíficos, muito dedicados a atividades agropecuárias e industriais.

O plano, aí, seria reduzir-lhe, paulatinamente, o grande prestígio político.

Começou, pois, o governador atraindo para a chapa estadual o médico Antônio Soares Júnior, a maior figura da Oposição em Mossoró. Mais adiante, era entregue ao curaisnovense Francisco Dantas, fazendeiro em Pau dos Ferros, a chefia do situacionismo local.

Partido Republicano Federal não passava, no Estado, de simples legenda para chapas, organizadas nos bastidores do Governo e

panurgicamente homologadas em Convenções dos chefes perrepetistas. Faltava-lhe estrutura adequada e funcionamento regular. Nenhum diretório municipal, para indicar prefeito e vereadores. O chefe local decidia tudo, ouvindo às vezes um ou outro correligionário. Existia, desde muitos anos, uma Comissão Executiva Estadual, mas encarregada apenas de divulgar nomes de candidatos. Era composta de quatro destacados correligionários do Governo: Hemetério Fernandes, Horácio Barreto, Pedro Soares (meu avô) e Manoel Dantas. Prevalendo-se do falecimento deste último, o governador destituiu os demais. E organizou outra, de cinco membros: Felinto Elísio, monsenhor Antônio Paiva, Pedro Amorim, Armando China e João Jásimo.

Claro que caberia a Mossoró, o município mais importante, apontar o representante do Oeste. Mas isso não interessava à nova política governamental. Daí a inclusão de João Jásimo, o chefe de Apodi.

Rodolfo Fernandes, prefeito e chefe político de Mossoró, era homem de forte personalidade. Contou-me o médico Paulo Fernandes que, por duas vezes, seu pai ameaçou, pessoalmente, José Augusto de romper com seu governo. Mesmo sem a ajuda adequada deste³⁴, organizou a defesa heróica de sua cidade, ao repelir o grupo de cangaceiros de Lampeão.

Já havia falecido na eleição municipal seguinte, quando o Governo interveio para eleger, como prefeito, Vicente Sabóia Filho, superintendente da Estrada de Ferro. Surgiram divergências no situacionismo local. Para acomodar as coisas, fizeram Rafael Fernandes acumular o mandato de deputado federal com o de prefeito de Mossoró, mediante o compromisso de não exercer este último cargo. A fim de Sabóia, como seu substituto legal, permanecer à frente da Municipalidade. Na verdade, uma exótica “arrumação”.

Causando surpresa, José Augusto demitiu sumariamente o jornalista Pedro Lopes Júnior³⁵ do cargo de escrivão da Delegacia Auxiliar de Polícia. Por causa de comentários desfavoráveis a atos de seu governo. Como seria de esperar, o Tribunal de Justiça, unânime, mandou-o retornar ao cargo. Em ambiente hostil, alta noite, elementos fazendo-se passar por policiais, bateram à sua porta. Pedro Lopes foi, pelo quintal, ocultar-se em casa de um vizinho. Preferiu deixar o Estado. Na mesma madrugada conseguiu embarcar, num trem de carga, para Recife. Lá, empregou-se no comércio e em jornais matutinos. Infelizmente, o excesso de trabalho

fê-lo contrair tuberculose. E morreu. Coube à viúva executar aquele acórdão, para recebimento de atrasados e pensão.

Quando a Coluna Prestes se aproximava do Ceará, membros da família Távora começaram a sofrer, ali, perseguições políticas e ameaças de prisão. O médico Fernandes Távora veio para Augusto Severo. O advogado Ademar Távora preferiu Martins³⁶. E o dentista Carloto Távora estabeleceu-se em Pau dos Ferros. Muito louvável a atitude de nosso Governador dando-lhes todas as garantias.

Em 1925, meu pai era o juiz de direito mais antigo. Houve vaga no Tribunal, mas, como oposicionista desde 1918, deixou de ser o promovido. Fato providencial, pois só assim ele deixaria a direção do órgão católico Diário de Natal, que precisava estar sempre em boa harmonia com o Governo. Retornava ao lar alta noite, após a chamada “prova de página” do jornal. Sua saúde já inquietava a família. Acresce que fazia carreira feliz na magistratura, pois chegara à capital com menos de três anos em comarcas do interior (Apodi e Martins). Daí a um ano apareceram, quase simultaneamente, três vagas de desembargador. O governador lhe deu a primeira³⁷.

Do ponto de vista administrativo, o governo de José Augusto não teve êxito. Salvaram-se poucas realizações.

Ele dava excessiva autonomia a auxiliares, nem todos devidamente habilitados para o cargo.

Destacaram-se o juiz Silvino Bezerra³⁸, chefe de Polícia, o prefeito Omar O’Grady, pioneiro da modernização de Natal e o médico Varela Santiago, diretor da Saúde Pública e sempre lembrado grande benemérito da cidade.

Foi aconselhado a realizar as obras de saneamento da Capital sem os recursos indispensáveis. Por isso, as tubulações adquiridas na Europa permaneceram amontoadas, durante anos, no Cais da Praticagem.

Avalie-se seu constrangimento, como paladino da educação nacional, ao precisar suprimir escolas por medida de economia³⁹. Até o estabelecimento profissional, anexo do grupo escolar do Alecrim, ficou com as pequenas oficinas desativadas.

Enfim, o ponto mais fraco de sua administração situou-se no setor das finanças.

Claro que, naquela altura do século, os serviços fazendários já pediam reestruturação satisfatória. Tarefa que exigia muitos

conhecimentos e bastante experiência dos convocados. Mas estes, ao que parece, se detinham mais em “sofisticar” a contabilidade. E até sem prévio treinamento de pessoal.

Ora, teriam principalmente de estudar os resultados obtidos, em Estados nordestinos, com certos impostos e taxas. De promover a revisão geral das coletas de pessoas físicas e jurídicas. De distribuir melhor agências e postos fiscais. De conseguir, finalmente, maior eficiência na arrecadação das rendas.

Eis que levaram o Governador a autorizar emissão de apólices “ao portador”... O consultor geral, dr. Antônio de Souza, não ouvido, ironizou o fato, ao aludir à existência de legislação federal proibindo aos Estados e Municípios a emissão de títulos ao portador, privilégio da União, o qual decreto, parece, era desconhecido do Governador e de seus auxiliares “financistas”⁴⁰...

Lembremos que o senador João Lyra gostava de criticar “os que tudo reformam e nada resolvem”...

Já havia um funcionário devidamente habilitado a dirigir a Fazenda Estadual e a realizar reformas adequadas e eficientes, com os recursos da época. Era o escriturário Aldo Fernandes Raposo de Melo. Mais adiante, quando lhe entregaram, para administrar, a Recebedoria de Rendas da Capital, tornou-a a repartição-modelo do Rio Grande do Norte. Possuidor de espírito público invulgar, muito inteligente e metuculoso, teria assegurado ao governo de José Augusto - como o fez nos oito anos da administração de Rafael Fernandes - o equilíbrio das finanças estaduais.

Lamentavelmente, precisou José Augusto - com um quadriênio todo de inverno - entregar o Estado ao presidente Lamartine com várias dívidas e o pagamento do funcionalismo com oito meses de atraso...

Por sugestão de Ferreira Chaves, aceitara vir dirigir os destinos de nosso Rio Grande do Norte. Com remuneração inferior à de deputado federal e sem mordomia. Acabou tendo de vender o imóvel da rua Paissandu, no Rio de Janeiro, herdado pela esposa, a fim de garantirem a educação dos filhos.

Temos de convir que nem todos os eleitos revelam boa vocação para o Executivo. Por isso, as falhas aqui referidas ocorreram e poderão ocorrer em Governos de outros Estados.

Mas, no caso de José Augusto, fala mais alto a tradição, que soube deixar, de homem público INCORRÚPTÍVEL.

Numa homenagem à sua memória, o senador Daniel Krieger, falando em nome do Rio Grande do Sul, ressaltou bem que José Augusto *“tinha suas mãos limpas de sangue e limpas do azeite dos dinheiros públicos”*.

FREIRE VERSUS DIOCLÉCIO

Luís da Câmara Cascudo, em sua História do Legislativo, esqueceu a sessão talvez mais tumultuosa da Primeira República.

Passando no local, entrei no prédio.

Os deputados Dioclécio Duarte e Joaquim Freire haviam trazido, para o plenário, divergências políticas em Nísia Floresta. Mostravam-se bastante exaltados.

Logo em 1924, o governador José Augusto sofrera forte depressão do sistema nervoso e entrara em licença. Tudo indica que muito impressionado com as grandes cheias no Estado. Até as águas do mar haviam invadido, em Arês, a lagoa de Groaíras⁴¹. Sustentava Freire que, por isso, Dioclécio cuidara de eleger-se governador promovendo a “interdição” de José Augusto...

Era contestado aos gritos.

Alegava, ainda, Freire que Dioclécio, quando oficial de gabinete de Ferreira Chaves, ministro da Justiça, transmitia por telefone, levemente, à pessoa da família de um dos maiores adversários do Governo, informações inconvenientes sobre a situação política. Em consequência, o candidato Artur Bernardes, em carta a Chaves, prevenira-o da existência de um “traidor” em seu Gabinete.

Novamente, com a maior veemência, Dioclécio contestava o fato.

Acostumados naquela Casa - desde longos anos - à ausência de debates e às votações “unâнимes”, seus colegas mostravam-se estarecidos e inquietos com os rumos da discussão. Somente o deputado João Pessoa, de São Miguel, aparteava os contendores. Mostrava-se interessado em ver bem esclarecido o caso daquela carta.

Passando ao ataque, Dioclécio acusava Joaquim Freire, comandante de destacamento no governo de Floriano Peixoto, de responsável pelo fuzilamento, entre Curitiba e Paranaguá, de presos políticos que conduzia para o Rio de Janeiro, um dos quais o barão de Cerro Azul, prefeito da capital paranaense.

A muito custo, os ânimos foram acalmados. E o presidente Augusto Leopoldo preferiu suspender os trabalhos.

ELEIÇÃO MUNICIPAL DE LAJES

Na administração de José Augusto explodiu dissidência na política situacionista de Lajes.

De um lado, a corrente chefiada pelo fazendeiro Miguel Teixeira. Do outro a dirigida por Felix Teixeira, antigo chefe chavista.

Quem elegeisse quatro dos sete intendentes (vereadores) ganharia o presidente da Intendência (prefeito). O líder da segunda corrente era o farmacêutico Augusto Amâncio Pereira, candidato a dirigir o Município.

Os representantes desta vieram entender-se com o Governador, que se declarou neutro e disposto a prestigiar quem vencesse. Contrataram, pois, o advogado Francisco Ivo Cavalcanti para fiscalizar o pleito. O saudoso mestre Ivo ainda lhes ponderou que, se vitoriosos, iriam trazer grande constrangimento a José Augusto e Juvenal Lamartine, os quais, sempre que passavam por Lajes, rumo ao Seridó, eram hóspedes, na ida e na volta, de Miguel Teixeira. E este costumava anunciar a presença de ambos na cidade mandando soltar um dúzia de foguetões.

Finalmente, eleitos quatro da chapa dissidente: Augusto Pereira, Félix Teixeira, Juviano Mendes e Marcolino Paiva.

Os vencidos recorreram ao Legislativo estadual, que modificou os resultados da eleição, para diplomar quatro candidatos da chapa contrária, encabeçada pelo comerciante Ulisses Vale.

O advogado Bruno Pereira, irmão de Augusto, ainda impetrou *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal, que deixou de tomar conhecimento do recurso por não haver matéria constitucional.

Depois disso, nenhum opositor se atreveria a disputar pleito no Rio Grande do Norte.

Em sua derradeira Mensagem ao Legislativo, referindo-se a eleições, afirmou o Governador que *“todos os candidatos eleitos receberam os seus mandatos do Partido Republicano Federal, única força política com que conta o Estado em condições de eleger representantes”*...

Assim, coube a um democrata anunciar, oficialmente, que a Oposição fora - finalmente - esmagada em seu Estado. E numa estranha

coincidência com a ascensão do Fascismo na Europa...

Dentro das diretrizes da “política perrepista” restava, por conseguinte, ao Governo Lamartine impedir - por bem ou por mal - que ela ressurgisse no Estado. E o conseguiu.

Vitoriosa a Revolução de 1930, o advogado daqueles dissidentes, em telegrama divulgado pela imprensa, manifestou seu “desabafo”:

“Interventor Irenêo Joffily - Natal - Pessoa vossa excelência felicito minha estremecida terra redimida garras mais imoral oligarquia do mundo. Atenciosas saudações. Bruno Pereira”.

Creio que a grande obra política da República de 89 consistiu, se assim podemos dizer, em tornar o sufrágio popular estúpida ficção.

O próprio José Augusto, em trabalho de 1945, o reconheceu nestes termos:

“Na chamada República Velha, que foi de 1889 a 1930, a norma foi a eleição a bico de pena, não passando as eleições, via de regra, de verdadeira farsa”⁴².

NOTAS

1 - “Durante o **regime parlamentar** no Império, o Brasil atravessou suas maiores crises, enfrentando a guerra externa com o Paraguai, as revoluções no Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, sem que as instituições sofressem abalos e sem que se registrasse um só dia de estado de sítio” (ministro Paulo Brossard).

2 - Há quase sessenta anos, Agamenon Magalhães advertia que “o Presidencialismo era um fator terrível de CORRUPÇÃO” (O Globo, do Rio, 2-12-1933). Estadista moderno, pois conhecia bem todos os problemas econômicos e sociais de seu tempo e a melhor maneira de resolvê-los. Só se cercava de auxiliares absolutamente honestos. O povo pernambucano soube compreendê-lo e prestigiá-lo. Perdeu a Interventoria com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, mas ganhou o pleito, como nosso PSD, para a Constituinte Nacional. No ano seguinte, lutando contra bem arregimentado poder econômico, elegeu Barbosa Lima Governador. Já em 50, retornava Agamenon ao Governo pernambucano. Pena não houvesse chegado, porque faleceu, à Presidência da República. Ele seguia

aquilo que Tancredo Neves via em Getúlio Vargas, isto é, “o poder como instrumento de emancipação de segmentos sociais marginalizados e oprimidos”. Durante minha passagem, por um ano, na Câmara dos Deputados, pertenci à Comissão de Constituição e Justiça, sob sua presidência. Acompanhei sob sua liderança, a ala parlamentarista e reformista do PSD. Ali conheci Afonso Arinos, o mais ardoroso defensor do Presidencialismo. Mas este, perto de morrer, deixou a um dos filhos esta recomendação: “Acredite em sessenta ou mais anos de estudos e meditação de um homem exemplar e seja parlamentarista, depois de mais de cinquenta anos de governos de exceção, numa república de cem” (Jornal do Brasil, 11-9-90).

3 - CAFÉ FILHO, do Sindicato ao Catete, Liv. José Olímpio Editora, Rio, 1966, 1/44.

4 - Conta o escritor Raimundo Nonato que, numa comarca da Zona Oeste - antes que a papelada fosse receber, no cartório ou em escola pública, “assinaturas” de eleitores faltosos - mandou o juiz ler em voz alta os nomes dos vinte e poucos que haviam, realmente, comparecido e votado. O secretário parou adiante e declarou, perturbado: “Doutor, estou lendo aqui quinhentos réis de bosta”... Correu o escrivão e explicou: “Trata-se de compadre meu, que assina muito mal o nome. É Quintino Reis da Costa”...

5 - ITAMAR DE SOUZA, A República Velha no Rio Grande do Norte, pág. 135.

6 - Ver meu trabalho “Fastígio e Ocaso de Ferreira Chaves”, Coleção Mossoroense, B, 669.

7 - LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, Uma História da Ass. Legisl. do RGN, Fundação José Augusto, Natal, 1972, pág. 389.

8 - VIVALDI MOREIRA, “Política no Brasil é: delegado pra lá, voto pra cá” (Folha de Minas, Belo Horizonte, 25-7-1948).

9 - Com as voltas que a política dá, dezesseis anos depois Glicério Cícero, já tenente-coronel da Reserva, era deputado estadual, membro da Mesa da Constituinte. Coube-lhe mandar cessar, em Pau dos Ferros, perseguições políticas a seus sobrinhos, netos de Joaquim Correia, que eram correligionários de Café Filho e Mário Câmara.

10 - Resolveu o deputado Abelardo Calafange, mediante projeto transformado em lei, trazer para o grupo escolar de Canguaretama o nome de “Fabrício Maranhão”, que figurava em estabelecimento de município vizinho.

11 - Pai do falecido escritor e poeta Homero Homem.

12 - Mathias Carlos de Araújo Maciel Filho. Colocado em disponibilidade, deixou Canguaretama, onde nascera, para vir residir, até o fim da vida, em Natal, no bairro do Alecrim. Orador consagrado desde os bancos acadêmicos e possuidor de grande erudição. Passou a dedicar-se, anos a fio, até alta madrugada, a estudos de História e Genealogia. Descobriu inclusive ser parente, ainda que em grau distante, de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, de Canudos. Era solteirão. Divertia-se bastante criando gatos. Foram buscá-lo em seu retiro para ser um dos fundadores da Academia Norte-Rio-grandense de Letras.

13 - “O branco come na sala / Mulato no corredor / O caboclo na cozinha / E negro no cagador”.

14 - Casou com seu colega de repartição escrivão José Martins Pinheiro. São os pais do des. Ítalo Pinheiro.

15 - “Uma placa, na casa de Mossoró onde ela morou, também atesta a sua condição de eleitora número um” - “Um dos recortes do jornal “O Mossoroense” é de novembro de 1927: “Com a inclusão, no dia 25 de novembro p.p., do nome de Dona Celina Guimarães Viana, na lista dos eleitores do Rio Grande do Norte, em virtude da Lei 660, de outubro último, sancionada pelo Exmo. sr. presidente do Estado, teve o Brasil a sua primeira eleitora e erigiu Mossoró mais um padrão memorável na sua vida de município paladino de altas e avançadas iniciativas” (WALTER WANDERLEY, Eliseu Viana, O Educador - II - Coleção Mossoroense, série C, Vol. DLXXXIX, 1990, pág. 226).

16 - Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos Soriano. Viúva do dr. Tomás Soriano de Souza Filho, promotor público de Ceará-Mirim e deputado estadual. Foi ele uma das vítimas fatais da “gripe espanhola” que invadiu nosso país depois da Primeira Grande Guerra.

17 - Dec. nº 22.478, de 20/02/1933, art. 25, § 2º.

18 - AFFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, A Escalada, Editora José Olímpio, 1965, pág. 178.

19 - VERÍSSIMO DE MELO, Os Pioneiros do Escotismo Potiguar - Rev. do Inst. Hist. e Geogr., LVIII-LXIX/117.

20 - LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, Nosso Amigo Castriciano, Imp. Universitária, 1965, pág. 50.

21 - ELOY DE SOUZA, Memórias, Fund. José Augusto, 1975, Parte III, págs. 47/49.

22 - “A Notícia”, de Natal, 18/03/1922.

23 - Ainda adolescente, escutei quando Abílio Cavalcanti contava a meu pai o aparecimento, em Natal, do primeiro rendez-vous. Ficava no começo da avenida Deodoro. Um amigo dele indo até lá, à noite, acompanhado, fora confundido, pela voz, com autoridade policial de absoluta confiança do Governo. Dentro da casa a Dona respondera: “Capitão, hoje não pode. Seu doutor esteve ontem aqui. A cama desmantelada e o marceneiro ainda não me apareceu”. Assim, pela divulgação do fato, o primeiro rendez-vous natalense tornava-se “histórico”, pois a cama se quebrara com o chefe do Governo...

24 - João Fernandes de Almeida (Joca do Pará). Nasceu no pé da Serra do Martins. Ainda menino, seguiu com a família para Belém do Pará. Mais tarde, veio morar em Natal, onde ingressou na Polícia Militar. Faleceu no posto de capitão. Comandava o Esquadrão de Cavalaria. Durante longos anos era, também, o delegado de polícia da Ribeira. Talvez a maior vocação para detetive que já houve no Estado. Desvendava todos os crimes e apontava os criminosos. Não merece crédito a divulgação em Natal, em livro de 1980, de que ele assassinava gatunos incorrigíveis e os enterrava nos morros do Tirol.

25 - Penso que está exatamente, do mar - entre Pirangi e Barra do Cunhaú - aos trilhos da antiga Great Western, a região mais bela e mais aprazível de nosso Rio Grande do Norte. Pedi à Câmara Federal a instalação, no município de Arês, de Colônia de Férias do IPASE, para atender, também, mediante convênios, servidores estaduais e municipais. O Projeto (147-50), já com parecer favorável da Comissão de Serviço Público Civil, ficou retido, indefinidamente, para estudos, naquela autarquia. Quatro anos depois, perdeu-se excepcional oportunidade para o início de uma obra dessas: presidente da República, Café Filho. Presidente do IPASE, Raimundo de Brito.

26 - Depois da Revolução de 30, os piores adversários de Café Filho, certamente invejosos ou despeitados com sua ascensão na política, passaram a chamá-lo de “João Carteira”. Acusavam-no, iniquamente, de haver batido a carteira de Carlos de Lima Cavalcanti, então diretor do Diário da Manhã, de Recife. A suposta vítima, mais tarde colega de Café na Câmara, jamais admitiu isso. Por sua vez, após o golpe de novembro de 1955, o jornalista Caio de Lima Cavalcanti, velho amigo de

Café, foi um dos que se ofereceram para acompanhá-lo de volta ao Catete, “quaisquer que pudessem ser as conseqüências disso” (JUAREZ TAVORA, Memórias, Biblioteca do Exército, 977, 3/102). Num país onde têm aparecido tantos políticos corruptos, Café Filho preferiu viver e morrer pobre. Ao vê-lo chegar à Presidência da República, alguns daqueles piores inimigos iam render-lhe homenagem, no Catete ou na residência e pedir-lhe favores. Passavam à frente, ou preteriam, amigos que ficaram ao seu lado nos dias mais perigosos ou difíceis de sua vida. Vale a pena lembrar o seguinte: em 1933, o tenente Everardo de Vasconcelos recusou convite do Partido Popular para encabeçar sua chapa à Constituinte Nacional. Agradecendo à comissão a homenagem, pediu-lhe desculpas para dizer o motivo pelo qual jamais seria político (ver meu trabalho “O Tenentismo em Natal”, Coleção Mossoroense, série B, nº 669, pág. 6). Quase trinta anos depois, já general de Divisão da Reserva e impossibilitado de caminhar, chamou-me como advogado para defendê-lo, numa Vara de Família, em ação movida pela segunda mulher. Era viúvo quando viveu em Natal. Satisfez minha curiosidade repetindo a resposta que dera àquela comissão: “Para entrar em política, eu precisaria primeiro perder a vergonha. E não nasci para isso”. Conforme lhe fiz ver na ocasião, conceito assim absoluto se torna inaceitável, pois se entra em política até para lutar por boa causa. Custa a crer que, decorridos tantos anos da morte de Café Filho, ainda se possa repetir em livro aquela calúnia (Coleção Mossoroense, CCXXXV, 1982, pág. 21).

27 - CAFÉ FILHO, obra citada, pág. 17.

28 - Sabia-se na rua que ele recomendara, em casa e no Palácio, que não se pronunciasse, em sua presença, a palavra “café”. E quando queria essa bebida pedia “o Moca”, a marca predileta na época...

29 - No comentário de seu nascimento, disse o seguinte: “Fui a vida toda adversário político de José Augusto, inclusive quando Café Filho fez acordo com ele, em 1946, para elegerem Floriano Cavalcanti governador e Juvenal Lamartine senador. Mas mantivemos boa amizade, que aumentou naturalmente quando lhe vieram, no ocaso da existência, o ostracismo político e a perda da visão. Portou-se com estoicismo e dignidade. Não guardava mágoa ou ressentimento de ninguém. Foi o parlamentar norte-rio-grandense que maior número de amigos soube fazer no país. Homem simples e modesto, de probidade inatacável, mesmo no exercício dos mais altos cargos era encontrado, sem qualquer

exibicionismo, usando transportes coletivos, ou no meio do povo na vida cotidiana. Se seu tio Juvenal Lamartine foi aquele que, do Brasil Colônia até agora, assumiu o governo do Rio Grande do Norte com maiores aptidões e melhores conhecimentos para o cargo, não tinha José Augusto vocação para o Executivo. Tornou-se porém um dos grandes parlamentares do Brasil, debatendo os interesses de nossa terra. Na Câmara dos Deputados, sensibilizou-me ao fazer questão de apoiar meu Projeto 807-50, incorporado ao Plano Nacional de Viação e com este aprovado. Pedi uma rodovia, até hoje não construída, ligando Currais Novos a Jaguaribe, no Ceará, com ponte sobre o Piranhas, em Jucurutu, a fim de facilitar consideravelmente as comunicações da Zona Oeste com a Capital. Adepto dos mais valorosos do Parlamentarismo, juntou-se na vida pública aos que sempre reconheceram “a inutilidade da violência como método de ação política”. Pelo que pude observar no dia seis de outubro de 1930, nas ruas e dentro do Palácio, fora ele o presidente do Estado, teria tido condições de transmitir o governo à Junta Militar Revolucionária e seguir a pé para casa (A República, 21/10/1984).

30 - Recordo umas passagens de sua vida. Quando Washington Luís obrigou, em 27, a reeleger o senador João Lyra, dizia-se abertamente que ele, nas rodas palacianas, passara a chamar aquele presidente de “tufão devastador de democracias”... Em 36, durante o estado de guerra, numa roda em que também me encontrava, ele exclamou: “Se algum dia me vir obrigado a escolher entre o Fascismo e o Comunismo, podem vocês ficar certos de que serei comunista”. Isso foi divulgado pela imprensa, sem contestação. Mostrando o jornal a austero deputado estadual do Partido Popular, este só fez dizer: “É a língua solta dele”. Esta, agora, aconteceu comigo. O saudoso companheiro do PSD José Varela, com poucos meses de governo ainda não tinha experiência bastante para se livrar das chamadas “intrigas palacianas”. Uma tarde, como advogado, fui atender, no quartel da Polícia, aos capitães Altino de Paula e Júlio Pinheiro, ali detidos sob a acusação de conspirarem para depor o governador. Uma dessas coisas inacreditáveis, pois, se tal acontecesse, José Varela teria de retornar ao cargo. Nada precisei requerer já que o caso foi rapidamente encerrado. Mais adiante, encontrando-me no Rio de Janeiro com José Augusto, este foi logo me dizendo: “Como é que compadre José Varela caiu numa dessas? Revolução assim só merece ser chamada de Levante das Saias”. Era assim José Augusto. A vida toda.

31 - DINARTE MARIZ, José Augusto, O Líder - Senado Federal - Centro Gráfico - 1984, pág. 62.

32 - ALUÍZIO ALVES, Evocação de José Augusto, Revista citada, LXXV-LXXVI, 107.

33 - Ver meu trabalho "A Oligarquia Maranhão", Coleção Mossoroense, série C, vol. DCII, pág. 30 e nota 2.

34 - RAUL FERNANDES, A Marcha de Lampeão, Editora Universitária, Natal, 1980, págs. 52, 191 e 302.

35 - Seus irmãos Alcides e Omar Lopes Cardoso, tenentes do Exército, participaram da Revolução de 1930.

36 - Pelópidas Fernandes de Oliveira ficou com a carreira muito atrasada na magistratura cearense. Não admitia eleições fraudulentas. Desagradava, assim, à política perrepista dominante na República Velha. Veio então para o Rio Grande do Norte, onde começou pela comarca de São Miguel. Em 1930, o governo revolucionário do Ceará insistiu para que ele retornasse à sua magistratura e lhe ofereceu, logo, uma das Varas de Fortaleza. Preferiu permanecer como juiz de direito de Martins, onde nasceu.

37 - Várias pessoas estavam na sala principal do Palácio. Apareceu o governador e declarou que acabara de nomear um desembargador. Pediu-lhes que adivinhassem o nome. Os "chaleiras", um a um, foram exclamando: "Silvino Bezerra"! Discordou o tenente-coronel Joaquim Anselmo (Quincó), comandante da Polícia e, um tanto afoito, declarou: "Se houve justiça, é Antônio Soares". Respondeu José Augusto: "Pois vá comunicar-lhe a promoção".

38 - Por solicitação vinda de Natal, escrevi o seguinte, no centenário de nascimento de Silvino Bezerra: "Não sei até hoje de nomeação, para chefe de Polícia, tão bem recebida pela população do Estado como a de Silvino Bezerra, em 1924. Trazia do interior, aos trinta e tantos anos, o alto conceito de exemplar chefe de família e de sacerdote da lei. Dois grandes exemplos norteavam sua vida. Na judicatura, o devotamento e a integridade do digno sogro, o juiz federal Meira e Sá - aquele que teve no Brasil, na Primeira República, só uma decisão reformada pela Suprema Corte, assim mesmo em grau de embargos e por seis votos contra cinco. Na política, a formação genuinamente democrática do chefe seridoense e homem de bem do qual herdara o nome e honrava a memória. Escolheram-se policiais habituados a sevir presos. Sumiram pessoas

acostumadas a obter prestígio na Polícia para amedrontarem ou perseguirem desafetos. Plenamente asseguradas as liberdades de imprensa e reunião. Em suma, os direitos humanos integralmente respeitados. A população confiava, merecidamente, na força moral de tão criteriosa autoridade. Infelizmente, tudo isso mudou muito no período governamental seguinte. Eram os estertores finais da República de 89. Passou a polícia a exercer perseguições e a cometer violências contra adversários do Governo. Em 1929, o situacionismo paraibano negou apoio ao candidato escolhido pelo presidente Washington Luís para sucedê-lo. Tratou o governo central, em represália, de esmagar o Estado vizinho. Mas encontrou ali resistência verdadeiramente heróica. Nunca mais minha geração viu campanha política tão empolgante e gloriosa como a da Aliança Liberal na Paraíba. Pessoas que iam de trem de Natal a Recife ficavam, de Guarabira a Itabaiana, com a impressão de atravessar outro país. Estações cheias de retratos, cartazes e propagandas da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Entusiasmo cívico estampado na fisionomia dos presentes. E, quando mataram o grande presidente, vieram flâmulas e bandeiras vermelhas pedindo a Revolução. O desembargador Silvino Bezerra Neto, sobrepondo-se a conveniências resultantes de laços de família e guardando a serenidade de membro do Tribunal de Justiça, insurgiu-se abertamente, desde cedo, contra a opressão política no Estado e no país. Por isso, na tarde de seis de outubro de 1930, militares, estudantes e pessoas do povo foram buscá-lo em casa para assumir o governo revolucionário. Dois motivos relevantes o impediram de aceitar a investidura: não concordava governar em regime discricionário e era sobrinho do presidente do Estado, deposto. Em 32, tornou-se naturalmente simpatizante da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Foi recolhido, com outros, ao quartel do Exército, por determinação vinda do Sul, sob a acusação - que se apurou infundada - de que estariam conspirando para depor o governo norte-rio-grandense. Fiel a seus princípios, discordou da outorga de Constituição, em novembro de 1937. E pediu aposentadoria. Dele guardo, principalmente, a lembrança do homem simples e bom, tão estimado na cidade e que, nos fins da década de 20, polarizou as esperanças de muita gente por dias tranquilos e felizes para nosso Rio Grande do Norte. Da maneira respeitosa e consagradora com que pessoas de todas as classes se descobriam na rua diante daquele magistrado digníssimo” (O Poti, 12/04/87).

39 - ITAMAR DE SOUZA, A República (Jornal da Cultura), 13/05/84.

40 - POLYCARPO FEITOSA, Quase Romance, Quase Memória - Imprensa Oficial, Natal, 1969, pág. 101. Dec. Estadual nº 277, de 23/07/1925. Dec. Federal nº 561, de 21/12/1898. Cód. Penal de 1890, art. 241.

41 - Foi ali o aldeamento chefiado pelo índio Jacumaúma e formado pelos que “se desligaram dos aldeados em Papari, por **desavenças**” - registra Nestor Lima (Arez, Revista citada, 25-26). O célebre compositor francês Claude Debussy costumava ler trechos literários antes de adormecer. Encantou-se com lenda recolhida por compatriota que viajara pela América do Sul: índio e índia de tribos inimigas apaixonaram-se. Encontravam-se somente na lua cheia e à margem de uma lagoa. Até serem surpreendidos por elementos de uma delas, que os amarraram a atiraram às águas. O maestro Waldemar de Almeida, em suas pesquisas, supõe que as tribos eram do litoral-sul de nosso Rio Grande do Norte e a lagoa certamente a de Groaíras. Assim, aquela paixão entre indígenas inspirara uma das mais belas páginas da música universal: “Clair de Lune”, de Debussy.

42 - A República, Jornal da Cultura, 21/10/1984.

93º DO IHG/RN

Enélio Lima Petrovich

(Sócio efetivo e pres. do IHG/RN)

Sem nenhuma dúvida, revestiu-se de total brilhantismo, em projeção cultural, a comemoração do nonagésimo terceiro aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a Casa da Memória norte-rio-grandense. Uma noite votiva e histórica da vetusta entidade, quase secular.

E a presença de altas autoridades, civis, militares e eclesiásticas imprimiu um ambiente de seriedade e respeito à História, que é eterna. Tudo ocorreu na noite de 29 de março de 1995.

Não nos esquecemos, no ensejo, de dois confrades que já estão na eternidade. Referimo-nos aos sócios efetivos José Nazareno Moreira de Aguiar, falecido em 19 de janeiro e Oswaldo de Souza, em 20 de fevereiro. *In memoriam* de ambos houve um minuto de silêncio. Auspiciosas foram as doações, quer do retrato do ex-governador Antônio José de Melo e Souza, através do escritor e consócio Erich Gemeinder, que reside em São Paulo e pesquisa sobre a vida e a obra do autor de Gizinha, quer do também ex-governador Juvenal Lamartine, por intermédio da sra. Bertha Ramalho Fernandes.

Pontos altos da solenidade convergiram para a posse, na qualidade de sócia efetiva, da escritora Maria Simonetti Gadelha Grilo, cuja saudação coube ao sócio efetivo Edgar Ramalho Dantas.

Com o mesmo realce, ocorreu o lançamento do livro “Pelos caminhos do civismo”, do ilustre confrade José Gurgel Guará, que fora apresentado pelo escritor e membro da velha Casa de Cultura Jurandyr Navarro da Costa.

Um registro de significado histórico marcou, por sua vez, a magna sessão.

É que, com o comparecimento (vindo do Rio) do eminente sócio correspondente Paulo de Albuquerque Maranhão, sobrinho tetraneto de André de Albuquerque Maranhão, proclamamos que “na manhã do dia

25 de janeiro deste ano, foi oficialmente reconhecido o esqueleto do coronel André de Albuquerque Maranhão, chefe da Junta Governativa Revolucionária de 1817.

O referido esqueleto foi localizado pelo arqueólogo Paulo Tadeu de Albuquerque, no primitivo corredor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Natal.

E assim concluímos o registro:

“O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte participou ativamente das pesquisas procedidas, através do sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho, que, por sinal, redigiu a Ata Oficial do evento, incluída no Livro de Tombo daquela Matriz.

Coincidindo com a versão histórica do sepultamento de André de Albuquerque, ocorrido em 26 de abril de 1817, foram encontrados fragmentos dos elos dos grilhões que prendiam os pés de Andrezinho do Cunhaú, como era também conhecido aquele herói norte-rio-grandense”.

Na verdade, as comemorações por mais um ano da mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte repercutiram sobremaneira, não só no Estado como no país, tendo em vista as incontáveis manifestações de júbilo e mensagens de solidariedade e aplauso.

Realizamos, assim, na magna data, uma nobre e sublime missão em prol do desenvolvimento sócio-cultural. Um serviço perene de preservação do patrimônio histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, com irradiação Brasil afora.

Tudo isso porque no IHG/RN se guarda um santuário de conhecimentos e de tradições, em milhares de livros, periódicos, relíquias e documentos raros.

A solenidade, portanto, de 29 de março de 1995, bem sintetizou o devotamento contínuo a esses sagrados pressupostos, na certeza de que, assim pensando e assim agindo, nada mais estamos fazendo do que valorizar as iniciativas do espírito e da inteligência, sob a égide da História.

Revivemos o passado, fixando o presente, com as vistas voltadas para o porvir, sem recuos e sem desânimos.

Este o nosso grande dever, sob as bênçãos de Deus.

A RUA DA CONCEIÇÃO, EM NATAL

Jeanne Fonseca Leite Nesi
(*Sócia efetiva*)

Até o ano de 1700, existiam em Natal apenas duas ruas: a da Cadeia e aquela que era chamada de **O Caminho do Rio de Beber Água**, hoje representado pelas ruas Santo Antônio e Conceição. Aquele rio de Beber Água era o antigo rio Tiuru, Tissuru, da Cruz ou do Baldo.

Registro de concessão de terras, de 6 de agosto de 1791, refere-se à rua da Conceição atual, àquela época descrita como “rua direita, que vai por detraz da matriz”. Em 1808 apareceu, pela primeira vez, a denominação relativa a uma doação de terras, concedida pelo Senado da Câmara do Natal em 14 de junho de 1808, a Antônia Rita.

O capitão José Alexandre Gomes de Melo recebeu uma doação de terreno, em 21 de agosto de 1819, “para fazer casa no fundo da sua em que mora, na rua da Palha”. A casa residencial já existente, onde morava José Alexandre, foi o primeiro sobrado particular construído em Natal. O prédio do chamado “Sobradinho” ainda existe na rua da Conceição, encontrando-se tombado a nível nacional, nele funcionando o Museu Café Filho.

Em 1822, ao que parece, existia o edifício da Fazenda Pública, na rua da Conceição, no mesmo local hoje ocupado pelo edifício do Palácio do Governo.

Até o início deste século, a rua da Conceição era pouco habitada, nela ainda havendo terrenos desocupados. Segundo Câmara Cascudo, “em 1834 havia um matagal espesso num dos lados. Tão denso que escondeu durante duas horas, os assassinos do tenente coronel José Leite do Pinho”. Em 1897 a Intendência Municipal realizou um recenseamento urbano. Joaquim Severino, o agente encarregado do censo da rua da Conceição, registrou a existência de 33 casas e 204 habitantes.

Com o objetivo de instalar o parque do atual Palácio do Governo, foi derrubado um trecho da rua da Conceição. Em 1914, outro quarteirão foi demolido, a fim de ser construída a atual Praça 7 de Setembro. Uma

das casas destruídas era conhecida como a “Casa do Nicho”, a “antepenúltima à esquerda, antes da atual Ulisses Caldas”. Aquela casa apresentava, na parede da fachada principal, um nicho “fechado com portinhas de madeira. Abrigavam um vulto de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da rua, a origem do topônimo”.

A Casa do Nicho tornou-se um ponto de romarias, onde o povo parava para rezar, acender velas e pagar promessas. A edificação pertencia a Joaquim Inácio Pereira (o 1º), passando posteriormente por herança às mãos do seu filho homônimo, o comendador e vice-cônsul de Portugal, Joaquim Inácio Pereira (2º).

Em meados deste século, Luís da Câmara Cascudo localizou aquela imagem de Nossa Senhora da Conceição, em poder da viúva de Calixtrato Carrilho, Dona Idalina Pereira Carrilho. Assim Cascudo descreveu a imagem: *“é uma figura de 29 centímetros e meio de alto, esculpida em madeira, num relativo estado de conservação, tem as mãos postas, os pés ocultos em nuvens, de onde emergem cinco cabecinhas de anjo, encimando-a uma coroa de prata, já escura, de pobre lavor. É trabalho de influência nitidamente portuguesa, denunciando a prestigiosa tradição dos santeiros de Braga, especialmente no manto ornamental, azul-e-ouro na parte interna. O manto não recobre a cabeça da imagem mas o faz um pano branco, com verso imitando o brocado. Está com o pescoço nu, gola deitada e olhos de vidro”*.

Na rua da Conceição existiu um outro palácio, que serviu de sede ao Poder Executivo no período de 1862 a 1869, o qual foi demolido juntamente com outros prédios, para nos terrenos ser construída a Praça 7 de Setembro. Naquele velho palácio realizou-se um dos mais famosos bailes havidos em Natal, no dia 2 de dezembro de 1868, em cuja ocasião foi servida, pela primeira vez na cidade, bebida gelada. O gelo veio a Natal, embarcado desde o Recife...

No final do século passado, concentravam-se na rua da Conceição, os principais jornais natalenses, “Ali vibravam as grandes folhas que apaixonavam centenas de correligionários e enfureciam outras centenas adversas. Ali viveu **A Situação**, do dr. Henrique Câmara, em 1877, **O Correio de Natal**, de João Carlos Wanderley, em 1878, **A Liberdade**, órgão do Partido Liberal, em 1885, **O Nortista** e **O Diário de Natal**, de Elias Souto, em 1895, **A Capital**, em 1908, de Galdino Lima, Honório Carilho e Juvenal Antunes e dezenas de jornalzinhos impressos nessas tipografias.

Existia ainda naquela rua, o Bilhar Americano, a Alfaiataria de Gabriel Narciso Aranha, o Armazinho de Manuel Joaquim da Costa Pinheiro e a Padaria Flor do Natal, além de várias casas residenciais.

Atualmente a rua da Conceição está reduzida a um pequeno trecho. Nela destacam-se os prédios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; o Museu Café Filho, instalado no velho Sobradinho; a casa onde hospedou-se o padre João Maria, quando chegou a Natal, para assumir a paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, atualmente ocupada pelo Escritório Técnico do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Norte.

FONTES: “História da Cidade do Natal”, de Luís da Câmara Cascudo, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980; “Terra Natalense”, de Olavo de Medeiros Filho, Natal: Fund. J. Augusto, 1991; Jornal A REPÚBLICA, nº 3247, de 08/03/1942, pág. 8; outras pesquisas procedidas pela autora.

RUY AZAMBUJA

Otto Guerra
(Sócio efetivo)

Quando falecia um conhecido com idade próxima da sua, costumava o meu pai dizer, entre preocupado e jocoso:

- A coisa está ficando feia: minha classe está sendo convocada!

Os idosos, que temos essa infalível convocação pessoal adiada até quando Deus o permitir, deparamos, vez por outra, com a partida de amigos ou de pessoas que admiramos de maneira especial.

Na correspondência que me chegou esta semana, encontrei duas tristes notícias. Li na REB (Revista Eclesiástica Brasileira), fascículo 220, dezembro de 1995, que falecera em Salvador (Bahia) o insigne professor Thales Olímpio Góis de Azevedo, no dia 5 de agosto. E o excelente semanário católico “O Lutador” (semana de 7 a 13 de janeiro deste 1996) de Belo Horizonte (Minas) informava que falecera em Porto Alegre (RS) o meu amigo Ruy Rodrigo Brasileiro de Azambuja, no dia 7 de outubro de 1995.

Conheci-o pessoalmente, tornando-nos amigos, unidos pela mesma fé de católicos praticantes, a par do desempenho de várias atividades muito semelhantes.

Em outubro de 1948 fui a Porto Alegre e participei do VIII Congresso Eucarístico Nacional, tão imponente e cheio de espiritualidade. Tive a honra de ser orador oficial da primeira sessão solene, falando à verdadeira multidão concentrada no Parque Farroupilha, calculada numas 300 mil pessoas, segundo me informaram.

Tivemos grata aproximação, por quanto éramos jornalistas católicos, ele diretor do “Jornal do Dia”, eu do jornal “A Ordem”, de Natal. Além do mais, éramos advogados e militantes de organizações religiosas.

Estabelecemos proveitoso intercâmbio e o seu jornal de Porto Alegre publicava com muita frequência os meus artigos editados pelo diário natalense. O “Jornal do Dia” publicou, na íntegra, minha longa

dissertação da sessão inaugural do Congresso, intitulada “A Eucaristia e a Ordem na Pessoa Humana”. Posteriormente, por gentileza sua, recebi “xerox” da mesma conferência, que fora publicada nos Anais do Congresso e trazida pelo nosso amigo comum, dr. Enélio Petrovich, que com ele estivera em Porto Alegre.

“O Lutador” de Belo Horizonte publicou um artigo do seu filho José Inácio Fay de Azambuja, contando sua vida exemplar, desde os começos. Tivera o pai assassinado, quando contava apenas 12 anos. Começara a lutar desde 1930, como simples contínuo. Foi galgando postos na carreira bancária por merecimento próprio e fé inquebrantável. Aposentou-se como consultor jurídico do Banco Meridional, após mais de 58 anos de atividades.

Casara em 1948 com a professora Marila Fay de Azambuja, nascendo-lhes 3 filhos: José Luiz, engenheiro e economista; Maria Regina, procuradora de Justiça e José Inácio, advogado.

Dirigiu a revista “Idade Nova” e foi co-diretor da revista “Cultura e Fé”. Professor de Publicidade, Ética, História e Legislação de Imprensa na Escola de Jornalismo da PUC. Presidiu a Comissão Justiça e Paz. Conselheiro da OAB, secção do Rio Grande, presidente, em duas gestões, do Instituto dos Advogados daquele Estado. Presidiu a Associação de Jornalistas Católicos e foi correspondente de noticiários católicos dos Estados Unidos e Peru.

A Santa Sé conferiu-lhe uma Comenda, recebendo honra idêntica do governo italiano, da OAB e do Instituto dos Advogados.

Tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia de Letras “Mater Salvatoris” de Salvador, Bahia.

Escrevia em vários jornais, colaborando em periódicos do interior gaúcho (vários municípios) ou da Capital e também no “Lutador”, de Belo Horizonte (sou dele assinante e lia com agrado seus artigos), “A Tarde” de Salvador e “O Estado de São Paulo”.

Publicou as seguintes obras: Meios de Comunicação Social. Missão e Responsabilidade (1992); Que Fazer do Homem? (1994).

Na vida religiosa, foi presidente da Juventude Católica Brasileira e da JUC (Juventude Universitária Católica), ambas de Porto Alegre. Integrava também a Congregação Mariana. Exercera a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, modernizando-a.

Uma vida cheia, posta a serviço do bem comum.

OS PARTIDOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO NORTE E UM TERMO DE BEM-VIVER

Antônio de Souza (Policarpo Feitoza)
(*Ex-Governador do Estado - 1920-1923*)

Se o “Estado Novo” não tivesse prestado ao Brasil outros serviços, só o decreto de 2 de dezembro de 1937 (por coincidência certamente notada, a data aniversário daquele que tanto se queixou dos obstáculos que lhe criavam os partidos) seria bastante para lhe conquistar as bênçãos dos contemporâneos. E não se diz logo as da posteridade, porque, quando ficar velho, isto é, quando vier o Parlamento, os partidos voltarão... Realmente, desde que o Brasil é nação independente e trabalha para conseguir entre as outras o lugar a que lhe dão direito, não só os seus elementos naturais de grandeza, como o valor da sua gente, nenhum obstáculo, nenhum estorvo, nenhum trambolho lhe foi mais nocivo, nem tanto lhe retardou os passos quanto a sua politicagem, quer dizer, os partidos políticos que a geraram e durante mais de um século a praticaram e desenvolveram desatinadamente.

Não foi o clima, onde pretendem sociólogos pessimistas, ou talvez apenas invejosos, não ser possível uma grande civilização, pelo fraco fundamento de que até hoje a história não registrou alguma entre os trópicos; não foi a raça, ou a mistura de raças que o povoa, pois que desde os primórdios foram os melhores produtos da mistura que assumiram a direção e, apesar da sua inconsistência e dos seus devaneios, o trouxeram ao ponto de prosperidade, de cultura e de riqueza que, afinal de contas, não nos envergonham; não foi a extensão territorial, com a conseqüente dificuldade das comunicações e retardamento da ação governativa, que impediram, nessa relativamente curto período de doze decênios, o alcance dum cume mais alto, mais amplo e mais luminoso que o atingido.

Foi a politicagem. Desde os tempos de Pedro I e da Regência até o “parlamentarismo” experimental posterior à revolução de 1930, a

politicalha, como dizem tê-la crismado o mestre Ruy (e ele a conhecia muito bem por ter sido mais duma vez sua vítima) que transtornou, estragou e atrasou tudo quanto foi governo e administração no Brasil.

O antigo embaixador da Grã-Bretanha nos Estados Unidos, James Bryce, num livro célebre sobre as repúblicas da América do Sul diz, referindo-se à política do Brasil em 1912, que *“a maior parte dos homens que se dedicam à política parecem absorvidos pelas intrigas pessoais”*. Como hóspede estrangeiro, não se pode ser mais “diplomata”; mas seria essa preocupação um mal de raça, como ele parece supor, ou uma característica da própria politicagem, que vive muito bem em qualquer parte do mundo?

Em toda organização em que haja partidos políticos, seja nas jovens repúblicas da América (Sul ou Norte) ou nas velhas e super-civilizadas democracias da Europa, as intrigas pessoais da politicagem são mais ou menos as mesmas, porque o mesmo é o homem.

E com toda certeza a do Brasil, embora péssima como há pouco se disse, não seria pior que a da admirada França, por exemplo, a qual agora mesmo está sofrendo as conseqüências dela, como talvez amanhã ou depois sofreríamos nós da nossa, se não a atalhasse o benefício decreto de 2 de dezembro.

Em verdade, por que foi a França tão humilhantermente ocupada em 1940? Não era ela uma das nações mais ricas e mais poderosas do mundo? Dos seus quarenta milhões de habitantes não apresentara na guerra anterior um formidável exército de mais de três milhões, isto é, mais de oito por cento do total de seus filhos? Apesar da diminuição fatal da natalidade, não dispunha ainda de mais de dois milhões de soldados dos mais valentes do mundo?

Faltou-lhe, inacreditavelmente, a aparelhagem, o preparo material para lutar contra inimigos desde muitos anos formidavelmente preparados. Por que? Carecia de homens, de coragem, de dinheiro?

Não. Faltou-lhe a consciência da realidade, faltou-lhe a previdência, que tudo lhe tirou a politicagem dos seus dirigentes, ainda embriagados pela fumaça duma vitória, na qual o mais clarividente de todos, aliás o principal autor dela, via mais “misérias” que “grandezas”.

Os seus políticos, o seu parlamento ocupavam-se com intrigas partidárias, no meio das quais surgiam, de tempos em tempos, escândalos, como um então bem recente, no qual se apurou a responsabilidade de

vários desses políticos. E o preparo da força e da defesa eram recuados para terceiro ou quarto plano...

Se há, como diz o povo, “espelho em que a gente se deva mirar”, esse é o mais claro possível. O Brasil é talvez a nação mais pacífica do planeta, a quem detém o famoso *record* dos tratados, dos convênios, dos acordos (até ortográficos); nunca se empenhará em lutas pelo chamado “espaço vital”, nem tem inveja das prosperidades alheias, mas teve, quando nem esperava nem desejava, de preparar-se para lutar; exatamente como o pobre criador do sertão, que está trabalhando no seu roçado, e de repente vê entrar-lhe no “chiqueiro” uma onça para estrangular os bodinhos.

Porque ainda não está ele superiormente preparado para afugentar qualquer canguçu, por mais pintada que esta seja?

Exatamente pelo mesmo mal que roeu a fibra da França, e, graças a Deus, foi atalhado em tempo, antes de também nós ficássemos desfibrados.

Porque a nossa gente grande, com alegações de liberalismo e de democracia, quase efetivamente cuidava de parolagem, de questões de aldeia ou de prevenções e ciúmadadas pessoais.

O regime era organizado, quer dizer, desorganizado de tal modo que, ainda quando se tratasse dum real interesse público, sempre havia modos de lhe meter no meio dois ou três interesses pessoais ou, pelo menos, partidários.

Em todos os períodos houve certamente cavalheiros ilustres a discursar por extenso, com sapiência e retórica, sobre a defesa nacional, como sobre economia e finanças, sobre instrução, sobre saúde pública. Pois ainda há poucos anos a defesa da nação era a referência à sua pacatez, a economia era o empréstimo, a instrução uma percentagem de analfabetos, que ninguém tem coragem de escrever, e a saúde, com algum exagero embora, a daquele “vasto hospital” lamentado por um médico ilustre.

Porque, ou o interesse pelo assunto público era superficial (ou artificial), ou faltavam para a realização a constância, a consistência, a continuidade, que as oscilações políticas tiravam.

*

No tempo do Império havia no Rio Grande do Norte, como nas outras províncias, dois partidos (não contando as dissidências ocasionais),

cujos programas começavam inexplicavelmente por um artigo escrito em francês: *“Ote-toi de lá, que je m’y mette”*. E esses programas, ali como em todo o Brasil, eram tão bem discriminados, que às vezes o de um era o outro que executava.

Porque a índole do potiguar é naturalmente galhofeira e trocista, um dos artigos do programa era também o dos apelidos aos adversários, o da troça em versos cantados com música própria, ou adaptados à de operetas em voga, o das “mofinas” mais ou menos arranhadoras nas solicições dos respectivos jornais...

Mas raramente os seus pleitos eleitorais foram atroadores e cruentos como, por exemplo, o deste brilhante e irrequieto Pernambuco, onde estas linhas se escrevem.

Ali, principalmente na Capital, onde estavam o governo e os próceres, as lutas eram “intelectuais”, e sob esta feição não é possível deixar de recordar um trecho de jornal (hebdomadário como todos os da época) após a realização dum acordo ocasional para a eleição dum deputado:

“Por enquanto, dizia a galhofa, reina na província uma harmonia paradisíaca, antes do pecado. As galinhas dum terreiro entram no terreiro vizinho sem que as deste lhes dêem bicadas, e até há quem afirme ter visto um felino dormitando entre as patas dum canino deitado, com a cabeça apoiada sobre o ventre deste...”

Cada um procurava as alusões, ainda quando não as havia, ria-se à descoberta, mostrava a outro, e no dia da eleição não havia discrepância.

Por ocasião de cada um desses “conchavos” viam-se cenas divertidas, como a dum gordíssimo chefe liberal de município vizinho, poucos dias antes inimigo feroz do chefe conservador, cantando à mesa deste, num jantar que naquele tempo ainda não se dizia “de confraternização”, um lundum de circunstância, que começava:

*“Oh, que feijoada
Tão engordurada,
Tão cheia de bredo...”*

E três ou quatro anos depois, já nos últimos da monarquia, os

conservadores comentavam uma célebre reunião de liberais com versos adaptados à música duma opereta em moda. Esta tinha uma ária:

*“Ai, divina
Florentina,
Tu és o amor que minha alma ilumina...”*

E o trocista, depois de exposto o objetivo da reunião, cantava:

*“Nascimento
Teve assento
Na cadeira da velha tribuna...”*

Aquele Nascimento era o dr. Nascimento Castro, uma das saliências da política local nos últimos anos do Império e nos primeiros da República.

Tudo anódino, como se vê, e nem os acordos nem as troças impediam o patricio de continuar fiel ao seu partido e ao seu chefe.

Nas mudanças de situação, um ou outro pobre empregado, “para não morrer de fome”, como diziam, “virava a casaca”; algum ambicioso por emprego com renda, ou por função com figura, fazia o mesmo. Mas o grosso do partido era firme, sofria perseguições ou pirraça e ficava. Um deles, pegando com dois dedos o pano surrado das calças, dizia na calçada dum correligionário: *“Enquanto estas agüentarem remendo eu não vou...”*. O bico de pena, porém, se encarregava de dar sempre maioria ao partido de cima.

É claro que tal regime de partidarismo fechado não dava à província um palmo de estrada, um litro de água de açude, ou sequer uma escola, que é o mais barato dos melhoramentos. Os presidentes nomeados pelo governo central chegavam quase todos com a preocupação da política de partido, embora as “falas” à Assembléia Provincial estivessem cheias de projetos e de promessas.

No Rio Grande do Norte ficou célebre o caso dum que, logo depois da posse, indagou em que repartição trabalhava o empregado Fulano e, sem vê-lo nem ouvi-lo, mandou lavrar o ato da demissão.

Chegou a República, e os partidos, mais variados porque às vezes eram o de Manuel ou de Francisco, não mudaram muito de condição. O Rio Grande do Norte teve a fortuna de possuir um propagandista com verdadeiro gênio político de organizador e dirigente, mas as dissidências, os interesses, os ciúmes não produziram resultados muito diversos dos da Monarquia.

Depois de 1930 as tentativas de neo-parlamentarismo e de neo-partidarismo foram de tal modo falhas que, passado um decênio, não merecem referência demorada. O que predominou não foi, como nos outros, a troça, ou a “mofina” nos jornais, mas a injúria e a calúnia mais grosseiras e destemperadas, ambição tanto mais atrevida quanto menos justificada pelo valor...

Quando as coisas estavam já num ponto de decomposição que os olfatos acusavam, veio o “saneamento”... O Estado Novo fê-los assinar compulsoriamente um legítimo termo de bem-viver. Estão todos unidos, são todos amigos sem carecer de organizar ou de cometer o contra-senso do “partido único”, como se partido não fosse parte, e portanto pressupusesse matematicamente a existência de pelo menos outra parte.

Agora, na querida terrinha do Rio Grande do Norte, como nas outras, só há necessidade duma prevenção: verificar, de vez em quando, se eles não estarão apenas enlapados e em modorra, como os sapos no verão, à espera das futuras chuvas eleitorais para levantar a tampa dos respectivos ataúdes...

ALFERES ULYSSES DE GOES

Josué de Oliveira Lima
(Colaborador)

Em Campina Grande, ao receber o título de Personalidade Cultural do Nordeste, conferido pela Fundação Afonso de Campos, com assinatura de Amaury Vasconcelos, presidente da Academia Campinense de Letras, o historiador Enélio Lima Petrovich, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ao lado do seu espírito carismático de homem de letras, não só recebeu a preciosa honraria mas deixou a notícia de que os potiguares iriam celebrar o centenário de nascimento do professor ULYSSES CELESTINO DO GOES, fazendo inserir alguns trabalhos sobre o mesmo na revista editada sob o patrocínio da Fundação Padre João Maria.

Estando ambos, naquele momento no Estado da Paraíba, ao efeito da circulação da notícia, relembremos o trabalho que fizemos publicar em 1984, no jornal "O Nordeste", abordando alguns aspectos da vida do saudoso professor norte-rio-grandense, ao fazermos o registro de falecimento da sua esposa, Exma. sra. ALICE CARRILHO DE GOES, cujos excertos oferecemos como contribuição à revista dirigida pelo historiador Enélio Lima Petrovich e homenagem ao educador potiguar, de quem fomos aluno.

"É certo que ao lado de um homem bem sucedido, há sempre a influência positiva de uma expressão feminina. Isto é bíblico. Principalmente quando a mulher reúne as simultâneas qualidades de boa esposa, amiga e companheira em todas as horas e se converte, por isto mesmo, em elemento divino, capaz de proporcionar estímulos essenciais para o idealismo do homem, notadamente aquele que tem fé no seu trabalho e faz da vida e pedestal de sua existência, como criatura fiel e temente a Deus".

"Estes pensamentos não são novos. Mas renascem agora quando passo em revista alguns aspectos do passado não longínquo

e relembro a figura saudosa de nossa convivência terrena como um anjo que cumpriu o seu dever, desempenhou a sua missão, deixou exemplos de beleza e abnegação, fazendo de sua vida trajetória humilde e simples, um marco de experiência e edificação”.

Estamos naturalmente nos referindo à D. Alice Carrilho de Goes, cujo falecimento em 1984, partiu ao meio o coração do seu esposo, professor Ulysses Celestino de Goes, líder cristão, católico praticante, mas que registra em seu *curriculum* dois grandes feitos que permanecem desconhecidos de muita gente: foi quem primeiro ensaiou os passos para o ecumenismo religioso, admitindo protestantes na Escola de Comércio, fundada sob o patrocínio da Congregação Mariana de Moços, sendo o ex-deputado estadual Firmino Gomes de Castro o primeiro aluno a romper essa muralha de Jericó. Era o único brasileiro vivo, na época, a portar, secretamente a patente de Alferes, o mesmo posto militar de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, mártir da Independência.

Este fato, aliás, pouco conhecido, tinha dele ciência um círculo restrito de pessoas, mas não escapava ao conhecimento de historiadores da época, mais precisamente, Henrique Castriciano de Souza, Nestor dos Santos Lima, Câmara Cascudo e Manoel Rodrigues de Melo, único vivo dos citados.

Ficamos sabendo disso em função de pesquisa realizada para a edição de jornal de circulação interna, em 1947, de cuja edição participaram Ismael Ramos das Neves (espírita), Eudes Marinheiro de Araújo (católico) e o autor destas linhas que adotava posturas ideológicas vinculadas à reforma protestante do século XVI, “A VOZ ESCOLAR”.

O professor ULYSSES DE GOES tem hoje o seu lugar reservado na história do Rio Grande do Norte, tendo sido responsável por elenco extraordinário de iniciativas pioneiras no campo da educação e do desenvolvimento de sua terra natal.

Fundou a Escola de Comércio, através da qual educou gerações inteiras, transformando-o em líder cívico e carismático.

No entanto, soube manter-se afastado de linhas partidárias e cores políticas, mas sabendo exercer uma certa liderança, mantendo ao seu lado grandes e fiéis amigos dos quais poderemos destacar alguns dos mais assíduos na frequência de sua amizade, justamente aqueles que emprestavam seu nome para composição do corpo docente da escola que dirigia com acendrado interesse e idealismo. Ei-los: Otávio Tavares, engenheiro civil, mas que ensinava Inglês, tendo em vista que morou

muitos anos na Inglaterra. dr. José Ivo Moreira Cavalcanti, médico, que ensinava ciências físicas e naturais. Túlio Fernandes de Oliveira (pai), advogado, mas ensinava economia política, obrigando os alunos aprender (ou decorar) o Compêndio de Economia Política de Charles Gide. dr. Hélio Galvão, advogado e tabelião que ensinava português. José Maria Mousinho, ensinava estenografia. Josino Macedo, matemática. Everton Cortez, Aluizio Alves, Reginaldo Teófilo, Tarcísio Medeiros, advogado que ensinava História Geral, dando muita ênfase à Revolução Francesa. Deífilo Gurgel, Roque José da Silva, Lívio Dantas, José Martiniano e o famoso professor Climério que reprovava sem dó nem piedade quem não decorasse os verbos franceses traduzidos do alemão por Carlos Ploetz.

A Escola de Comércio, com a evolução do Ensino Técnico Contábil, foi equiparado ao nível superior e transferida para a Faculdade de Ciências Contábeis, absorvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E o seu grande patrono e fundador, falecido há pouco mais de um ano, permanece vivo entre os que com ele conviveram e entre os beneficiários de suas realizações, podendo, assim, receber honras ao seu triunfo de homem devotado à causa do ensino e outras nobres causas de interesses nacionais. É válida a celebração do seu centenário de nascimento em grande estilo.

HOMERO HOMEM, UMA PÁGINA DE SAUDADE

Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão
(*Sócio correspondente*)

Dia 17 de julho de 1991, pela madrugada, partiu Homero Homem de Siqueira Cavalcanti, filho de Canguaretama. Criatura humana das melhores. Poeta, escritor, jornalista.

Com ele sempre estávamos.

E neste velho e maravilhoso Rio, ao lado do eminente amigo e confrade Enélio Lima Petrovich, presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico, era uma visita obrigatória, à sua casa, no bairro do Leblon.

Lembro-me bem que, no dia 11 de dezembro do ano findo, atendendo à convocação da presidência do referido IHG/RN, fizemos a saudação ao insigne consócio, em solenidade realizada no Centro Norte-rio-grandense, aqui no Rio, quando Homero tomava posse na categoria de **Sócio Correspondente**. E com muita honra e alegria, a missão fora cumprida.

Assim, quando o nosso querido confrade já se encontra no Alto, ao lado do Criador, oportuno se nos parece, invocando a sua memória, transcrever as palavras que sobre ele proferimos, naquela sessão solene, que contou com a presença de inúmeros conterrâneos, intelectuais, amigos do homenageado. Presidiu a magna solenidade o dr. Arnóbio Cabral, presidente do Centro.

Eis, portanto, a nossa breve saudação:

“O prof. Homero Homem nasceu em 5 de janeiro de 1921 no Engenho Catu, em Canguaretama, no Rio Grande do Norte. Reside há muitos anos no Rio de Janeiro, tendo conservado estreitos laços com sua terra natal.

É autor de mais de trinta livros. “Grande nome da poesia brasileira pós Modernismo”, sua obra “alinha também o romance, a crônica, a novela, o conto e o teatro”. Nela, ele “ora se identifica com a vivência nordestina, como em **Cabra das Rocas**”, lançado no Brasil e no exterior e que já ultrapassa meio milhão de exemplares, “ora cria um ambiente

de fabulação mágica e alegórica, como em **Menino de Asas**, também sucesso de crítica, adotado desde as escolas de ensino médio às universidades, já com mais de 1 milhão de exemplares de tiragem”, sendo o livro nacional mais lido pela juventude.

Em sua densa obra, contam-se, entre outros trabalhos, **O Agrimensor da Aurora, O Luar Potiguar, Tempo de Amor, Eu sem Ego**.

O prof. Homero Homem tem uma carreira literária louvada pela crítica (5) e valorizada por numerosos prêmios, distinções, diplomas e condecorações.

Recebeu os prêmios (5):

- a) Alphonsus de Guimarães, do INL-MEC (em 1958);
- b) Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras;
- c) Escritor do Mar, do Clube Naval;
- d) Luisa Cláudio de Souza, do Pen Clube;
- e) Prêmio Nacional de Poesia Falada, do Estado do Rio;
- f) Prêmio DNER do Ministério dos Transportes, no concurso de poesia sobre a Estrada Transamazônica;
- g) Thomas Mann, da República Federal Alemã;
- h) Prêmio Nacional de Literatura, do INL-MEC, de 1975, pelo conjunto de sua obra poética.

Em 1979, foi contemplado com um prêmio especial de Literatura, conferido pela Associação Paulista de Críticos de Arte, pela idealização e realização da I Semana de Cultura Nordestina em Natal, sob o patrocínio da UFRN.

É sócio fundador da Academia Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, tendo sido eleito, por unanimidade, sucessor do poeta Odylo Costa Filho, no Pen Clube do Brasil (5). É sócio fundador nº 1 do Primeiro Sindicato de Escritores do Brasil.

Sobre ele, correram múltiplas vozes.

Diz Wilson Martins:

“Homero Homem, cuja dicção poética é geralmente de extraordinária beleza e força sugestiva, consolida a sua posição entre os nossos grandes poetas modernos. Além do sentimento

nacional, ele é também o poeta da condição humana e da vida contemporânea, da integração na natureza e da experiência amorosa. Observe-se que, em qualquer desses tópicos, a sua poesia não é discursiva, nem raciocinante, mas metafórica, condição de toda grande poesia”.

Artur Eduardo Benevides escreve:

“Um poeta autêntico, cheio de força criadora, de pureza lírica, de mistério (...) Linguagem liberta de influências, definida, própria, sem vacilações. Um toque personalíssimo na maneira de dizer, de interpretar as coisas, os gestos, os seres. Um modo de cantar diferente”.

O prof. Homero Homem é cantor apaixonado do Rio Grande do Norte e de sua cidade, à qual chama, com o lirismo que lhe é característico, de “doce pátria de Canguaretama”.

Seus ilustres avô e pai ocuparam posição de destaque na Magistratura e na Administração Pública, respectivamente.

Seu avô, o dr. Joaquim Homem de Siqueira Cavalcanti foi o 10º juiz de Direito da Comarca de Canguaretama, de 1897 a 1913 (9).

Seu pai, Joaquim Homero de Siqueira Cavalcanti Filho, foi presidente da Intendência (cargo que equivalia ao de Prefeito) do Município de Canguaretama, de 1923 a 1924.

O prof. Homero participou ativamente das comemorações alusivas ao centenário da elevação da Vila de Canguaretama à condição de cidade. Compareceu na ocasião a Canguaretama onde foi alvo de várias homenagens.

É autor do “*Hino do Centenário de Canguaretama*”, que figura no livro **Canguaretama Centenária**, de José Jácome Barreto, livro onde o prof. Homero é citado como um dos homens ilustres do Município.

Aqui, no Rio de Janeiro, o Centro Norte-rio-grandense e a Casa de Memória Potiguar realizaram Sessão Comemorativa desse Centenário, a que tivemos o prazer de comparecer e na qual o prof. Homero foi o orador.

No prof. Homero, são patentes suas qualidades complementares de apurada sensibilidade (o que é típico dos grandes poetas) e

personalidade combativa. Com sua devoção a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Canguaretama (e, aliás, também de Portugal, terra de nossos avoengos mais distantes), e com seus princípios e seu zelo, ele como que se constitui, qual antigo cruzado, em um Cavaleiro da Boa Causa”.

OITO E OITENTA

Francisco de Vasconcellos

(Sócio correspondente)

Dois expoentes da cultura nacional completam agora, respectivamente, oito e oitenta anos de desaparecimento do mundo dos vivos: Luís da Câmara Cascudo e Sílvio Vasconcellos da Silveira Ramos, que passou à História com o nome de Sílvio Romero.

Separados por quase cinco décadas, foram ambos gigantes polígrafos, grandes conhecedores da formação étnica e cultural brasileira, demólogos de grosso calibre, com substanciosas obras que se transformaram em indispensáveis e permanentes fontes de consulta.

Filhos de províncias nordestinas, souberam ser fiéis às suas origens, valorizando-as na possibilidade de suas respectivas cerebrações. Cascudo, jamais abandonou o seu torrão natalense e dele partiu para a eternidade cósmica aos 30 de julho de 1986. Romero, passou do sergipano Lagarto, ao Recife fazendo da trincheira acadêmica da velha Faculdade de Direito, seu tubo de ensaio, explodindo depois na Corte e na Capital Federal, onde esbanjou talento e semeou polêmicos vendavais, até que a morte o colhesse aos 18 de julho de 1914.

Tanto o potiguar como o sergipano, viveram sobranceiros às iniquidades das questiúnculas provincianas, à politicagem e aos mesquinhos interesses do cotidiano pequeno burguês. Desprendidos e destemidos, cômicos da missão que cumpriam no planeta, jamais tergiversaram ou transigiram com a verdade, para adular e cavar, para disputas menos lisonjeiras. Daí a reputação de seus trabalhos, limpos, sólidos, calafetados, incorruptíveis. Daí a fé pública de que desfrutaram e de que desfrutarão *ad eternum*.

A Cascudo, meu mestre e amigo, já dediquei inúmeros ensaios e até um volume inteiro, “Câmara Cascudo do Potengi ao Piabanha”, que conta toda a vinculação do potiguar potengiense, com a ribeira do Piabanha, mais precisamente com a cidade de Petrópolis.

Por isso, peço licença, para nesta oportunidade falar um pouco mais de Sílvio Romero, nesses oitenta anos de seu falecimento.

E nunca suas críticas à maneira de ser do brasileiro, vieram tão a calhar. Afinal, estamos vivendo uma terrível encruzilhada, daí a necessidade de se repensar o velho psicodemólogo de Lagarto.

Sílvio Romero era rebento da geração de cinquenta, que despontou no Recife de 1870, onde foi contemporâneo de Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Araripe Júnior, José Mariano.

Formado em Direito, em 1873, dois anos depois publica o seu primeiro livro - "A Etnologia Selvagem" - e, em 1876, já na província fluminense, é nomeado juiz em Parati.

Sylvio Rabello, em seu livro "Itinerário de Sílvio Romero", Civilização Brasileira, Rio 1967, assevera que foi no Recife que amadureceu no filho de Lagarto, seu extraordinário espírito crítico e que foi ali também que se desencadearam nele, seus defeitos e qualidades mais significativos, contando-se entre aqueles, sua incapacidade para tolerar a controvérsia, seu autoritarismo intelectual, sua suficiência doutrinária e, entre estas, sua coragem de enfrentar os problemas, sua fidelidade a princípios e doutrinas, seu critério nacionalista na busca das soluções de que o Brasil carecia.

Os indigitados defeitos levaram-no pelos caminhos da permanente superexcitação que o transformou num polemista cáustico, num guerreiro sem quartel. Não era homem de concessões nem de meias palavras. Pugnacíssimo até a morte, incendiário por toda a vida, mesmo quando os cabelos brancos poderiam aconselhá-lo a tomar as mangueiras dos bombeiros.

As aludidas qualidades, propiciaram-lhe conceber o retrato da verdadeira fisionomia brasileira, ponto de partida para o equacionamento de muitos de nosso defeitos, carências, desencontros. Seu aguçado senso crítico fê-lo abominar o romantismo e abrir espaço para que o bisturi do pesquisador e do exegeta, fizesse a análise do nosso perfil, sobre o qual haveria de se elaborar o Brasil do futuro. Infelizmente o etnólogo de Lagarto não teve a audiência que merecia. Era o homem indicado para redigir a Constituição Federal de 1891. Mas o destino escolheria o baiano Ruy Barbosa para tão elevado mister. A hipérbole asiática, ou a cartola na Senegâmbia, como queria Oswald de Andrade, triunfaria sobre a simplicidade chã, sobre a objetividade nua e crua do sergipano.

O folclore foi a verdadeira bússola de Sílvia Romero e, não foi sem razão que afirmou Sylvio Rabello na sua obra citada: *“foi alcançar o processo da formação brasileira, pela análise introspectiva de suas origens”*.

E dessa análise adviriam os conceitos magistras estampados em memorável ensaio sobre a falta de um caráter étnico original entre nós e sobre a nossa falta de coesão, ainda hoje flagrante no todo brasileiro (págs. 28/39, Tomo VII, janeiro/março de 1881, Revista Brasileira).

São deles essas tomadas atualíssimas: *“O Brasileiro se distingue por um certo desleixo moral, o culto do laissez faire, laissez aller, certo abandono por tudo quanto se refere aos mais vitais interesses da ordem pública”*.

E mais:

“As três raças que constituíram o povo brasileiro, ainda não se embeberam de todo entre si”. E seguimos desembebedos 113 anos depois.

“Vivemos de contrafações do pensamento alheio... Vivemos de imitações caricatas ao capricho do estrangeiro”. Nisso somos imbatíveis.

“A falta de coesão nacional, que é um fato étnico, físico, antropológico, traduz-se e revela-se na esfera mental. É por isso que não temos, nunca tivemos, uma opinião pública esclarecida em política, nem uma intuição literária própria”. Em que estágio estaria agora a nossa opinião pública ante as eleições gerais e a proximidade do novo milênio, por exemplo?

“A vida psicológica da nação é um atestado de seu profundo abatimento. Nas altas camadas e no povo inculto, formigam os prejuízos, sob a forma de verdadeiras manias nacionais. Indicamos aqui as principais: a mania das frases - plante que o João garante - Tudo pelo social; a mania dos empregos - vide o eterno inchaço das repartições públicas na era da automação; a mania da politicagem - que dispensa comentários; a mania da corte - Belacap/ Novacap; a mania do francesismo - substituída pela do yankismo; a mania da rotina - que se traduz no pavor às mudanças, e ao ataque às causas dos problemas”.

Aí está apenas uma pálida abordagem dos conhecimentos do Brasil que tinha Sílvia Romero, tão úteis, por atualíssimos, neste momento de profunda reflexão sobre o país.

MÁSCARA MORTUÁRIA DE CASCUDO É DOADA AO INSTITUTO HISTÓRICO

A última sessão do ano do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, realizada na quinta-feira passada em memória de Luís da Câmara Cascudo, que completaria 96 anos este mês, brindou os natalenses com uma relíquia histórica. Odontólogo Jório Marques de Souza, de 59 anos, doou ao instituto uma máscara mortuária de Luís da Câmara Cascudo feita doze horas depois da morte do pesquisador, historiador e folclorista mais famoso do país.

Feita em gesso na madrugada de 31 de julho de 1986, quando o corpo de Cascudo estava sendo velado na Academia Norte-rio-grandense de Letras, a máscara, mostrando detalhadamente a fisionomia do historiador, estava guardada até então no consultório do Jório Marques, na rua Mossoró. Jório é especialista em prótese buco-facial, sendo o único registro no Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte, e resolveu doar a máscara mortuária para atender aos pedidos de historiadores e de amigos médicos ligados ao instituto. *“Sinto uma satisfação muito grande em prestar esse serviço à coletividade resgatando a imagem física de um dos mais importantes brasileiros”*, afirmou o médico, acreditando estar colaborando também para que estudantes e professores mantenham o interesse por Câmara Cascudo.

O protético explicou ter sido convidado pelo presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, o então reitor da UFRN, Diógenes da Cunha Lima, para, com o consentimento da família, fazer a máscara mortuária de Cascudo. O historiador morreu às 16h30 do dia 30 de julho de 1986, aos 87 anos, na Casa de Saúde São Lucas, e a máscara foi feita às 4:30 horas do dia seguinte. *“Tive que realizar o trabalho de madrugada porque durante toda a tarde muita gente foi velar o corpo de Cascudo”*, lembrou. O trabalho foi feito gratuitamente, segundo ele, mas jamais os representantes da Academia Norte-rio-grandense de Letras o procuraram para buscar a máscara.

“Fizeram a encomenda, mas depois não me procuraram, como se houvesse esquecido”, disse Jório que, no entanto, não guarda mágoa de ninguém. Durante todo esse tempo, a imagem ficou num armário no consultório do odontólogo.

Quando souberam que, como faz todos os anos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte faria homenagem a Câmara Cascudo, amigos de Jório Marques sugeriram que, na sede do instituto, a máscara estaria muito bem guardada. *“Achei que a melhor destinação da máscara, que serve para preservar a imagem física, seria o instituto, do qual Câmara Cascudo foi sócio benemérito”,* enfatizou o especialista. *“Confiamos também na grande capacidade intelectual e de trabalho dos administradores do Instituto Histórico e Geográfico, principalmente de Enélio Petrovich, que luta para fazer daquela casa a memória de Cascudo”.*

O presidente do IHG/RN, Enélio Petrovich, disse que a sessão em que foi doado o monumento foi a mais bela dos últimos anos. Familiares de Cascudo, como a filha Ana Maria Cascudo, se emocionaram ao ver a imagem do pesquisador. Apesar de, à época, terem autorizado a confecção da máscara, os parentes de Cascudo não a conheciam. Na sessão solene a imagem foi coberta com a bandeira do instituto e Ana Maria Cascudo Barreto e Jório Marques convidados para a inauguração. A idéia de Petrovich é montar um pedestal com uma caixa de vidro para que a peça esteja permanentemente aberta à visitação pública. Cascudo morreu três dias depois de internado com infecção bronco-pulmonar, insuficiência coronária e lesões no aparelho renal. Nascido a 30 de dezembro de 1898, Câmara Cascudo foi enterrado no cemitério do Alecrim no dia seguinte ao de sua morte, às 16h.

(Tribuna do Norte - 18/12/1994 - Natal/RN).

JOSÉ MAURO DE VASCONCELOS

A denominação GRÊMIO LITERÁRIO JOSÉ MAURO DE VASCONCELOS é, ao mesmo tempo, homenagem a sociedade congênere que funcionou em Bangu no período de 1907 a 1939, com o nome de GRÊMIO LITERÁRIO RUI BARBOSA e ao consagrado romancista JOSÉ MAURO DE VASCONCELOS.

José Mauro de Vasconcelos nasceu em Bangu, bairro do Rio de Janeiro, a 26 de fevereiro de 1920, filho de Estefânia de Vasconcelos e Paulo de Vasconcelos, de família muito pobre, a ponto de - ainda menino - ter de viver com uns tios do Rio Grande do Norte, cresceu em Natal. Aos nove anos, aprendeu a nadar e, com grande prazer, lembra dos seus treinos de natação nas águas do Potengi, dos sonhos de ser campeão. Ainda em Natal, fez dois anos do curso de Medicina.

Novos sonhos e uma maleta de papelão eram a bagagem do jovem que voltou ao Rio, num velho cargueiro. O primeiro emprego foi de treinador de peso-pena, quando 100 cruzeiros por luta eram o limite entre uma vida difícil e a fome. Virou estátua em 1941, no monumento à juventude do jardim do Ministério da Educação, no Rio, José Mauro era modelo e acabou esculpido por Bruno Giorgi.

De carregador de bananas numa fazenda do litoral do Estado do Rio a garçom de boate em São Paulo, José Mauro percorreu distâncias e empregos em quantidade, no aprendizado de vida que parece essencial a certo tipo de escritores. Outra experiência foi uma bolsa de estudos na Espanha, limitada a uma semana pelo estudante, que não agüentou a vida acadêmica e preferiu correr a Europa. A atividade mais importante foi a que exerceu junto aos irmãos Villas-Boas, varando rios em plena região do Araguaia, conhecendo o ambiente hostil e lutando pelos índios.

Estava amadurecido o homem José Mauro. O resultado disso foi seu livro de estréia, "Banana Brava", de 1942. Nele, reflete o mundo dos homens sem piedade dos garimpos onde viceja e jamais frutifica a Banana

Brava; o livro simplesmente não aconteceu na época apesar de algumas críticas favoráveis. Depois veio “Barro Blanco”, em 1945.

Essa estória das salinas de Macau, no Rio Grande do Norte, conseguiu para José Mauro um grande sucesso de crítica. O livro seguinte foi “... Longe da Terra” (1949), marcando a volta do escritor ao sertão (“*Difícil encontrarmos um livro que nos ofereça de maneira tão natural a embriaguez da terra*”, disse o crítico Herculano Pires). Depois de “Vazante” (1951), vieram “Arara Vermelha” (1953) e “Arraia de Fogo” (1955). Para escrever o livro de 1953, percorreu cerca de 250 léguas no sertão bruto.

“Rosinha, Minha Canoa”, de 1962, marcou o primeiro sucesso da literatura de José Mauro. Recebeu elogios como o de Abdias Lima. “*A narrativa, com sua trama que corre como um rio, sem truques e artifícios literários, as personagens, com sua dialogação típica, fazem de “Rosinha, Minha Canoa”, uma grande estória nacional*”.

A imprensa já procurava o escritor em ascensão e perguntava sobre suas preferências literárias (“*Graciliano, Zé Lins do Rego*”), sobre seu modo de escrever (“*Escrevo meus livros em poucos dias. Mas em compensação passo anos ruminando idéias. Escrevo tudo a máquina. Faço um capítulo inteiro e depois é que releio o que escrevi. Escrevo a qualquer hora, de dia ou de noite. Quando estou escrevendo entro em transe. Só paro de bater nas teclas da máquina quando os dedos doem. Só aí percebo quanto trabalhei. Sou um cara capaz de varar dias escrevendo até a exaustão*”).

“Doidão” (1963) conta a adolescência do escritor em Natal, claro que de forma romaneada. “O Garanhão das Praias” (1964), com sua ação altamente dramática, é bem diferente de “Coração de Vidro” (1964), um livro de fábulas em que os animais ganham dimensão humana e lírica. De 1966 é “As Confissões de Frei Abóbora”, obra que antecedeu o grande sucesso do escritor, “O Meu Pé de Laranja Lima”.

“O Meu Pé de Laranja Lima” saiu em doze dias. “*Porém estava dentro de mim há anos, há vinte anos*”, diz José Mauro. E o livro, publicado em 1968, conquistou os leitores brasileiros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, quebrando todos os recordes de vendagem.

A crítica também se entusiasmou com a obra e não faltaram elogios: “*Qualquer pessoa de sensibilidade que leia esse livro de José Mauro se projeta na figurinha de Zezé...*” - Ivone Borges Botelho;

“Recomendo a todos a leitura de “O Meu Pé de Laranja Lima” e dos outros romances de José Mauro de Vasconcelos, cuja obra está exigindo estudos mais longos, pois é um dos bons narradores que o Brasil já teve em qualquer tempo” - Antônio Olinto; “O Meu Pé de Laranja Lima é um documentário social e um estudo psicológico - que soa como uma canção, onde há intensa realidade e, por isso mesmo, ternura e amor” - Euclides Marques Andrade.

Dizia o escritor, na época: “Tenho um público que vai dos 6 aos 93 anos. Não só aqui no Rio ou em São Paulo, mas em todo o Brasil. Meu livro “Rosinha, Minha Canoa” é utilizado em curso de Português na Sorbone, em Paris.

As traduções no estrangeiro se multiplicaram. O Meu Pé de Laranja Lima saiu na Áustria, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Itália, Holanda e França. Barro Blanco tem edições húngara e alemã. Arara Vermelha foi publicado na Áustria e na Alemanha e o será brevemente na Holanda. Em preparo, a edição de Arraia de Fogo na Hungria. Os direitos de Meu Pé de Laranja Lima também estão sendo negociados na Dinamarca, Finlândia, Tchecoslováquia. Em preparo, estão as seguintes edições de O Meu Pé de Laranja Lima: norueguesa, japonesa, sueca e polonesa.

Os livros de José Mauro mereceram a atenção de professores, que os levaram para seus alunos. Adotados em inúmeros colégios do país inteiro, servem hoje de texto para as aulas de Português de milhares de crianças e jovens. O mesmo ocorre na Argentina, notadamente com O Meu Pé de Laranja Lima”.

O fator básico do sucesso de José Mauro é sua facilidade de comunicação com o público, o que se confirmou nos livros posteriores a “O Meu Pé de Laranja Lima” - “Rua Descalça” (1969), “O Palácio Japonês” (1969), Farinha Órfã” (1970), “Chuva Crioula” (1972), “O Veleiro de Cristal” (1973), “Vamos Aquecer o Sol” (1974) e “A Ceia” (1975).

José Mauro sempre explicou a característica dos seus livros: “O que atrai meu público deve ser a minha simplicidade, o que eu acho que seja simplicidade. A minha linguagem regional está numa atitude compreensiva. Os meus personagens falam linguagem regional. O povo é simples como eu. Como já disse, não tenho nada da aparência

de escritor. É a minha personalidade que está se expressando na literatura, o meu próprio "eu".

Além de escritor, José Mauro foi artista plástico, ator de teatro e de televisão. Ganhou prêmios como coadjuvante em "Carteira Modelo 19" e como ator em "A Ilha" e "Mulheres e Milhões". Fez ainda "Fronteira do Inferno", "Floradas na Serra", "Canto do Mar" (deste, escreveu o roteiro). Seus livros "Vazante", "Arara Vermelha", "Rua Descalça", "As Confissões de Frei Abóbora" e "O Meu Pé de Laranja Lima" foram filmados. O último foi um grande sucesso de bilheteria.

Escritor de sucesso, homem simples, artista cuja sensibilidade se exerceu em várias áreas, José Mauro de Vasconcelos foi um dos autores mais famosos em nosso tempo.

Vale ressaltar que "O Meu Pé de Laranja Lima" também foi novela em televisão e enredo do GRES Mocidade Independente de Padre Miguel.

José Mauro de Vasconcelos, patrono desta entidade faleceu em São Paulo a 24 de julho de 1984.

(Texto extraído da Edições Melhoramentos - Boletim informativo mensal - Ano 01 - nº 01).

DULCE FIGUEIREDO, UMA MULHER ILUMINADA

Luiz G. M. Bezerra
(*Sócio efetivo*)

Dulce Meira e Sá de Figueiredo nasceu em Ceará-Mirim, a 21 de abril de 1900, e faleceu aos 94 anos de idade, em Natal (RN), em 17 de junho de 1994, após uma longa vida inteiramente dedicada à família, aos menos assistidos da sociedade, à cultura, e identificada com inúmeras instituições culturais, filantrópicas e religiosas, já que era uma católica fervorosa e convicta, deixando ainda em nossa cidade um seleto círculo de sadias amizades.

Embora com familiares que ocuparam cargos públicos expressivos e de real relevo no Estado, jamais se envaideceu para tentar projetar-se e tirar proveito - o seu avô paterno, Olinto José Meira, foi presidente da província do Rio Grande do Norte; o seu pai, dr. Meira e Sá, foi chefe de Polícia, juiz federal, senador da República e vice-governador; seu esposo, o cirurgião Aderbal de Figueiredo, foi um dos mais destacados médicos do Estado, em sua época; o cunhado, Silvino Bezerra Neto, foi juiz de Direito, chefe de Polícia e desembargador, e o seu irmão, José Augusto Bezerra de Medeiros, foi por quase 50 anos, governador, deputado federal e senador da República.

Dulce Figueiredo foi uma mulher inteligente, exclusivamente do lar, generosa e caridosa, simples e humilde, até em excesso, personalidade forte e conceito elevado no seio da sociedade, fruto de sua firmeza de atitudes e ilibada conduta, atributos naturais de uma dama de fino trato. Por tudo isto e identificada com conhecimentos dos mais variados assuntos e sensibilidade invulgar pela cultura, amor à arte, amante da boa leitura, música e filatelia, tornava sempre agradável a sua convivência.

A educação e instrução de Dulce Figueiredo foi toda ela adquirida no ambiente do lar e complementada na Escola Doméstica de Natal, fundada há quase 90 anos pelos mais expressivos intelectuais da época - Henrique Castriciano, Felipe Guerra, Manoel Dantas, Meira e Sá e muitos outros, tendo tido como suas professoras, destacadas educadoras - mlle.

Hélène Bondoc e mlle. Jeanne Negulesco, ambas diplomadas pela Escola de Friburgo (Suíça); miss Leora James e mais cinco professoras que vieram dos Estados da Virgínia e Carolina (USA); as alemães, Alexandra e Edwiges; a irlandesa, miss Isabel Bayrd e a suíça, Julia Serive. Assim, Dulce Figueiredo, aquela jovem cheia de amor por tudo e por todos, teve uma educação e instrução maravilhosa, participando da primeira turma de alunas formadas pela Escola Doméstica de Natal (1919) - Marília de Brito Guerra, Isabel Dantas (Sinhá), Maria Emília de Oliveira e Doralice Lustosa Barros (Dorinha), tendo Dulce sido aprovada, plenamente, no final do curso, com nota 9. Falava fluentemente o francês e estudou por alguns anos o inglês, alemão e espanhol.

Casada com o médico cirurgião, o sergipano Aderbal de Figueiredo, radicado no Rio Grande do Norte na década de 20, inteligente, estudioso, de alto nível cultural, esteve residindo por alguns anos na França, se especializando em urologia e, com Dulce, viajaram por vários países da Europa, visitando, pesquisando e se identificando, minuciosamente, com teatros famosos, bibliotecas, templos religiosos, obras históricas de artes e museus, que não se cansavam de transmitir aos mais íntimos, com entusiasmo, o que viram de muito perto, inclusive o museu do Louvre, “a capital mundial das artes”, fundado em 1793, com cerca de 150 mil obras, naquela época, em seus diversos andares, pátios e galerias, onde apenas um pequeno percentual estava exposto ao público permanente, onde estiveram por várias vezes, e, além de participarem de conferências e palestras de homens e mulheres notáveis daquela época, inclusive a entrevista, ao vivo, do grande aeronauta francês, Jean Mermoz, que no dia seguinte atravessava, pioneiramente, o Atlântico, pilotando seu minúsculo avião sem muitos recursos técnicos. Aderbal participou de cursos de especialização na França, em hospitais conceituados, com os maiores médicos da Europa - cirurgiões e cientistas - Maurice Chevassu, considerado, segundo o dr. José Tavares da Silva, um dos maiores urologistas do mundo, no seu tempo, Gosset, Jean Louis Faure e Felix Guyon, entre outros. Aderbal faleceu em 1944, com apenas 46 anos de idade, deixando uma situação financeira razoável, inclusive com sólido patrimônio imobiliário.

Alguns anos depois do falecimento de Aderbal, Dulce fez doação à Comunidade das Irmãs Salesianas de um terreno valiosíssimo, de quase 30 mil m², deixado por seu marido numa área nobre da Av. Hermes da Fonseca, em Tirol, que destinou para a instalação do Instituto Maria

Auxiliadora, em Natal, exigindo em documento próprio de doação que fosse criado e mantido um curso noturno exclusivamente para jovens pobres, o que vem ocorrendo hoje com a frequência de mais de 800 alunos humildes, estando agora o Instituto com a matrícula de mais de 3.000 alunos nos seus turnos normais. Foi, portanto, uma medida espontânea e das mais acertadas tomadas por Dulce, pois, Aderbal desejava instalar ali uma creche infantil para desamparados, que seria administrada, sob sua direção, por freiras da Ordem Salesiana, religiosas que admirava, por ter sido antigo aluno salesiano, em Aracaju (SE), e por laços de profunda amizade e parentesco com alguns dos primeiros discípulos de Dom Bosco que chegaram a Natal.

Em sua residência, Dulce implantou, sem fins lucrativos, uma pequena empresa de confecção de enxovais para recém-nascidos, onde oferecia trabalho para mais de 100 jovens carentes de 10/15 anos de idade, com a finalidade exclusiva de oferecer ocupação a crianças desamparadas.

Tinha Dulce Figueiredo sensibilidade muito grande pela pintura e pela escultura. Deixou com a família e amigos trabalhos notáveis que atestavam a sutileza de seus traços e a perfeição de cada peça, embora nunca os tivessem apresentados em exposições que, certamente, seriam aplaudidas.

Com o apoio do marido, Dulce possuía uma das melhores coleções de selos do Estado, dedicando muito do seu tempo à filatelia, mantendo contatos com grandes colecionadores e casas filatélicas do país e do exterior. Era catalogada pelo ECT como a mais velha filatelista potiguar. Dedicava também um pouco de seu tempo com a numismática. Era grande a sua coleção de músicas clássicas, com discos gravados com músicas dos mais consagrados compositores, além de livros raros, a respeito de compositores e pintores de todo o mundo. A sua biblioteca era também grande e selecionada, inclusive com livros religiosos raros.

Mantinha, Dulce Figueiredo, uma vida social retraída, apenas cultivando amizades estreitas com um seletto número de amigas - Alice Carrilho de Góis, Dinorah Fernandes, Francisquinha Fonseca, Selva Lopes, Dagmar Sarinho, Inah Mesquita, Ilzenir Pereira, Eliza Filgueira e suas filhas Margarida, Maria Luíza, Marta e Tereza, Bebê Cicco, Haidê Bezerra, Maria Lopes Varela, Inez e Izabel Dantas (Sinhá), Generina e Maria Vale, Maria de Lourdes Varela, Bilga Barros, Nazareth Moraes, Angelita Nervo, Iêda de Medeiros Paiva, Beatriz Pegado, Maria Varela,

Noilde Ramalho, Alda Azevedo Gurgel, Amelinha Machado, Cencinha Miranda, Julieta Dantas, Consuelo Prata, Marieta Dantas, Eunice Dantas, Lourdes Figueiredo, Marinete Figueiredo, Aida e Clarita Prata Figueiredo, entre outras.

Dulce, que não deixou filhos do matrimônio com Aderbal, nunca deixou de atender os seus familiares e amigos quando em dificuldades, contribuindo, decididamente, em todos os momentos de sua vida, no sentido de assisti-los e ajudá-los, até exageradamente.

Após a morte do marido, Dulce, que tinha apenas pouco menos de 50 anos de idade, continuou a manter assinaturas por muito tempo, de revistas e jornais de alguns países, inclusive as revistas “Time”, “The Evening Post”, e “Illustration”, além do jornal “O Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, que mantinha excelente suplemento literário, entre outros.

Foi, Dulce Figueiredo em Natal, no período da II Grande Guerra Mundial, uma constante e ativa colaboradora dos primeiros movimentos em prol de uma França Livre; da fundação da Associação Franco-Brasileira/RN (Aliança Francesa) e da Cruz Vermelha Brasileira, além da Sociedade Filatélica Potiguar, da Sociedade Numismática Brasileira/SP e a Associação das ex-alunas da Escola Doméstica de Natal.

Arrematando este simples trabalho, apresentamos abaixo três pronunciamentos dos nossos saudosos Luís da Câmara Cascudo, poetisa Palmira Wanderley e Djalma Maranhão - Cascudo: “*Em crônicas daquela época, comparava Dulce a uma virgem Bizantina*”; Palmira: “*Simples, modesta, como as violetas / Nesse retraimento singular / Lembram os olhos duas contas / A brilhar! A brilhar! - Tem a fragilidade do junquilha / Leve, espiritual... / Sua voz tem o encanto do estribilha / De uma canção medieval*”; Djalma: “*Inez Barreto, Diva Mariz e Dulce Figueiredo, encarnam as melhores virtudes da mulher brasileira*”.

É um testemunho modesto, é certo, porém, Dulce bem que poderia ser considerada, a nível de Inês Barreto, das Irmãs Vitória e Gonzaga (Maura), entre outras, como símbolo das mulheres que exaltaram Natal com suas virtudes e obras meritórias.

Esta é um breve perfil de Dulce Meira e Sá de Figueiredo, uma perfeita e fina dama, pela sua cultura, desprendimento de bens terrenos e de suas destinações para obras educacionais, de caridade e filantrópicas, além de profundos conhecimentos gerais, amor a todos, e à cultura, muito contribuiu para o desenvolvimento e a história de nossa comunidade na sua longa e saudável existência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FOME

Orlando Parahym
(Sócio correspondente)

A fome é um dos flagelos apocalípticos que mais tem cruciado a humanidade em todos os tempos.

A história relata períodos negros de fome coletiva, registrando cenas dantescas em que as populações acoissadas por esse terrível flagelo cometeram atos de desespero, alimentando-se de couro cozido, plantas venenosas, animais repugnantes, carnes apodrecidas, chegando à prática do canibalismo.

Secas prolongadas, inundações, geadas severas, guerras e outras calamidades são apontadas entre os fatores determinantes da fome em massa.

Durante os séculos X e XI na Europa, ocorreram trinta e seis períodos de fome epidêmica.

Pouco antes da Revolução Francesa, o povo curtindo todos os efeitos deploráveis da miséria clamava por pão e dinheiro. A Realeza respondia: "*Ni de pain, ni l'argent*".

Mesmo depois da explosão revolucionária, a situação continuou trágica. Durante o cerco de Paris, em 1870, o desespero atingiu o auge. O povo comeu carne de corvo, de rato, de gato e de outros animais do zoológico, pois não havia batatas, nem leite, nem pão. Morria-se de fome e de frio no inverno.

No nosso Nordeste, Rodolfo Teófilo, considerado o historiador clássico das secas, narrou o que foi a tragédia da grande estiagem de 1877. três anos sem chuvas, sem colheitas, sem alimentos. O povo acometido por epidemias, fugia dos sertões, doava os próprios filhos e, para não morrer pelas estradas, comia xique-xique e mucunã. De tudo isso conclui-se que o alimento constitui a necessidade mais premente do homem.

Na antigüidade, em poema célebre, Claudiniano afirmou que os maiores tormentos e as piores tiranias eram ainda preferíveis aos horrores da fome.

PATOLOGIA DA FOME

Há doenças decorrente da desnutrição aguda ou crônica. Podemos lembrar: o edema de fome, o marasmo infantil, a parada do crescimento da criança em peso e estatura, o seu retardamento mental, o embranquecimento dos cabelos em jovens, a fragilidade do esqueleto, o escorbuto, o beribéri, as boqueiras, a atrofia papilar da língua, as lesões oculares determinantes da cegueira irremediável da avitaminose A, o raquitismo, a pelagra, o bócio endêmico pela carência de iodo, as lesões cutâneas, as infecções respiratórias e as anemias causadas pela ausência de vitaminas e proteínas na alimentação.

Como se vê, muito extensa e variada se mostra a patologia ligada à desnutrição conseqüente da escassez de alimentos ou de nutrientes especiais, como as vitaminas, as proteínas e os minerais absolutamente necessários ao suprimento dietético.

Podemos dizer que do ponto de vista antropológico e social, o homem é fruto da combinação genética, do alimento e da educação.

Influir sobre a hereditariedade é uma problemática que envolve aspectos biológicos, genéticos e médicos, atingindo até a ordem moral e política.

Quanto à educação, observa-se na decorrência dos milênios históricos, uma preocupação prioritária assim como um esforço permanente e progressivo, no sentido de capacitar cada vez mais os povos para a sua plena condição humana. No que tange à alimentação, o homem, de modo geral, tem sido meramente instintivo. A ciência da nutrição não data mais do que século e meio de existência.

Pesquisas são realizadas no intuito de orientar o que deve constituir uma dieta adequada, racional, integral e, sobre tudo, aceitável ao paladar, às tradições e à capacidade digestiva do homem.

As bases dietéticas variam com as particularidades culturais dos povos, com os hábitos tradicionais e com as características ecológicas.

Os alimentos provêm do solo e da água. Os cereais formam o

alicerce das ofertas feitas pelo solo para a manutenção do alimento cotidiano da espécie humana.

É trabalhando o solo, ou seja, praticando a agricultura, que os povos do planeta, desde os tempos mais remotos, asseguram a própria subsistência.

A agricultura impõe-se indiscutivelmente na questão de alimentar o homem, dar-lhe saúde e energia para produzir trabalho e riquezas. É mais valioso vencer a luta contra a fome do que conquistar vitória na mais cruenta das guerras.

É aproveitando o solo, protegendo-o, melhorando-o e aumentando-lhe tecnicamente a produtividade, que os governos farão uma política de ordem, de sabedoria e de desenvolvimento sustentável.

A DESNUTRIÇÃO NO BRASIL

A nossa desnutrição é histórica e deplorável. Antes do descobrimento, os indígenas alimentavam-se razoavelmente. Por esse motivo eram saudáveis, longevos e livres das endemias atuais.

Plantavam milho e mandioca. Comiam frutas e raízes quando sentiam fome, livres da tirania dos relógios. Caçavam e pescavam esportivamente e não sofriam de doenças vasculares.

Experiências recentes, feitas em laboratórios, revelaram que os indígenas estavam certos, e muitas doenças da atualidade resultam dos hábitos impostos pelas normas da civilização contemporânea. O Brasil ocupa lugar pioneiro nos estudos da desnutrição. No século XIX, Gama Lobo, Hilário de Gouveia e também Silva Lima, publicaram trabalhos que inauguraram o conhecimento dos efeitos deletérios da fome crônica sobre a saúde dos escravos e dos libertos, no Rio de Janeiro e na Bahia. Foram esses sábios brasileiros que primeiro denunciaram que as crianças negras mal alimentadas ficavam cegas. Silva Lima provou ser o beribéri uma doença ligada às condições concluindo. Lembramos que a tuberculose inclui a fome entre os seus fatores predisponente num país como o Brasil, maravilhoso pela sua ecologia variada, não obstante a área semi-árida do Nordeste, é difícil justificar convincentemente a permanência da desnutrição.

NAZARENO

Otto Guerra
(*Sócio efetivo*)

Eu sabia que o Nazareno fora hospitalizado. Mas animara-me a notícia de que seus familiares procuravam permissão médica no sentido de que ele fosse assistir em casa às comemorações das bodas de ouro matrimoniais. A morte chegou primeiro, infelizmente.

De há muito, aliás, sua saúde não era boa. Muitas vezes o vi e nos falávamos, na capela do CIC. Ele apoiava-se numa bengala e assim caminhava para a mesa da comunhão, tendo ao lado Maria do Carmo, a dedicada esposa.

Eu, que o vira jovem, animado, bem disposto, vendendo saúde, admirava sua capacidade de aceitação. Nunca o vi de cara fechada, soltando lamúrias. Entretanto, ele foi marcado duramente na vida. Não só pela doença, mas também pelo trágico desaparecimento de filhos.

Teve uma família numerosa e eu sei, por experiência própria, quanto isto pesa e preocupa. Um bando de filhos, sua criação, mais que isto, a sua educação nas regras de bem viver. Mesmo tendo o braço forte, o apoio constante da esposa, que escolhera nas fileiras brancas da Juventude Feminina Católica, adestrada pelo padre Nivaldo Monte. Durezas compensadas por alegrias, pelos triunfos de cada um.

Tivemos, ele e eu, a grande escola da Congregação Mariana, sob a influência do incansável professor Ulisses de Goes. Aquelas missas, aquelas reuniões do domingo. As comemorações festivas em datas marcantes. Os retiros espirituais, no Carnaval ou fora dele, a princípio abertos, mais tarde fechados. Pregadores do porte do padre Camilo Torrend ou do padre Monteiro da Cruz, entre tantos outros. Enfim, um monte de boas recordações.

Só mesmo quem já participou dos exercícios espirituais de um retiro, escola insigne de formação, pode avaliar melhor o bem imenso

que eles trazem, permitindo-nos, na expressão de Pio XI (Encíclica “*Mens Nostra*”) analisar profundamente nossas origens e nosso fim, o despojamento do homem velho, em busca da plenitude em Cristo. Toda uma pedagogia participativa, jamais eivada de passividade.

Ulisses de Goes era líder autêntico, mobilizando a Congregação Mariana e a Escola de Comércio, tendo ao redor uma elite de jovens. Nazareno era figura de prole entre eles, todos querendo um mundo melhor e mais justo.

Quanto fazíamos o diário católico A ORDEM convivíamos fraternalmente, empolgados pela missão. Nazareno foi integrante da equipe que fazia circular diariamente o jornal, sempre combativo, por isso mesmo marcando época.

Não resta dúvida que A ORDEM foi a grande escola de jornalismo para José Nazareno Moreira de Aguiar, como também foi para Murilo Melo Filho, até hoje fiel à missão de jornalista e de Geraldo José de Melo, que preferiu enveredar para as lides políticas.

Com o desaparecimento do combativo diário católico, Nazareno, adestrado como estava para as lides da imprensa, não parou de escrever. Vemo-lo aparecer noutras relações e noutros jornais. “O Poti”, “Diário de Natal”, “A República”, “Tribuna do Norte”, “Jornal do Comércio”, “Dois Pontos”, além de correspondente, por algum tempo, de “O Estado de São Paulo”.

E assim que, graças, mais uma vez, à santa teimosia de Ulisses de Goes, tivemos a circulação do semanário católico “A Verdade”, Nazareno imediatamente se pôs a escrever, fiel à vocação de jornalista católico.

Mas Nazareno de Aguiar não se contentou com o artigo de jornal. Passou a ocupar-se com a ficção, escrevendo, editando romances - “Reduto pela bucho”, em 1971 e “Mão de Sangue”, em 1980. Ultimamente, editara interessantes crônicas sobre Natal na 2ª Guerra Mundial - “Cidade em Black-out” (1991). Além de publicações técnicas, anunciava uma série de outros livros, possivelmente não editados em virtude das conhecidas dificuldades na edição de livros em nossa terra. Prometida até mesmo suas memórias.

Nazareno era também professor da UFRN, integrando o Departamento de Contabilidade, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, da Associação Norte-riograndense de Imprensa e fora um dos primeiros a ter a carteira de jornalista profissional.

Foi assim um católico exemplar, um amigo sincero, um esposo e chefe de família, que deixou para os seus uma lembrança imperecível.

(Tribuna do Norte - 29/01/1995 - Natal/RN).

BARÃO DO ASSU

Otto Guerra
(*Sócio efetivo*)

Dos 4 barões do Rio Grande do Norte, 3 deles (Mipibu, Ceará-Mirim e Serra Branca) viveram mergulhados nas atividades rurais. O quarto, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, barão do Assu, enveredou pela vida intelectual.

Nasceu a 27 de setembro de 1818 na fazenda Coroas, município de Campo Grande, sendo filho de Simão Gomes de Brito e de Maria Madalena de Medeiros.

Seus primeiros estudos começaram na casa paterna, continuando no Caicó e por fim com o avô materno, Manoel Antônio Dantas Correia, na fazenda Cajueiro, Acari. Este seu avô é um dos 19 filhos de Caetano Dantas Correia, sesmeiro de muitas terras, inclusive Carnaúba (dos Dantas). E é o autor de preciosa crônica das secas e invernos, desde os anos de 1723 até 1847, manuscrito que está hoje no meu arquivo, restaurado pelo laboratório da UFRN. Figura, na íntegra, no livro *Secas contra a Seca*, de Felipe e Teófilo Guerra.

Em 1829, Luiz Gonzaga foi estudar em Caicó, junto ao seu tio padre Francisco de Brito Guerra, até 1833. Seguiu com o padre Guerra para Olinda, em 1834, ali terminando os estudos de segundo grau. Matriculou-se em 1835 na Faculdade de Direito, formando-se em 1839. Voltou para casa (Campo Grande) iniciando-se na advocacia.

Ei-lo juiz municipal e de órfãos do Príncipe (Caicó) e do Acari, a 16 de julho de 1842, sua primeira função pública. Nesse mesmo ano elegeu-se deputado provincial para a legislatura 1842-43, reelegendo-se para os biênios 1846-47 e 1856-57.

Foi juiz municipal e de órfãos dos Termos de Assu e anexos (Santana do Matos, Angicos, Macau, Mossoró, Campo Grande) com exercício a partir de 09/01/1844, reconduzido em 1848 até 1850. Remoção para os Termos do Príncipe (Caicó) e Acari, onde permaneceu até 1852, ano de sua nomeação para juiz de Direito da Comarca da Maioridade (Martins)

onde serviu até 25 de junho de 1858, data de sua promoção para a Comarca do Assu, de 2ª entrância, assumindo o exercício a 18/09/1858.

Teve rápida passagem pela Chefia do Executivo Potiguar. Com efeito, fora nomeado 1º vice-presidente da Província, a 20 de julho de 1868. Convocado, governou efetivamente o Rio Grande do Norte no curto período de 19 de agosto a 1º de setembro do mesmo ano.

Felipe Guerra, seu filho, informa que ele deixou a função “*Cheio de aborrecimento pela vida partidária*” adiantando, segundo suas notas íntimas, ser preciso “*mais vigilância com o carinho dos correligionários do que com o ódio dos adversários*” e que sofrera “*grandes decepções pela exageração dos correligionários, que tudo queriam à custa de minha responsabilidade*”... (Parece que as coisas não mudaram).

Voltou, aliviado, para a Comarca do Assu, até ser nomeado, por Carta Imperial de 06/11/1873, desembargador do novo Tribunal, da Relação de Minas Gerais, sediado em Ouro Preto, entrando no exercício das funções a 16/01/1874. Foi também distinguido com a nomeação para presidente daquela Corte, com sucessivas reconduções. Obteve a 12/10/1885 remoção para a Relação de Fortaleza, onde permaneceu de 18/01/1886 até 23 de dezembro do mesmo ano.

Naquela data, recebeu nomeação para ministro do Supremo Tribunal de Justiça, entrando no exercício a 28 de março de 1887. Permaneceu na mais Alta Corte até 10 de novembro de 1888, quando se aposentou. Contava 44 anos de serviços na magistratura.

Sete dias depois, era agraciado com o título de Barrão do Assu. Recebera anteriormente o título de conselheiro (24/01/1874) e as comendas da Ordem da Rosa (20/02/1875) e da Ordem de Cristo (15/06/1881).

Traçando-lhe a biografia, Felipe Guerra, seu filho, declarou ter sido ele “*o organizador da vida jurídica e forense da zona sertaneja da Província, deixando-a impregnada do espírito de justiça de que era dotado*” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1919).

Suas “correições”, procedidas religiosamente, são modelares. De cada uma elaborava o respectivo Provimento. Todas elas, diz o desembargador Felipe Guerra, que conservava cópia de algumas, hoje no meu arquivo, estavam refeitas de ensinamentos, conselhos, também

advertências, elaborando minuciosos formulários, que serviram, por muitos anos, de guia para juízes, advogados e serventuários. Notável era o seu cuidado com a situação dos menores, em especial dos órfãos, com recomendações sobre a sua educação.

Numa delas, fez este lembrete, ainda hoje válido: *“Um despacho, uma decisão, uma sentença, ainda que muito justas sejam, levam já em si uma grande quota de injustiça pelas simples demora”*.

Sempre demonstrou grande interesse pela açudagem, pelo ensino, pelos humildes. Compareceu, sem ressentimentos, à reunião festiva dos caraubenses comemorando a proclamação da República. Usando da palavra, declarou que as páginas da sua vida já estavam todas preenchidas, sem mais espaço. Fazia votos ardentes que as novas gerações não deslustrassem o esforço dos antepassados e sim acrescentassem páginas de ouro à nossa história. Certos todos, porém, de que a nova fase exigiria longos anos de lutas e desacertos para sua organização.

O barão do Assu foi casado 3 vezes. A primeira com Maria Mafalda de Oliveira (12 filhos); enviuvando, casou com Josefina Augustina da Nóbrega (minha avó), com 6 filhos. Terceiro casamento com Maria Mercês Oliveira, com 6 filhos. Faleceu a 6 de junho de 1896.

PROFESSOR MESQUITELA LIMA: NOSSAS SAUDAÇÕES

Luis Romano
(*Sócio efetivo*)

Sinceramente honrado por sobre nós ter incidido o privilégio de saudar o ilustre etno-sociólogo aqui presente, mais por razões emotivas do que por mérito oratório, entretanto, é com desvanecido orgulho que vos apresentamos um distinto filho das Ilhas Cabo-verdianas, nosso irmão conterrâneo, que muito cedo revelou excelência nos estudos básicos, antes de encetar vitórias pelo mundo da cultural geral.

Insuflado por ideal maior do Saber, perseverou em alcançar cimeiras das ciências humanas, e conseguiu autoridade de envergadura universitária internacional. Trata-se do ilustre prof. Augusto Guilherme Mesquitela Lima, cuja presença neste sacrário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte reveste-se de importância relevante, e de premissas auspiciosas, ao dissertar sobre novos prismas que destacam o homem-africano, com suas implicações sociais na antropologia cultural brasileira.

Esta oportunidade é mais que propícia, graças aos empenhos da Presidência deste Instituto, congregando mais um confrade que virá preencher o vazio de não possuir, até então, especialista conhecedor da etnografia angolana, o que estimulará eventualmente outras pesquisas, a entrelaçar, sob esse aspecto, os vínculos humanos que abrangem o Brasil, África e Europa.

Será dentro de tão viva esperança, que não devemos deixar de enaltecer os esforços desenvolvidos pelo presidente do IHG/RN, na pessoa do dr. Enélio Lima Petrovich, por conseguir trazer até nós um cientista de nomeada, a quem desejamos boas-vindas e saudamos fraternalmente.

Portador natural da seiva entroncada de vetustas raízes luso-verdianas, generosamente amalgamadas em especial circunstância geohistórica de origem eurafricana, que remonta aos meados do século XV, em pleno Mar Atlântico, nós pessoalmente consideramos Mesquitela Lima um herói de tenacidade e de invulgar inteligência.

Na sua ânsia de alcançar espaços e adquirir conhecimentos superiores, que nas limitações de uma ilha jamais conseguiria, já em plena juventude, destacou-se nos cursos preparatórios para sair da insularidade, e seguidamente penetrar no âmago dos sertões angolenses, onde desenvolveu seu pendor pela Etnografia e Sociologia locais, com estudos que revelaram nele um pesquisador de respeito. Confirmou-se então o analista interessado em determinados grupos humanos de Angola, numa peregrinação de longos anos, até compilar substancioso documentário científico, que hoje serve de padrão didático-universitário em âmbito internacional.

Para todos fins úteis, devemos esclarecer que o brilhante *curriculum vitae* do nosso homenageado é vasto, e daria matéria para enriquecer palestra específico elucidativa. Entretanto, se mais preciso não fosse, além de tantos predicados, basta saber que o imortal mestre Luís da Câmara Cascudo confirmou-nos o alto apreço com que sempre distinguiu o jovem colega Mesquitela Lima, durante e depois do roteiro em que escreveu “Made in África” que todos nós conhecemos e cultuamos. Presumimos ainda que, entre ambos, terá havido erudita troca de correspondência. Se por ventura tal aconteceu, deverá constituir mais um contributo de enriquecimento ao acervo de valor enciclopédico que o mestre nos legou antes do seu encantamento.

Nos primórdios da missão administrativa de Mesquitela Lima, se levarmos em conta perceptíveis sintomas turbulentos que agitavam massas populares da hinterlândia angolense, temos de convir que o apelo para a amplidão geo-cultural foi superior à imprudência de mergulhar em plena zona de insegurança, onde o perigo de vida já se concretizava em algumas violências esporádicas.

Foi justamente a instabilidade tribal em Angola o fator que contribuiu na transferência dele para várias regiões daquela “província”, e tomasse contato, *in loco*, com diferentes etnias quase herméticas, o que transformou sua missão num precioso repositório de conhecimentos, com descobertas para vindouras comparações ou debates. Tal persistência de observador foi estimulada pela variedade dos “casos” antropológicos com que deparava no roteiro diário, e que cuidadosamente anotou, para mais tarde publicar em registro de vasta matéria, nas suas comunicações etnográficas.

Ao contrário de outros emissários que passaram pela África

colonial como se fossem fortuitas aves de arribação, Mesquitela Lima colheu, tanto quanto lhe foi possível, genuína seiva daquele gigantesco caldo de culturas humanas que brotava, e ainda brota, da milenária Angola, para que merecesse - hoje - o destaque cimeiro que lhe é atribuído como catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

Nunca será tarde lembrar, que seu deslocamento para o ultramar efetuou-se quando ele já era possuidor de sólida formação específica, o que rapidamente o promoveu a desempenhar encargos de confiança, na delicada e arriscada convivência ambiental, e direta com o indígena nativo ancestralmente supersticioso, animista e pagão, e sobretudo arredio ao contato com os Brancos que, em tempos recuados de 1500/1600, penetraram nos vastos territórios da sempre evocada Rainha-Ginga, irmã guerreira do rei do Dongo: Ngola Mbandi.

Será com a paciência de um missionário semeador, que o nosso etnólogo, potencialmente conseguiu amenizar inevitáveis atrocidades circunstanciais em clima de proveito cultural, melhorando sistemáticas pesquisas e, ao mesmo tempo, colher elementos sobre o comportamento familiar do autóctone, ainda ao abrigo de sertões afastados dos contatos e presença européia. Desde então é que foram surgindo suas comunicações através da Imprensa, quer sob forma de aulas-volantes, quer publicando livros de consulta, e ainda quer sob o brilho de aliciantes conferências, proferidas em Universidades nacionais e estrangeiras. O prêmio de todas essas andanças foi que, em boa hora, o mérito colocou o prof. Mesquitela Lima em posição adequada, longe de interferências que eventualmente travassem o promissor roteiro de tão excelente odisséia isolada. Presentemente, sabemos que ele distribui magnas aulas a renováveis alunos das Ciências Humanas e Sociais, do alto da sua cátedra em Lisboa, mesmo deslocando-se por vários centros culturais europeus e americanos, onde seus pronunciamentos são acolhidos com a devida reverência que se atribui a um mestre.

Entretanto, há que se admitir que, no encarreiramento de uma natureza humana bafejada pelo talento, a confluência de fatores propiciatórios - que desconhecemos - é essencial na formação cultural de tal privilégio: Mesquitela Lima, após demonstrar qualidades de vocação etno-sociológica, teve a felicidade de ser aluno de renomados sábios, que dominavam então a Antropologia Cultural em universidades européias. Tratando-se de um virtuoso, ele soube aproveitar utilmente da conjuntura,

que não foi proporcionada a outros estudantes consolidar, numa só época de formação superior.

Com atributos de tal virtude, concretizou os sonhos da sua carreira que vem desempenhando, sob diversas modalidades, entremeada de aulas magnas e estudos especializados. Parece-nos, embora, que na substância de toda a sua obra, oferecem-se lacunas que bem poderiam ser preenchidas, se lhe forem concedidas oportunidades de se deslocar até o Brasil, para investigações, e aqui na Bahia constituir um campo comparativo de interações sociais, entre a remota presença angolense e os elementos predominantes ainda no seio dalgumas irmandades afro-brasileiras, já aculturadas, mas todavia fiéis às tradições do seu passado etnológico que continua vigente, mesmo fragmentado.

Admitimos que eventual oportunidade seria prêmio de uma inicial “entrada” científica, nesta generosa Terra da Santa Cruz, com a presença demorada de tão eficiente pesquisador, que traz consigo condições de preencher espaços não ocupados por Nina Rodrigues e Artur Ramos, pioneiros que elevaram o conhecimento da Antropologia Cultural Afro-Brasileira ao melhor que se poderia exigir, nos primórdios deste século XX.

Será retomando a finalidade desta saudação ao prof. Mesquitela Lima, mais vos diremos que, em consequência da sua invulgar trajetória, o resultado teria de ser a publicação de vasto acervo científico-pedagógico, abrangendo as Ciências Humanas e Sociais, autor de uma vintena de obras, em livros referentes a aspectos da etnografia e etnologia africana, encimada por uma centena de artigos em várias revistas portuguesas e estrangeiras, além de conferências, palestras e exposições. O fulcro dessa produção científica foi o Angolano, sobre quem não poupou conhecer a fundo, enquanto que, paralelamente, ocupava posições de chefia, dirigindo o Museu de Angola, até ser transferido para lecionar definitivamente em Portugal. Graças àquelas circunstâncias é que conseguiu coordenar a súmula de tantas observações, realizando teses de doutoramento em Etnologia e Letras, na Universidade de Paris, sobre os “Quiôcos” e os “Quiácas”.

Vale acrescentar, para concluir, que nesta brilhante panorâmica de louros, orgulhosamente destacamos a personalidade de um irmão-contraterrâneo: Mesquitela Lima - hoje recebido com merecida salva de

palmas, aqui, na consagrada Casa da Memória Norte-rio-grandense, o que nos evoca outro emérito professor e mestre: Luís da Câmara Cascudo, sempre presente entre nós.

(Discurso proferido na sessão solene do IHG/RN de 10 de agosto de 1994. Posse do antropólogo e professor da Universidade Nova de Lisboa, Mesquitela Lima, na categoria de sócio correspondente).

CAMINHOS CULTURAIS UNEM GOIÁS E O RIO GRANDE DO NORTE

Brasigóis Felício
(*Sócio correspondente*)

Não conheço ninguém mais apaixonado por Goiás, sua cultura e sua gente do que o médico, artista plástico e folclorista Getúlio Pereira de Araújo. Também não conheço ninguém mais visceral e umbilicalmente amante de suas raízes potiguares do que o mesmo Getúlio Pereira de Araújo. Tirando o tempo e o amor que dedica a duas paixões de sua vida (a Medicina e sua família), tudo o mais, em sua vida, consiste em estudar, promover e divulgar a cultura e as artes criadas por filhos desses dois Estados. Impressiona constatar que sua dedicação a essa causa não esmorece - Getúlio Pereira de Araújo é o incansável promotor do intercâmbio cultural entre Goiás e Rio Grande do Norte, e a esse trabalho, erigido à categoria de missão, dedica o melhor de sua inteligência e de suas energias. Neste sentido, é de se assimilar que, contando apenas com seu empenho individual, tem feito mais que já o fizeram, juntos, os governos de Goiás e do Rio Grande do Norte, através de seus organismos culturais. Em Goiás, ele fala o tempo todo dos artistas e intelectuais, bem como da paradisíaca beleza natural das praias natalenses. Nunca esquece a cáustica região seridoense, seu berço natal, onde seus antepassados têm, fincadas, sólidas raízes. Estando no Rio Grande do Norte, não pára de enaltecer os artistas e escritores goianos, enfatizando seu talento e o merecimento de suas obras. É uma espécie de adido cultural *ad hoc*, acreditado pelos dois Estados.

Este “Caminhos Culturais - do Rio Vermelho ao Potengi”, coletado e organizado por Getúlio Pereira de Araújo, representa a confirmação deste sólido intercâmbio cultural entre os dois Estados, iniciado já em 1942, quando o dr. José Augusto Bezerra de Medeiros presidiu, em Goiânia, quando do batismo cultural da nova capital, o VIII Congresso Brasileiro de Educação. Por essa ocasião histórica, também o intelectual potiguar Américo de Oliveira Costa, que integrava a comitiva potiguar, colheu impressões para uma série de crônicas, que publicou em seu

Estado, com o título: “Viagem ao país do Anhanguera”. Graças à paixão e à fidelidade que o dr. Getúlio devota à causa do intercâmbio cultural, já visitaram o Rio Grande do Norte, realizando palestras e lançamentos de livros, intelectuais como José Mendonça Teles, Eurico Barbosa, Miguel Jorge, Brasigóis Felício, Antônio José de Moura e o artista plástico Omar Souto. Alguns dos destacados integrantes desta comitiva goiana receberam títulos de sócios-correspondentes da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Por outra parte, Getúlio Araújo tem sido interveniente da importante colaboração do eminente escritor Veríssimo de Melo, junto à imprensa goiana. O poeta e folclorista Iaperi Araújo, presidente da Fundação Cultural dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, visitou Goiânia, aqui realizando palestra na Academia Goiana de Letras e autografando, naquele sodalício, seu livro de poemas “Os Habitantes do Sonho”.

Este vigoroso “Caminhos Culturais - do Rio Vermelho ao Potengi” é mais uma sólida viga lançada no sentido do erguimento de inteligência e amizade, existente, desde 1942, entre os filhos de Goiás e do Rio Grande do Norte. O volume se inicia com uma biografia de Joaquim Câmara Filho e Jaime Câmara, de autoria de José Asmar - o acadêmico goiano enaltece a inestimável e histórica colaboração dada por esses dois norte-rio-grandenses ao crescimento da imprensa e da vida pública em Goiás. O batismo cultural de Goiânia, lembrado através de mensagem de seu fundador, dr. Pedro Ludovico Teixeira, e da série de crônicas de autoria do professor Américo de Oliveira Costa, seguindo-se um poema de Nelly Alves de Almeida, publicado na Revista Oeste, em julho de 1942. Da segunda parte do volume, constam textos e documentos reveladores do vigor assumido pelo intercâmbio cultural. Na terceira parte, Getúlio Pereira de Araújo inclui as crônicas do professor Américo de Oliveira Costa, sobre a saga do nascimento e consolidação da capital goiana, bem como duas crônicas de Bariani Ortêncio, sobre o turismo em Natal e sobre as academias e conselhos de cultura. Brasigóis Felício assina sete crônicas, publicadas em O Popular - todas focalizando intelectuais e cenas da vida potiguar. Veríssimo de Melo a quem Bariani Ortêncio chamou de “atalaia de todas as entidades culturais do Rio Grande do Norte”, assina os artigos “Os goianos estão chegando”, “ninguém conhece ninguém” e “Gilberto Mendonça Teles no Seridó”. O artista e poeta Dorian Gray Caldas, figura luminar de seu Estado, assina uma crítica sobre a pintura de Getúlio

Araújo. O crítico de arte e poeta Franco Maria Jasiello comenta a poesia de Miguel Jorge, contida em seu livro “Prófugus”, cabendo a Veríssimo de Melo comentar o livro “Guernika - arte e paixão”, do professor Saturnino Pesquero Ramón. Por último, o leitor é brindado com poemas de Miguel Jorge (três prelúdios para cidade de Natal), de Gilberto Mendonça Teles (Lira goiana) e Cora Coralina (Rio Vermelho). Só nos resta esperar que somente o esforço pessoal de goianos e natalenses, como Getúlio Araújo, Diógenes da Cunha Lima, José Mendonça Teles, Geraldo Coelho Vaz, Enélio Lima Petrovich e outros, que venham juntar-se a esta nobre e gratificante tarefa de estreitar os laços humanos e culturais, que unem as gentes e as tradições de Goiás e do Rio Grande do Norte. *Alea jacta est!*

NESTOR LIMA E A DESCOBERTA DO TUNGSTÊNIO NO RIO GRANDE DO NORTE

Edgar Ramalho Dantas
(Sócio efetivo)

Matéria controvertida tem sido a do crédito da descoberta do Tungstênio no Rio Grande do Norte. Sem dúvida, a Scheelita, como principal minério de Tungstênio do Estado é uma descoberta dos idos primórdios da Segunda Grande Guerra e envolve, segundo os diferentes informes, as pessoas de Agostinho de Brito, Joel Dantas e o Padre Monte, primazia de todos esses, assim como de anônimos garimpeiros envolvidos no seu permanente exercício de sobrevivência. Mário Moacyr Porto também dá a sua contribuição, anteriormente, a esse fato, mandando analisar e registrando em “A República” matéria jornalística referente ao assunto.

Sylvio Froes de Abreu, no seu monumental “Recursos Minerais do Brasil”, referindo-se à Província de Tungstênio do Nordeste, informa:

“As primeiras referências sobre o distrito sheelítico da Borborema datam de 1922, quando Nestor Lima mencionou a existência de tungstênio em Acari, Parelhas e Santa Cruz”. “Em 1940, é outorgada pesquisa de depósitos em Acari e, em 1941, Joel Dantas identificou a sheelita em vários pontos do Rio Grande do Norte”.

Base de referência para o levantamento da descoberta da ocorrência de tungstênio no Rio Grande do Norte, a comunicação, em 1922, por Nestor Lima, é sem dúvida a mais antiga.

O material identificado como tungstênio fez parte da coleção de minerais apresentada pelo Governo do Estado durante a Exposição do Centenário da Independência.

Na recente reedição, promovida pela Coleção Mossoroense, do trabalho de Nestor Lima “Municípios do Rio Grande do Norte” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - Vol. 25/26

- 1929) referindo-se ao Município de Acari, *in* Riqueza Mineral, é feito inclusive o registro do local de ocorrência:

“Há notícias de GIZ, na Serra do Forte (1); Ferro, na Serra Saquinho (2); ferro e níquel, na Borborema; enxofre, na Fazenda Rajada; pedra de óxido de cobre, na Fazenda Belém; ferro Wolframito, na mesma fazenda”.

Importante texto para a recuperação da história econômica do Estado, revela na análise dos seus informes que muitas “descobertas” minerais já eram de conhecimento público há muitos anos, como se pode comprovar no caso exposto do Tungstênio (ou Wolfrâmio) assim como do Caulin (Giz-1) da Serra do Forte, e do ferro (2) da Serra da Formiga (Fazenda Saquinho, atual Município de Cruzeta).

No instante em que se retoma o planejamento do aproveitamento dos recursos minerais do Rio Grande do Norte, a recuperação das singelas indicações de Nestor Lima, não só do Município de Acari, como dos demais que estudou, tem a força de fundamental guia de pesquisa mineral.

CÂMARA CASCUDO E A COZINHA AFRICANA

Mesquitela Lima
(*Sócio correspondente*)

Em separata sóbria, editou o Museu de Angola “A Cozinha Africana no Brasil”, da autoria do prof. Luís da Câmara Cascudo, talvez, dos maiores folcloristas do Brasil e mesmo até considerado dos maiores folcloristas mundiais vivo. Câmara Cascudo não é um desconhecido em Angola. Há cerca de um ano esteve entre nós a colher elementos para o monumental trabalho “História da Alimentação no Brasil” e teve ocasião de contactar com a realidade antropológica angolana, não só através de viagens pelo interior, mas também por visitas a instituições responsáveis por estudos relacionados com as Ciências Sociais e Humanas na nossa Província. Professor na Universidade do Rio Grande do Norte, tem dedicado toda a sua vida ao Folclore brasileiro, especialmente o do Nordeste, estudo que começou porque dizia que queria fazer a valorização da cultura popular do Brasil. Menino e moço, já escrevia num jornal pertencente ao pai; filho-família, de polainas e bengala, escandalizava toda a gente de bem da sua terra natal quando, a cavalo, de parceria com a polícia, fazia a ronda da cidade para escrever “Ronda da Noite” no jornal e cujos temas eram brigas, pileques, trapaças, etc. Começa nesta época o interesse pelo que fazia o povo anônimo e então é um nunca mais acabar de produções que viriam culminar com o magnífico “Dicionário do Folclore Brasileiro”. Dotado de uma vasta cultura humanística, escrevendo aquele português gostosamente brasileiro, Cascudo situa-se no nível dos grandes académicos das terras de Vera Cruz. Apegado à observação de tudo o que é popular, Cascudo nunca se ligou à Política e, por diversas vezes, salvo erro, rejeitou a Academia. É assim que incessantemente, vai escrevendo sobre o Bambelô, o Desafio, o Bumba-meu-Boi, o Frevo, o Catimbó, as festas de São João, os Reisados, a Capoeira, o Candomblé, o Iemanjá, etc., e apresenta a distinção, hoje usada por todos os folcloristas de expressão portuguesa, entre histórias e estórias. Escreve “Os Animais Fabulosos do Nordeste”, “Vaqueiros e

Cantadores”, “Jangada” e “Rede de Dormir”; traduz Henry Koster (“Viagem no Nordeste do Brasil”), escreve “O Marquês de Olinda e seu Tempo”, o “O Conde D’Eu”, “Notas Sobre o Catimbó”, “Meleagros”, etc., etc., e enceta a “História da Alimentação no Brasil” que o trouxe à África e que muito em breve teremos ocasião de folhear.

O presente trabalho constitui um capítulo dessa “História”. O autor situa a presença africana na atual culinária brasileira e fornece dados concretos, através de uma profundidade investigação, sobre os elementos que a compõem, relacionando e procurando aportar às origens, não só africanas, mas também européias, americanas e até asiáticas. Neste capítulo, Cascudo fornece ainda um precioso formulário em que descreve alguns pratos e comidas do país irmão: desde o acaçá e moqueca, até o célebre vatapá, “glória da culinária baiana”. Recomendamos sinceramente aos estudiosos, a leitura desta obra.

UMA SAUDAÇÃO A TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY

Joacil de Brito Pereira
(*Sócio correspondente*)

Aceitei a designação da Presidência deste Instituto para proferir esta saudação a Tarcísio de Miranda Burity, na convicção de que, muitas vezes, podem mais as circunstâncias do que o merecimento.

Não ousaria esboçar uma recusa a tão honrosa delegação. Mas ponderei caber a tarefa com maior propriedade ao orador oficial desta Casa de Cultura, cujos talentos são por todos conhecidos e louvados.

Esse fidalgo Enélio Lima Petrovich teve, contudo, uma resposta irrecorrível: *“Você é um dos nossos, com a vantagem de ser um rio-grandense-do-norte paraibanizado”*.

Na verdade, tenho muito mais tempo vivido na Paraíba, onde passei a residir desde os meus seis anos de idade. Aprendi, ali, a sua história, as suas tradições culturais e artísticas. Admiro os seus pró-homens do passado e os do presente. Comungo na mesma taça dos seus anseios de progresso e de civismo.

Posso, portanto, falar do recipiendário com quem mantenho bom relacionamento, numa convivência sem intimidades; com os altos e baixos das dissensões político-partidárias, cristalizadas, afinal, numa estima mutuamente respeitosa.

Não venho falar do político vitorioso que, em rápida carreira, galgou altos postos: de secretário da Educação e Cultura a governador indireto; depois deputado federal o mais votado e novamente governador eleito com uma maioria superior a 300 mil votos. Falhei nos meus vaticínios da fugacidade do seu destino político. A sua estrela guia é forte, de primeira grandeza. Surpreendeu-me nele, por igual, a obstinação, a habilidade, a determinação.

Discordei algumas vezes de suas posições e combatia sua candidatura, no último pleito governamental. Não me ficaria bem cortejá-lo, muito menos cantar-lhe ditirambos. Não faz o meu estilo a gabação

de encomenda, as louvaminhas ou cortesânicas. De Herculano, faço minhas as palavras do seu imortal poema “A Vitória da Liberdade”:

*“Jamais entoei hino mentido
No paço dos senhores!”*

Traçarei o perfil do intelectual; do homem de espírito, cujo valor é indiscutível, jamais negado mesmo pelos seus adversários.

Os seus dotes e as suas virtudes promanam das fontes ancestrais. O seu pai se chamava Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity. Era um sábio, versado nas ciências do seu tempo; ensinava Latim no velho Liceu Paraibano. Grande conhecedor do idioma de Virgílio, integrou, várias vezes, bancas examinadoras de concursos públicos, para provimento de vagas daquela disciplina, em Pernambuco. Um dos fundadores da Universidade paraibana, tornou-se catedrático de histologia, na Faculdade de Odontologia e de Microbiologia, na de Medicina. Sobre assuntos da primeira cadeira, publicou diversos trabalhos na maior revista do gênero, da Universidade de Oxford, na Inglaterra.

Dentista de profissão, a sua enorme curiosidade o levou a incursões felizes em diversificados campos do conhecimento. Neto, pelo lado paterno, de Luiz Gonzaga Cavalcanti Burity, bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Olinda e deputado à Assembléia Provincial, nos fins do Império, esse seu distinto avoengo figurou em lista tríplice para presidente da Província. Escolhido, pelo Imperador, recusou, no entanto, o cargo, para dar desvelada assistência à esposa, subitamente enfermada.

Provinha, portanto, de dois ramos pernambucanos dos mais respeitáveis e antigos. Do primeiro se proclama, em dito mordaz: “*Em Pernambuco, quem não é Cavalcanti é cavalgado*”. E do segundo, são os Albuquerque, decantados nos versos de Camões, bravos e fortes.

As ligações pela linha materna vão aos Cabral de Melo, dos quais citamos Diogo Cabral de Melo, que foi eminente desembargador no Rio de Janeiro, e o festejado poeta e diplomata pernambucano João Cabral de Melo Neto.

A genitora do novo sócio honorário descendia de velhos troncos paraibanos e potiguares, os Miranda Henriques, entrelaçados com os Azevedo, os Cunha, os Guedes Pereira, os Guedes Alcoforado e outros

clãs ilustres. Contam-se na sua ascendência figuras de escol, nas letras, nas armas e no clero, inclusive heróis das Revoluções de 1817. O notável antístite, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henrique, era seu parente pela ancestralidade (tio-avô).

Sebastião de Azevedo Bastos, no seu livro “No Roteiro dos Azevedo e Outras Famílias do Nordeste”, informa:

“O primeiro Miranda Henriques de quem se tem notícia, na Província da Paraíba, foi o governador Bernardo de Miranda Henriques, no ano de 1670 e muito depois o capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques, também governador da Capitania, de 1760 a 1764”.

A família proveio de Portugal e fixou-se, inicialmente, no Rio Grande do Norte. Espraiou-se, em seguida, pela Paraíba. Numerosíssima, nos dois Estados fincou as suas raízes.

Dessa progênie origina-se o novo confrade, hoje recebido com festa na galeria de honra e a quem, em nome de todos os consócios, apresento os votos de boas vindas.

Nascido a 28 de novembro de 1938, está naquela fase em que não tem necessidade alguma de esconder a idade. Ao contrário, ostenta o vigor e a pujança dos seus quase 50 anos, como triunfador compenetrado em todos os setores de sua vida.

Casado com D. Glauce Maria Navarro Burity, de importante família tabajara, o ex-interventor Antenor Navarro, um dos chefes civis da Revolução de 1930, era primo do seu genitor, em 1º grau. O casal tem quatro filhos: Tarcísio, Maurício, Leonardo e André Luiz Navarro Burity.

João Pessoa é a sua cidade natal. Retoma-se, assim, no tempo, a linha de estadistas nascidos na capital paraibana. Lembra, por certos aspectos, a figura de Gama e Melo, o governante-filósofo.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, colou grau em 1961 e foi orador de sua turma. No ano seguinte, fez concurso para promotor público. Aprovado e nomeado, assumiu, mas não exerceu o cargo. Conseguiu uma bolsa de estudos para pós-graduação em sociologia. Coursou a Universidade de Pottier, na França, entre 1963 e 1964. Em seguida, doutorou-se em Ciências Políticas, no Instituto de Altos Estudos

Internacionais, de Genebra, na Suíça. Obteve o grau de doutor em 1967. Adquiriu, assim, teórica e doutrinariamente, os cabedais indispensáveis para, mais tarde, ingressar na política, sem talvez nem sequer ter pensado nisso. O acaso guiava os seus passos para alçar os grandes vôos do porvir.

Ao voltar do exterior, se viu convocado para lecionar na Universidade. Professor de Filosofia do Direito, de Introdução à Ciência do Direito e de Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito da UFPB. Revelou-se, então, a sua verdadeira e maior vocação - a do scholar, no melhor sentido anglo-saxônico da expressão. Ensinou, também, História da Educação e Sociologia da Educação.

Arrancado do seu mundo de informações, de conceitos, de meditações, de estudos e de saberes, mergulhou no torvelinho da política, porém nunca abandonou a curul professoral. Ministrava as suas aulas ainda quando ocupava uma Secretaria de Estado; lecionou na Universidade Nacional de Brasília, durante o seu mandato de deputado federal, e, agora, no exercício da governança, encontra espaço para dar, semanalmente, as suas aulas. A cátedra, eis o seu maior fanal.

Granjeou fama e o seu nome pulou fronteiras. Lecionou Direito Internacional Público, no curso de pós-graduação, a nível de mestrado, da Faculdade de Direito de Recife, da Universidade Federal de Pernambuco. O sociólogo Gilberto Freire o convidou para integrar o Seminário de Tropicologia da Universidade Federal daquele vizinho Estado nordestino. E o prof. Miguel Reale o indicou para presidir o Instituto Brasileiro de Filosofia do Direito, Secção da Paraíba.

Suas atividades principais se desenvolveram, portanto, no campo do magistério superior e dos estudos sistemáticos. Nele há uma permanente e forte motivação, um gosto especial provindo da orientação paterna, dos hábitos adquiridos na disciplina e nos métodos do seminário, para as inquirições, ávido das inquietações intelectuais.

Personagem um tanto enigmático, por vezes impenetrável e interiorizado. É, todavia, polido no trato, oferecendo lanços de discretas expansões. Participa sem envolver-se por inteiro. Se tiver de comparecer em uma roda de comes e bebes, não revela constrangimento e é capaz de, saboreando um único aperitivo, manter, horas a fio, a conversação. Não perde jamais a sobriedade, mas não se mistura. Homem de fé, católico não apenas de formação, porém convicto, segue à risca o conselho de São Paulo: *“Fazei tudo com decência e ordem”*.

De 1968 a 1971, serviu como chefe de Gabinete da Reitoria da UFPB. na Universidade já estava desde 1963, chamado para coordenar o curso de pós-graduação em Direito, que ali se fundara. Passou, depois, como docente emérito, a integrar o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Dali o governador Ivan Bichara Sobreira o retirou, por inspiração de José Américo de Almeida, para servir à sua Administração, na Secretaria de Educação e Cultura. Indicado pelo presidente Ernesto Geisel, ainda por sugestão de José Américo, endossada por Ivan Bichara, tornou-se candidato ao Governo por eleição indireta. Venceu o pleito e governou o Estado, no seu primeiro mandato de 1979 a 1982.

Pertence à Academia Brasileira de História, na qualidade de conselheiro. Bastaria esse título, entre tantos outros, para justificar o lugar de honra conquistado nesta confraria.

Fala francês muito bem. Já o ouvi saudar um embaixador de França, em visita à Paraíba. E como nos encheu de orgulho aquela oração no idioma de Chateaubriand, tão elogiada pelo visitante. Domina desembaraçadamente o inglês; lê autores anglo-saxônicos no original; traduz com relativa facilidade autores alemães.

É normativista, seguidor de Kelsen e vive em permanente contato com juristas e filósofos do Direito, nacionais e estrangeiros. Priva da amizade de Miguel Reale, Leitão de Abreu, Pinto Ferreira, Lourival Vilanova e Machado Paupério, entre tantos luminares do pensamento jurídico-filosófico.

Duas vezes à frente dos destinos da Paraíba, sediou, na cidade de João Pessoa, de 28 de setembro a 3 de outubro de 1980 e de 17 a 23 de julho de 1988, o 1º e 2º Congressos Brasileiros de Filosofia do Direito. A capital paraibana, nessas duas oportunidades, se tornou o centro do ideal da Justiça, chamada por Rodolfo Stammler de *“a estrela polar da realidade social”*.

Outros títulos se lhe podem ajuntar: participante, nos Estados Unidos, de curso de treinamento para professores e administradores de universidades, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Universidade de Houston (Texas); convidado oficial do Governo Francês para visitar as Instituições de Ensino Superior daquele país; membro da banca examinadora do Concurso para Professor Titular de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito da

Universidade Federal da Bahia e de Direito Internacional Público na de Pernambuco; convidado oficial do “Senat Fuer Inners de Berlin Ocidental”, para visitar as instituições administrativas do governo berlinense; membro do Júri do Concurso para Professores Titulares de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da Bahia; membro do Júri do Concurso para Professores Titulares de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina; membro do Júri do Concurso para Professores Titulares da Cadeira de Filosofia da UFPE.

Autor de vários ensaios científicos publicados. Tem, em fase de acabamento, um livro sobre Introdução à Ciência do Direito. Destaco, entre outros trabalhos, os que começam a revelar o tratadista: “A Nova Conceituação do Direito”, João Pessoa (1961); “Reflexões sobre o Direito Internacional Costumeiro”, João Pessoa (1967); “Aspectos de Epistemologia Jurídica”, João Pessoa (1969); “Direito e Fato na Ordem Jurídica Internacional”, São Paulo (1972), *in* Revista dos Tribunais de São Paulo, nº 440; “Mar Territorial Brasileiro de 200 Milhas”, Rio, 1972 (*In*: Revista Jurídica do Ministério da Indústria e Comércio); “A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale”, (Síntese), São Paulo, 1972 (*In*: Revista Brasileira de Filosofia, janeiro, fevereiro e março); “A Concepção Kelseniana do Direito Internacional Costumeiro”, Recife, (1974).

Aduzo outro aspecto interessante do personagem em foco: o da sua incomum sensibilidade artística. Realizou, recentemente, na Paraíba, um encontro de âmbito internacional e promoveu um concurso de Viola, Violino e Violoncelo. Presentes estiveram os mais renomados virtuosos da bela música do país e do exterior. Na abertura e no encerramento do conclave, a Paraíba assistiu concertos da sua Orquestra Sinfônica, reorganizada no atual Governo e regida, nessas exibições, pelo maestro Eliazar de Carvalho. Tais acontecimentos revelam o gosto de Burity pela arte musical.

Essa inclinação vem de longe. É um refinamento, um requinte das almas eleitas. Gosta de ouvir os musicistas clássicos e modernos, os compositores eruditos. Costuma promover reuniões de audição restrita entre amigos afeccionados da divina arte. Sob pseudônimo, tem algumas composições. Uma, pelo menos, sei que foi executada na recita final do grande espetáculo.

Seu amor à cultura se manifesta em tudo: na preservação dos nossos monumentos históricos, no incentivo ao teatro, no estímulo à pintura e às letras. O Espaço Cultural é o maior testemunho dessa devoção.

Não descobri outros traços irrevelados; estas são impressões interiores por mim colhidas de Tarcísio de Miranda Burity. Aí está a sua imagem psicológica-intelectual. Pode estar incompleta; sei que é um mero esboço feito com os sinais captados. Desenhei contornos ligeiros, mas fiéis. Outros completem o quadro e façam-lhe o retrato de corpo inteiro.

Mesmo assim, esplende o insigne vulto paraibano de modo a despertar entusiasmo. O Mérito é do próprio modelo.

Contemplo-o, então, com apreço. O que fiz me parece de uma limpidez irretocável. Dizia Byron:

“A sinceridade pode ser humilde, mas não servil”.

E, ao lembrar que tantas vezes divergi do perfilado, mantenho as minhas posições, exceto os possíveis agravos. Acode-me, nesta hora, o pensamento lapidar do mestre Ascendino Leite:

“Divergir é também admirar!”.

(Discurso proferido no salão nobre do IHG/RN, em 16/09/1988).

COLUNA “CAPITULADA”

Valério Mesquita
(Sócio efetivo)

A Coluna Capitolina virou hérnia de disco. O lumbago do desprezo que lhe foi imposto escancara para os italianos e estrangeiros a nossa subcultura de terceiro mundo. Se se indagar ao natalense aonde está hoje, enfim, chantada a homenagem que a civilização romana prestou no final dos anos vinte a pobre, mas estratégica Natal, quase ninguém responderá. Até porque, nem sabe o que significa. Confundirá o nome com qualquer enfermidade da coluna vertebral ou cervical. Para vergonha nossa, a coluna padece altiva, debaixo do viaduto do Baldo, de bico de papagaio, doença tropical da árida semi-cultura do Nordeste brasileiro.

Em qual roteiro turístico está inserida uma visita a Coluna Capitolina? Quem se atreveria a passar o vexame de mostrar tão valioso e histórico monumento num lugar sujo e impróprio? Péssimo local de estacionamento, fétido (o canal do Baldo passa ali), além do iminente risco de vida para algum turista distraído subir a Rio Branco enganchado no pára-choque de um ônibus em velocidade. Na Revista do IHG/RN, Enélio Petrovich narrou assim a trajetória da Coluna Capitolina, doada por Benito Mussolini:

“Na verdade, esta Coluna Capitolina, inaugurada em 8 de janeiro de 1931, sintetiza e consagra a amizade entre a Itália e o Brasil, marco perene daquela travessia. Um raid, sem precedentes em distância. Trouxe-na, de Roma dos Césares e dos Papas, por ordem de Benito Mussolini, o cruzador ‘Malloccello’. Pelo evento triunfal, 4 esquadrilhas de hidroaviões, sob o comando do generalíssimo Ítalo Balbo, intrépido aeronauta, amerissaram no Rio Potengi, dois dias antes da solene inauguração, 6 de janeiro - data dos Três Reis Magos, e do início, em 1958, à margem do mesmo rio, da construção do primeiro baluarte histórico da cidade que nascera a 25 de dezembro de 1599. Dom Marcolino de Souza Dantas, bispo diocesano, abençoou o monumento, hoje fincado, já incompleto,

nesta Praça Carlos Gomes. É que mãos criminosas e covardes destruíram o seu primitivo pedestal, onde se lia, em um dos lados, um trecho, em italiano, evocando a histórica viagem, cuja tradução é esta (o trecho é do escritor Nello Quillici):

‘Trazida de um só lance sobre asas velozes além de toda a distância tentada por Carlos del Prete e Arturo Ferrarin, a Itália aqui chegou a 5 de julho de 1928. O oceano não mais divide e sim une as gentes latinas da Itália e do Brasil’.

Dentro deste século que se escoia, a epopéia da vinda desse monumento histórico não pode ser esquecida pelas autoridades administrativas, as entidades culturais, os letrados dessa cidade. Ao mesmo, que se lhe reservem um local condigno. A Praça Carlos Gomes, no Baldo é inconcebível. Se os italianos soubessem que os natalenses reservariam a “esse mármore milenar” destino e local tão inadequados tê-lo-iam doado a Buenos Aires, com certeza. A verdade é que não sabemos honrar e valorizar o que fomos e o que representamos. A transferência da Coluna Capitolina pra outro local, ouvido os Conselhos de Cultura da Capital e do Estado, é uma atitude de bom senso e de civilidade.

(Diário de Natal - 26/08/1997).

DR. MÁRIO NÓBREGA DE ARAÚJO, O GRANDE CAUSÍDICO

Getúlio Araújo
(*Sócio correspondente*)

Quem se lembra de dr. Mário Nóbrega de Araújo, o grande causídico, que já não está mais entre nós. A fatalidade de um enfarte do miocárdio, levou-o ao Éden na triste noite de 5 de setembro de 1977, em Brasília, Hospital Santa Lúcia. A vontade de Deus tirou de nosso convívio o conceituoso jurisconsulto potiguar.

Nasceu em ensolarada manhã, a 14 de julho de 1923, na Fazenda Margarida, município de Acari/RN. Filho de José Evaristo de Araújo e Helena Nóbrega Bezerra de Araújo, ambos descendentes do português Thomaz de Araújo Pereira (o primeiro), nascido em 1700, casado com Maria da Conceição Mendonça, patriarca da Ribeira do Seridó. São seus irmãos: Sílvio, Francisco, Poti, Pedro (estes já falecidos), Ivo Mônica e Izaltina. Do segundo consórcio de José Evaristo com Irene Pires de Araújo: Pety, Pery, Jacy, Sílvia (falecidos), Ney, Vera, Nair e Salete.

Fez o curso secundário na cidade de Lavras, Minas Gerais, na década de 40.

Bacharelou-se em Direito, na cidade do Recife/PE, turma de 1950.

Bem cedo, mal deixando os bancos acadêmicos, portando um diploma de tradicional Faculdade de Direito de Pernambuco, a famosa escola jurídica do Nordeste, responsável pela formação de nossos melhores juristas e cientistas, eis dr. Mário na labuta da vida.

A biografia desse homem está repleta de fatos ilustrativos que evidenciam a sua personalidade forte e o caráter de extrema probidade.

Só isso já bastaria para identificar nele um coração humano, uma criatura de fé dentro da alma e de olhos clarividentes para ver o brilho das estrelas, mestres de muitas lições hauridas nas páginas do Ocidente, tais como: Víctor Hugo, Jean Jacques Rousseau e Goethe. Lições que,

afinal, foram ministradas pelos pais seridoenses, sempre preocupados na busca de luz, indicando aqui e ali a presença de Deus.

Prestigioso, leal, digno na vida pública, irrepreensível na vida doméstica, Mário foi bem um verdadeiro e legítimo seridoense.

Exerceu com dignidade e competência os cargos públicos de promotor da cidade de Pau dos Ferros (1952), juiz de Direito das Comarcas de Acari (1957) e João Câmara (1967). Em 1976, assumiu o cargo de assessor da TERRACAP - Brasília/DF.

Cidadão de assinalados serviços prestados à comunidade, elegante na simplicidade da vida cotidiana, enamorado e submisso aos tributos morais e encantos da Aida, sua esposa e prima, Mário tem uma história que ele próprio escreveu com seu talento, o seu labor e o seu amor à terra potiguar.

Em 19/02/51 casou-se com Aida Pereira da Nóbrega, filha de dr. Sérvulo Pereira de Araújo, ex-prefeito de Acari, e Cândida Medeiros de Araújo, ambos falecidos. Deixou nove filhos: Kátia, Nádia, Tázia, Isabela, Arabela, Bethânia, Ângela, Valéria e Ariano.

Mário Nóbrega de Araújo, tinha uma grande paixão pela pecuária nordestina, gostava de vaquejadas, festas juninas, criado no meio de vaqueiros, lidando com eles, aprendeu a ser homem desde cedo, fazendo-se no ofício de fazendeiro na cáustica região do Seridó, recebendo ensinamentos do seu pai José Evaristo, empresário da indústria têxtil no Estado do Rio Grande do Norte.

Religioso convicto, católico, freqüentava a igreja de Nossa Senhora da Guia e acompanhava a procissão nas festividades de agosto, juntando-se à grande multidão de peregrinos. “A procissão de Nossa Senhora da Guia arrastava uma verdadeira multidão. Quando a imagem passava em frente ao sobrado de José Evaristo, uma girândola de centenas de foguetes, subiam aos céus, em espetáculo esplêndido”.

Dr. Mário conquistou fama, prestígio e muitos amigos. Mas, o seu falecimento deixou uma irreparável lacuna na cultura jurídica potiguar. Dinheiro, pecúlio, poupança, nada disto o preocupava.

Foi um autêntico franciscano nos sertões do Seridó.

A PASSAGEM DE HENRY KOSTER NO RIO GRANDE DO NORTE

Aécio Villar de Aquino
(*Sócio correspondente*)

Não era fácil a permanência e mesmo a visita de estrangeiros ao Brasil colonial. Restrições eram impostas não somente ao herege mas, mesmo proveniente de país católico o visitante que não fosse português, era, quase sempre, considerado como contrabandista, possível espião divulgador das riquezas avidamente resguardadas e escondidas para uso exclusivo dos colonizadores, ou na melhor das hipóteses, era o disseminador de idéias contrárias ao férreo sistema espoliativo que tinha na ignorância da população nativa, uma das formas mais eficientes de manter a sua dominação.

Esta situação ainda mais restritiva durante o século XVIII, com a descoberta e exploração das minas de ouro e diamantes se revertera a partir do início do século XIX, quando se acentua a decadência de Portugal, então invadido pelos exércitos franceses e incapaz de manter os seus antigos privilégios. Com a vinda da Corte para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica e a abertura dos portos, os estrangeiros, principalmente ingleses, passaram a auferir de prerrogativas que, muitas vezes, eram negadas aos nacionais. E o país exótico, até há pouco fechado para o mundo, passou a ser visitado por estrangeiros das mais diversas procedências e profissões e sob os mais diversos pretextos.

Alguns desses viajantes escreveram sobre as regiões do país por eles percorridas, as Capitânias e depois as Províncias, cidades e povoações, ambiente rural, áreas despovoadas e ignotas. O desconhecimento era sempre relevado, não apenas o aspecto físico da região percorrida, mas também as instalações, construções, implementos, os hábitos e costumes exóticos dos seus habitantes. Daí o grande valor histórico e social e sobretudo antropológico desses relatos, que nos permitem, além de um enfoque diverso, visto por pessoas de cultura diferente, a possibilidade de estabelecer comparações e analisar os pontos de vista, exageros e falhas contidas nesses relatórios, que, muitas vezes,

são as únicas fontes que possuímos, de uma época onde quase não se escrevia, pois poucos eram os naturais que sabiam escrever e os poucos escritos eram subordinados a uma censura quase intransponível, pouca coisa podia ser publicada.

Na primeira metade do século XIX, a maioria dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, muitos deles visitantes ilustres, sábios naturalistas, artistas, geógrafos, geólogos, botânicos e outros intelectuais já conhecidos pelos seus trabalhos, percorreram sobretudo o Rio de Janeiro, onde estava localizada a Corte, a região das Minas, ainda em evidência e a exótica Amazônia. Exceção da Bahia, não foram muitos os viajantes estrangeiros escritores que se aventuraram pelo Nordeste e quanto ao Rio Grande do Norte, somente temos notícias de Koster, na primeira metade do século passado. Esta singularidade seria bastante para conferir inestimável valor ao relato, ao qual se pode acrescentar, a grande área percorrida, a minúcia de detalhes, a observação acurada, a imparcialidade e objetividade, numa época em que predominavam conceitos etnocêntricos, muito freqüentes nos escritores europeus e a tradução ao português que utilizamos para este escrito, da autoria do nosso eminente mestre Câmara Cascudo, está enriquecida por magistrais e valiosas notas que esclarecem, ampliam e atualizam o conteúdo do relato.

O inglês Henry Koster, nascido em Portugal e que chegou ao Recife em 1809, e aí parece ter falecido cerca de dez anos, empreendeu em 1810, uma viagem por terra até Fortaleza. A comitiva era composta de cinco pessoas: além de Koster, um criado inglês, um guia, dois indígenas e cavalos de carga. Partindo do Recife percorreu quase o mesmo roteiro da atual rodovia - Igarauçu, Goiana, Dois Rios, Mamanguape, penetrando no Rio Grande do Norte.

O Engenho Cunhaú foi o primeiro lugar onde pernitoou no Rio Grande do Norte, de onde continuou a viagem passando em Papari, São José do Mipibu, depois atravessando um trecho inóspito e quase desabitado até chegar à cidade do Natal, onde foi hóspede do governador a quem trazia uma carta de recomendação.

No Engenho Cunhaú foi hóspede do proprietário coronel André de Albuquerque Maranhão. Alojado no aposento dos hóspedes onde havia

um bom leito e *“trouxeram água quente numa grande bacia de latão, e todo o necessário foi providenciado. Tudo era magnífico e até as toalhas tinham franjas”*. O jantar foi servido a uma hora da madrugada, em *“uma comprida mesa inteiramente coberta de pratos incontáveis, suficientes para vinte pessoas”*. E continua descrevendo o jantar senhorial: *“Quando eu havia saboreado bastante para estar perfeitamente saciado, surpreendeu-me a vinda de outro serviço igualmente profuso de galinhas, pastéis, etc., e ainda apareceu um terceiro, tendo pelo menos, dez espécies diferentes de doces”*. Tudo isto para quatro convivas apenas: *“o coronel, seu capelão, outra pessoa e eu”*. André de Albuquerque Maranhão, o senhor do Engenho Cunhaú durante e visita de Koster, conforme esclarece em nota do tradutor, Câmara Cascudo, foi um dos chefes no Rio Grande do Norte, da Revolução de 1817, tendo sido ferido e prisioneiro, morreu à mingua no cárcere.

Refere-se Koster ao massacre de Cunhaú de 1645 e à batalha realizada entre Cunhaú e o Forte Keulen, atribuindo o morticínio aos índios Potiguaras e Tapuios do Potengi, informação esta que fica a dúvida se colhida no local ou através do seu amigo e incentivador da sua obra, Robert Southery, um dos primeiros autores estrangeiros de uma História do Brasil. Câmara Cascudo enriqueceu a informação, inclusive fazendo referência à devoção *“às almas de Cunhaú”*. Comete este renomado autor um pequeno deslize, incidindo na falha cometida por Irenéo Joffily e endossada por diversos estudiosos, ao considerar os referidos índios Tapuios, como sendo Cariris: *“Os Potiguaras não tomaram parte nessa matança, dirigida pelo judeu Jacó Rabi, mentor holandês junto aos Janduís, da família Cariri”*. Após as irrefutáveis pesquisas do eminente historiador Olavo de Medeiros Filho, nenhuma dúvida mais existe quanto à origem dos Janduís, facção dos índios Tarairius. É incerto, também, se Jacó Rabi seria, na realidade, judeu.

Continuando a viagem encontrou na estrada, perto de Papari um homem ainda moço que o convidou para pernoitar no lugar. Koster pretendia continuar a jornada mas aceitou o oferecimento. O hóspede era o senhor Dionísio, português casado com brasileira, que segundo Cascudo seria o pai de Nísia Floresta. Sua atenção foi despertada para o vale fértil e a lagoa que permitia aos moradores de Papari, *“cerca de trezentos muito espalhados”*, o provimento de peixes apesar da certa distância do mar.

Na casa do senhor Dionísio jantou “à moda brasileira, numa mesa colocada a seis polegadas do solo, ao redor da qual nos sentamos, ou melhor, nos deitamos, sobre as esteiras. Não havia garfos e as facas, em número de duas ou três, eram destinadas a cortar unicamente os maiores pedaços de carne. Os dedos deviam fazer o resto”.

São José de Mipibu era uma aldeia indígena, “construída em forma de um quadrado, podendo conter aproximadamente duzentos moradores, mas tendo todos os sinais visíveis de decadência”. Daí, seguiu para Natal, com o problema de saber qual a distância e melhor planejar o percurso: “Toda região entre Natal e São José é desabitada e, conseqüentemente, havia pouca esperança de encontrar alguém para nos dar informações sobre a distância”. Este trecho era arenoso e seco, a vegetação rala e os cavalos ficaram cansados, sem ter o que comer e beber. Por sorte encontrou um grupo de pessoas que iam fazer uma farinhada próxima e os convidou para os acompanhar. Não gostou do grupo e acompanhou a pequena distância e passaram a noite vigiando. Conseguiu dar de beber aos cavalos “que passaram uma noite péssima, tendo por alimentação única as folhas dos arbustos ao redor de nós”. Saiu bem cedo e depois de enfrentar as dificuldades de caminhar sobre as dunas, chegou ao Natal, às onze horas da manhã.

O pequeno tamanho da cidade foi o primeiro alvo dos seus comentários: “Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse país, porque, se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as vilas e aldeias?” e acrescenta: “O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro”. Não procede este último argumento. Na terminologia administrativa portuguesa era cidade a sede da capitania, pouco importando o seu tamanho, as instalações e equipamentos que possuísse. Assim era considerado Natal que não passava de setecentos habitantes; a cidade da Paraíba que não ultrapassava três mil pessoas e Olinda, então decadentes, que não ia além dos quatro mil habitantes. Todas estas já nasceram cidades, enquanto Recife habitado por cerca de vinte e cinco mil pessoas era vila e assim permaneceu até quase a terceira década do século XIX.

Descrevendo a cidade, acentua Koster: *“As construções foram feitas numa elevação a pequena distância do rio, formando a cidade propriamente dita porque contém a Igreja Matriz. Consiste n’uma praça cercada de residências, tendo apenas o pavimento térreo, as Igrejas que são três, o palácio, a Câmara e prisão. Três ruas desembocam nesta quadra mas elas não possuem senão algumas casas de cada lado. A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta, o que obrigou alguns habitantes a fazerem calçadas de tijolos ante suas moradas. Esse lugar conterà seiscentos ou setecentos habitantes”*. É interessante notar o número de igrejas; três, para tão poucos fiéis. É uma constante em todas as cidades coloniais brasileiras esta desproporção do número de templo católico em relação aos moradores. Escreve ainda sobre a barra do rio Potengi e a respeito da cidade baixa, situada nas margens do rio e que *“pode conter duzentos a trezentos moradores e aí residem os negociantes do Rio Grande”*.

Recebido com todas as honras pelo governador, ficou hospedado no próprio palácio. Governava então o Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, pernambucano, que passara algum tempo exilado na Inglaterra, onde, segundo Koster: *“... a recepção que lhe fizeram o obrigaram a procurar sempre ocasião de testemunhar seu reconhecimento às pessoas daquela nação”*. Saiu a passear com o governador que mostrava as obras que empreendia e teve oportunidade de observar a introdução de tecidos e moda ingleses: *“Visitamos a Igreja à tardinha. Todas as senhoras estavam elegantemente vestidas com sedas de várias cores, com véus negros cobrindo-lhes a cabeça e o rosto. Um ano antes, as mesmas pessoas teriam comparecido à Igreja, de saiotes de algodão, feitos em Lisboa, pano de tecido grosseiro na cabeça, sem meias e com chinelos nos pés”*.

Depois de Natal começa certamente o trecho mais interessante e ilustrativo da viagem em demanda a Fortaleza no Ceará. Era época de seca e seca braba. Novembro de 1810, uma das maiores estiagens que se tem notícia no Nordeste. O governador fez o possível para que não continuasse a viagem por uma região quase impossível de ser atravessada, naquela época e até o próprio Koster pensou em retornar, mas achou que não teria outra oportunidade de fazer tal percurso e resolveu, já que *“... viera de tão longe, a qualquer preço, decidira seguir aventura”*.

Atravessaram o Potengi, ele de canoa, os demais componentes do seu grupo e os cavalos, em uma balsa. Seguiu pelo Ceará-Mirim, descrita como uma região mais ampla do que o atual município, esteve em Lagoa Seca, passou num povoado, então desabitado, chamado Pai Paulo e seguiu viagem através de Lajes e Angicos, povoados insignificantes, esteve no Açu, em Mossoró, então denominado Santa Luzia e Tibau, onde penetrou no Ceará. Região desolada, quase desabitada, pois grande parte dos habitantes saíram em retirada e geralmente as poucas choupanas que encontrava estavam vazias, ou ocupadas apenas por mulheres e crianças famintas, os homens fora lutando pela sobrevivência, a vegetação calcinada, as árvores desfolhadas, a água ruim, salobra, suja, difícilíssima de ser encontrada e o solo ressequido arenoso ou pedregoso estafava os cavalos, debilitados pela sede e, má comida, que quase se limitava à ração de milho que carregavam e o peso da carga, acrescida de víveres e implementos necessários à assolada travessia.

Lagoa Seca, o primeiro lugar por onde passou, era próprio ao plantio de mandioca e servia de refúgio a retirantes da seca que habitavam palhoças: *“Essas choupanas tinham apenas o teto para abrigar seus moradores que esperavam, com impaciência, as primeiras chuvas abundantes para empurrá-los às suas terras”*. Já neste local, ainda próximo ao litoral a água era conseguida cavando o leito seco do rio, onde também vinham beber os animais que emporcalhavam a bebida; são as conhecidas cacimbas. Refere-se Koster, às cacimbas cercadas, estas mais limpas pois o seu acesso era vedado a toda espécie de animais e acrescenta *“se a pessoa é um dos tais que ama o asseio, rodeia o poço com uma pequena cerca”*. Deste ponto de vista discorda, com toda razão o mestre Cascudo, segundo o qual é uma tradição que denuncia o uso do pasto em comum esta de não cercar as cacimbas e escreve: *“A cacimba, cavada é deixada livre, não podia estar cercada por se tornar inútil ou exigiria um vaqueiro para dar de beber aos animais. Um ditado sertanejo querendo expressar um avarento, diz apenas: - aquilo é homem de cacimba fechada”*. A bagagem foi também acrescida de “bruacas”, sacos de couro para transportar víveres e também de outro tipo de depósito, também de couro e próprio para conduzir água, “as borrachas”, equipamento imprescindível às viagens sertanejas de antanho e que, quanto mais expostas ao sol, mais esfriava o líquido. Hoje

é objeto de museu e as últimas “borrachas” que conheci já viajavam penduradas em caminhões.

Encontrou um homem e alguns auxiliares que conduzia em alguns cavalos, diversos sacos de farinha e passaram a viajar juntos. Era um major, filho do coronel comandante do regimento de milícias do Açu, que viera abastecer-se do indispensável alimento sertanejo no litoral e procurava ocultar a sua preciosa carga, em face da proibição de transportar farinha para o interior, em vista da calamidade da seca que já afetava mesmo as áreas úmidas. Era um homem de cerca de quarenta anos de idade, este seu companheiro de viagem e *“vestia a verdadeira indumentária de um brasileiro do interior. Estava de camisa e cerolas, alpargatas nos pés, espingarda ao ombro, espada ao lado suspensa por um boldrié, e uma faca de caça à cintura”*. De grande utilidade foi esta nova companhia para enfrentar os percalços da área ressequida que teria de atravessar e a troca de experiências, os diálogos com o sertanejo muito enriqueceu este trecho da obra de Koster.

Descreve a projeção das grandes secas em áreas úmidas, descrição sintética e precisa e até bela, se não fosse trágica: *“... uma imensa planície, com toda a relva calcinada pelo sol e os cajueiros e mangabas, árvores resistentes, pareciam sentir a falta d’água porque suas folhas começavam a cair”*. Isto em um local onde medrava cajueiros e mangabeiras, faz entrever o que iria encontrar ao penetrar o interior, ao se adentrar pela região própria das secas. Depois de um dia de viagem chegaram a Pai Paulo, povoação esta que Cascudo afirma, por mais que pesquisasse, não encontrou nenhum vestígio deste nome, nem em documentos nem na tradição oral. *“Era sem exceção alguma, mais desolado lugar que tenho visto”*. E continua Koster: *“Os tetos de muitas choupanas haviam desabado e as paredes de outras estavam desmoronadas, mas algumas cobertas resistiam. O curso do rio só era marcado pela depressão do seu leito e todo o solo vizinho era de um areal solto, sem vegetação alguma e em tudo semelhante ao que se encontrava no canal do rio. As árvores tinham em sua maior parte, perdido inteiramente as folhas. Entrava eu para o sertão e este merecia o nome...”*.

A falta de água para todos e comida para os animais tornou-se uma constante: *“... encontramos um poço d’água salobra, aberto mesmo no leito do rio. Os cavalos pernambucanos não quiseram*

beber. Retiramos as imundícies, clareando a água o mais possível, deixando a repousar. Então os cavalos tomaram uma pequena porção do líquido. Depois descansamos e demos milho aos cavalos por não haver capim". O próprio Koster teve de beber desta água, misturada com sumo de limão e açúcar e foi este o líquido que aprovisionaram para o suprimento durante a próxima jornada. O próximo poço encontrado estava sujo de excrementos. Chegou a sofrer a completa ausência de água e o seu amigo major aconselhou-o a colocar uma pequena pedra na boca para ativar a salivação. Depois encontraram um poço, sempre de água salobra e uma miserável vaca tresmalhada, que pelo ferro o major reconheceu ser de sua propriedade e num evidente exagero do "exato" Koster, afirma que *"a falta d'água o fizera caminhar mais de cem léguas"*. Não era fácil encontrar água e o auxílio do pessoal do major e de vaqueiros que casualmente encontrava foi de muita valia para Koster, principalmente na localização de frestas de pedra que contêm o precioso líquido, os chamados tanques de pedra. *"Quando um viajante sofre falta d'água, o que tem de melhor a fazer é seguir o rastro do gado cuja trilha conduz, em linha reta, a mais próxima fonte d'água"*, aconselha Koster.

Teve de enfrentar uma tentativa de deserção dos seus homens e a fez abortar de forma sumária ameaçando atirar no primeiro que tentasse fugir, procedimento digno dos aventureiros britânicos de sua época.

Somente próximo ao rio Açu é que esta situação vem a melhorar: *"Tínhamos enfim reentrado em terra habitada pelo homem. O terreno apresentava ainda o mesmo aspecto árido mas os poços eram tratados, a água melhor e, embora ressequida, a relva era encontrada"*.

Aconteceu o previsto quando me dispus a escrever sobre a viagem de Koster. Não é possível sintetizar o conteúdo daquele magnífico relato em poucas páginas e tenho a certeza que a esta altura já estou abusando de vossa paciência, ciente além do mais, que quase todos os presentes conhecem aquele maravilhoso livro e o que, na realidade, incentivou-me a escrever este modesto trabalho foi saber que, mesmo mal escrito e mal relatado qualquer palestra a respeito de Koster, sobretudo se carregada nas citações como foi o caso, é sempre tolerável.

(Discurso de posse, na categoria de sócio correspondente do IHG/RN, em sessão solene de 14/11/1991).

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO SERTANEJO NO NORDESTE: O CASO DA PARAÍBA

José Octávio de Arruda Mello
(*Sócio correspondente*)

O mais importante acontecimento da História da Paraíba correlata, nesse ponto, à do Rio Grande do Norte e Ceará, verificou-se nas últimas décadas do século XVII e todo XVIII, estendendo-se ao início do século XIX. Trata-se da conquista do sertão, responsável pela integração do espaço territorial paraibano.

Este, ao contrário do que se pensa, não é majoritariamente açucareiro, mas algodoeiro-pecuário. Dessa maneira, a ocupação das terras além da Borborema compôs o perfil da Paraíba, de maior parte localizada no semi-árido e não no litoral ou brejo.

A concessão de sesmarias, anterior e posterior à destruição dos índios, constituiu a base desse novo capítulo de composição do espaço paraibano. Em número de apenas cinco quando, no século XVI, a capitania se limitava ao litoral, seu número subiu para 1.097, entre 1696 e 1797, no clímax da ocupação sertaneja. No século XIX, a concessão de sesmarias declinou até extinguir-se com a Lei de Terras, em 1850. Então, o território paraibano já se encontrava preenchido e a propriedade territorial não mais se estabeleceria por doação e sim por compra e venda.

As fazendas do sertão e o gado - As sesmarias sertanejas. - Não foram concedidas para instalação de engenhos de açúcar, mas de fazendas. Estas, que também admitiram o trabalho escravo, destinavam-se à criação de gado bovino, equino, caprino, suíno, ovino e asinino, este último também conhecido como burro ou jegue - e também ao plantio de algodão e gêneros de subsistência. Somente nas aguadas ou baixios, terras mais baixas, cobertas de água, verificaram-se esparsas plantações de cana. Estas tinham por objetivo a produção de rapadura para consumo local.

Subordinada ao poder do grande proprietário, a sociedade sertaneja também é(ra) de natureza patriarcal. Ou seja, filia(va)-se ao poder do

chefe de família - equivalente ao antigo *pater familias* romano - com numerosa filharada, legítima e ilegítima, parentes e aderentes. Estes últimos constituíam os agregados que prestavam obediência ao chefe familiar e político.

A distância social entre o proprietário e seus dependentes é(ra), porém, menor que aquela entre o senhor de engenho e os moradores da várzea açucareira ou do brejo. Isso porque, como a economia sertaneja não foi originariamente monetarizada, o pagamento de serviços fez-se em reses, forma, inclusive, de relação entre o proprietário da terra e seus vaqueiros. Destinados ao pastoreio e guarda do gado, os vaqueiros não derivaram dos escravos negros - que no sertão somente ganharam expressão com a cultura algodoeira do século XIX - mas dos índios e mamelucos ou mestiços, tipo étnico resultante do cruzamento do branco com o indígena.

Dentro desse quadro, não foi incomum o vaqueiro ganhar a condição de pequeno proprietário ou sitiante. Embora o fenômeno não deva ser generalizado, ocorreu em algumas áreas.

Outrossim, no espaço geo-econômico sertanejo, centrado na fazenda do criatório, a alimentação era melhor que no litoral. Como não havia a monocultura açucareira - "gulosa devoradora de terras" - a estrutura algodoeira conciliou-se com plantações de subsistência - feijão, andu, milho, jerimum (que deu nome a localidade mudada para São José do Bonfim), batata doce.

Com o criatório também surgiu o consumo de carne fresca - praticamente inexistente no litoral onde as camadas mais baixas se alimentavam de charque e bacalhau - leite, coalhada, queijo e outros derivados do leite. A buchada, extraída das vísceras de bodes e ovelhas, tornou-se prato típico da região. A seu lado, despontou o rubação, mistura de feijão, arroz, toucinho e, por vezes, queijo derretido.

O criatório, do litoral ao sertão. - De terras mais secas, o sertão tornou-se propício à criação de gado. Este, introduzido por bandeirantes, sesmeiros e colonos, converteu-se em fator de ocupação e riqueza da região. Nela, inúmeras localidades - Riacho dos Cavalos, Santana dos Garrotes, Curral Velho, Boqueirão dos Cochos, Olho D'Água - denunciavam essa associação entre o gado e a História.

Como no caso da cana litorânea com o massapê, a geografia não constituiu o principal fator da criação de gado sertanejo. Este residiu na

existência de mercado consumidor situado no litoral e cidades deste - sociologicamente, a Economia sempre falou mais alto que a Geografia. Nesse sentido, a economia pecuária do sertão não é inteiramente fechada como poderia parecer. Desde cedo tornou-se complementar à do litoral porque a essa associada.

A presença das boiadas no sertão confirma essa realidade. Originariamente, o boi localizou-se no litoral, em apoio à atividade açucareira. Desta tornou-se tração, nas almanjarras do engenho, e meio de transporte, com o carro de boi.

A questão central decorreu de que a monocultura açucareira, ocupando as terras com a cana de açúcar, não concedia espaço à proliferação do gado e expansão das boiadas. “Soltar o gado”, no litoral, não era possível, devido à vizinhança da cana. Na Paraíba, se não ocorreram abertos conflitos entre lavradores e pecuaristas, como observou Maria Thetis Nunes, em Sergipe, a desconfiança daqueles para com esses era manifesta. Nos debates da Constituinte Estadual de 1947, o deputado Pedro de Almeida propôs o zoneamento do criatório no brejo, iniciativa que Otinaldo Lourenço interpretou como de contenção do gado, na área da cana.

Nesta, o criatório ocupou, nos séculos XVI e XVII, o sexto lugar em rendimento, abaixo das lavouras de açúcar, mercância (comércio), pau-brasil, algodão, madeiras e lavouras de mantimentos. No sertão, todavia, ele se tornaria o primeiro, daí resultando não apenas carne para consumo local e dos engenhos, mas também couro. Este teria múltiplas finalidades, entre as quais ensacar fumo para aquisição de escravos na costa africana. Do couro também resultou a sola, figurante da pauta de exportação paraibana, no período colonial.

Os Oliveira Lêdo e o deslocamento da fronteira. - Em seguida à guerra holandesa, o litoral canavieiro ficou praticamente devastado. A maioria dos engenhos entrou de fogo morto e no lugar dos partidos de cana surgiram “capoeiras silenciosas e tristes”. Inundações e pestes cumpriram seu papel, de modo que a produção açucareira decaiu consideravelmente. Os capitães-mores que governaram a Paraíba entre 1654 e 1663 - João Fernandes Vieira (1655/7), Antônio Dias Cardoso (1657) e Matias de Albuquerque Maranhão (1657/1663) - procuraram reorganizar a economia açucareira mas isso levaria tempo. Como resultado, a Paraíba nunca mais recuperou o primitivo esplendor.

Datou daí o estabelecimento de nova fronteira econômica, localizada nas terras devolutas, isto é, as ainda inproveitadas do sertão. Este constituiria a nova fronteira dinâmica da sociedade paraibana. Por fronteira dinâmica, entenda-se espaço territorial em movimento.

Duas vias de penetração asseguraram a conquista e ocupação do sertão paraibano. Uma latitudinal, no sentido leste-oeste, isto é, litoral-sertão, foi percorrida, sobretudo, pela família Oliveira Lêdo. Esta se pôs à frente de entradas, expedições parcialmente financiadas pelo Governo. A outra linha de interiorização, mais importante e longitudinal, movimentou-se do sul para o norte, isto é, dos sertões sanfranciscanos da Bahia para o interior da Paraíba. Pelos afluentes do rio São Francisco, percorreram-na bandeirantes paulistas, baianos e pernambucanos.

A penetração litoral-sertão foi inicialmente empreendida por Antônio de Oliveira Lêdo cuja sesmária se localizava atrás da de Vidal de Negreiros, no vale do Paraíba, nas imediações da missão do Pilar. Esse Oliveira Lêdo, deslocando-se com sua gente, alcançou em 1670, a missão indígena cariri do Boqueirão, na Serra do Carnoió, curso médio do Paraíba.

Daí, os integrantes desse grupo familiar, que deram origem a inúmeros municípios paraibanos, no cariri e sertão, bifurcaram-se em dois sentidos.

O primeiro, seguindo o rio Paraíba, alcançou seu afluente Taperoá, e, a seguir, as margens do rio Espinharas, nas vizinhanças da atual cidade de Patos. Movimentando-se para nordeste, essa coluna, através do rio Piranhas, chegou ao atual município de Brejo do Cruz de onde passou-se para o Seridó do Rio Grande do Norte. Esse julgado pertencia então à Paraíba.

O outro braço de penetração dos Oliveira Lêdo desviou-se de Boqueirão para o sul e, seguindo as nascentes do rio Paraíba, ingressou em território pernambucano. Chegando ao rio Pajeú, nas proximidades da fronteira da chapada do Araripe, com o Ceará, seus integrantes encontraram os colonos da Casa da Torre que por ali subiam, rumo ao alto sertão da Paraíba e Ceará.

Vários Oliveira Lêdo, como Custódio, irmão de Antônio, e, Constantino, filho de Custódio, participaram da segunda conquista da Paraíba. O mais importante de todos, Teodósio de Oliveira Lêdo, também era filho de Custódio e sobrinho de Antônio.

Partindo do aldeamento Cariri do Pilar, ali mantido pelo sacerdote italiano Antonio Maria de Modena, que hoje empresta nome ao time de futebol da localidade, Teodósio percorreu enorme distância até alcançar a confluência dos rios Piancó e Piranhas. Aí fundou o arraial de Nossa Senhora do Bonsucesso do Piancó. Para chegar a esse ponto, deslocou-se de Pilar para o planalto da Borborema, daí para o vale do Rio do Peixe e, penetrando o Seridó norte-rio-grandense pela Serra de Luiz Gomes, desviou-se para o sul até alcançar seu objetivo.

Esse consistia em fundar povoação que representasse ponto de apoio para ocupação do sertão. Trata-se do arraial Nossa Senhora do Bonsucesso do Piancó, do nome de sua padroeira retirado a favorável combate - de bom sucesso - travado por Teodósio. Nele reside a origem da cidade de Pombal. Como ao sul desta surgisse termo que originou a também atual Piancó pretendeu-se que esta representasse o eixo da ocupação sertaneja da Paraíba.

A observação é improcedente. Como demonstrou Wilson Seixas, em estudo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, de número vinte e um, o Piancó do sobrenome do primitivo arraial refere-se à terra alcançada pela conquista, ou seja, o atual vale do Piancó, à entrada do qual se encontra Pombal. Esta tornou-se a comunidade historicamente mais importante do sertão da Paraíba. Sua função para essa região equívale à de Mamanguape e capital, no litoral, Areia no Brejo, São João do Cariri / Campina Grande, no Cariri, e Patos no baixo sertão. São as cidades pólos do Estado, estudadas por Celso Mariz no livro de Geo-História Cidades e Homens (1945,95).

Casa da Torre e bandeirantismo. - Quando Antônio de Oliveira Lêdo partiu de Boqueirão do Cariri, em 1670, o sertão da Paraíba já se encontrava parcialmente controlado pela Casa da Torre.

Esta constituía poderosa instituição fundiária pertencente aos Garcia D'Ávila que alargaram seus domínios desde o sertão da Bahia, onde instalaram espécie de casa-forte, até a foz do Rio Grande, no Rio Grande do Norte. Como a Casa da Torre fosse sesmeira nos vales dos rios Piancó, Piranhas e Peixe, um de seus chefes, coronel Francisco Dias D'Ávila, arrendou muitas propriedades. Só na ribeira daqueles rios, os rendeiros da Casa da Torre ascenderam a vinte e oito.

Diante da extensão dos domínios da Casa da Torre, o historiador

Capistrano de Abreu pretendeu que ela houvesse gasto apenas “papel e tinta”, para constituição desse patrimônio. De acordo com tal raciocínio, a Casa da Torre seria apenas proprietária nominal de terras das quais possuía o título sem a respectiva ocupação. A propriedade sem posse.

Para o historiador paraibano Wilson Seixas isso não é verdade. Tanto quanto proprietária, a Casa da Torre exerceu a posse de vastas sesmarias. Daí que, tanto quanto os Oliveira Lêdo, também se encontra na fonte do sistema de grande propriedade familiar que residiu nas origens sociais do sertão paraibano e nordestino. Esse sistema, também batizado de latifundiário agro-pastoril, caracteriza(va)-se pela baixa inversão de capital. A preocupação resid(e)ia na extensão da terra em si, e não no aproveitamento racional ou intensivo desta.

Além dos Oliveira Lêdo, Casa da Torre, sesmeiros e colonos, outro grupo responsabilizou-se pela conquista do sertão da Paraíba, assinalado por crueldade e violência.

Foram os bandeirantes. Os mais conhecidos, de origem paulista, responsáveis pela nomenclatura de localidade próxima a Pombal, estavam sob o comando de Domingos Jorge Velho, que marcou com sangue a presença nos sertões nordestinos.

Contratado pela Coroa para eliminar o Quilombo dos Palmares que não se restringia à Serra da Barriga, em Alagoas, Jorge Velho não desempenhou apenas essa tarefa. Após exterminar os palmarinos, à frente de poderosa bandeira, escravizou os negros e índios que pôde e se movimentou rumo aos sertões da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Aí, outra missão o aguardava. Tratava-se de enfrentar os índios que desde o vale do Açu - denominação do rio Piranhas, no Rio Grande do Norte - levantavam-se em armas. Essa rebelião ganhou a denominação de Guerra dos Bárbaros e durou de 1660 a 1730. Liderando-a, os índios Tarairiús fizeram-se responsáveis pelo que o historiador Geraldo Ireneo Joffily considerou “*a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro*”.

O sertão da Paraíba e os índios. - A circunstância de, até a segunda metade do século XVIII, o sertão da Paraíba não constituir espaço produtivo não significa que estivesse desocupado.

Ocupavam-no os índios, divididos em dois grandes grupos - Cariris e Tarairius.

Habitantes dos vales úmidos dos rios mais caudalosos e regiões

altas de clima ameno, os Cariris distribuíam-se pelas margens dos rios Peixe, Piancó e Paraíba. Compreendiam os Chocós e Paratiós, em Monteiro e Teixeira, na fronteira com Pernambuco; Carnoiós, na serra desse nome, em Cabaceiras e Boqueirão; Bodopitás ou Fagundes, nas regiões assim denominadas, vizinhas a Campina Grande; Bultrins, nos Cariris do Pilar e Alagoa Nova; Icós, nas proximidades de Sousa e Conceição, e Coremas, na região assim intitulada, no vale do Piancó. Subsistiam de agricultura baseada em plantações de milho, feijão e abóbora.

Sem se entender com os Cariris, os Tarairiús eram nômades e desenvolviam precária agricultura às margens de rios temporários como Jaguaribe no Ceará, Apodi no Rio Grande do Norte, e Piranhas, Sabugi e Seridó, na Paraíba.

Compreendiam dezenas de grupos, como Janduí à altura dos atuais municípios de Santa Luzia e Patos; Ariús, ao longo dos rios Piranhas, Sabugi e Seridó, além da região de Patu, próxima ao Rio Grande do Norte; Pegas, nas proximidades dos atuais municípios de Pombal e Catolé do Rocha; Panatis, além dos rios Pinharas e Piranhas; Sucurus, tendo como zona de concentração os vales dos rios Curimataú e Trairi. E ainda Paiacus, na fronteira do Rio Grande do Norte com o Ceará, Canindés, na serra do Cuité, Genipapos na fronteira do Rio Grande do Norte com o Ceará, Cavalcantis, que representariam facção dos Arius, em Campina Grande, e Vidais, noutra zona da fronteira do Rio Grande do Norte com o Ceará.

Algumas dessas tribos incorporaram-se ao sobrenome de famílias sertanejas como Canindés em Cuité, Cavalcantis em Bananeiras/Solânea, Genipapos em Itaporanga. Outras motivam revistas e estações de rádio como Arius e Panatis, em Campina Grande e Patos.

Crueldade e sangueira na Guerra dos Bárbaros. - Conforme o antropólogo José Elias Borges, a Guerra dos Bárbaros não foi sustentada pelos Cariris mas pelos Tarairiús. Enquanto aqueles colaboravam com o conquistador branco e mameluco, os últimos resistiam, sem desfalecimento. O esquema de dominação sertaneja foi assim o mesmo do litoral onde uma nação indígena aliou-se ao conquistador contra o qual levantou-se a rival.

A Guerra dos Bárbaros compreendeu três fases, sendo a primeira no vale do Açu, no Rio Grande do Norte, a segunda na Paraíba e a

terceira no Ceará. Tal como as outras duas, a da Paraíba, travada de, aproximadamente, 1690 a 1720, com os índios nela utilizando até dez mil frecheiros, foi sustentada com extrema ferocidade.

Sesmeiros e mestres de campo como Manuel Araújo de Carvalho, Domingos Afonso Sertão e Bernardo Vieira de Melo entraram em ação, apoiando Domingos Jorge Velho e os Oliveira Lêdo. Entre esses o de nome Constantino quase pereceu, sendo salvo por Jorge Velho. Este também esteve a pique de ser derrotado, o que só não aconteceu porque Manuel Araújo ocupou a região de Coremas, garantindo a retaguarda.

Até 1750 ainda se verificaram combates contra os indígenas que, derrotados, migraram para o Ceará. Nestas, algumas povoações, como Icó, assumiram a denominação dos grupos que aí se fixaram. Note-se que nos sertões da Paraíba, os vestígios de cultura indígena não se tornaram tão vivos como no Ceará. Tal se deveu à intensidade do genocídio paraibano. Qualificando-o, no documentário Parahyba, produzido para o IV Centenário desse Estado, o cineasta Machado Bittencourt taxou-o de “*sangrentos combates sem testemunho*”.

Durante a fase paraibana da Guerra dos Bárbaros, muitos indígenas foram preados, isto é, aprisionados, para comercialização no litoral. Outros, deslocados das áreas que habitavam. Isso ocorreu com os Arius, trazidos da ribeira do rio do Peixe, para uma “campina grande” sobre o planalto da Borborema. Datou daí a cidade desse nome.

Colonos e quilombos nas origens do sertão. - À proporção em que os índios iam sendo destruídos e empurrados para oeste, rumo ao sertão do Jaguaribe, em território cearense, o sertão paraibano definia-se, economicamente, com base na pecuária. Esta começava a prosperar nas sesmarias, fazendas e sítios.

As mais modernas interpretações consideram que essa estrutura econômica não constituiu obra da Casa da Torre, sesmeiros e ou bandeirantes, que apenas devassaram a terra, percorrendo-a, originalmente, mas dos colonos que nela se estabeleceram, em bases permanentes. Resultantes do cruzamento de brancos com índios, os colonos mamelucos que, como os bandeirantes, falavam a língua geral, representavam a semente de “o novo homem paraibano” - o homem do sertão.

Essa a razão por que a Guerra dos Bárbaros conheceu desdobramentos. Após o choque inicial entre sesmeiros e Casa da Torre,

a que se seguiram as expedições dos primeiros e bandeirantes contra os índios, sobreveio a terceira fase de lutas, entre sesmeiros e colonos. A posse da terra constituiu a motivação desses conflitos. Derivou daí a cruenta feição da sociedade sertaneja onde as rixas de família se prolongaram até nossos dias.

Negros escravos também participaram desse processo e, inclusive, constituíram quilombos que inquietaram os senhores. Introduzidos no sertão por entradistas e bandeirantes, que deles também se valeram na composição das bandeiras, muitos aproveitaram a Guerra dos Bárbaros para organização dos próprios refúgios.

Eram os quilombos sertanejos. Um destes, segundo Ireneo Joffily, ganhou a denominação de Quilombo dos Cráunas e localizou-se no Piancó. A circunstância de modernos antropólogos o contestarem não significa muito. Por volta das últimas décadas do século passado, jornais ainda davam conta da existência de redutos afro-negros no distrito de Misericórdia (atual Itaporanga).

De acordo com o historiador gaúcho Décio Freitas, os quilombos participaram da conquista e ocupação da terra. Isso porque, à proporção em que, perseguidos, se deslocavam de um lugar para o outro, iam ocupando o interior. Esse o tema do documentário cinematográfico Aruanda (1960), de Linduarte Noronha. A serra do Talhado, em Santa Luzia, no Seridó paraibano, foi ocupada por (ex)escravos negros e cafuzos ou curibocas - população resultante do cruzamento de negros com indígenas. Ao se estabelecerem preservaram práticas que a escravidão violentava. Daí o caráter igualmente cultural dos quilombos.

Bandeirantes, entradistas e sesmeiros também introduziram o gado que alimentava os principais dessas expedições. Foram, porém, os colonos que, a seguir, encurralaram o que representou o suporte da nova fronteira econômica da Paraíba e de parte do Nordeste - o espaço sertanejo.

BIBLIOGRAFIA SIMPLIFICADA

1 - BORGES, José Elias. "Índios Paraibanos - Classificação Preliminar", in MELLO, José Octávio de Arruda e RODRIGUES, Gonzaga (orgs.) - Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo por uma seleção de autores, 2ª edificação., João Pessoa, Edições Grafset, 1993.

2 - TAVARES, João de Lira. Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, 2ª edição, (2 vols.). Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982 e 1989.

3 - SEIXAS, Wilson. “Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba”, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, número 21. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1975.

4 - NORONHA, Linduarte - Aruanda, documentário cinematográfico com cópias localizadas no NUDOC da UFPB, Cidade Universitária de João Pessoa, Cinema Educativo da SÉCULO, 1960.

5 - BITTENCOURT, Machado (com a colaboração de SANTOS, Alex) - Parahyba, documentário cinematográfico produzido para o IV Centenário da Paraíba, 1985. (Cópias em poder do Grupo José Honório Rodrigues nos Jardins Luna e Miramar).

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Rubens Azevedo
(*Sócio correspondente*)

Aos 87 anos, depois de uma vida inteira dedicada à cultura, morreu Luís da Câmara Cascudo, uma das maiores glórias do folclore e da etnografia brasileiros, meu mestre e amigo. Cascudo prefaciou com a benevolência que lhe era peculiar o meu livro “No Mundo da Estelândia”, em que conto a história das constelações.

Conheci-o de perto quando morei em Natal, cidade que lhe foi berço, morada e túmulo e que ele só deixava para fazer conferências e estudos no Brasil e no exterior. Estilista magnífico, escritor como poucos, pertencia à escola de Pedro Calmon, Gustavo Barroso e Arthur Ramos. Deixou uma obra portentosa, composta de mais de uma centena de livros, entre os quais sobressaem **Alma Patrícia, Geografia dos Mitos Brasileiros, Anúbis, Meleagro, Literatura Oral, Cinco Livros do Povo, Jangada, Rede de Dormir, Dicionário do Folclore Brasileiro, O Tempo e Eu, Vida Breve de Auta de Souza, História da Alimentação Brasileira** e outros.

Seu nome lhe vem do apelido do avô, membro do Partido Conservador, conhecido como “partido cascudo”, em tom pejorativo que Luís transformou numa bandeira de glória. “*Sou um brasileiro feliz*”, costumava dizer. Na realidade, o era. Cercado de carinho e da veneração dos seus coestaduanos, viveu sempre em seu velho solar da rua Junqueira Ayres, só se afastando para curtas viagens de estudo e de pesquisa. Veio ao Ceará várias vezes e tinha, aqui, grandes amizades. Foi à África estudar os costumes alimentares dos nossos ancestrais.

Homem de grande vitalidade, liberto de preconceitos, levava a cultura aos mais inesperados lugares: recitava poesias e dava palestras culturais nos cabarés de Natal e era queridíssimo nestes ambientes, da mesma forma como pontificava nas academias e institutos. Não tinha as vaidades comuns aos homens pequenos porque era um gênio. E aos gênios tudo se deve permitir.

Luís da Câmara Cascudo foi um símbolo do Rio Grande do Norte, cuja cultura, em todos os seus aspectos, viveu à sua sombra. Ali se instalou, há muitos anos, o Instituto de Antropologia Câmara Cascudo, onde se perpetua a sua memória e os estudiosos lhe seguem os passos.

Visitei-o muitas vezes em sua casa acolhedora e amiga e consultei sua imensa biblioteca de cerca de 30 mil volumes, ocupando duas salas. Viam-se ali, espalhadas, produções de artesanato e da arte popular do Nordeste. Quando o conheci, Cascudo já estava praticamente surdo. Não queria usar o aparelho e me dizia bem humorado: *“Não faço muita questão de ouvir. Felizmente, deixei de ouvir muita besteira...”*. Era assim, o querido Cascudo, homem simples e bom. Sua simplicidade não o impediu de receber homenagens: onde quer que andasse, estava sempre à sua espera uma medalha, uma honraria, uma comenda. Recebeu honrarias de 47 países, fora as inúmeras que o Brasil lhe outorgou. Tudo por merecimento. Mas ele não se enviaidia com isso - guardava-as e as esquecia. Não fazia propaganda do seu próprio valor. E nem precisava.

(Do livro “Memórias de um caçador de estrelas” - 1996).

O MORTICÍNIO DE CUNHAÚ COMPLETA 350 ANOS

Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão
(*Sócio correspondente*)

“A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte”. (Luís da Câmara Cascudo).

Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Rio Grande, ao doar a seus filhos Antônio e Mathias de Albuquerque, a 02/05/1604, 5.000 braças quadradas na várzea do Cunhaú e duas léguas em Canguaretama, lançou as bases da Casa de Cunhaú, que tem uma história estreitamente ligada à história do Rio Grande do Norte e à da Paraíba, com importante participação na conquista e na colonização do Nordeste Brasileiro, na luta contra os invasores franceses e holandeses e na expansão da indústria açucareira.

O engenho construído nas terras doadas, o qual parece ter sido denominado inicialmente de Nossa Senhora das Candeias, tomou o nome daquela várzea, tendo sido um dos mais importantes do Brasil e célebre pelos feitos gloriosos nele ocorridos. Foi o primeiro engenho de açúcar do Rio Grande do Norte e durante parte do período colonial seu principal núcleo de população.

A Capela de Nossa Senhora das Candeias de Cunhaú é, assim, testemunha material de importantes feitos, relíquia de um passado glorioso, monumento rico de conteúdo histórico, verdadeiro documento arquitetônico do feudalismo luso-brasileiro. D. Nivaldo Monte, atualmente arcebispo emérito de Natal, refere-se à Capela como *“o mais importante monumento histórico da vida religiosa do povo brasileiro”*.

A Cunhaú e sua capela se referem com reverência eminentes historiadores. Aludindo a sua importância para o Rio Grande do Norte, escreve Luís da Câmara Cascudo:

“Não há trecho de terra mais sagrado para nós. Foi o primeiro núcleo industrial da Capitania e a região mais revirada pela guerra

e molhada de sangue (...) É um altar inteiro, devocionário de religião instintiva, com os heróis que se dedicam ao Deus do Céu e ao Rei da Terra (...)".

"A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte".

Hélio Galvão assim se exprime:

"(...) Esse é o Cunhaú que recordo, altar da história riograndense, onde um sacerdote, "alter Christi", derramou o sangue molhando os paramentos sagrados".

A Capela deve ter sido erguida em época bem próxima à da doação das terras. Em 1638, há referência a Cunhaú como freguesia, devendo a Capela ser então a Igreja Matriz.

Encontrando-se em ruínas havia várias décadas, foi ela restaurada pela Fundação José Augusto, durante a presidência do dr. Valério Mesquita, tendo sido reinaugurada a 15/02/1986. Era arcebispo de Natal D. Nivaldo Monte e pároco de Canguaretama o padre Tarcísio Pereira de Carvalho.

O MORTICÍNIO E CANONIZAÇÃO

Durante a invasão holandesa, Cunhaú foi teatro de episódios confrontando luso-brasileiros e holandeses e seus partidários.

Um dos fatos mais impressionantes aí sucedido foi o massacre ocorrido na Capela a 16/07/1645, praticado por índios sob a chefia do delegado do Governo holandês junto a eles, Jacó Rabi.

Na tarde de 15/07/1645, chega Jacó Rabi ao Engenho de Cunhaú com numerosa malta de índios inimigos dos portugueses e aliados dos holandeses. Entra no local com simulada paz e manda avisar aos moradores que aproveitaria a missa do dia seguinte para anunciar instruções do governo holandês. Para afastar suspeitas, o delegado declarava que a ninguém se faria mal.

No dia seguinte, domingo, pela manhã, durante a Santa Missa, os índios, por ordem do delegado, invadiram o templo matando dezenas de pessoas, inclusive o celebrante, o padre André de Soveral, de cerca de 73 anos. As mulheres e crianças teriam, ao menos em parte, sido poupadas.

Esse trágico evento marca o começo do fim do domínio holandês no Rio Grande pelo horror que causou e pela conseqüente reação que suscitou dos luso-brasileiros. Pouco tempo depois, a 03/10/1645, teve lugar o morticínio de Uruaçu.

Esses episódios encheram de sangue... e de glória o Rio Grande do Norte, sobressaindo eles, entre os fatos relevantes do Brasil das origens, como uma das estrelas de maior grandeza. Suas vítimas, *“que tombaram em defesa da integridade”* de sua pátria *“e pureza de sua fé”*, são hoje reverenciadas como heróis e mártires.

O PADRE ANDRÉ DE SOVERAL

O padre André de Soveral nasceu na primeira Vila do Brasil, São Vicente, no atual Estado de São Paulo, aproximadamente em 1572.

Sua *“veneranda figura (...) desponta como símbolo do heroísmo religioso e da mais corajosa afirmação da Fé na Igreja de Cristo pela qual se sacrifica”*.

A TRADIÇÃO DOS MÁRTIRES DE CUNHAÚ

Expulsos os holandeses em 1654, *“foi a Capela de Cunhaú reconstruída (...), chegando a ter esplendor as celebrações ali oficiadas (...)”*.

Do massacre lá ocorrido, que explodiu como batismo de sangue na alvorada da capitania emergente, ficou a tradição dos ‘mártires de Cunhaú’, objeto de veneração pelo povo. Até meados do presente século, a Igreja de Natal costumava cultivar os mártires de Cunhaú com peregrinações regulares ao lugar.

O TRI-CENTENÁRIO DO MORTICÍNIO

Em 1945, nos dias 1, 2 e 3 de outubro, foram lembradas solenemente vítimas de Cunhaú e Uruaçu pela realização de um Congresso Eucarístico Paroquial, organizado pelo então pároco de Canguaretama, padre Antônio Barros (hoje monsenhor) e por monsenhor Paulo Heroncio.

O Congresso foi encerrado por cerimônia pontifical celebrada pelo arcebispo de Natal, D. Marcolino Dantas, com a participação do bispo de Mossoró, D. João Batista Portocarreiro Costa.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte promoveu, na Praça do Congresso Eucarístico, sessão solene presidida por seu presidente, dr. Nestor Lima, tendo discursado o historiador Luís da Câmara Cascudo.

O MOVIMENTO PARA A CANONIZAÇÃO

Em 1989, foi iniciado o processo de canonização dos mártires de Cunhaú e Uruaçu pelo arcebispo de Natal, D. Alair Vilar Fernandes de Melo, que, a 07/05/1989, encaminhou petição à Santa Sé Romana.

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Dr. Enélio Lima Petrovich constituiu comissão especial para estudar os fatos relativos aos morticínios.

A 20/06/1993, a Arquidiocese de Natal nomeou a Comissão de Peritos em História composta pelo prof. José Antônio Gonçalves de Mello (de Pernambuco), pelo historiador Olavo de Medeiros Filho (do Instituto Histórico e Geográfico do RN) e pela dra. Jeanne da Fonseca Leite Nesi (da Fundação José Augusto).

Mais recentemente, D. Heitor de Araújo Sales, atual arcebispo de Natal, instaurou o Tribunal Arquidiocesano para a Causa dos Mártires do Rio Grande do Norte, composta por mons. Jaime Vieira Rocha, padre Pedro Ferreira da Costa, sra. Regina Maria Lisboa Vilar de Melo e seminarista Júlio Cesar.

O postulador da Causa é mons. Francisco de Assis Pereira e o relator é mons. José Luiz Gutierrez.

OS 350 ANOS DO MORTICÍNIO

A data de 16/07/1645 *“ficou assinalada no calendário histórico e religioso de Canguaretama como suprema consagração da resistência cristã”*, contra a opressão dos inimigos da Fé e da Pátria.

Para rememorar os 350 anos do sacrifício de Cunhaú, a Paróquia de Canguaretama, dirigida pelo padre Gilvan Miguel Pereira, programou a Semana dos Mártires, de 11 a 16 de julho, havendo nesse último dia

(que, como há três séculos e meio, ocorre em um domingo): às 8 horas, missa na Matriz de Nossa Senhora da Conceição; às 15h, procissão, saindo da Matriz, conduzindo réplica da imagem de Nossa Senhora das Candeias, para entronização na Capela de Cunhaú, nela havendo, às 16h, solene concelebração por vários sacerdotes.

Nas homenagens prestadas no corrente ano de 1995 aos sacrificados de Cunhaú e Uruaçu, há a luminosa perspectiva de que eles possam vir a ser canonizados, o que, ocorrendo, será uma grande bênção para o Rio Grande do Norte e o Brasil.

IN MEMORIAM **- CUNHAÚ E URUAÇU -**

Enélio Lima Petrovich

(Sócio efetivo e pres. do IHG/RN)

Sob a égide da História, que é eterna, desfilam os fatos e episódios que marcam a nossa passagem pelos caminhos da colonização e do progresso sócio-econômico, em meio a uma série de conflitos e discordâncias, pugnando por uma pátria independente e soberana.

E essa trajetória de bravura, na visão do futuro, suscita transformações relevantes a merecerem o registro dos acontecimentos que engrandecem a nação e seu povo.

Desde, assim, o período da descoberta do Brasil até os dias da contemporaneidade, incontáveis foram as ocorrências, num processo evolutivo, tão dignificante como audacioso, sobretudo no campo da religiosidade, no qual os massacres serviram para despertar, entre os nossos colonizadores, a triste realidade das invasões dos holandeses, culminando, em 1645, com os de Cunhaú e Uruaçu. O primeiro em 16 de julho e o segundo, em 3 de outubro do referido ano.

Sem dúvida, dessa dominação batava, na Capitania do Rio Grande, constatou-se o heroísmo dos mártires que derramaram o seu sangue, pela religião e à luz da Fé Cristã.

Os relatos se diversificam e, ao tomarmos conhecimento, através dos historiadores, do porte e nível de um padre Serafim Leite, Frei Manuel Calado, Diogo Lopes Santiago e Frei Rafael de Jesus, com base em documentos e afirmações do tempo, sentimos a relevância histórica, para o Rio Grande do Norte e o Brasil.

Dáí, também, o nosso depoimento e a presença, alta e nobre, do venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a mais antiga instituição cultural do Estado, cuja fundação ocorreu a 29 março de 1902.

E justamente quando se realiza, no município de Canguaretama, o II Congresso Eucarístico Paroquial, de 5 a 8 de outubro de 1995, a participação da Casa da Memória Norte-rio-grandense se faz necessária,

assim como aconteceu quando das comemorações pelos 300 anos do martírio de Cunhaú, sob a presidência do saudoso historiador, Nestor dos Santos Lima, nosso tio-avô e padrinho duas vezes. Fora orador da magna solenidade o mestre, genial e humilde, sócio benemérito da vetusta instituição, Luís da Câmara Cascudo.

Dessa forma, pois, na evidência das promoções, *in memoriam* dos sacrificados, pela causa da Religião e da Pátria, há 350 anos, ainda e sempre continua viva a chama de brasilidade, de amor e devoção aos princípios religiosos da Igreja Católica.

A lição do padre André de Soveral, brasileiro, jesuíta, capelão da Capela de Nossa Senhora das Candeias, em Cunhaú, assassinado quando celebrava a santa missa, quer a do padre Matias (ou Mateus) Moreira, ao ser extirpado o seu coração, autêntico mártir de Uruaçu, bem traduzem e significam a projeção dos feitos memoráveis, sob a marca do catolicismo mais verdadeiro e espontâneo.

Decerto, tem razão Dom Eugênio de Araújo Sales, sócio honorário do IHG/RN e arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, quando afirma que *“em dias caracterizados pela fraqueza e covardia no cumprimento de nossos deveres evangélicos, o exemplo desses nossos irmãos de Cunhaú e Uruaçu é valioso estímulo à prática religiosa. Viver a Fé, até ao sacrifício da própria vida, é exigência do Cristianismo”*. (“O Globo”, Rio, de 16/09/89).

E arremata Sua Reverendíssima:

“O sangue desses dois morticínios, com tanta probabilidade de terem ocorrido ‘in odium fidei’ será, quando reconhecida a autenticidade do martírio pela autoridade competente, fonte de novas graças para o Brasil”. (“O Globo”, Rio, 09/09/89).

Fixando, enfim, esses gestos, aliados a outros, de tanta coragem e fé, nestas comemorações do 350º aniversário dos massacres, com inúmeras vítimas inocentes, em Cunhaú e Uruaçu, sobreleva o sentido maior da História, como prova de respeito e veneração aos heróis e santos que, na humildade de suas vidas, deixaram, para as gerações presentes e do porvir, um testemunho grandioso e perene, capaz de apontar novos caminhos neste mundo de Deus.

Por isso, de igual modo, repetimos as palavras de Paulo de

Albuquerque Maranhão, sócio correspondente do IHG/RN, ao concluir o seu trabalho “O Morticínio de Cunhaú - seus 350 anos”:

“Nas homenagens prestadas, no corrente ano de 1995, aos sacrificados de Cunhaú e Uruaçu, há a luminosa perspectiva de que eles possam vir a ser canonizados, o que, ocorrendo, será uma grande bênção para o Rio Grande do Norte e o Brasil”.

TENENTE ULYSSES CALDAS

Tarcísio Medeiros
(*Sócio efetivo*)

Esta história começou há mais de um século e serve para reviver episódios de uma vida de herói morto na Guerra do Paraguai, na qual o Brasil exigiu de todos os seus filhos os maiores sacrifícios, quer pela aplicação de uma economia de guerra, senão, e mais ainda, em razão do seu despreparo técnico para enfrentar um conflito armado por mais de cinco anos.

Neste particular, a forma de constituição de tropa para a Marinha e Exército, foi o recrutamento compulsório que espalhava o pânico pelo método de um aliciamento súbito e cruel, e que só conseguiu juntar gente de famílias humildes, pardos e negros em sua maioria. O recrutador foi a figura mais odiada do tempo.

A Província do Rio Grande do Norte remeteu, em levadas sucessivas, para os campos do conflito nas fronteiras do sul, pelos chamados “Batalhões de Voluntários da Pátria”, aproximadamente, 2.000 soldados entre praças e oficiais, estes tirados dentre filhos de pessoas de bem em evidência na sociedade local, ou que já possuíam posto na “Guarda Nacional”, porém sem qualificação, mais das vezes, para o comando e de saúde precária, o que resultou na volta de muitos deles antes de enfrentarem o batismo de fogo.

A deficiência física aliada a mudança repentina para o clima frio dos pampas, como aconteceu em Desterro pela promiscuidade com outras já contaminadas, comprometeu o estado sanitário da tropa potiguar que, atacada de sarampo, bexiga, disenteria e febre catarral (pneumonia), fez o obituário de 3 por mês, chegar, em agosto de 1866, subindo para 179. Em toda campanha faleceram: por doença, 700; em combate, talvez, 500 soldados e oficiais. Voltaram com vida, muitos mutilados, cerca de 800.

Dos oficiais falecidos, dois ilustres heróis: os irmãos Ulysses Olegário Lins Caldas (05/05/1846) e João Perceval Caldas (15/07/1847), ambos nascidos em Açú, filhos do alferes da Guarda Nacional, Francisco

Justiniano Lins Caldas e de D. Maria Gorgonha de Holanda Wanderley. Ulysses, na juventude veio estudar em Natal, onde logo, pelo seu espírito vivo e inteligente, tornou-se popular na cidade. João, viajou para Recife, onde passou a trabalhar no comércio.

Rompe a guerra contra Francisco Solano Lopes, o ditador do Paraguai. Ulysses apresentou-se, quase imediatamente como voluntário. A sua qualificação de estudante pertencente a família tradicional da Província, lhe deu a patente de alferes. João Perceval, fez o mesmo. Alistou-se em Recife, porém lhe deram o posto de sargento. No início da campanha, deu provas de inextinguível bravura em combate, e em 04/09/1866, já era alferes e porta-bandeira do 36º Corpo de Voluntários da Pátria. Perdeu o irmão no turbilhão do conflito. Quando combatia na unidade próxima de Ulysses, vai encontrá-lo morto.

Ulysses Caldas, como alferes do 29º Corpo de Voluntários da Pátria em ação na Zona de Combate, foi comandado pelo tenente coronel Alexandre Freire Maia Bittencourt e, em 4 de setembro de 1866, era tenente. Sua espetacular bravura, o arrojo com que carregava, estimulando seus homens, sempre à frente deles de espada em punho, criou-lhe uma lenda de invulnerabilidade. Câmara Cascudo em "Acta Diurna" de 17/05/1942, da tradição oral que colheu, narra a seu respeito: "*Ulysses atirava-se às refregas acesas, criando renome, citado, apresentado aos comandantes como exemplo de coragem, de tenacidade, de sangue frio*".

E continua Cascudo: "*De outra feita, como me revelou João da Fonseca Varela, veterano do Paraguai (chegou a general), uma tarde, no acampamento, uma explosão brusca abalou as barracas. Ulysses, mais próximo do local, foi atirado, como uma bola, projetando-se por cima do parapeito da trincheira. Lesto, sacudindo a poeira que lhe cobria a farda, retomou calmamente o canto que ocupava antes, explicando, impassível: não foi nada. Um pequeno passeio de balão*".

Tavares de Lyra, é outro historiador que relata fatos da ação em combate de Ulysses. Diz ele: "*Era um bravo. E demonstrou-o logo no primeiro combate em que se envolveu, quando, após a explosão de uma mina e vendo dispersos os membros mutilados de companheiros mortos ao seu lado, gritou aos sobreviventes, num lance de indômita coragem: avança, camaradas! ainda é vivo Ulysses. E toma, ele*

mesmo, à ponta da espada e por um chuveiro de balas, duas peças de artilharia ao inimigo, sendo, do corpo a que pertencia, o primeiro que galgou as suas trincheiras”.

Este feito valeu-lhe ser condecorado com o hábito de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, e, depois dele, tantos foram os seus atos de valor que, ao falecer, a sua fé de ofício oferecia, pelo número de elogios que continha, um verdadeiro contraste com a rapidez de sua carreira, que vai ser cortada em Curuzu.

Na tomada de Curuzu, o Exército Imperial dirigido pelo barão de Porto Alegre, o general que comandava à frente do exército fardado de grande gala, com suas condecorações e mãos enluvadas de branco, sobrepuja Ulysses suas façanhas. Porém, após a vitória e ao ser lançada a linha avançada de segurança do acampamento para evitar o contra-ataque do inimigo, numa patrulha de reconhecimento, vem a ser abatido, porém lutando, quando, na ocasião, no flanco direito do seu Batalhão, também combatia aquele querido irmão João, alferes, então, e porta-bandeira do 36º Corpo de Voluntários da Pátria.

A narrativa verdadeira do infausto acontecimento, pela primeira vez, é aqui e agora revelada graças o consentimento do professor Fabiano Cristiano Caldas, meu ex-aluno da antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Artes de Natal, sobrinho-neto do herói que, dos arquivos da família, em classe, há muitos anos, me fez presente da cópia do original da carta de João Perceval aos seus pais comunicando o acontecimento em seus detalhes, na simplicidade emotiva do momento que passava, que causa profundo impacto a todos nós que ainda a lemos em diversas circunstâncias. É uma página de profunda sensibilidade, pela forma como João, comovido até as lágrimas, relata todo o triste episódio e procura consolar os velhos pais em Açu que devem ter resignação conforme a vontade de Deus.

Diz a carta:

“Meus caros pais, abençam.

Acampamento em Curuzu, 8 de novembro de 1866.

Depois de ter passado por tantos trabalhos, por tantos perigos, veio a sucumbir em um tiroteio que houve entre nosso piquete e o inimigo, ontem as 9 horas e meia da manhã, o meu querido irmão Ulysses, o maior amigo que eu tinha. VV. mercês. devem avaliar a

minha dôr, pela de Vv. mercês. Estava eu com o batalhão junto as trincheiras, quando soube que ele tinha sido baleado. Imediatamente entreguei a bandeira a outro alferes e segui para o hospital onde ele se achava. Em caminho soube que ele (baleado) foi conduzido morto; cheguei ao Hospital, com efeito achei-o na eternidade, cercado por muitos oficiais e soldados; entrei, dei-lhe um ósculo na face, muitas lágrimas banharam meu rosto palido, mas não desfigurado. Sai a fim de preparar o caixão, sepultura e arranjar o que era necessário para sepultá-lo com decencia, para o que muito se prestaram alguns comprovincianos nossos que são meus verdadeiros amigos. O ferimento foi de lado, no braço direito quase no costado do ombro; não quebrou o osso, porém a bala foi ao coração. É doloroso esse golpe que acabamos de sofrer, porém alguma cousa aliviada pela brilhante figura que fez sempre em todos os combates em que se achou, pelo que foi sempre elogiado nas ordens do dia do seu comandante e mesmo do Exmo. Sr. General”.

“Sem dúvida o nome dele já está nas colunas dos jornais, pela bravura que apresentou no combate do dia 3 de setembro, que a ele se deve a tomada de duas bocas de fogo. No dia 22, portou-se com o mesmo e assim no dia 13 de outubro, o batalhão dele achava-se de proteção ao piquete; este foi atacado pelo inimigo que depois refugiou-se na mata. O general do dia pediu ao comandante um oficial de confiança e oito praças; ele foi escolhido; segue para dentro da mata afim de provocar o inimigo, quando recebeu grande descarga, ficando logo três praças baleados. Com cinco praças que restavam sustentou o arrojo do inimigo que avaliou em 80, até que veio socorro de mais 50 praças, e neste último em que sucumbiu portou-se dignamente, marchando na frente como sempre fazia. A morte dele causou grande choque no segundo corpo do exército. Vv. Mercês sabem do gênio dele; a todos agradava grandes e pequenos; no semblante de todos se divisava sentimento”.

“Foi acompanhado à sepultura por mais de 150 oficiais e alguns cadetes, sendo a maior parte de infantaria, muitos de cavalaria e alguns da marinha. Foi sepultado as 4 e meia da tarde do mesmo dia entre duas árvores, onde estão mais alguns bravos seus companheiros. Era tenente do dia 4 de setembro, quando eu também fui promovido a alferes”.

Tudo isto, meus caros pais devemos encarar com muita resignação. Deus o tenha em sua glória. Adeus. Aceitem o coração saudoso de seu filho obediente e amigo - JOÃO”.

Cumprida a digna missão de ter seu querido amigo e irmão decentemente sepultado com as honras merecidas, João Perceval Lins Caldas continuou combatendo com os mesmos méritos no exemplo familiar, recebendo citações e promoção outra até quase dois anos depois, em 19 de fevereiro de 1868, morrer no combate do forte do Estabelecimento, nas linhas de Humaitá, pessoalmente dirigido pelo marquês de Caxias. Não há referências de mercê de um sepultamento condigno, que ao menos indicasse “entre duas árvores” a sua cova, como marcou a do irmão. Findou-se na vala comum, sem homenagens póstumas. E por isto foi esquecido.

E Ulysses?

Andou muito perto disso. Salvou-o sua “Fé de Ofício” que ainda brilha nas citações incontáveis que a história guardou e o retrato do menino grande, robusto e ágil, “de olhos vivos como curisco, de cabelos negros em cabeleira que completou já rapaz, no buço atrevido, ameaçando os ares”, num retrato de família. Disso nos dá notícia o dr. Luiz Carlos Wanderley, seu conterrâneo açuense, o grande poeta potiguar, em versos que lhe dedicou:

*“Porém depois da vitória
Morreu... Que resta! Uma cruz!
Uma página na História,
Escrita com muita glória,
Cercada de muita luz.”*

Em 13 de fevereiro de 1888, onde está hoje o edifício da Prefeitura do Natal, a rua passou a chamar-se “Rua Ulysses Caldas”, perpetuando a sua memória heróica, até hoje.

Depois do esquecimento de 102 anos, ressurgiu, agora, seu nome, sua vida e sua glória numa homenagem cativante e emotiva de jovens do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do nosso 16º Batalhão Motorizado, em Natal, que o elegem seu paraninfo da turma de 1990.

No momento em que, depois de um período de instrução militar puxado e cansativo, pelos seus méritos de nível de instrução universitário, galgam o primeiro posto de oficial da Reserva do Exército Brasileiro, no juramento que vão prestar, prometem, com sacrifício da própria vida, zelarem pela segurança e grandeza do Brasil, no exemplo desse herói sacrificado no distante período de consolidação de nossa pátria, que se houve com honra e integridade, a quem se deve seguir e imitar.

A FEB E A DEFESA DA DEMOCRACIA

Marcos Maranhão
(Sócio efetivo)

O convite do general comandante da Guarnição do Exército para esta palestra sobre a Força Expedicionária Brasileira na Guerra Mundial, enseja dissertar sobre o esforço de guerra brasileiro na defesa do mundo livre.

O grande conflito que abalou o mundo entre 1939 e 1945 repercutiu, como não poderia deixar de ser, no Brasil. Ao mesmo tempo em que ditadores como Hitler, na Alemanha, e Mussolini, na Itália, aumentavam seu poder, correntes democráticas em nosso país desenvolviam esforços para que o Brasil se alinhasse ao lado das forças da liberdade.

O conflito entre a liberdade e a tirania está presente desde a Antigüidade clássica, nas cidades-estado da Grécia onde vamos encontrar formas de governo autoritárias, como em Esparta e democráticas como em Atenas.

Dentro da evolução das civilizações na história, encontraremos sempre, clarão magnífico do pensamento de Deus no coração humano, as aspirações da consciência a um mundo de paz baseado na justiça. Este desejar permanente, em dimensões de verticalidade e ascendência, se traduziu, dentro do Direito, no jusnaturalismo, na Doutrina do Direito Natural, perene e verdadeiro, a indicar ao homem, na reta razão, seu procedimento diante do quadro universal.

A procura pelo estabelecimento de uma unidade de uma ordem de coisas livremente querida e livremente aceita pela alma humana coordenou, dentro de uma unidade de objetivo, as respostas para as indagações primordiais. Sócrates, através da MAIÊUTICA, como forma de parturição de idéias, avança a filosofia. Aristóteles, afirma a EPIEKEIA, Descartes racionaliza através da indagação subjetiva do COGITO, ERGO SUM. Kant proclama a existência dos imperativos categóricos que livremente traçam na alma humana o ordenamento de

cada ação como norma de padrão universal. Já em Roma afirmava Cícero: *“A verdadeira lei é a reta razão em concordância com a Natureza; é de aplicação universal inalterável e duradoura; compele ao cumprimento do dever pelos seus mandamentos e abstém dos erros pelas suas proibições. Não haverá leis diferentes em Roma ou em Atenas, ou leis diversas no presente ou no futuro, mas sim uma lei eterna e imutável, válida para todas as nações em todos os tempos”*.

Paris e Montpelier, Oxford, Cambridge, Salerno, Bolonha, Nápoles, Pádua, Praga, Heildberg, Leipzig, Colonia e Coimbra foram grandes redutos de elaboração do pensamento humano.

No Brasil a idéia de soberania antes de ganhar o conteúdo físico já projeta sua força espiritual.

Joaquim José da Silva Xavier, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Cláudio Manoel da Costa são os precursores. José Bonifácio de Andrada e Silva é a realidade prática, tangível e poderosa que, com a força de sua inteligência há de formar na mente do Bragança impetuoso e bravo a convicção pertinaz das idéias geradoras do brado de “Independência ou Morte”.

D. Pedro I proclamou a Independência. O Exército deu ao Brasil a unidade, fronteiras, território, soberania. Nas grandes lutas do Prata o Exército Brasileiro derrota os ditadores da Argentina e do Uruguai em campo de batalha. Na Guerra do Paraguai o Exército Nacional derrota o ditador Solano Lopes. Nunca nosso Exército fez Guerra de Conquista.

Os grandes chefes militares, Caxias, Osório, Mallet, Sampaio, Cabrita, sempre foram fiéis ao ordenamento constitucional, dentro da nossa tradição. Assim foi forjado o Exército.

Quando irrompe a segunda guerra mundial o Brasil na sua condição geo-estratégica, controlando, através do saliente de Natal, a passagem do Atlântico Sul, gigante de dimensões continentais, não poderia ficar ausente do conflito.

Os ditadores da Alemanha e Itália rasgaram as normas jurídico constitucionais e éticas, fizeram guerras de conquista e impuseram o totalitarismo. Queriam dominar o mundo.

Em janeiro de 1942 o Brasil se alinha com as teses democráticas, na 3ª Conferência de Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro. Em agosto de 1942, depois do torpedeamento de vários navios mercantes brasileiros, realizado pelos submarinos alemães, o Brasil rompe relações com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), declarando-lhes guerra.

O presidente Vargas agira como estadista. Atendera os anseios da opinião pública e ao mesmo tempo conseguira dos Estados Unidos os meios para a industrialização pesada do Brasil, com a usina de aço de Volta Redonda, abrindo, assim, os caminhos do desenvolvimento econômico.

O Exército nacional, herdeiro das tradições de Caxias, desejava o combate no exterior. Começara a guerra.

A GUERRA E O BRASIL

Para Von Clausewitz a destruição das forças principais do inimigo no campo de batalha constituía o único e grande objetivo da guerra. Para Ludendorff era alta expressão da vontade de viver nacional. Para o general francês Beaufre *“guerra é a arte de fazer concorrer a força para realização dos fins da política”*. No meu entender, guerra é o conflito armado, contra outro país, efetuado através de todo potencial civil e militar da nação e está subordinada à política governamental.

Adolf Hitler, a par dos seus conceitos anti-semitas e da superioridade racial ariana, hauria conhecimentos em geopolítica e geo-estratégia nos trabalhos de Karl Haushofer, general alemão, oriundo da Arma da Artilharia e professor da Escola de Estado Maior. O pensamento de Haushofer baseava-se na supremacia do poder terrestre. Achava que quem dominasse a Europa Oriental dominaria o coração da Terra. Defendia o *“Lebensraum”* como o direito da Alemanha ao espaço vital para sua população, podendo anexar nações. Hitler incorporou estas idéias em *“Mein Kampf”* (Minha Luta) e anexou a Áustria, a Tcheco-Eslováquia, conquistou a Noruega, a Dinamarca, a Polônia e venceu a França.

Uma nação resistiu a avalanche nazista: a Inglaterra. Winston Churchill, primeiro ministro inglês pronunciou célebres discursos no Parlamento britânico, naquelas horas dramáticas, afirmando: *“Vocês perguntam qual é a nossa política. Eu lhes digo: é combater no mar, na terra e no ar, com todo nosso poder e com toda a força que Deus possa dar-nos; é combater uma tirania monstruosa jamais superada no sombrio e lamentável catálogo dos crimes humanos. É essa nossa política. Vocês perguntam: qual é nosso objetivo? Posso responder com uma palavra: Vitória. Vitória a todo custo, a vitória a despeito de todo o terror; a vitória, por mais longa e árdua que seja a estrada, pois sem a vitória, não há sobrevivência”*.

Diante deste quadro mundial o Brasil fez a opção pela Democracia. Nosso Exército iria combater na Europa.

Em 7 de dezembro de 1941, o Japão, aliado a Alemanha e Itália, visando a dominação da Ásia, atacou a única força militar que formava uma barreira aos seus planos: a esquadra americana no Pacífico, baseada em Pearl Harbour, no Havaí. Os Estados Unidos entraram na guerra. Antes, a Alemanha invadira a União Soviética.

Ouçamos o que diz o general De Gaulle: *“Na terceira primavera da guerra o destino profere sua sentença. Os dados estão lançados. Os pratos da balança trocam de posição. Nos Estados Unidos, imensos recursos transformam-se em meios de combate. A Rússia recompõe-se como irá ver-se em Stalingrado. Os britânicos conseguem refazer-se no Egito. A França Combatente (a Resistência) cresceu por dentro e por fora. A resistência dos povos oprimidos toma um valor militar. Enquanto o esforço da Alemanha atingiu seu limite, a Itália se desmoraliza”*.

Em julho de 1943 os Aliados iniciaram a invasão da Itália invadindo a Sicília. Participavam o 8º Exército inglês, comandado pelo general Montgomery e o 7º Exército americano, comandado pelo general Patton. O 7º Exército americano era integrado pelas 1ª, 3ª, 9ª e 45ª Divisões de Infantaria, a 2ª Divisão Blindada e a 82ª Divisão Aero-Terrestre. O 8º Exército inglês era composto pelas 5ª, 50ª, 51ª e 78ª Divisões de Infantaria britânicas e a 1ª Divisão Canadense.

O assalto inicial foi realizado por 160.000 soldados e desenvolveu-se com 14.000 viaturas, 600 carros de combate e 1.800 canhões, apoiados pela artilharia de 2.600 navios e centenas de aviões.

O Eixo dispunha do 12º Corpo de Exército italiano, o 16º Corpo de Exército italiano e 3 divisões de elite alemãs: a Divisão Panzer Hermann Goering, a 29ª Panzer Grenadier e a 1ª Divisão de Pára-quedistas.

Os exércitos aliados concentraram suas forças em regiões contíguas: Sudeste da Sicília, norte de Siracusa e oeste de Licata. Tiveram como primeiros objetivos a conquista dos portos e aeroportos. Com 25 mil quilômetros quadrados de superfície, elevações e ravinas a Sicília é um terreno difícil para o deslocamento militar. Os aliados avançaram firmemente, com total supremacia aérea e em 17 de agosto entraram em Messina com a retirada das forças do Eixo para o continente italiano. Hanson Baldwin em “Batalhas Ganhas e Perdidas”, afirma: “A

campanha da Sicília revelou nitidamente que a Itália estava cansada da guerra e contribuiu diretamente para o golpe em Roma que causou a queda de Mussolini; indiretamente produziu a criação do governo de Badoglio, o armistício e a rendição da esquadra italiana”.

Em seguida, os exércitos ingleses e americanos com tropas francesas de De Gaulle, avançaram sobre o continente italiano. Mussolini, rompido com o Rei da Itália é preso, foi libertado pelos alemães e constituiu um governo republicano. Os Aliados fizeram desembarques em Salerno e Ânzio e no dia 5 de junho de 1944 entraram em Roma. O marechal alemão Kesselring, comandante dos exércitos alemães na Itália, retraíra suas forças para as defesas montanhosas dos Apeninos e ali instalara a fortíssima “Linha Gótica”.

O Brasil, com a FEB, Força Expedicionária Brasileira, iria batalhar naquele teatro de guerra.

Era um teatro de guerra importantíssimo. Se a progressão das forças aliadas, de vitória em vitória, fosse rápida, poderiam alcançar o norte da Itália, descer pelo Passo de Liubliana, atingir a Áustria, deslocar-se para o Balcãs e libertar a Iugoslávia, Hungria, Bulgária, Tcheco-Eslováquia e Polônia. Bastaria que forças poderosas anglo-inglesas chegassem de reforço.

No dia 6 de junho de 1944 houve o “Desembarque da Normandia”. Sob o comando do general Eisenhower, o 1º Exército americano e o 2º Exército inglês, com a artilharia naval de cinco mil navios e a cobertura aérea de 12 mil aviões, desembarcaram na França, na costa da Normandia, rompendo a famosa “Muralha do Atlântico” alemã.

Portos artificiais foram criados pela engenharia aliada, bem como oleodutos e gasodutos. Churchill nas suas “Memórias” relata: *“Enquanto isso íamos consolidando nossa força. Nos primeiros seis dias, 326 mil homens, 54 mil veículos e 104 mil toneladas de provisões foram desembarcadas. Criou-se rapidamente uma imensa organização de abastecimento. Em 19 de junho, os dois portos “Mulberry”, um em Arromanches e outros dez milhas a oeste, no setor norte-americano, começam a tomar forma. As tubulações submarinas entrariam em desenvolvimento mais tarde, mas, enquanto isso, Port-en-Bessin foi sendo desenvolvido como principal porto de abastecimento de gasolina”.* Chester Wilmot afirma: *“Durante as sete primeiras*

semanas, um milhão e meio de homens foram transportados através do canal, com todo o armamento, equipamento e suprimento, em um feito até então sem precedentes". Hanson Baldwin mostra: *"As forças aliadas no continente, em 29 de julho, incluíam 903.061 americanos, com 176.620 viaturas e 858.436 toneladas de suprimentos e 663.295 ingleses, com 156.025 viaturas e 744.540 toneladas de suprimentos"*. O gen. Montgomery comanda o 21º Grupo de Exércitos e o general Patton comanda as forças blindadas que rompem o front alemão em direção de Avranches e dispara, juntamente com o general francês Leclerc em direção a Paris que é libertada pelo último.

Grupos fortíssimos de exércitos aliados restavam ainda na Grã-Bretanha. Roosevelt resolve lançá-los no sul da França, na Operação Bigorna, para colocar o Exército alemão entre dois fogos. Foi desnecessário. Os Alemães escaparam do envolvimento e retraíram em ordem em direção às suas fronteiras naturais.

O certo era o preconizado por Churchill: enviar grupos de exércitos para reforçar o esforço militar aliado na Itália e prosseguir até os Balcãs para libertar a Europa Oriental.

Diz o primeiro ministro inglês nas suas memórias: *"O Presidente Roosevelt admitiu que um avanço pelo Passo de Liubliana poderia conter as forças alemãs, mas não retiraria nenhuma das divisões inimigas da França. Assim, insistiu na realização da Operação Bigorna, à custa, é claro, dos nossos exércitos na Itália"*. E, mais adiante: *"Foram as objeções do presidente Roosevelt a um desembarque na península da Ístria e a um avanço contra Viena pelo Passo de Liubliana que revelaram a rigidez dos planos norte-americanos e sua própria desconfiança do que ele chamava de uma campanha nos Balcãs"*.

Diz Hanson Baldwin em "Batalhas Ganhas e Perdidas": *"O desvio de forças da campanha da Itália e da operação transadriática tão desejada por Churchill engajou os exércitos aliados na Itália em um combate lento e oneroso até a região dos Apeninos. Eliminou a esperança inglesa de ocupar os Balcãs e a planície do Danúbio"*.

O general Mark Clarck, comandante do 5º Exército americano na Itália ao qual estava integrada a FEB - Força Expedicionária Brasileira - observou mais tarde: *"Se não fosse o erro crasso do alto escalão, que nos afastou dos estados balcânicos, a campanha do Mediterrâneo poderia ter sido a mais decisiva para a história do*

mundo pós-guerra". No seu livro "Risco Calculado", o general Mark Clarck afirma: "Um dos grandes erros políticos da guerra foi o enfraquecimento da campanha da Itália a fim de invadir o sul da França, ao invés de penetrar nos Balcãs".

LUTAS DA FEB - ORGANIZAÇÃO

No mês de agosto de 1943 são publicadas as primeiras normas para a organização da Força Expedicionária Brasileira, pela Portaria Ministerial 47-49, do Ministério da Guerra, em data de 9. No dia 23 de novembro foi criada a FEB. No mês de dezembro, a 28, é nomeado comandante da 1ª Divisão de Infantaria o general Mascarenhas de Moraes e em 28, portaria ministerial subordina as unidades da FEB, para instrução, disciplina e organização, ao comandante da 1ª Divisão.

Em 1944 são deslocadas várias unidades do Exército para integrarem a FEB, como o 9º Batalhão de Engenharia, o 6º Regimento de Infantaria, o 2º Regimento de Obuses e o 11º Regimento de Infantaria. Integra-se o 1º Regimento de Infantaria. É constituído o 1º Escalão da FEB, sendo nomeado, em 17 de maio, comandante da FEB, o general Mascarenhas de Moraes. 3 de junho: termina o período de instrução. 2 de julho: partida do 1º Escalão da FEB, no navio transporte "General Mann", saindo do porto do Rio de Janeiro e chegando a Nápoles no dia 16. A 5 de agosto a FEB incorpora-se ao V Exército americano, comandado pelo general Mark Clarck. No dia 16 de setembro começa o movimento ofensivo da FEB, conquistando Massarossa, Monte Comunale e Il Monte. A 17 de mesmo mês captura os maciços de Vecoli, Ghilardona e S. Lucia. No dia 18 de setembro é capturada a cidade de Camaione e embarcam no Brasil, para a Itália, o 2º e o 3º Escalões da FEB. A 25 e 26 de setembro são conquistados "Monte Valiano" e "Monte Acuto", sendo tomado, também, "Monte Prano".

No dia 27 de setembro a FEB inicia a roçada para o Vale Sérchio. A 29 a FEB avança sobre a linha Stazzema-Fornali, com a ocupação das cidades de Pescaglia e Birgo a Mozzano.

Em outubro, o grosso da tropa da FEB ocupa o Vale do Sérchio. A 6 ocupa as cidades de Fornaci, Antelminelli e a Fábrica de Munição de Catarozzo. Chegam em Nápoles, no mesmo dia, dois navios transporte, trazendo o 2º e o 3º Escalões.

A 7 de outubro a FEB entra em Gallicano, Fabriche e Cardoso. 11 de outubro: conquista a cidade de Barga. 28 de outubro: capturado Monte Faeto. 29 de outubro: ocupado Colomini. 31 de outubro: início de rocada para o Vale do Reno.

No mês de novembro, a 2 é efetuado o deslocamento para a região de Porreta Terme. 4 de novembro: avanço para Marano. 5 de novembro: avanço em direção de Volpara. 16 de novembro: conquistado Il Sasso e Monte Cayallero. 23 de novembro: parte do Rio de Janeiro o 4º Escalão da FEB.

A 7 de dezembro chega a Nápoles o 4º Escalão da FEB. Em 7 de dezembro é repellido ataque alemão a “Torre de Nerone”.

A 21 de fevereiro realiza-se a grande vitória brasileira sobre o Exército alemão, em “Monte Castelo”, cuja forte posição estava resistindo aos exércitos aliados.

No dia 22 de fevereiro chega a Nápoles o 5º Escalão da FEB e no dia 23 é realizado o ataque e conquista de “La Serra” e “Bella Vista”.

No mês de março, a 4, conquista-se totalmente o Vale do Marano e em 5, o ataque e conquista de Castelnuovo.

No mês de abril. 14: vitória de Montese. 15: conquista de Paravento. 22: vitória de Zocca. 23: ocupação de Vignole. 27: vitória de Collecchio. 28: vitória de Fornovo. 29 e 30: rende-se a 148ª Divisão de Infantaria alemã, a 90ª Divisão Panzer, alemã, e a Divisão Itália. No mês de maio é ocupada a cidade de Turim, alcançada Susa, em 2, com a ligação com o Exército francês e rendem-se as tropas alemãs na Itália.

Desta forma, cumprimos nosso compromisso com a pátria e a democracia. Dentro das nossas tradições. O totalitarismo nazista foi esmagado, com a vitória da Liberdade. Já dizia Ruy Barbosa, no seu Hino a Liberdade: *“Fora da Liberdade, não sonhe ninguém a verdadeira prosperidade, material ou intelectual. Do mundo antigo só não pereceram para o cabedal estável do gênero humano, o cristianismo e a civilização grega, de que a romana é um longo reflexo. Mas o primeiro nos trouxe a liberdade no verbo divino da redenção, pela justiça, pela tolerância, pela igualdade e a segunda floresceu com liberdade, na eloquência, na filosofia, nas obras primas da grande inspiração”*.

O Rio Grande do Norte, através dos seus filhos, participou da FEB, na “Campanha da Itália”. O prof. Tarcísio Medeiros, no seu livro “Aspectos Geopolíticos e Antropológicos do Rio Grande do Norte”,

afirma: *“341 dos seus elementos, filhos do Estado, dela participaram distribuídos entre os Batalhões dos 25.000 homens que combateram na Itália. Dentre eles, 4 (quatro) morreram: 1º Sargento Rodoval Cabral da Trindade, do 6º RI, em consequência de acidente de “jeep”, a 6.6.1945. Tinha as medalhas de Campanha e a Cruz de Combate de 2ª Classe “por ação de realce na batalha de S. Quirício”, a 31.10.1944. 3º Sargento Wilson Viana Barbosa, do 1º RI, foi dado como desaparecido desde 12.12.1944. Medalha de Campanha e Cruz de Combate de 2ª Classe, “por ação de feito excepcional”. Soldado José Varela, do 1º Batalhão de Saúde. Morreu no combate de Montese, a 14.4.1945. Medalha de Campanha, Medalha de Sangue do Brasil e Cruz de Combate de 2ª Classe, “por ação de feito excepcional”. Soldado Manoel Lino de Paiva, morto na batalha de Montese, em 14.4.1945. Medalha de Campanha e Cruz de Comate de 2ª Classe, “Por ação de feito excepcional em campanha”.*

Citarei também, entre outros, o 1º tenente de Infantaria Floriano Fontoura (depois general de Brigada), Judson Carvalho (depois major), Cleanto Siqueira (depois capitão), José Soares da Silva, Manoel Félix de Lima, Raimundo Tessio, Raimundo Veridiano de Araújo, Joaquim Xavier de Souza, Joaquim Gomes da Silva, João Pedro da Silva, Manoel Amaro Freire, Francisco Barbosa, Sebastião Garcia e João Batista Pereira Filho.

Tivemos na FEB 25.334 soldados. O primeiro destacamento que chegou em Nápoles a 16 de julho de 1944 foi comandado pelo general Zenóbio da Costa. O comando geral foi do general Mascarenhas de Moraes. Houve uma reserva divisionária de 10.625 soldados, entrando em ação 15.069, em sistema de rodízio, de conformidade com os padrões operacionais do V Exército.

Resumindo:

A campanha teve 239 dias de ação contínua. Em 5 de agosto de 1944 a FEB é incorporada ao V Exército americano sob o comando do general Mark Clarck. No dia 8 do mesmo mês foi criado um grupamento tático sob o comando do general de Brigada Zenóbio da Costa, com a denominação de “Destacamento FEB”. Em 16 é o início da nossa ofensiva, com a conquista de Massarosa, Monte Comunale e Il Monte. Em 17 captura-se os maciços de Guilhardona, Vecoli e Santa Lucia. Em 25 conquista-se Valimono e Monte Acuto e em 29 as cidades de Pescaglia e Borgo a Mozzano. Em 2 de outubro efetua-se a roçada do Destacamento FEB para o vale de Serchio.

Como Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar do Exército e vice-orador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, expressei minha satisfação nesta conferência, pronunciada no Salão Nobre do 16º Batalhão de Infantaria Motorizada, aos oficiais da Guarnição do Exército em Natal, a convite do general Monteiro de Barros, comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Tenho certeza que esta palestra demonstrou o compromisso da FEB e do Exército com a Liberdade e a Democracia.

MESTRE MANOEL, UM TESTEMUNHO DE VIDA

Enélio Lima Petrovich
(Sócio efetivo e pres. do IHG/RN)

Muitas vezes, ficamos a pensar como a nossa permanência neste mundo de Deus é efêmera, fugaz.

Ora, mesmo à vista dessa condição imprescindível, as tarefas humanas se tornam alvo de interesses e propósitos ensejando a projeção ou a fama, em níveis multiformes, também daqueles que valorizam as iniciativas da cultura.

Por isso, na escolha natural e conseqüente dos detentores da erudição, do humanismo e da inteligência, desponta a figura, ímpar e extraordinária, de Manoel Rodrigues de Melo, mestre, amigo e confrade, que se encantou, no dia 29, último de fevereiro, ano bissexto - 1996.

Sem dúvida, bem difícil conceituá-lo, na amplitude de sua existência tão fértil, exuberante e rica de fatos e feitos, dignos de registro, cuja repercussão sempre visou o bem comum, no decorrer de seus 88 anos de idade.

Evidentemente, o testemunho de vida que nos oferece, em página aberta, o saudoso consócio, traduz e sintetiza uma lição, alta e profunda, a ser seguida, pois o caminho percorrido por Manoel Rodrigues de Melo nos indica imensas passagens que enobrecem a criatura, sob quaisquer ângulos.

Basta aludirmos aos seus livros, os quais fixam, sobretudo, a temática do regionalismo, através dos costumes, do *habitat* e do folclore locais.

De sua autoria, lemos e guardamos “Várzea do Assu”, editado em três edições (1940, 1951 e 1979); “Cavalo de Pau” (1953); “Chico Caboclo e outros poemas” (1957); “Terras de Camundá” (1972); “Patriarcas e Carreiros”, publicado nos anos de 1944, 1954 e 1985.

Eis outro livro que, lançado em 1987, engrandece a bibliografia potiguar e nacional: “Dicionário da Imprensa do Rio Grande do Norte - 1909 - 1987”.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, integrou a 3ª turma da nossa Faculdade de Direito - UFRN - 1961.

Vê-se, assim, como profícua e intensa fora a sua atividade, no campo da pesquisa literária e histórica, além dos artigos em jornais e revistas, incluindo prefácios que escreveu.

Ingressando na Academia Norte-rio-grandense de Letras em 13 de abril de 1950, sendo patrono da sua cadeira (nº 30) o monsenhor Augusto Franklin, construiu o prédio da respeitável entidade, quando presidente da mesma, cujas obras foram iniciadas em janeiro de 1957. Um empreendimento por muitos considerado quase impossível, porquanto, sozinho, com inabalável força de vontade e idealismo, pedra sobre pedra, jamais se abateu pelo desânimo. E aí está, imponente, à rua Mipibu, 443, nesta cidade, a sede própria do Templo dos Imortais, ou, precisamente "Casa Manoel Rodrigues de Melo", conforme resolução aprovada em assembléia geral dos acadêmicos, em 2 de abril de 1993.

Aliás, lembramo-nos bem, quando de nossa posse, na Academia, em sessão solene, por ele presidida, a 7 de dezembro de 1973, ocupando a vaga do poeta e escritor Virgílio Trindade, proclamamos:

"Agradeço, Manoel Rodrigues de Melo, presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, o momento que vivo. Que sinto. Que presenciamos.

Não é elogio fácil. Sinto-me à distância da excessiva louvação. Longe de mim o cortejo bajulatório. Meu alvo sempre foi valorizar a pessoa humana.

É a palavra inicial do reconhecimento espontâneo. Sem formalismos. Sem protocolos.

Aqui não estaríamos se vossa excia., com pertinaz capacidade, com o devotado amor à cultura da província, não tivesse erguido, sozinho, este majestoso edifício, numa luta de 15 anos, contando com o aplauso unânime dos eminentes pares.

Por isso, assomando à tribuna, agora com as credenciais de acadêmico, presto a Manoel Rodrigues de Melo a merecida homenagem.

Esta Casa nasceu de um sonho que se concretizou. Utopia transformada em realidade.

Bem pode vossa excia., Manoel Rodrigues de Melo, nesta altura de sua existência, dividida entre o seu lar - como esposo, pai

e avô - e este templo da Cultura, como amigo, confrade e benemérito, contemplando o monumento, fruto de sua obstinação, repetir o grande estadista gaulês, o grande Briand, a exemplo do inolvidável acadêmico José Augusto:

“Vede as minhas mãos, não só nenhuma gota de sangue, mas também nenhuma mancha de azeitona”.

Este o escritor, o memorialista, o poeta, o sociólogo, de estatura mediana, olhar agudo, passos seguros, riso largo, voz firme, sempre de paletó e gravata. Nasceu na Ilha de São Francisco, em Pendências, neste Estado, em 7 de julho de 1907.

Sócio efetivo do nosso venerando Instituto Histórico e Geográfico, desde 29 de março de 1946, era o seu 1º vice-presidente. Nunca faltava às sessões da vetusta e quase secular instituição cultural, a mais antiga, no gênero, do Rio Grande do Norte.

Residindo próximo à nossa casa, no bairro do Tirol (Av. Afonso Pena, 632), sempre ia conosco.

Pai exemplar e boníssimo, deixou Lúcia e Vital, seis netos e um bisneto.

Laurita, também sua neta querida, sobre o avô, disse:

“Convivemos ao longo desses anos com a sua doce presença.

Nos acostumamos a chegar em casa e vê-lo sentado na sua cadeira de balanço, como se sempre estivesse à nossa espera.

O seu lugar à cabeceira da mesa, durante as nossas refeições, era cativo. À noite, sempre observávamos o seu sono, para termos certeza que tudo estava normal.

Mesmo velhinho e consumido pela doença, sempre teve uma palavra de amor, um gesto de carinho para todos nós.

Hoje, a nossa casa está vazia. Em cada recanto, uma lembrança, uma recordação, uma saudade.

Para mim, particularmente, foi o vovô, o amigo, o meu segundo pai. Sinto falta das noites que deitava a cabeça no seu colo e assistíamos a alguns programas na televisão”.

Vale, de igual modo, o depoimento, sobremaneira emocional, de Dom Nivaldo Monte, também acadêmico e sócio efetivo do nosso IHG/RN, ao celebrar a missa de 7º dia, a 6 de março de 1996 (Igreja de Santa Terezinha):

“Manoel Rodrigues de Melo irradiava bondade. Humilde, grande pesquisador e jornalista, homem autêntico, manso, forte, corajoso. Ninguém foi mais telúrico do que ele. Esse sentimento impregnava-se na alma do escritor”.

Afinal de contas, tecidas estas considerações, sob o impacto da emoção e da saudade, não se pode mesmo, em um simples artigo de jornal, abordar todos os aspectos da vida e da obra desse incansável e inesquecível homem de letras.

A verdade é que, em dimensões universais, Manoel Rodrigues de Melo nos lega, no tempo e no espaço - repita-se - um testemunho de vida, como verdadeira dádiva dos céus.

Um exemplo e uma lição perenes...

O IHG/RN EVOCANDO

ANTÔNIO SOARES FILHO

Enélio Lima Petrovich

(Sócio efetivo e pres. do IHG/RN)

Magnífica a reportagem sobre o nosso quase secular Instituto Histórico e Geográfico, publicada em “O Poti”, de domingo, dia 4 de agosto de 1996.

Um destaque merecido, pois teve, além da finalidade de mostrar ao público a sua indiscutível importância, pelo valiosíssimo acervo, como livros, periódicos, uma documentação rara e única, que remonta ao século XVII, serviu de alerta aos poderes públicos, que precisam, com a máxima urgência, livre de demagogia e espalhafato, dar melhores condições à vetusta entidade - a mais antiga, no plano cultural, do Rio Grande do Norte.

E ai daqueles que se esquecem do nosso patrimônio histórico!

As gerações presentes e vindouras não podem prescindir dos conhecimentos acerca do passado potiguar e brasileiro, sob pena do nosso país, tão ultrajado pelos maus políticos e corruptos reincidentes, permanecer na estagnação e no atraso, perante as demais nações.

Sem dúvida, temos confiança que o Exmo. Sr. governador Garibaldi Alves Filho, que já determinou a restauração da sede própria da tradicional Casa da Memória Norte-rio-grandense, incluindo a pintura do prédio, serviços diversos, prossiga de olhos fixos naquele Templo da Cultura, adaptando-o de todas as formas, para que se possa preservar, mais e mais, o acervo inigualável, ali existente e bem guardado. A catalogação dos livros, dos jornais do Estado, substituição das velhas cadeiras do salão nobre, ar condicionado para conservação dos documentos e relíquias, etc., são metas prioritárias, cabendo, assim, decisivo apoio governamental, sem maiores delongas.

Mas, se esse registro é posto em realce, não podemos deixar de imprimir, nesta página, a nossa saudade a quem, durante 82 anos de existência, profícua e humanística, tanto dignificou o Rio Grande do Norte no campo da cultura jurídica, literária e histórica.

Queremos nos referir ao saudoso confrade, mestre e amigo Antônio Soares Filho, que se encantou sábado, dia 3 de agosto de 1996, deixando uma lacuna impreenchível na paisagem humana e social da boa terra.

Dele fomos seu discípulo, na Faculdade de Direito - UFRN, fazendo parte da primeira turma (1959).

Foi o mais antigo veranista da Redinha, circunstância, aliás, que sempre ressaltava nas conversas amenas, com alegria.

Sócio efetivo do IHG/RN, freqüentava as suas sessões, valorizando as nossas promoções. Entre outros, seu trabalho sobre “Vicente de Lemos - o fundador” é uma peça de alta significação, contendo dados relevantes acerca do eminente historiador. Por sinal, Antônio Soares Filho era seu neto. Deputado estadual que honrou o mandato. Torcia ardorosamente pelo América Futebol Clube. Pertencera ao extinto PSD. Tinha sido do Conselho Estadual de Cultura.

Maria Luíza, esposa e companheira inseparável, chora a sua partida, após 54 anos de convivência jubilosa e feliz. E Jorge Boucinhas soube ser filho extremado, em todas as horas.

Abordando alguns aspectos da sua vida, eis o que escreveu Rubens de Azevedo, também sócio do venerando IHG/RN:

“Há pessoas que marcam a nossa retentiva e a nossa vida de forma nítida e imperecível. Dentre aquelas que ficaram gravadas no meu coração e fazem par” de mim próprio, destaco o dr. Antônio Soares Filho”.

E mais adiante, acrescenta:

“Antônio Soares Filho é um dos últimos cavalheiros deste país, é homem do beija-mão de senhoras, abrir a porta e ceder lugar ao belo sexo. É um fidalgo de antanho que ainda perambula pelas alamedas ensombradas da bela capital potiguar. Conhecido por todos, de todos amigo, é um homem simples. Foi diretor e professor da Faculdade de Direito de Natal, é membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Escritor primoroso, é amador de Astronomia e fundou e dirige a Associação Norte-rio-grandense de Astronomia”.

Este o depoimento, em parte, do seu grande amigo e consócio,

constante no livro “Memórias de um Caçador de Estrelas”, edição 1996, pág. 117.

Com a emoção do instante, na despedida ao mestre e amigo, proferimos algumas palavras, à beira do túmulo (tarde de domingo que passou), traduzindo o adeus dos que integram o IHG/RN.

E, quem sabe, em sua vaga, na Academia, o deputado Valério Mesquita, autor de vários escritos e livros. Honrará, na verdade, a sua memória.

Partiu, legando-nos o exemplo magnânimo de sua presença entre nós, cuja passagem terrena valeu como lição perene de humildade e sabedoria para os que ainda continuam neste mundo de Deus.

VERÍSSIMO, SEMPRE UMA LEMBRANÇA

Enélio Lima Petrovich

(Sócio efetivo e pres. do IHG/RN)

Parece um sonho ou um pesadelo!

Faleceu, madrugada de domingo que passou (18/08/1996), o saudoso amigo, confrade e acadêmico Veríssimo de Melo. Nosso companheiro nesta página literária.

Sem dúvida, uma lacuna difícil de ser preenchida, na cultura potiguar e brasileira. Livros, publicações diversas, em número avultado, ornaram seu currículo de intelectual sério, atuante, perspicaz, autêntico, modesto, conhecendo todos nós e a todos que o conheciam e admiravam transmitindo a força viva de sua personalidade, alta e nobre.

Na convivência quase diária com Vivi, como alguns o chamavam carinhosamente, suas palavras de estímulo, de dedicação permanente à leitura, no manuseio de cartas, ao som da voz incentivadora que se espargia, em conversas pessoais e através de longos telefonemas, com entusiasmo peculiar, dando conta de notícias auspiciosas sobre escritos de amigos e mesmo desconhecidos, tudo, enfim, impregnava-se na alma de cada um, como o marisco ao rochedo. Veríssimo deixa uma ausência imensa no ambiente cultural da boa terra do mestre Câmara Cascudo, de quem fora um dos mais ardorosos discípulos.

Presidindo o Conselho Estadual de Cultura, ali era o seu lugar de encontro, ora debatendo e expondo acontecimentos de interesse dos homens de letras e das instituições, até em nível nacional, ora, quando sabedor que alguém ligado à área da pesquisa e da literatura por aqui vinha, logo o convocava para depoimentos acerca de sua vida e obra. Tinha o dom de fazer amigos.

Não é fácil, pois, abordar todos os aspectos da existência profícua e fecunda de Veríssimo de Melo em um simples comentário. Mister um livro para defini-lo. E, temos certeza, não irá faltar quem assuma esse compromisso ou tome essa iniciativa louvável. Talvez o amigo e colega Diógenes da Cunha Lima.

Aliás, muito bem se expressou o consócio Jurandir Navarro,

atendendo à nossa solicitação, em nome do venerando Instituto Histórico e Geográfico, no instante da despedida final.

Fomos nós, visitando-o na Casa de Saúde São Lucas, o último confrade a ver e trocar idéias com Veríssimo, quando ele nos falou sobre a posse de Oriano de Almeida e Sílvio Pedroza, na Academia. Quanta expectativa! Uma alegria contagiante. Na verdade, há pessoas que não deveriam morrer. Sair do nosso convívio. Veríssimo era uma dessas criaturas humanas. Daí, a nossa lembrança eterna.

Mas os desígnios de Deus são, obviamente, divinos e indiscutíveis. Ele sabe o que faz com todos os que habitam, efêmera e fugazmente, este mundo que o próprio Onipotente criou. Lá do alto, porém, observando-nos na Academia Norte-rio-grandense de Letras, na qual ocupava a Cadeira nº 12, cujo patrono é o jurista Amaro Cavalcanti, e primeiro ocupante Juvenal Lamartine; em nossa Casa da Memória (IHG/RN), na qualidade de sócio efetivo, desde 5 de maio de 1959; e no Conselho Estadual de Cultura, como presidente, estamos convictos de que Veríssimo de Melo - “o admirável Vivi”, conforme Dorian Jorge Freire, é símbolo de humildade, persistência e amor às letras e à arte.

Bem podemos sentir o sofrimento de Noelma, sua esposa, de seus filhos, Fernando Augusto, Sílvio e Monique. Dos seus netos queridos. De Protásio, seu irmão, e demais familiares. Todavia, neste espaço de jornal, já não contendo a emoção, vale outro registro, com as lágrimas da saudade.

Todos os sábados nos telefonava. Invariavelmente. À noite, uma parada obrigatória em frente à nossa casa, vizinha a de sua irmã Micência, nonagenária e também saudosa com a sua partida.

É que, recebendo alguns recortes destes comentários (a página), separávamos os seus artigos, acima e juntos dos nossos. No ato da entrega, o bate-papo valia a pena. Fatos, pessoas, episódios, afluíam a cada momento. Depois, um breve adeus, à espera do sábado seguinte. Na véspera, imprime-se o caderno dominical “Viver”.

Agora, na mesma horinha de sempre, contemplamos a rua, deserta e escura, e não chega Veríssimo para buscar os seus artigos publicados em “Tribuna do Norte”, nos domingos, ao lado dos meus. Dele já não ouvimos mais os seus conselhos e lições de sabedoria e humanismo. Os desabafos oportunos e construtivos.

Deve estar na morada celestial, dialogando com o Criador, lendo e escrevendo para deleite dos santos.

Assim a vida, assim a morte. (*Tribuna do Norte-Natal/RN-25/08/1996*)

SAUDADES DO INTELECTUAL E CONSÓCIO

Enélio Lima Petrovich

(Sócio efetivo e pres. do IHG/RN)

A vida tem suas surpresas. Umas agradáveis e outras melancólicas.

E quando partem amigos, conhecidos de longas datas, deixando o vazio de suas existências dignas e modestas, alicerçadas pela cultura e inteligência, nos sentimos no dever de enaltecê-los, sem os exageros do aplauso interesseiro e imediatista.

E neste canto de página, num registro de saudade, não podemos olvidar uma criatura humana que, no primeiro dia de julho de 1996, voou para a eternidade. Para o incognoscível.

Aludimo-nos a Américo de Oliveira Costa, mestre, confrade e amigo, que soube apontar, no exemplo do amor às letras, à família, o rumo certo aos seus discípulos e admiradores, cujo número é incalculável. Nasceu em Macau/RN, a 22 de agosto de 1910.

Dele guardamos muitas recordações. Quer dos contatos cordiais na sua residência aconchegante, em rodas de leais amigos, bate-papos e vinhos franceses, quer durante as sessões em nosso venerando e quase secular Instituto Histórico e Geográfico, do qual era sócio efetivo, desde 19 de abril de 1959.

Na Academia Norte-rio-grandense de Letras, sua presença, ocupando a Cadeira nº 27 - patrono Aurélio Pinheiro (posse em 22/12/1949), era o ponto centralizador das atenções, enfocando temas dos mais diversos e eruditos, sem a arrogância dos vaidosos doentios, porque da humildade edificou a sua fascinante e séria trajetória, isenta de soberba e de inveja. Um homem profundamente simples e católico.

Em mãos, relemos a saudação que proferiu a escritora e poetisa Heloísa Maranhão, quando o mestre Américo, a 28 de abril de 1992, no Rio, tomou posse como sócio do Pen Clube do Brasil. Belíssimas as palavras de Heloísa.

Decerto, impossível abranger, nestes comentários, toda a gama

de sua produção cultural, em vários livros, ensaios e conferências, consagrado pelas condecorações internacionais, como as outorgadas pelos presidentes franceses Giscard D'Estaing, em 1977, e François Mitterrand, em 1986.

Vamos mais além. Cidadão natalense, jurista, professor emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, detentor da Medalha "Alberto Maranhão". Fora membro do Conselho Estadual de Cultura. O melhor biógrafo de Luís da Câmara Cascudo. Em 1975, participou do voo inaugural do "Concorde", do Rio a Paris. Personalidade Cultural UBE - União Brasileira de Escritores.

Adorando a França, de Voltaire, Montaigne, Victor Hugo e tantos outros gênios, evocar Américo de Oliveira Costa, sobretudo na Academia, é discorrer sobre a cidade luz, na amplitude de uma homenagem das mais justas e emocionais. Lembrar sempre Paris...

Daí, tenhamos muito cuidado para, na "Casa dos Imortais", substituí-lo por alguém que, amando a própria França, traduza, igualmente, os sentimentos do saudoso humanista e escritor.

Quem sabe, entre ilustres filhos da boa terra, para sucedê-lo, um Francisco das Chagas Pereira, também erudito, homem da Justiça e do Direito, magistrado de carreira e escol, do Tribunal Regional do Trabalho - 21ª Região, conhecedor profundo da língua francesa, tendo curso na Sorbonne e tradutor respeitado.

Mas, acima de tudo, com uma vida limpa, sem mágoas e sem ambições subalternas.

Fica, aqui, pois, a nossa idéia, a fim de que, enaltecendo e projetando o templo fundado pelo genial e humilde Câmara Cascudo - já se vão 60 anos, possamos, cada vez mais, continuar soerguendo aquela instituição cultural do Estado.

Verdade que, se assim pensamos, nada mais se visa senão trazer, para o nosso convívio intelectual, dignitários à altura de seus méritos.

Ora, penetrando nos umbrais da Academia um Oriano de Almeida, na vaga do mestre Câmara Cascudo; um Sílvio Pedroza, na cadeira de Raimundo Nonato da Silva; um Luiz Carlos Guimarães, na vaga de Newton Navarro; um Iaperi Araújo, sucedendo Jayme Wanderley; um Fagundes de Menezes, substituindo Miguel Seabra Fagundes, bem que um Francisco das Chagas Pereira se insere nessa plêiade de valorosos e insígnies imortais.

Que a lembrança, na evocação de uma saudade eterna, do mestre Américo de Oliveira Costa, autêntico testemunho de vida, serena e honrada, signifique para todos nós, para seus familiares queridos, Dona Zefinha, sua esposa inseparável, a filha Vitória, de carinho especial, seus filhos Pedro, José, Paulo e Carlos Américo, netos e bisnetos, e para toda a comunidade potiguar, uma luz permanente, iluminando os caminhos desta existência tão fugaz, sob as bênçãos de Deus.

Por tudo isso, valeu a pena mesmo ter vivido 85 anos...

A MORTE DO PADRE FILIPE BOUREL (1709)

Olavo de Medeiros Filho
(*Sócio efetivo*)

A chamada Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia, ocorrida nas quatro décadas que medeiam os anos de 1683 e 1725, foi um dos episódios mais dramáticos da História da antiga Capitania do Rio Grande. Concedidas as primeiras datas e sesmarias no interior da capitania, com a finalidade de expandir-se a criação de gado, ocorreu a reação dos Tapuias contra a presença dos curraleiros no sertão por eles habitado.

À medida em que os indígenas iam sendo vencidos pelos Terços dos Paulistas, eram eles coagidos a se aldearem nas missões religiosas, como foi o caso dos tapuias Paiaçus, do grupo étnico cultural Tarairiú, aldeados à beira da Lagoa do Podi, ou Apodi. No dia 10 de janeiro de 1700, uma terça-feira, o padre jesuíta Filipe Bourel, alemão de Agripina (Colônia, no rio Reno), fundou a Missão de São João Batista, no local que passou a receber a denominação de Córrego da Missão.

O padre Filipe Bourel viera do Colégio da Companhia de Jesus, na Bahia, na qualidade de missionário apostólico. A respeito de Bourel, dedicou o escritor Dom Domingos do Loreto Couto, autor do livro “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, obra concluída em 1757, os mais louváveis elogios (1).

Segundo aquele autor, o padre Filipe Bourel teria ressuscitado uma criança indígena, já sepultada, batizando-a logo em seguida. Entregue à mãe, teria a criança sobrevivido por alguns dias... Naquele ano de 1757, ainda existia na capela do Apodi um quadro retratando o episódio miraculoso.

O padre jesuíta Serafim Leite, autor da “História da Companhia de Jesus no Brasil”, nos fornece variadas informações sobre a presença do padre Filipe Bourel naquela missão do Apodi (2).

No ano de 1709, faleceu naquela aldeia o padre Filipe Bourel, com a idade de 50 anos, 16 dos quais dedicados à missão apostólica em terras brasileiras.

Graças à informação que nos foi prestada por Eudes Galvão, conterrâneo que residia à época em Buenos Aires, tomamos conhecimento da existência da tela “Morte do Padre Filipe Bourel”, pertencente ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes (Av. Rio Branco, 199 - Rio de Janeiro/RJ). Com a ajuda prestada pelo amigo Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão, conseguimos um cópia (74 x 62 cm) da referida tela, a qual foi presenteada ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

O quadro “Morte do Padre Filipe Bourel”, de autor desconhecido da Escola Portuguesa do século XVIII, é a primeira tela da mencionada Escola que registra uma paisagem do Brasil. Até então, a arte profana e o registro de paisagens das colônias portuguesas, como o Brasil, eram objeto de proibição pela Escola!

A referida tela foi adquirida em Londres, em 1964, pelo embaixador Afrânio de Mello Franco, e posteriormente doado pela embaixatriz Germina de Mello Franco, em atenção ao desejo expresso de seu marido, àquele Museu Nacional de Belas Artes.

No centro do quadro aparece um rústica cabana, recoberta de buriti, em cujo interior repousa o corpo agonizante do padre Filipe Bourel, deitado sobre um enxergão de palha. Dois portugueses assistem-lhe os últimos minutos de vida. Em volta do missionário, alguns indígenas choram a sua morte iminente.

O autor do quadro incluiu algumas cenas do dia-a-dia da aldeia: bovinos pastando; um indígena pescando com um anzol em sua canoa; uma criança a retirar água com um cabaço. Imponentes árvores e algumas palmáceas (catolés?) retratam a vegetação nativa. Aparecem também rústicas cabanas, utilizadas pelos tapuias empenhados em suas atividades campestres. Figuram também duas redes armadas entre palmeiras, a considerável altura do chão. Belas araras cortam os céus apodienses.

No quadro acham-se representados três massas de água, reunidas graças à imaginação do autor. O indígena pescando e o menino recolhendo água, encontram-se no Rio Paraíba. À esquerda do quadro aparece, ao fundo, as águas do “Mar dos Brasileiros”, onde vê-se, ancorada, uma embarcação de porte, além de outras barcas menores. À beira daquele mar, destaca-se uma construção imponente, em cujo interior encontra-se representado o Colégio da Companhia de Jesus, tudo na cidade da Bahia. À direita da tela figura a Lagoa do Apodi, em cuja margem aparece

a cidade de Olinda/PE (!) Segundo o pintor, a lagoa ficava situada “não longe da localidade de Olinda”...

Ao fundo da tela, umas serranias parecem corresponder à atual Serra do Martins, distante cerca de 50 km da cidade de Apodi/RN.

No recanto inferior direito da tela consta uma legenda em Latim. Apelando para os conhecimentos dos professores Waldson Pinheiro e José Melquíades de Macedo, conseguimos reconstituir a contento, o referido texto:

*“P. PHILIPPUS BOUREL 1 AGRIPPI ANNIS XVI
MISSIONARIUS IN BRASILIA 2 OLIM MINISTER IN COLLEGIO
S.J. 3 BAHIAE 4 ADJACETIS MARE BRASILIORUM 5 MORITUR
PRAESENTIBUS LUSITANIS 6 OMNIBUS OPERIBUS
SACERDOTUM DESTITUTIS IN MISSIONE PROPE LACUS
PODINAE 7 NON LONGE DESITU OLINDU 8 FLUVIUS PARAIBA
9 LECTU 10 CAULA 11 LEMBUS 12 BRASILIORUM 13”.*

Em Português, temos a seguinte tradução: PADRE FILIPE BOUREL 1 DE AGRIPINA, POR 16 ANOS MISSIONÁRIO NO BRASIL 2; POR ALGUM TEMPO COM MINISTÉRIO NO COLÉGIO DA COMPANHIA DE JESUS 3, NA BAHIA 4, QUE ESTÁ NAS PROXIMIDADES DO MAR DOS BRASILEIROS 5. MORRE NA PRESENÇA DOS PORTUGUESES 6, TENDO DESEMPENHADO TODAS AS FUNÇÕES SACERDOTAIS NA MISSÃO, JUNTO AO LAGO DO APODI 7, NÃO LONGE DA LOCALIDADE DE OLINDA 8. RIO PARAÍBA 9, NO SEU LEITO 10, REDUTO 11, AOS BARCOS 12, DOS BRASILEIROS 13.

1) - LORETO COUTO, Dom Domingos do. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, pp. 350-351. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

2) - LEITE, Pe. Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, vol. V, pp. 539-549. Lisboa, Livraria Portugal, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1945.

NILO PEREIRA E A ROSA VERDE

Lucilo Varejão Filho
(Sócio correspondente)

Nilo Pereira: um escritor de alto nível e com mais de cinquenta livros publicados. Mas, estreante, no campo da ficção. E, como em toda obra extensa elegemos, sempre, o livro ou os livros de nossa predileção, volto-me logo para esse que me parece o livro-chave para toda aproximação da figura de Nilo Pereira. Aproximação do escritor, mas, também, aproximação do Homem que, para empregar um termo curioso da linguagem dos espíritas, serve de “cavalo”, isto é, de suporte ao escritor. Quero referir-me a essa também fonte inesgotável de lirismo, que é **A Rosa Verde**. Ali está o desenho todo - como diria Nabuco - do Nilo Pereira uno e múltiplo de que fala Potiguar Matos em **Gente Pernambucana**.

Esse curioso **A Rosa Verde** é livro que começa por intrigar o leitor que lhe descobre na folha de rosto a pouco ortodoxa indicação de tratar-se de **Crônica Quase Romance**. Categoria, evidentemente, não muito dentro de uma rigorosa distinção dos gêneros literários. Mas como já se disse que romance é aquilo que o autor declara ser um romance, porque não aceitar o rótulo proposto pelo autor de **A Rosa Verde** e que, em última análise, apenas é um meio descoberto pela modéstia do escritor que empurra o Lauro, personagem central do seu **Quase Romance**, para toda situação em que ficaria detestável o emprego do eu, muito imodesto e pessoal. Assim, como se não bastasse essa duplicidade dos caminhos em que se vai desenvolver o texto de **A Rosa Verde** ainda podemos afirmar que **A Rosa** é, na verdade, um admirável livro de memórias em que um homem maduro medita sobre a sua longa, laboriosa e profícua existência. Mas, homem de formação feita, também, à sombra de autores franceses, não esquece ele a advertência de que **le moi est haïssable** e isto lhe permite apresentar, em amplo e magnífico painel, os caminhos que palmilhou até chegar aos lúcidos 80 e poucos anos com que desapareceu.

Vida dividida entre dois mundos. De um lado, o chão da infância: o vale do Ceará-Mirim, no interior do Rio Grande do Norte, onde passou a meninice e, ainda, Natal, capital do mesmo Estado, onde viveu a adolescência. Do outro lado, o Recife, onde se formou em Direito e que lhe deu a esposa e os filhos num lar feliz, além de ter-lhe, também, dado o ambiente em que pode desenvolver a sua personalidade e afirmar a sua arte de escritor. Em louvor da Terra da meninice e da juventude escreve ele esta obra prima de sensibilidade que é **A Rosa Verde** e em agradecimento a Pernambuco que o acolheu, e deu sentido à sua vida, ergueu esse monumento histórico-literário constituído pelos três magníficos volumes de **Pernambucanidade**.

Para a finalidade a que aqui nos propomos, qual seja, a de melhor fixar a personalidade, o eu profundo do autor, acreditamos ser **A Rosa Verde**, o livro de maior interesse.

E o que nos revela **A Rosa Verde**? Que Nilo Pereira é - seja qual for o seu meio de expressão - fundamentalmente lírico. E de um lirismo que se torna avassalador quando fala da gente de outrora, sobretudo da gente humilde que conheceu no Ceará-Mirim ou quando se volta para a mãe natureza. Sentimos isso desde as páginas iniciais do livro - que então se aproxima, como não mais vai suceder no resto do volume, de uma obra de ficção - nas quais um portador de engenho chegando num cavalo em disparada anuncia esbaforido, que a cheia vem descendo o rio e, logo, inundará as terras em torno da casa grande do Engenho Guaporé, o que nos vale, além de uma rica descrição de uma internada braba, a rememoração, em **flash-back** como no cinema, e para que se estabeleça o fenômeno do contraste, dos rigores da seca de 1877 que pouco tempo antes açoitara, como de resto a todo Nordeste, os campos do Engenho.

Mas não é nem nos rigores das internias nem nas ardências do sol inclemente que se compraz a pena de Nilo Pereira. Para saborear as grandezas de sua arte teremos que buscar os enternecedores instantes em que ele nos leva a passear sob a luz da lua, nos jardins do Guaporé, de meio século atrás, e de repente recompostos pela sua pena mágica e restituídos ao viço de outrora, por força do seu talento do escritor:

“A água vinha encanada do rio Água Azul, em frente. O repuxo no jardim, ajudava nos cuidados das flores. Tudo re florido e belo. Nas noites de lua, o pé de manacá parecia falar, como se

fosse a voz mais romântica naquela orquestração vegetal e que dava tanta beleza à casa.

Um vasto silêncio se derramava pelas cercanias. Era noite. Os pirilampos chegavam para iluminar as coisas, que tomavam formas bizarras fugidias.

Na cachoeira os cavalos descansavam. Os cambiteiros do engenho dormiam a sono solto. Lá um ou outro vagava por aquela solidão, à procura de algum amor proibido". (Págs. 63/64)

Estamos quase a pisar os campos iluminados pela lua das páginas magistrais de Chateaubriand na noite da morte de **Atala**.

Mas nem só da força da pintura de paisagens se engrandece o texto de **A Rosa Verde**. Sem querermos nos deter no desenho ágil e brilhante de algumas figuras humanas, sejam elas de senhores de engenho, chefes políticos, homens de inteligência ou mesmo de humildes personagens que rapidamente atravessam as férteis planuras do Ceará-Mirim ou as ruas de Natal, uma cousa, cremos, é preciso assinalar: a notável capacidade que tem o escritor de jogar com as cenas do cotidiano para delas extrair uma extraordinária força poética.

Que se veja, por exemplo, a chegada do trem de Natal. Creio que nenhum fato é mais corriqueiro. Reparem, porém, como esse cotidiano banal rende nas mãos do autor que dele consegue retirar aquela pungente sensação do desencontro dos destinos que, paradoxalmente, vai buscar na sede de confraternização que leva os que ficam a despedidas afetuosas daqueles que seguem o seu caminho:

"Era sempre uma hora de confraternização. Não precisava ser íntimo do passageiro para lhe dar um demorado adeus, quando o trem, depois de apitar, partia para outra estação, entre fumaradas espessas e solavancos de engrenagens desajustadas.

Muitos adeuses se perderam no tempo. Quantos jamais se veriam!" (Pág. 71).

É o mesmo tema de Baudelaire ao assinalar o seu rápido encontro na rua com a **belle passante** que, logo ele perde de vista e que, certamente, nunca mais encontrará.

Vai, assim, **A Rosa Verde** em sua marcha saborosa mas contida, comunicando ao leitor, por entre lembranças de paisagens que se desdobram como panos, dias idos e vividos.

Mas, às vezes, de repente, há como que um despertar do ficcionista que, indiscutivelmente, dormita no autor. E então ele mostra como sabe preparar um suspense que dá, realmente, uns toques de romance à **Rosa Verde**. É o caso do sonho de Lauro, por exemplo. E aquela mulher vestida à moda antiga, que às três da madrugada volta, por três dias consecutivos ao sonho do menino, a anunciar-lhe uma mensagem, traz para dentro do texto uma dimensão sobrenatural, cheirando a conto de Edgar Allan Poe, que prende e mantém submisso o leitor.

A vida, porém, que serve de suporte ao texto, não se realiza, infelizmente, através de lances espetaculares e o livro, rastreador na verdade dos passos deixados nos dias de outrora, não pode oferecer ao leitor a revelação sensacional que ele espera do espectro e, assim, gratifica o leitor apenas com a revelação de que se tratava da doação de uma imagem da Virgem Maria que a bisavó morta - identificada pelo menino no retrato do sempre fechado salão de recepções da Casa Grande do Engenho - pretendia que ficasse, como doação, para o bisneto.

Outro exemplo de como o autor de **A Rosa Verde** sabe preparar um "clima", de largo efeito sobre o leitor de romances, cousa que os teóricos do gênero consideram como a qualidade mestra do bom ficcionista, nós podemos descobri-lo até nas breves linhas em que é "preparada" a morte do coronel José Antunes, proprietário do Sobrado Antunes, mais conhecido como o "Bahia", em lembrança do velho navio do qual se dizia, que, quando surto no porto de Natal oferecia à sociedade local bailes que bem se assemelhavam pela rigorosa escolha dos seus freqüentadores aos que oferecia o cel. Antunes em seu sobrado. As páginas relativas ao sonho do menino Lauro e ao suicídio do cel. Antunes demonstram que se **A Rosa Verde** não chegou a ser um perfeito romance, foi porque o autor preferiu mesmo fazer do seu texto apenas o amplo repositório das evocações e dos derramamentos sentimentais do seu espírito e do seu coração, e que teriam de ser sacrificados, se insistisse em aplicar-lhe as restritivas técnicas do romance. Resta-me agora fazer referência, ao emprego, em **A Rosa Verde**, de um recurso literário de grande força, típica dos ficcionistas e que nessa **crônica quase romance** parece encontrar feliz aplicação. Falo da sutil duplicação de eu recôndito do personagem central que, ao leitor menos atento, ou menos em dia

com os processos modernos da criação literária, poderia parecer distração do autor durante a redação final do seu livro ou, mesmo algum equívoco da revisão. É o que sucede com Lauro, homem feito, em uma das suas costumeiras viagens sentimentais ao Ceará-Mirim, quando, numa **manhã verde-cinza**, sobe ao campanário da Matriz para olhar a paisagem que se estende até os longes.

“Ele subiu - diz o autor. A escada tremia no seu abandono de muitos anos. Muita gente havia passado por ela, galgando aquelas alturas para ter o seu deslumbramento. Agora era a vez de Lauro. Lá em cima escreveria o seu nome, como tantos escreveram. E, depois, diria a Candinha a sua aventura, que ela reclamava há muito tempo”. (Pág. 188).

Vejam bem. Enquanto sobe as escadas o personagem se desdobra e de dentro do Lauro adulto sai o menino Lauro, que já se dispõe até a contar a Candinha (a namoradinha de outrora que tanto lhe cobrava a subida à torre da igreja) a sua pequena aventura. E a visão que o adolescente deveria ter saboreado, dezenas de anos atrás se concretiza nesse instante:

“Eis diante do menino o embora já homem feito, assinala o escritor - o panorama maravilhoso”. (Pág. 188).

E pois que Lauro olha do alto da Matriz o que lhe parece uma paisagem privilegiada (aquela cidade, pensa ele, fora criada para o êxtase), aproveitemos para lembrar que as cousas não estão no mundo já carregadas, em si mesmas, de grandeza ou de inexpressividade. Ali, é o olhar de Lauro que lhes confere o atributo. E podemos então perceber que o memorialista se aproxima por antecipação, do filósofo Evaldo Coutinho e da sua teoria da visão existenciadora. É, realmente, o olhar de Lauro que, do seu mirante, vai conferir não só existência, como deseja o filósofo, mas, também, magnificência, à humilde cidade adormecida na neblina do vale.

Esse capítulo intitulado **A Manhã Verde Cinza** é um capítulo-chave de **A Rosa Verde** e, conseqüentemente, de toda a existência e do sentido da obra do escritor. Está para elas assim como o momento privilegiado da **madeleine** está para **La Recherche du Temps Perdu**,

de Proust. Dá ao autor a consciência plena do sentido da sua existência e lhe define os rumos a seguir.

Ao fecharmos **A Rosa Verde** após demorada e atenta releitura, uma pergunta fazíamos a nós mesmos: Porque nos comoveram essas páginas?

Afinal, é a história de gente que não foi nossa. E de um mundo que sequer conhecemos.. Mas a verdade é que tínhamos sido obrigado, por vezes, a interromper a leitura, tal o vigor da evocação daqueles mundos mortos, pois uma angústia nos apertava o coração e insensivelmente arrastava nosso pensamento para nossos próprios dias de outrora e para nossos próprios mortos. Ali estava um escritor que pela altura de seu pensamento e pela sua sensibilidade nos seduzia e nos levava a uma generosa identificação com as alegrias e as dores de outros homens. E homens, de um outro tempo.

Nilo Pereira: na realidade um autor admirável, e, somente por modéstia, escondido por detrás de uma obra sedutora. Será preciso dizer mais?

(Discurso de posse na categoria de sócio correspondente do IHG/RN, em sessão solene realizada a 19 de novembro de 1996).

EM BUSCA DE POLICARPO, ESCRITOR SOLITÁRIO

Carlos Magno Araújo
(Colaborador)

A vida do mais taciturno dos escritores norte-rio-grandenses, Policarpo Feitosa, está sendo vasculhada por um dos maiores bibliófilos do Brasil. Há cerca de quatro anos, o colecionador de livros raros Erich Gemeinder, paulista de 63 anos, procura em sebos e bibliotecas de amigos em todo o país qualquer vestígio de informação sobre Policarpo Feitosa, pseudônimo do advogado, procurador geral, deputado, senador e governador do Estado por duas vezes, no início do século, Antônio José de Melo e Souza, morto em 1955 aos 88 anos. Gemeinder chegou a Natal na semana passada e desde então seu tempo está dividido entre pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e visitas a sebos de livros da cidade.

Entusiasmado, ele planeja visitar Nísia Floresta, antiga Papari, onde Policarpo Feitosa nasceu, e o cemitério do Alecrim, local onde está enterrado o corpo do escritor. Aposentado do Banco do Brasil, Erich Gemeinder, filho de suíços, comemorava na semana passada mais uma descoberta: na Cúria Metropolitana, subsolo da Catedral Metropolitana, ele teve acesso ao livro de batismo com a certidão de Antônio de Souza. *“Ele foi batizado no engenho do pai, em Capió, Nísia Floresta”*. Detalhista, o pesquisador quer encontrar até o registro de casamento dos pais de Antônio de Souza, para um livro que pretende escrever sobre o escritor. *“Não posso começar a escrever um livro sem antes ter um material harmonizado e seqüencial”*, afirma. *“Não quero fazer afirmações sem comprovação efetiva”*.

A paixão do bibliófilo por Antônio de Souza surgiu em meados da década de 50, quando ele teve acesso a uma coletânea de contos brasileiros organizada por Raimundo Magalhães Júnior. Ficou fascinado com o conto “Coisa Fungível em Depósito”, termo jurídico que dava título a uma história em que um rapaz foge com uma mulher e a esconde na casa de um primo, que no final acaba engravidando a mulher.

Gemeinder não entende como Policarpo Feitosa é um autor esquecido entre seus próprios conterrâneos. *“Policarpo Feitosa precisa ser resgatado não só no Rio Grande do Norte, mas em todo o Brasil”*, defende ele, que desde a década de 50 vem juntando toda a obra deixada pelo escritor. *“Ele não fazia questão de divulgar nada, era um solteirão que acompanhava as revistas francesas de literatura, estava altamente atualizado, mas fazia questão de publicar seus livros por conta própria”*.

Hoje os livros de Policarpo Feitosa são raríssimos. O mais conhecido é “Gizinha”, que foi reeditado no governo Aluísio Alves, em 1965, pela Fundação José Augusto. Erich Gemeinder tem todos eles: “Flor do Sertão”, do final da década de 20, “Gizinha”, da década de 30, “Alma Bravia”, “Encontros no Caminho”, de contos - do qual foi extraído “Coisa Fungível em Depósito” para a coletânea de Magalhães Júnior -, “Jornal da Vida”, de versos de pé quebrado, “Os Moluscos”, “Gente Arrancada”, sobre o drama da seca, “Dois Recifes com 60 anos e Meio”, de memórias e “Quase Romance e Quase Memória”, de memória, que não chegou a ser concluído. O bibliófilo tem ainda um trabalho feito por Antônio de Souza em 1902 sobre a questão de divisas entre o Rio Grande do Norte e Ceará, a chamada “Questão de Grossos”, e um discurso proferido por Antônio de Souza como paraninfo da Escola Normal de Mossoró, na década de 20. Há também entre as preciosidades do pesquisador uma palestra do governador sobre Dom Pedro II, proferida no Colégio Pedro II, em Ceará-Mirim.

Para se ter idéia do interesse de Erich Gemeinder, basta dizer que o mais recente livro de Antônio de Souza, ou Policarpo Feitosa, que conseguiu foi “Encontros no Caminho”, localizado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em julho passado. Como não dava para xerocar, ele simplesmente mandou microfilmear toda a obra, que guarda em casa como uma relíquia. Erich Gemeinder diz que não estipulou prazos para escrever ou publicar um livro sobre Policarpo Feitosa. Diz que para o trabalho conta com os três fatores tidos como essenciais para o pesquisador: paciência, tempo e sorte.

No Instituto Histórico e Geográfico, Gemeinder procura em jornais antigos textos nos quais Antônio de Souza adotava outros pseudônimos, como Francisco Macambira, Johannes da Silva e até um Antão da Silva e Coisa e Tal. Na opinião dele, o Instituto Histórico do Rio Grande do

Norte é o melhor equipado de todos que conhece, incluindo os de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. *“Pela quantidade e qualidade do material, digo, sem medo de errar, que o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte é uma fonte surpreendente e inesgotável de pesquisas”*.

DOM JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA, PRIMEIRO BISPO DO RIO GRANDE DO NORTE

José Melquíades
(Sócio efetivo)

Em 1911, Natal era uma cidade pequena e calma. Bairros escuros e distanciados, surgiram as primeiras novidades: a instalação da Casa de Detenção, no monte de Petrópolis; a iluminação elétrica, um tanto precária, e a inauguração e serviço de bondes. Aquele ano começara um tanto desventurado. A capela dos Reis Magos chamava-se Capela Nova. Ficava na Praia da Limpa, bem próximo ao Forte. As peregrinações religiosas ao seu santuário faziam-se de bote. Muitos romeiros precipitavam-se em longa caminhada pelos morros da Montagem, compreendendo, hoje, o bairro de Santos Reis e o Quartel do Exército. Os botes que velejavam do cais Tavares de Lira para a praia da Limpa chamavam-se escalares.

Na noite de 6 para 7 de janeiro, fim da festa dos Reis Magos, o escaler Porto Alegre, pilotado pelo mestre Emílio Alexandre da Silva, repleto de fiéis devotos e boêmios itinerantes, virou à altura das “Coras das Velhas” afogando-se várias pessoas entre adultos e crianças. Esse escaler pertencia ao alferes Algusto Lebre. Seguiram-se dias de desespero e desolação. Por trás desses sombrios fatos, reluzia uma inusitada tintura cômica nos anúncios comerciais publicados no jornal A República, bem ao gosto e estilo da época.

Assim, pois, um elixir de longa vida, conhecido como Remédio Vegetariano, patenteado pelo Dr. Orhaman, havia curado um tal Emílio Bouse “sapateiro, 35 anos, 50 quilos, costas abauladas, hemoptises, tuberculose desenganada”. Agora, segundo o anúncio, “estava gordo, forte, corado e saltitante”, graças ao miraculoso elixir. De janeiro a junho, o DN publicava a propaganda da Emulsão de Scott. Via-se o retrato de um bispo guatemalteco revestido dos seus trajes episcopais, exibindo enorme cruz peitoral e carregando, às costas, pendurado aos ombros, o prodigioso bacalhau, que mais parecia um tubarão.

O secretário do bispado deixava a situação mais engraçada ainda. Explicava ele: “Sua Excia. Revma. experimentou salutareos efeitos ao

ingerir o milagroso óleo de fígado de bacalhau pelo que Dom Ricardo Casanova Y Estrada bendiz os nomes dos inventores de Emulsão de Scott". Melhor do que isso só nas Letras Apostólicas. Um outro anúncio mostrava o retrato de uma "senhorita" do Rio Grande do Sul, em divertidas explicações. Propagava: "A bela senhorita Sara Silva, filha do tesoureiro municipal de Bagé, antes fraca e anêmica, agora robusta e formosa, hoje reconhecida pela sua beleza e formosura, graças, é claro, à Emulsão de Scott". E lá estava o retratinho da menina; rostinho redondo que mais parecia uma inchação.

Outro anúncio original foi divulgado pela Casa Londres: "vende-se guarda-chuva para senhoras de seda inglesa". Assim andavam as coisas naquele ano da graça de 1911, nessa nossa cidade presépio. E assim a cidade se preparava para receber o seu primeiro bispo. Vamos ao seu encontro. Dom Joaquim estava em Terezina. Fora nomeado primeiro bispo do Piauí, em 1906. Era norte-rio-grandense, nascido em Goianinha. A diocese do Rio Grande do Norte fora criada para empossar o seu primeiro filho bispo, graças a um esforço canônico empreendido por Dom Adauto, bispo da Paraíba, amicíssimo de Dom Joaquim. Finalmente, no dia 9 de junho daquele ano, o governador Alberto Maranhão recebeu o primeiro telegrama de Dom Joaquim: "Sigo Vapor Manaus. Saudações. Bispo Natal". Aproxima-se o dia 11 de junho, o dia da graça.

Do cais Tavares de Lira até a Catedral e por onde quer que fosse passar o bispo, as ruas estavam todas embandeiradas. A cidade amanheceu em clima de festa. Os fiéis vibravam de alegria. Surpresa e curiosidade extasiavam as pessoas. Era grande a expectativa.

No dia 11, o navio que transportava o prelado, o Manaus, aproximou-se da barra às 16 horas. Os sinos repicaram. Navio que transportava passageiros chamava-se paquete. A República deu o alarme: "*parecíamos estar em uma grande cidade populosa e agitada*". O pacote aproximou-se do cais Tavares de Lira. Nenhum navio atracava no cais. O "vapor" desceu pelas águas plácidas do Potengi devidamente embandeirado e acompanhado por "*4 lanchas e 30 escaleres*". Nessas lanchas embarcaram os convidados de honra. Da capela dos Reis Magos "*descarregaram girândolas de fogo*". Um outro navio de nome Progresso respondeu às salvas. Estabeleceu-se séria confusão no local do desembarque. O embarque dos escaleres ocorreu em conturbada desordem. Por pouco o governador não morreu afogado. Numa lancha especial tocava a banda de música do Trio Natalense. A lancha Osvaldo Cruz abordou o Manaus. Uma escada desceu e por ela subiu o governador para, oficialmente, dar as boas vindas ao diocesano. Vencidos os vexames,

finalmente Dom Joaquim desembarcou e pisou em terra firme da sua nova diocese. Nesse instante solene, tocava a banda de música do Batalhão de Segurança. Em seguida, o antístite dirigiu-se para a igreja do Bom Jesus, acompanhado de “grande multidão”. O Diário de Natal fez a cobertura. Descreveu o trajeto, nos seguintes termos: “Do cais Tavares de Lira seguiu Dom Joaquim para a igreja do Bom Jesus, onde, ao chegar, foi cantado pelas meninas do catecismo e as senhoras do coração eucarístico um hino composto para esse fim”. De acordo com a linguagem do jornal, sua excia. revma. foi cantado pela primeira vez, em Natal, por meninas e mulheres. E isso na porta da igreja.

Dom Joaquim deixou a igreja solenemente paramentado, subindo a pé pela Junqueira Aires ao som de música, hinos e cantos. Chegando à Sé ouviu-se o Ecce Sacerdos Magnus, em seguida, o Te Deum acompanhado pela orquestra do Club Carlos Gomes. Do púlpito saudou-o o Con. João de Castro, vigário da freguesia. Oração eloqüente e vibrante. Terminadas as solenidades da Catedral, o bispo encaminhou-se para o Paço Episcopal. Na cerimônia da matriz não se leram as bulas devido o adiantado da hora. Naquela noite havia ainda um cerimonial a cumprir. Às 21 horas, no “salão róseo do palácio”, Alberto Maranhão oferecia um banquete. Esse banquete, no entanto, não correu às expensas do erário público. Parte do dinheiro arrecadado pela comissão de posse a ele se destinava. Foram 74 os convidados, entre eles, 28 militares, 15 advogados, 3 médicos, 14 padres, 4 seminaristas, 2 diáconos e 1 subdiácono - Ulisses Maranhão.

Desses convidados, Nestor Lima era o diretor da Escola Normal. Manuel Dantas representou o Instituto Histórico e José Augusto, o Atheneu. O governador Alberto Maranhão levantou o brinde de honra, finalizando com estas inebriantes palavras: *“bebamos pela felicidade pessoal de v. excia. e pela glória crescente da nova diocese”*. Dom Joaquim agradeceu, levantou-se e retirou-se. Já era tempo de repousar. No dia 15, domingo, houve solene pontifical. Mons. Pegado fez a leitura das bulas, na pomposa cerimônia de posse, de acordo com as Letras Apostólicas. Apresentado o livro com o termo de posse, assinaram o cap. Joaquim Anselmo, representando o governador, dr. Domingos Carneiro, chefe de polícia e outros tantos. Chovia. E a chuva atrapalhou a procissão.

Desse modo e nesse clima, empossou-se, em nossa diocese, o primeiro bispo do Rio Grande do Norte, Dom Joaquim Antônio de Almeida.

ROTEIRO SENTIMENTAL DA CIDADE DE NATAL

Murilo Moreira Veras
(*Colaborador*)

Natal, Natal, Natal
- já se escoaram quase quarenta anos!
Não eras mais que um presépio:
casas leves e simples
que se erguiam sobre lençóis
de areia.
Morno e preguiçoso o Potengi
mal continha
o desafio de teus mares,
o areal invasor a invadir
as calçadas da Roca,
e da beira-mar.
Naquele tempo, verdes tempos
de amor e revelação,
eras ainda a namoradinha de todos,
com ruas principais largas
e ruelas correndo puerís
entre folhas de abacateiro
e de acácias.
Não tinhas sido vítima ainda
da insana febre de construção,
e vivias tranqüila
como uma donzela.
Quando te conheci
eras como uma flor,
a flor romântica de minha juventude.
Convivemos durante seis anos.
Os passeios nas tuas avenidas.
Os alegres bate-papos no Grande Ponto,

onde de tudo se falava,
da cor da vida
à eternidade de Deus,
de política e liberdade,
de amor e de sonhos -
tudo ali ao sabor da risada,
da seriedade e da reflexão.
Urdia-se a vida com a trama da morte
e pensava-se a morte na trama da vida.
Sócrates e Kant revolviam-se dos túmulos
ante tanta (in) sanidade.
Era obrigatório passar pela livraria
do Dantas, na Ribeira,
uma verdadeira quitanda de livros,
modesta, estreita e escura.
Mas havia a urbanidade do proprietário:
boa figura, prosa franca, conhecedor do ofício,
um polígrafo em qualquer assunto,
mistura de Dom Quixote e Graciliano Ramos
em edição atualizada potiguar.
Conhecia todo mundo, palpitava em tudo:
“Este livro é bom, já li”.
Podia ser de direito, filosofia, matemática,
psicologia, o que fosse.
E havia o Banco do Brasil,
onde ingressei em 1956
- quanto tempo já faz!
Trabalho duro, exigente,
companheiros de trabalho, de faxina bancária,
fechamento de balanço, inventário
estas coisas que já vão longe.
Na folga, uma grande camaradagem,
as brincadeiras sadias, ingênuas até.
O Clube do Pica-Pau.
Muitos desses amigos se dispersaram
na noite do tempo.
Um silêncio no diário da saudade.

Para onde foram esses peregrinos do passado?
Esconderam-se nos meandros da vida.
À noite, era a vez da luta acadêmica,
no gracioso prédio da Faculdade de Direito,
ao lado do Teatro Alberto Maranhão,
na Praça Augusto Severo,
o coração da cidade baixa, do comércio a grosso,
escritórios e agências bancárias.
É preciso invocar Themis.
O Direito sentado nas bancas,
através dos lentes, advogados, magistrados,
verdadeiras culturas universais,
como o mestre Cascudo
com seu Direito Internacional Público.
Um privilégio ouvir-lhe a erudição,
a palavra fácil, a epistemologia acadêmica.
Era a primeira turma de direito que se formava
no Rio Grande do Norte: “Turma CLÓVIS BEVILÁQUA”.
Quanta emoção o título infundia.
Quem éramos, o que fazíamos?
Comerciantes, industriais, gordos e magros.
Até um poeta, o Berilo Wanderley de
“Ora, direis, ouvir poesia...” na rádio local.
Os nomes diluem-se no poço da memória:
decliná-los
impossível.
Mas, no fundo das lembranças
aqueles rostos alados,
aqueles companheiros lépidos,
aqueles aprendizes ciosos,
mágicos caminheiros,
porta-vozes da esperança.
Ó tempo, ó tempo, ó tempo
tu foges como o crepúsculo
na abóbada da vida.
Tu cabes no pingo de uma lágrima
no gesto de um sorriso.
Folha e pranto,

luz e sombra,
estrela vívida de um barco
navegando.
Natal, Natal, Natal
Eu te decanto no meu cântico
de estrelas.
Na paixão de minhas horas eólicas
eu te repenso límpida
e recomponho meus passos
nos teus caminhos
de cidade encantada,
de Cidade Presépio.
De praias lindas, inesquecíveis:
Redinha, Areia Preta, Praia do Meio,
dos Artistas, Pirangi, Muriu e Ponta Negra.
Quem te resistirá?
Natal. Natal. Natal.
Eu me apaixonei por ti.
Depois, eu te perdi!...

O PIONEIRO ESQUECIDO

Gil Soares

(Sócio correspondente)

Antônio Afonso Monteiro Chaves chegou em 1908 a Natal, donde só saiu definitivamente em 1922.

Comandou a Escola de Aprendizes Marinheiros e exerceu o cargo de capitão dos Portos. Ausentava-se somente para ir atender a exigências de sua carreira.

Identificou-se muito com a vida natalense, na Liga de Ensino, Natal Clube, Maçonaria e outras entidades. Foi um dos diretores da Associação de Escoteiros fundada em 1917 na Cidade Alta.

Sua atuação mais destacada ocorreu, porém, nos esportes. Fundou o Centro Sportivo Natalense e a Liga de Desportos Terrestres, organizando assim, definitivamente, o futebol em nossa capital. Para as moças criou o Clube Náutico Feminino e a prática do handebol. Realizaram regatas.

Enfim, sofreu prejuízos em sua carreira para melhor servir à terra potiguar, onde faleceram seus filhos Osmar e Ivanoska.

Em reconhecimento a tão bons serviços, destacadas figuras do meio social obtiveram do governador Ferreira Chaves a promessa de inclui-lo na chapa de deputados estaduais, a fim de lhe garantirem, pelo menos, promoção por antigüidade.

Naquela época, a chamada “política perrepista”, derrubada pela Revolução de 30, já tinha no Rio Grande do Norte feição tipicamente “totalitária”, com a Oposição esmagada. O Governo organizava “chapa única”, composta quase toda por chefes situacionistas do interior. Lembro-me, a propósito, desta piada: “*Cascudinho, Cascudinho, por que é que na chapa só tem coroné?*” Nosso saudoso Câmara Cascudo, muito jovem, era afilhado de batismo do governador.

E Monteiro Chaves acabou ludibriado.

Logo mais, aquele governador, nomeado ministro da Marinha, nem ao menos se lembrou de aproveitá-lo devidamente.

Finalmente, pela dedicação à nossa terra, só conseguiu passar à reserva no posto de capitão de mar e guerra.

Outra ingratidão: não há sequer, em Natal, uma rua com o nome de figura tão benemerita e que deveria ter sido lembrado, com toda justiça, para o novo Estádio (Castelão).

Em 1950, quando Monteiro Chaves faleceu, coube-me, antigo escoteiro, manifestar da tribuna da Câmara dos Deputados, em ligeiras palavras, o pesar da bancada norte-rio-grandense.

Hoje, recordo com saudade quando, no futebol, cada gol era comemorado com banda de música e a grande vibração da torcida feminina. Nos belos tempos do amadorismo.

BIOGRAFIA

Henrique Zarembo da Câmara
(*Sócio Efetivo*)

Teódulo Soares Raposo da Câmara nasceu em 26 de julho de 1867, na cidade de São José de Mipibu (Rio Grande do Norte) e faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1949. Foi professor de vários colégios no Rio Grande do Norte, tendo feito o curso primário em São José, onde viveu a infância.

Aos 15 anos de idade, seguiu para Natal, onde estudou, como interno, no Ginásio Norte-rio-grandense, tendo feito ali, após 3 anos, os estudos preparatórios. Já no final do curso, sua vocação de professor de ensino secundário se revelara, pois começou a lecionar, na condição de professor-auxiliar, ainda adolescente.

Em 1885, com o fechamento do Ginásio, voltou a São José, tendo retornado a Natal no final do mesmo ano. Neste período, viveu uma breve experiência no comércio, não tendo obtido êxito por absoluta falta de inclinação para este tipo de trabalho. Em 27 de janeiro de 1889 foi nomeado Oficial da Secretaria do Governo, onde permaneceu cerca de dois anos. Em 1892, foi nomeado 3º escriturário no corpo da Fazenda, tendo sido designado para servir na Mesa de Rendas de Areia Branca.

Após ter sido promovido 2º secretário, exonerou-se em 14 de dezembro de 1898 para trabalhar em dedicação integral ao que verdadeiramente sabia e desejava fazer: dar aulas.

Casou-se com Dona Aura Augusta Miranda Câmara, em 21 de dezembro de 1895, e com ela foi pai de 10 filhos.

A partir de 1898, dedica-se inteiramente ao magistério. Primeiro em Mossoró, no Colégio Sete de Setembro e, em seguida, no Colégio Diocesano de Santa Luzia.

Iniciava, então, uma carreira que duraria cerca de 30 anos.

Tem, nesta fase, notável atuação, não apenas como educador emérito, especialmente em Humanidades, mas também como animador cultural e presidente de várias agremiações. Fundou também os jornais A IDÉIA e A UNIÃO.

Nos oito anos em que permaneceu na cidade de Mossoró, lecionou em vários colégios e também particularmente, trabalhando sem descanso, de manhã à noite, além de participar ativamente da vida cultural da cidade.

Lecionava Matemática, Português, Francês, Inglês, Geografia, História. Até 1908, continuava como professor contratado, sem vínculo trabalhista, agora já em Natal.

Em 11 de maio de 1908, o então governador do Estado, dr. Alberto Maranhão, nomeia-o lente de Francês do Ateneu. Com a inauguração da Escola Normal de Natal, no mesmo ano, é nomeado também lente de Português.

Foi várias vezes diretor do Ateneu, tendo permanecido em Natal de 1907 até 1937, quando retira-se para o Rio de Janeiro, a chamado de seu filho, Aduino da Câmara, então diretor do Colégio Metropolitano, naquele Estado, desde 1932.

O professor Teódulo aposentou-se do Ateneu após 40 anos de serviço público, sendo 30 de magistério oficial, tendo sido considerado por seus contemporâneos como um espírito lúcido, uma inteligência notável e um caráter exemplar.

A IMIGRAÇÃO DOS EX-CONFEDERADOS PARA O BRASIL APÓS A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA

Clyde Smith, Jr.
(Sócio efetivo)

A insatisfação dos Sulistas americanos com o resultado da Guerra Civil (abril de 1865) veio de encontro aos planos brasileiros de importação de gente especializada no cultivo do algodão.

“Pouco se sabia naquele tempo, nos Estados Unidos, a respeito do Brasil. Em 1837, foi mandado para o Brasil o reverendo Daniel P. Kidder, metodista, para ocupar a Missão, o que fez durante três anos, tendo viajado extensivamente. Fez propaganda tão violenta a favor do protestantismo que provocou reação idêntica da parte do catolicismo. Houve muita falação durante dois anos, o que não deixou esmorecer o interesse pelo Brasil”. (J. Kennedy - “50 anos de Metodismo no Brasil”).

O reverendo Kidder publicou em 1857, de parceria com o reverendo J. C. Fletcher, o livro “Brazil and the Brazilians”, que teve grande aceitação, notadamente no Sul, onde foi lido avidamente, a ponto de ser reeditado em 1866, 1867 e 1868, incluindo uma seção especial para emigrantes. *“Estes dois, a princípio sem querer, mas depois propositadamente, estimularam muito a emigração para o Brasil”. (Blanche Weaver Confederate Emigration to Brazil).*

Antes de Kidder, outro reverendo, Fountain E. Pitts, foi mandado pela sociedade missionária à América do Sul, em 1835, numa viagem de inspeção, para verificar quais os lugares mais necessitados da pregação do evangelho. Chegou ao Rio de Janeiro em agosto, pregou em muitas casas particulares e organizou uma Sociedade Metodista. Deu começo ao trabalho e partiu para Montivideo e Buenos Aires.

Para os Sulistas, a vinda para o Brasil não foi o resultado de um ato impulsivo ou impensado. Calcularam, planejaram, objetivaram todas as informações possíveis, estudaram bem as vantagens e desvantagens antes de se aventurarem com suas famílias.

Antes da Guerra já se havia falado sobre emigrações e havia nas bibliotecas diversas obras sobre o Brasil, notadamente uma do cientista e explorador Matthew Fontaine Maury, sobre relatos de suas viagens, que teve muita procura.

O comércio do café contribuiu para tornar o nome do Brasil conhecido, mas não muito mais que isso. Muita propaganda foi feita pelos jornais dizendo que aqui os americanos não sofreriam os horrores da Reconstrução e davam uma descrição do Brasil da época: *“país de 9 milhões de habitantes, imensidão de terras boas para culturas, escravos ensinados, partido majoritário o Liberal, que tinha pontos de vista similares aos do Sul, etc., etc., e faziam propaganda da sua Lei de Imigração”*.

Oferecia também vantagens aos imigrantes: *“O governo venderá áreas em qualquer de suas colônias ou nas localidades que os imigrantes preferirem, e lhes dará transporte gratuito do Rio de Janeiro ao seu porto de desembarque. Feita a escolha das terras e sua medição, as escrituras definitivas das propriedades lhes serão entregues mediante pagamento de 1 a 2 réis por braça quadrada. Os donos das terras adquiridas estão sujeitos aos seguintes ônus: 1º) Ceder terras necessárias para estradas; 2º) Dar livre passagem aos vizinhos, a estradas e portos de embarque ou cidades; 3º) Permitir a retirada de água desnecessária; 4º) Sujeitar a descoberta de qualquer mina à legislação pertinente ao caso”*. (Livro do Rev. Kidder).

“O Brasil naqueles tempos vivia uma grande efervescência política. Dom Pedro II era homem muito bondoso e de larga visão, mas não se cercou de auxiliares progressistas. O Partido Liberal estava em ascensão e exigia cada dia mais coisas do governo. Suas grandes aspirações eram: maior representação no governo, abertura da Amazônia para a exploração e para o comércio exterior, gradual libertação dos escravos e reconstrução do sistema trabalhista numa base nacionalista. A imigração resolveria os dois últimos problemas. A escravatura também influiu na imigração; a Lei 1858, que proibia o tráfico de escravos, causou escassez de braços e foi preciso importar o braço livre. A tentativa de trazer imigrantes europeus não deu muito resultado porque os agentes eram pagos por cabeça

e não lhes interessava a qualidade do imigrante. Muita gente indesejável veio com este sistema, egressos de cadeias, etc.; não importava, contanto que fizessem número. O próprio governo não cumpria o que tinha prometido". (Tavares Bastos - "Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro").

A falta de organização da tentativa de colonização européia fez com que o governo brasileiro abrisse, em agosto de 1865, um escritório em Nova Iorque, que centralizasse toda a propaganda feita pelos agentes consulares no Sul. Este escritório estava sob a chefia de Quintino Bocaiúva, que só tomou posse em outubro de 1866.

"Uma das causas da derrota Sulista foi o bloqueio dos seus portos e conseqüente perda do mercado do algodão. Inglaterra e França, suas principais importadoras foram obrigadas a procurar matéria-prima para suas fábricas, em outras terras; houve então interesse geral pela produção de algodão. O Brasil, dono de vastíssimas e incultas terras viu sua oportunidade e resolveu trazer para cá imigrantes especializados no cultivo dessa planta. Muita propaganda foi feita e foi grande o interesse despertado". (Tavares Bastos).

O melhor modo seria ir ver de perto essa terra maravilhosa. Os mais atirados e ricos iam por conta própria, mas o mais comum era o costume de um grupo pagar as despesas de um homem só, que viesse e depois voltasse para contar o que tinha visto.

O dólar confederado, emitido pelo Sul, tinha sido corroído pela inflação até que não valia o papel em que tinha sido impresso.

Exaustos pela guerra civil que aniquilou a economia do Sul dos Estados Unidos, ouviram falar do Brasil e das vantagens que o Império oferecia a quem soubesse plantar algodão. Antes da guerra, o Sul era o maior produtor de algodão do mundo e o exportava para os teares da Inglaterra e da França, trazendo grande prosperidade para toda a região. Seus moradores formaram grandes fazendas em que trabalhavam muitos escravos africanos, cultivando as plantas com ferramentas apropriadas. As mulheres e crianças dos escravos eram usadas na colheita, que alvejava as planícies e as colinas desde a Virgínia até o Texas. Grandes partes do Sul tinham sido colonizadas há uma ou duas gerações, permanecendo nos seus filhos o espírito desbravador que penetrava as

regiões agrestes para implantar fazendas e cultivar algodão. A maioria das propriedades era cultivada há várias gerações e seus donos gozavam as delícias da afluência econômica, morando em ricas mansões, viajando, educando seus filhos no exterior e levando intensa vida social. Formaram uma sociedade aristocrática em que a mulher era mimada, reverenciada e adulada, incentivando nos homens sentimentos de perfeito cavalheirismo.

O malogro da Guerra da Secessão pôs fim a um período áureo que tinha surgido no tempo com a duração e a beleza de uma bola de sabão. As plantações ficaram abandonadas, as mansões incendiadas ecoaram vazias, os víveres e animais desapareceram na voragem da guerra e o dinheiro virou deboche dos invasores. Os escravos libertos de um dia para outro, como crianças que fogem da escola, saíram a esmo pelas estradas aos bandos, embriagados pela sensação de não ter dono e não precisar trabalhar, formaram mocambos nas matas, deram-se à pilhagem e toda a sorte de malvadezas. Ninguém mais tinha garantias, os impostos eram pesadíssimos, não havia meios de pagá-los, nem esperança de dias melhores.

Amargurados e feridos, os sulistas tinham que fazer surgir das cinzas um pouco de calor para se aquecer. Muitos venderam suas propriedades, juntaram seus pertences e vieram para o Brasil, para uma terra onde não houvessem guerras, nem espezinhamentos, nem confisco de bens.

Dom Pedro II, no vigor dos seus quarenta anos, viu a oportunidade do Brasil entrar no mercado e incentivou a vinda de plantadores de algodão dos Estados sulistas americano.

Antes da guerra já se falava em emigração para o Brasil, mas pouco se sabia sobre esse país. Depois do final desastroso para o Sul, houve tal reavivamento da questão que diversas companhias de emigração chegaram a ser formadas. Emissários foram mandados ao Brasil para verificar terras, clima, e facilidades oferecidas pelo governo.

Desde 1861, J. J. Aubertin, superintendente da São Paulo Railway Company que se propunha construir uma estrada de ferro do porto de Santos a Jundiaí, incentivou o plantio de algodão. Escreveu panfletos destinados a fomentar a emigração de plantadores sulistas para esta província, chegando a fornecer sementes para o plantio.

O Estado da Carolina do Sul formou uma sociedade de colonização e mandou ao Brasil o major Robert Meriweather e o dr. H. A. Shaw (novembro de 1865), além de outros, verificar as possibilidades de estabelecer uma colônia. Na volta, publicaram um relatório mencionando: *“dois senhores americanos, um de Alabama e outro da Louisiana, que já compraram terras e se estabeleceram aqui”*. Mais tarde soube-se quem eram esses senhores. Charles Gunter e o reverendo Ballard S. Dunn. O primeiro estabeleceu uma colônia no Rio Doce, Espírito Santo, que falhou por causa da malária e o segundo, levou seu grupo para Cananéia, ao sul de São Paulo, que também fracassou por não serem terras apropriadas para o plantio do algodão.

O dr. James Mac Fadden Gaston, da Carolina do Sul, chegou ao Brasil em setembro de 1865, viajou intensamente pela província de São Paulo e, voltando, publicou um livro: *“Hunting a Home in Brazil”*, para orientação dos colonizadores.

O dr. Gaston estabeleceu um pequeno grupo em Xiririca, hoje El Dorado, no sul da província de São Paulo, não longe de Dunn.

Durou poucos anos por absoluta falta de mercado para o que produziram.

O general W. W. Wood também veio investigar as condições locais. Chegou como grande personagem representando sete Estados, foi recebido com bandas de música e gozou de todas as facilidades oficiais. Viajou pela província de São Paulo, festejado por todos. Desapontou a quantos nele confiaram, pois nada resultou da sua missão.

Os coronéis McMullan e Bowen fretaram veleiro e partiram do Texas com umas 130 pessoas e seus pertences a bordo. Naufragaram em Cuba sem perda de vidas, mas da totalidade da carga. Depois de muitos dissabores, chegaram a Iguape, onde McMullan faleceu logo depois. As poucas famílias que se estabeleceram ao longo dos rios não permaneceram mais que três ou quatro anos, não agüentando a solidão e o isolamento.

As terras escolhidas pelo governo para a localização das colônias não eram próprias para o cultivo do algodão; a malária e outras doenças desconhecidas pelos sulistas os perseguiram; a realidade era dura e a

saudade da pátria era muita; os caminhos prometidos demoraram e os poucos recursos se acabaram.

O sonho de Dom Pedro, de trazer milhares de imigrantes de boa qualidade, para povoar as vastas regiões desabitadas, desmoronou. De tantos que vieram, 80% voltou. Ficaram pouco mais de três mil pessoas espalhadas desde a colônia de Santarém, no Pará, até a pequena colônia de dr. Blue, em Paranaguá. Muitos preferiram se fixar nas grandes cidades onde havia campo para o exercício de suas profissões liberais.

Diversos núcleos chegaram a ser formados e ocupados durante alguns anos e do pouco que restou, alguns ouviram falar que o coronel William H. Norris estava se dando bem em terras além de Campinas. Abandonaram ou venderam o pouco que tinham e para lá se dirigiram.

Todos se estabeleceram nas redondezas, plantando principalmente algodão. Havia a família Daniel, a Townsend e o tio Joe Whitaker, que na última hora, antes de viajar, apanhou um punhado de sementes de melancia e as pôs no bolso, para plantar para as crianças; os Ezelle, Moore, Scurlock e, um pouco mais adiante, os Fenley, que tinham mais posses e cultivavam mais terra; os Rowe, Minchin, por um tempo os Ralston. Todas estas famílias trouxeram arados, carpideiras, cultivadores e grades, feitos de ferro, para serem afiados e deslizarem bem na terra, quando os burros puxassem.

Os homens e as mulheres que aqui chegaram, vieram com disposição de começar tudo de novo e com uma visão bem clara do que pretendiam construir. Eram pessoas acostumadas a uma civilização bem mais desenvolvida, sabendo o que se passava no mundo ao seu redor e tendo como guia a Bíblia, que liam diligentemente. Em 1867 diversas famílias tinham se estabelecido em terras de Santa Bárbara e estavam muito animadas com suas lavouras, pois o solo era muito fértil e tudo crescia a passes de mágica.

Para grande surpresa de todos, o gado vivia muito bem com o que comia no pasto o ano inteiro e não precisava ser tratado no inverno. Senhores de grandes plantações em sua terra de origem, arregaçaram as mangas e trabalharam na roça, enquanto as mimadas mulheres se adaptaram a condições de vida as mais primitivas.

O coronel William H. Norris, nascido no Estado da Geórgia, passou a maior parte de sua vida no Estado de Alabama, onde foi senador. Serviu na guerra com o México e lá obteve sua patente de coronel. Aos 65 anos, veio para o Brasil para plantar algodão. Não pertenceu a nenhum grupo organizado. Com seu filho Robert, carregou alguns pertences, o necessário para fazer uma pequena lavoura, seu dinheiro em dólares de ouro e veio para o Brasil, via Galveston, chegando ao Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1865.

O coronel Norris era Grão Mestre da Grande Loja Maçônica do Alabama e, naturalmente, chegando a um país estranho, a primeira coisa que faria era procurar algum irmão maçom, pois é sabido que eles se ajudam mutuamente, e realmente ele foi auxiliado por dois líderes maçons, George e Charles Nathan, quando chegou no Rio.

O fato de Norris pertencer à maçonaria deve ter tido alguma influência para Dom Pedro II, pois foi muito bem recebido e aconselhado por ele, apesar de não chefiar expedição alguma.

No começo de 1866, William e Robert Norris subiram a Serra do Mar, pararam em São Paulo e especularam terras. Foi-lhes oferecido de graça o terreno onde agora é o Brás, mas eles não o aceitaram porque era brejo. Também lhes ofereceram as terras onde hoje é São Caetano e recusaram-nas pelo mesmo motivo.

Os dois Norris compraram um carro de bois, onde carregaram todos os seus pertences e partiram rumo a Campinas, andando a maior parte do caminho. A estrada de ferro Santos-Jundiaí ia só até 20 quilômetros além de São Paulo, não sendo vantagem nenhuma utilizá-la. Levaram 15 dias para atingir Campinas e lá ficaram algum tempo procurando terras, até lançaram suas vistas para a planície que se estendia de Campinas até Vila Nova da Constituição (Piracicaba). Compraram terras da sesmária de Domingos da Costa Machado, alguns quilômetros antes de Santa Bárbara, onde a terra lhes pareceu boa e plana para plantar algodão.

Até a sua família chegar, um ano depois, o coronel ensinou o cultivo do algodão, com o uso do arado que trouxe, na Fazenda Ibicaba, do coronel Vergueiro.

Norris e seu filho, se acomodaram em terras às beiras do ribeirão

Quilombo (1866). Havia algumas casas já velhas que os Norris ajeitaram para a família morar, quando viesse dali a um ano. Enquanto esperavam, compraram uma escrava para cuidar da casa e dois negros para trabalhar na roça. O arado que trouxeram causou tanta sensação e curiosidade que, em pouco tempo, tinham uma escola prática de agricultura, com muitos alunos que lhes pagavam pelo privilégio de aprender e ainda de cultivar as suas roças. O coronel Norris escreveu para a família que já tinha ganho 5.000 dólares com isso. Em meados de 1867, chegou o resto da família acompanhada de muitos parentes.

No prazo de cinco anos, 50 famílias se estabeleceram na região, desde o Funil (Cosmópolis) e onde hoje é Americana, Nova Odessa e Sumaré, sendo conhecidos como a Colônia Americana de Santa Bárbara.

As novas lavouras americanas começaram a alegrar a paisagem e a novidade aos poucos foi se alastrando, atraindo gente de todos os lugares que começou a vir ver as roças e as novas ferramentas. Naqueles dias Santa Bárbara começou a ser conhecida como “o lugar onde se ia aprender a plantar algodão”. Os vizinhos dos americanos seguiram seu exemplo e a localidade criou nova vida, as terras aumentaram de valor e a renda dessa produção era gorda.

Os modernos métodos agrícolas trazidos pelos sulistas ficaram conhecidos em todo o Estado e muita gente veio aprender como cultivar a terra. Os lavradores barbarenses eram disputados para dar demonstrações desses métodos e para dirigirem fazendas. Durante muitos anos os americanos da primeira, segunda e terceira geração ensinaram os brasileiros a arar as terras. Chegaram a formar verdadeiras classes. Desde a sua fundação, o Instituto Agrônomo de Campinas manteve estreito contato com a lavoura barbarenses e, a Escola de Agronomia de Piracicaba, usava suas roças como campo de demonstrações.

Mas nem tudo foi um mar de rosas. Apareceu uma praga que devorava as folhas do algodão. De ano para ano aumentou, a ponto dos lavradores não vencerem procurar os ovos das borboletas antes que chocassem e se transformassem nas vorazes lagartas. O preço do algodão não compensava tanto trabalho. Começaram a plantar menos algodão e mais cana, pois o preço da pinga estava subindo e, em 1885, o governo

passou uma lei protegendo os preços do açúcar. Com as novas ferramentas podia-se produzir muito mais. Fizeram pinga e fizeram açúcar e fizeram casas lindas nas suas fazendas. Quase 20 anos decorridos, desde que os primeiros americanos tinham vindo, voluntariamente, começar vida nova em terras do Brasil, algumas das quais precisavam ser desbravadas. De bom grado se sujeitaram às moradas rústicas, sem o mínimo conforto; que dirá beleza e elegância. Já era tempo de se darem ao luxo de morar em casas que os abrigassem melhor e lhes dessem um pouco mais de dignidade.

Aos poucos estavam voltando ao padrão de vida a que estavam acostumados. Seus filhos foram para as cidades estudar e trabalhar, dispersando-se do núcleo original, levando para outros lugares conhecimentos avançados.

A grande modificação provocada pela inovação da agricultura fez com que a Vila de Santa Bárbara pleiteasse junto à Companhia Paulista de Estradas de Ferro uma parada para sua serventia. A estação ficou a beira do Quilombo, não longe de onde o coronel Norris tinha se estabelecido com seus parentes. O americano Joe Whitaker, que morava ali, aos poucos aumentou a sua plantação de melancias, até ter o suficiente para oferecê-las no mercado de São Paulo. Foram tão bem aceitas que todos os lavradores começaram a plantá-las, com muito lucro. Vagões e vagões eram exportados e a melancia de Santa Bárbara ficou famosa até hoje.

Esta estação foi o começo da cidade de Americana.

Além da melancia, trouxeram muitas outras variedades novas de plantas, como a batata doce, noz pecan, figos, uvas e variedades mais produtivas de milho. Melhoraram muito os seus rebanhos importando reprodutores bovinos e suínos, de raças até então desconhecidas no Brasil.

Depois de abolido o Império, o sistema de governo era uma democracia igual à que estavam acostumados e que entendiam muito bem. Muitos se empenharam em participar dele, com entusiasmo, como brasileiros que eram. Durante o correr dos anos tomaram parte na vereança e no serviço público.

Uma das maiores contribuições americanas para o desenvolvimento da nação foi no campo educacional. Aportados a um país que não possuía igrejas de seu credo, clamaram às suas igrejas nos

Estados Unidos para que mandassem missionários para atender às suas necessidades espirituais.

A colônia de Santa Bárbara serviu de base a um movimento que trouxe as igrejas evangélicas e as escolas por elas fundadas. Num país ainda pobre em educação pública, aquelas modernas escolas formaram muitos líderes para a jovem democracia. Em Santa Bárbara, descendentes dos americanos foram algumas das primeiras professoras públicas.

Nos tempos em que só havia dentistas práticos ou “tira-dentes”, a colônia americana teve dentistas e médicos formados nas melhores escolas do mundo. Os médicos brasileiros eram formados na Europa e só moravam nas cidades grandes. Outros profissionais liberais, que não acharam campo para suas atividades na colônia americana, foram prestar seus serviços em outros locais, na construção de estradas, açudes, etc.

A influência, que se faz sentir com mais força nos dias de hoje, é a dos ferreiros que fabricavam os primeiros arados, fornecendo a lavoura do município e disseminando o seu uso por outros lugares. Quando envelheceram, seus filhos não mais moravam em Santa Bárbara ou na Colônia Americana e filhos de outras terras ocupavam seu lugar. Aprenderam a fabricar carroções, troles, arados e outras ferramentas e seus aprendizes se estabeleceram por conta própria, nesta cidade e em outras cidades, dando início a grandes indústrias.

Para perpetuar a memória dessa odisséia, foi iniciado o Museu dos Confederados, onde repousam os velhos visionários, para agasalhar momentos de uma gente que transformou sua derrota em vitória.

(Discurso de posse proferido pelo escritor Clyde Smith Jr., na categoria de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sessão solene de 8 de dezembro de 1994).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Jairo Bezerra

(Sócio correspondente)

Tinha razão o poeta norte-rio-grandense, Vicente Pereira, quando escreveu: *“Só não é tempo de rosas para quem não planta roseiras...”*.

Não tenho dúvida de que com meus 74 anos não estou mais no tempo de rosas, de homenagens e de distinções, como a de ser convidado para sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Felizmente plantei roseiras de estudos, trabalhos e correção de atitudes.

Procurei contar um pouco da minha vida, para tentar justificar o possível motivo do honroso convite que recebi.

Nasci em Macau.

Fiz meus estudos primários no Grupo Escolar Duque de Caxias, da minha cidade natal. Cursei os cinco anos do ginásial, em Natal, no Colégio Marista - o velho Santo Antônio.

Pensava em ser padre... mas, no dia 6 de junho de 1936, após um retiro, realizado para os jovens da última série pensarem na carreira que deveriam seguir, disse ao meu colega Eugênio, que me perguntara o que tinha decidido: *“Não vou mais ser padre... e você?”*. Ele respondeu: *“Vou ser agrônomo...”*. Hoje ele é o cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales e eu, após muitas lutas e desenganos, tornei-me professor de Matemática.

Após decidir não ser padre, comecei a estudar, por correspondência, para ser aviador militar.

Ao terminar o ginásial, fui a Macau pedir autorização ao meu pai para seguir aviação militar (tinha 15 anos). Meu pai disse-me que não era do seu agrado, mas me daria autorização e minha mãe de criação declarou: *“Se você for para a aviação, não precisa mais escrever para casa...”*. (Naquele tempo, aviação era suicídio...).

Decidi ir para o Rio disposto a não querer mais ajuda de meus pais.

Cheguei ao Rio de Janeiro no dia 6 de dezembro de 1936. Fiquei no cais do porto, cerca de quatro horas, sentado no meu baú... O representante da Instituição, que ficara de me esperar, não apareceu.

Soube, no dia seguinte, que tinha sido ludibriado. Conheci, com menos de 16 anos, o “conto do vigário”. Sofri muito...

Uma semana depois fui operado de apendicite supurada, gangrenada e mais ainda um abscesso no intestino. Quase morri...

Passei cerca de dois meses no hospital. Na cama, pensei muito e decidi cursar o complementar de Engenharia, na antiga Escola Politécnica, em 1937 e 1938.

Em 1937 e 1938, trabalhei e estudei à noite.

No final de 1938, resolvi tentar novamente a aviação. Fiz concurso para a Reserva Naval Aérea. Não existia Aeronáutica. Dos quase duzentos candidatos, foram aprovados apenas 13, no exame intelectual. Eu fui o décimo primeiro, mas fui reprovado no exame de saúde, em consequência da operação que fizera.

Desempregado e sem querer pedir ajuda à família, passei maus momentos... Duas vezes pedi dinheiro na rua.

Tive a sorte de encontrar um amigo de infância, que me levou para trabalhar no colégio de sua família: o Colégio Metropolitano de Adauto Câmara, Alexandre Dijesu do Couto e Vitoldo Zaremba.

Comecei a trabalhar no dia 1º de maio de 1939, na secretaria do colégio, onde cheguei com três níqueis de tostão. Era toda a minha fortuna... Logo no primeiro dia, fiz um vale de 50 mil réis.

Trabalhava e dormia no colégio. No convívio com os professores, assistindo aulas e estudando nos livros da biblioteca, fui adquirindo a vontade de ensinar. Fiquei em 1939 e 1940 no Colégio.

No início de 1941, fiz concurso para a Faculdade Nacional de Filosofia (Matemática) e me inscrevi no CPOR.

Em 1943, saí aspirante de Artilharia, pelo CPOR, e em 1944 concluí o Curso de Licenciado em Matemática, pela Faculdade. Continuava lecionando Matemática, no Colégio Metropolitano.

Em 1944, fui convocado para fazer o Curso de Artilharia de Costa. Concluí esse curso, de três meses, em 5º lugar, e fui promovido a 2º tenente. Em dezembro de 1944, fui transferido para uma bateria, na Ilha do Mosqueiro.

Casei-me, em 1945, no Mosqueiro, com Vera, irmã da esposa de Adauto Câmara. Ainda em 1945 fui promovido a 1º tenente.

Em 1946, deixei o Exército, apesar de ter sido consultado para continuar. Voltei ao Rio e ao Colégio Metropolitano, ainda em 1946.

Daí para diante trabalhei e estudei muito. Encontrara minha vocação. Deus me ajudou e tive muita sorte.

Fui aprovado em nove concursos para professores, cinco dos quais em primeiro lugar. Ganhei concurso nacional e prêmio para estudar seis meses em Paris (1958). Fui convidado dos governos da França, Alemanha e Estados Unidos para viagens de aperfeiçoamento.

Mediante concursos, fui: professor fundador do Colégio Naval (1951), professor do Colégio Pedro II (1952) e catedrático do Instituto de Educação (1965). Lecionei 19 anos e meio na Escola de Estado Maior da Aeronáutica (1959/79). Tive como alunos: 6 generais, 19 almirantes e mais de 60 brigadeiros.

Publiquei 52 livros. Um deles com mais de 60 edições e mais de um milhão de exemplares.

Em outubro de 1993, tomei posse na Academia Madureirense de Letras e escolhi para patrono meu ilustre conterrâneo Luís da Câmara Cascudo.

Para escrever o discurso sobre o meu patrono, procurei auxílio na biblioteca do Centro Norte-rio-grandense e consultei meu amigo de infância Oswaldo Lamartine, meu grande amigo Américo de Oliveira Costa e o presidente deste Instituto, Enélio Lima Petrovich.

Disse ao Dr. Enélio que escolhera Cascudinho, pelo que sabia sobre ele, desde 1935, quando o nosso conterrâneo escreveu na revista “Echos”, do Colégio Santo Antônio, o artigo “A exploração do vício pela virtude”.

Em homenagem à Cascudinho e a este Instituto, vou ler parte do pequeno discurso que escrevi, solicitado pela Academia, para apresentar o meu patrono aos outros sócios fundadores.

“O escritor norte-rio-grandense Nilo Pereira escreveu: *“Antigamente, os mortos morriam; hoje encantam-se”*. Luís da Câmara Cascudo, para os natalenses, não morreu; encantou-se.

Folclorista, historiador, jornalista, poeta, musicólogo, biógrafo, antropólogo, orador, etnógrafo, crítico literário, professor, humanista, poliglota, sábio.

Luís da Câmara Cascudo é nome de rua, biblioteca, escola, museu, centro de ensino, medalha, nota do nosso sistema monetário, memorial e viaduto, além de tema de dissertações e teses universitárias.

Pertenceu a todos os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e foi o mais antigo sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (30/07/1934). Fundador da Academia Norte-rio-grandense de Letras; hoje é seu patrono.

Condecorações, títulos honoríficos e honrarias o consagram cidadão do mundo.

Autor de mais de 150 publicações.

“Sem dúvida, Cascudinho é a Universidade mais antiga do Rio Grande do Norte”, escreveu o escritor Onofre Lopes.

Este resumo, do resumo de sua biografia, seria suficiente para justificar a indicação que fiz do meu conterrâneo Luís da Câmara Cascudo, para meu patrono; mas, certamente, meu coração e minha memória acrescentariam outras lembranças para essa feliz escolha: as recordações das referências elogiosas que ouvia dos mais velhos, no meu tempo de criança interna no Colégio Santo Antônio (1932 a 1936); o artigo “A exploração do vício pela virtude”, escrito por Cascudinho na revista “Echos” do Colégio Santo Antônio, em 1935, que guardo com carinho entre os livros da minha biblioteca de Matemática; a conferência realizada no Rio de Janeiro, a convite da Cultura Inglesa, sobre “Os Ingleses no Brasil”, e que a todos causou admiração, porque Cascudo não consultou anotações.

Escreveu Américo Costa que, em virtude dos livros publicados por Cascudo, sobre o Rio Grande do Norte, o ex-prefeito de Natal e depois governador do Estado, Sylvio Pedroza, outorgou a Cascudo, por decreto, o título de Historiador Oficial da Capital Norte-rio-grandense.

E Américo Costa finalizou sua palestra, realizada na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 31/10/1989, dizendo: *“Daí porque, magnificamente, se justifica a indagação perplexa do escritor norte-rio-grandense Osvaldo Lamartine, em carta ao jornalista Woden Madruga: E Agora, sem Cascudo, a quem a gente vai perguntar as coisas?”*

Concluo com mais duas citações. A do poeta Drumond, sobre Câmara Cascudo: *“Doador de nascença, espalha aos quatro ventos*

o que foi recolhendo a vida inteira". E com a sentença do escritor potiguar Enélio Lima Petrovich, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: "O testemunho e a imagem do mestre são exemplo e lição, maiores e perenes, de sua imortalidade".

Creio que o dr. Enélio me convidou ou pela minha vida que acabo de narrar, ou pela minha luta para vencer, ou pela minha decisão de escolher Cascudinho como meu patrono, ou pela bondade de meus conterrâneos. Não sei...

O certo é que me deram a grande honra e a imensa alegria de fazer parte de um pedaço do meu Rio Grande do Norte, que é o Instituto Histórico e Geográfico, que, neste momento, me oferta as rosas da consideração e da amizade.

Muito obrigado a todos.

(Discurso de posse, na categoria de sócio correspondente do IHG/RN, proferido em sessão solene de 15 de dezembro de 1994).

CASCUDO E EU

Franklin Jorge Roque
(Colaborador)

Não sei porque nunca me passou pela cabeça entrevistar Cascudo. Talvez, quem sabe, por uma questão de timidez ou porque temesse decepçaná-lo com perguntas pretensiosas ou prosaicas demais. Ele, porém, gostava de minhas entrevistas e costumava dizer que eu tinha “estilo”, isto é, “personalidade”, “temperamento”. *“Você tem o temperamento de escritor e de escritor maldito, na linha de Baudelaire...”*

Meu coração disparava ao ouvi-lo, sentado ao meu lado naquela velha cadeira de balanço que pertencera ao seu pai, o coronel Francisco Cascudo. Queria, naquele momento, tornar-me digno dessas previsões que mexiam profundamente com a minha vaidade de adolescente tímido que só desejava ser desde menino apenas um leitor exemplar.

Cascudo recomendava-me a leitura de Baudelaire, do conde de Chateaubriand, especificamente de suas “Memórias de Além-Túmulo”. Dizia-me que não me atormentasse com a busca do estilo porque o estilo seria uma questão de temperamento; quem tem temperamento tem estilo, eu deduzia de suas lições. Não era homem de dar importância a cânones e aconselhava-me a escrever esquecido de todas as regras. Era aí que citava a célebre boutade de Raul Pompéia, autor desse livro magnífico - “O Ateneu” -, que respondia aos críticos dizendo que o seu estilo poderia ser “mau, mas meu...”

Juntos, deplorávamos o esquecimento em que caíra Raul Pompéia, cuja obra parece condenada ao limbo das edições esgotadas. Cascudo prendia minha atenção falando sobre passagens do livro um tanto quanto autobiográfico ou sobre o suicídio do seu autor, que tanta comoção causara, em sua época.

Em 1976 Cascudo me convidou a colaborar numa obra sua, “Geografia da Superstição no Brasil”, que ficaria pela metade porque a partir daí o seu estado de saúde se agravou, interrompendo-se uma

atividade intelectual de mais de cinquenta anos de inesgotável fecundidade. Também não pode escrever o livro que imaginara ser, no plano literário, a síntese de suas vivências e memórias. Um livro baudelaireano - certamente o testamento de um velho dândi -, sob o título premonitório de “Antes que a noite” (sintomaticamente emprestado de Baudelaire!). Nesse livro imaginado por Cascudo, a Morte lhe falaria através de milhares de vozes...

* * * * *

Luís da Câmara Cascudo jamais traiu sua vocação de mestre. Como uma fonte inesgotável de saber e informação, socializou o conhecimento, tornando-se imprescindível senão para todos os da minha geração pelo menos para aqueles que, como eu, procuravam ampliar seus horizontes intelectuais.

Desde a minha adolescência inquieta e fatigada usufruí do seu saber e o consultava regularmente, a partir de 1969, sobre assuntos potiguaros, alimentação, costumes, escritores, movimentos culturais, literatura espanhola e português arcaico. Me lembro que ao verter para o nosso idioma os versos do “Poema de mi Cid”, ele me auxiliou incansavelmente, esclarecendo dúvidas relacionadas com costumes castelhanos antigos, implícitos no texto anônimo.

No Ceará-Mirim, principalmente, recebi por diversas vezes bilhetes seus, rabiscados no seu cartão de visitas, do qual constava o título muito honroso de professor emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de que ele aliás muito se orgulhava.

Em geral nessas curtas mensagens, grafadas numa letra trêmula, ele cobrava minha presença no emblemático solar da avenida Junqueira Ayres, 377, endereço que abrigava a sua fantasmagórica e labiríntica biblioteca, estranhas lembranças de viagens e de amigos, além de constituir uma oficina intelectual jamais fechada para o ócio. Como trabalhador intelectual, era um monstro de perseverança e obstinação. Vencia as madrugadas sobre os livros, estudando e desvelando aspectos da nossa História e dos nossos costumes. Nada do que é humano lhe era indiferente.

Menino tímido, sempre tive o pudor de incomodá-lo e só a muito custo o atendia, quase sempre depois de escrever a coluna que publicava então na “Tribuna do Norte”, uma das mais lidas naquela época. Nesses encontros vespertinos, sentado num banquinho azul que depois eu pintaria

a pedido de Dona Dahlia, eu mal pronunciava umas poucas palavras - a não ser quando ele me pedia que falasse sobre as minhas raízes familiares e a minha relação visceral com as cidades do Assu e Ceará-Mirim. Era amigo do meu tio Edgar Barbosa, autor da apresentação da sua biografia de Aute de Souza, e de minha tia Olga Barbosa D'Andréa, que o ajudou nas traduções de Dante Alighieri, posteriormente utilizadas em "Dante Alighieri e a tradição popular no Brasil".

Discípulo de Platão, Cascudo nos ensinava a todos ao sabor da conversa sempre matizada de um humor sutil de rapaz bem nascido e educado; enfim, de verdadeiro dândi, admirador, como eu, de Charles Baudelaire. Admiração que podia ser rastreada no título de um livro de memórias que Cascudo pretendia escrever, "Antes que a noite", indiscutivelmente baudelaireano. Também conversávamos com frequência sobre Raul Pompéia, de quem ele gostava de repetir uma boutade célebre.

Nos últimos anos, dirigíamo-nos a Cascudo através de bilhetinhos que ele lia com o auxílio de uma lupa colocada sempre ao alcance de sua mão. Cascudo já estava completamente surdo, mas dizia-se em Natal que ele ouvia por um ouvido só, mas somente as pessoas que lhe mereciam a atenção. Não se importava de perder tempo com aquelas turmas de estudantes que invadiam a sua sala, dominada por uma misteriosa pintura do amazonense Moacir de Andrade que depois, muito depois, se tornaria também meu amigo...

* * * * *

Da segunda e última vez em que Jorge Amado esteve em Natal a meu convite, para lançar seu romance "Tieta do Agreste", então recém-publicado, fomos os dois uma tarde na companhia da escritora goiana Alcyone Abrahão visitar o mestre Cascudo em seu solar da avenida Junqueira Ayres, 377, ao pé da ladeira que liga a Ribeira à Cidade Alta.

Cascudo, que fora avisado com antecedência, estava à nossa espera sentado na velha cadeira de balanço fumando o seu indefectível charuto, a cabeleira leonina já muito grisalha descendo em cascata sobre os ombros largos. Mesmo velho e alquebrado pela doença, Cascudo manteve a corpulência bem distribuída, majestática, muito diferente do ridículo monumento colocado diante do seu Memorial criado pela manobra

de um presidente de fundação que pensou mais na própria vaidade do que na dignidade do seu homenageado. Quem conheceu Cascudo sabe que aquela estátua, reduzida pela falta de recursos, não corresponde à realidade.

Jorge fez questão de visitar o autor de “Civilização e Cultura”, em seu refúgio, entre quadros, móveis de família e a diminuta cristaleira que guardava suas condecorações e comendas atribuídas por governos e instituições do mundo inteiro.

Alertado por mim, Jorge pediu notícias a Cascudo de sua “História do Ceará-Mirim”, livro tantas vezes referido por Nilo Pereira, que Cascudo escrevera e desapareceu ninguém sabia como. Generoso e desprendido, talvez Cascudo a desse de presente a algum amigo, a exemplo do que fizera com a sua “História da Aviação no Rio Grande do Norte”, cujos originais foram parar nas mãos do italiano Rocco Rosso, hoje maior de noventa anos, um dos participantes daquela epopéia que anteciparia a “cidade espacial”. Cascudo era dadivoso, como todo verdadeiro mestre, e não costumava guardar nada para si. Dava e emprestava livros a qualquer pessoa que o procurasse sem a garantia de devolução. Em silêncio, socializava o conhecimento, fazendo o bem sem olhar a quem.

(O Mossoroense - 17, 18 e 19 de novembro de 1994).

EMOÇÃO

Bernard Alléguède
(*Sócio correspondente*)

Ao receber o título de Cidadão Norte-rio-grandense, na Assembléia Legislativa, no dia 19/08/93, o ex-diretor da Aliança Francesa em Natal, Bernard Alléguède, fez um discurso diferente, que vai reproduzido abaixo, na íntegra:

27 anos de convivência com Natal,
27 anos de gestação,
27 anos de casamento, amor e paixão,
Em 1966 o que era Natal, o centro da cidade?
João Pessoa 66
João Pessoa, campo Elísios, Copacabana
E também rua Mouffetard, pitoresca e encantadora,
Catedral Metropolitana, da antiga à futura,
Através seu campanário, por-do-sol, perspectiva magnética,
João Pessoa, Centro Cearense, rede e violão
Fixou com suas deliciosas mangabas, Templo bonito,
Sisal tonitruante, Enélio e Lauro,
Entrada triunfal pelo Palacete Soares,
João Pessoa, Vera China, por trás de seus óculos,
Maia sempre preocupado,
Pery, a própria cordialidade,
Pahim e seus vôos intercontinentais,
João Pessoa, 17 horas, bate-papos,
Casa Vesúvio, churrasquinho, Diário e Tribuna do Norte,
Gumercindo que fez cantar Natal,
Peg-Pag e os alicerces do Monte Líbano.
João Pessoa, tão variada
Da Rádio Nordeste ao Natal Clube,
Da Netuno Turismo a Santa Lígia e Casa Lux

E o fórum, o Agora, a Torre de Babel e a UNESCO,
João Pessoa, a noite, do Nordeste ao Rex e Rio Grande,
Correio do Povo febril,
Voz comovente de Milton Siqueira
Excelente trovador e fino poeta
João Pessoa dos amigos Nilson e Adácio,
21 de Março, Leide e Valério,
Natália, Aparecida e Lourdinha,
Tantas lembranças e tantas alegrias,
João Pessoa, eu conheço tão bem suas placas de alcatrão,
Tuas lojas e teus proprietários,
Verdadeiro som e luz onde eu encontrava o
ambiente da Rua Nova de Recife, da Castro Alves da Bahia
ou a Rio Branco do Rio.
Mercedes e eu sentimos ali, em cada passo,
Bater o coração da cidade, ainda hoje, seus perfumes
Nos surpreendem pela força da lembrança
E de uma terna saudade!

Hoje o presente da cidade dos Reis,
Hoje cresce um novo papa-jerimum,
Hoje nasce um novo natalense na maternidade desta
Assembléia Legislativa.

Nós somos de uma geração, meu caro Lauro, de deputados e de governadores aos quais eu me permito render homenagem respeitosamente.

Daqueles que fizeram o RN que sempre me atraiu, o Natal dos tempos cascudianos, dos xarias e dos canguleiros.

Aqueles, dos tempos heróicos que acreditaram nesta terra expulsando a presença estrangeira, do qual o Forte dos Reis Magos é o mais puro símbolo, até aqueles que adivinharam e compreenderam a universalidade da conquista do ar, cujos nomes estão em todos os lábios acompanhando o sopro irreversível da história, e suas ações, concretas, cavaram esta terra do Rio Grande do Norte!

Amanhã, quando eu voar para a França, levarei no meu coração a lembrança emocionada desta terra, e desta Assembléia Legislativa que me acolheu tão cordialmente.

MARTÍRIO EM URUAÇU

Mons. Francisco de Assis Pereira
(*Sócio efetivo*)

É difícil entender por que o Brasil, o país de maior concentração de católicos no mundo, cuja nacionalidade foi plasmada dentro dos valores cristãos difundidos pelos primeiros evangelizadores, num contexto de colonização confessional, não tenha sequer um santo canonizado pela Igreja. Outros países do continente latino-americano já tomaram a dianteira, enquanto que, em nossa pátria, os dois únicos servos de Deus, que passaram apenas pelo teste inicial da beatificação, não são, na realidade, brasileiros. Trabalharam entre nós, aqui morreram, mas nasceram noutras plagas: o Pe. José de Anchieta é natural de Tenerife, nas Ilhas Canárias (Espanha) e a madre Paulina é italiana de Trento.

Não é por falta de virtude e de dons de santidade em nosso povo. Ao longo de nossa trajetória histórica, quantos não foram aqueles que, na humildade de suas vidas, como sacerdotes, religiosas, evangelizadores leigos, pais e mães de família, jovens e velhos, deram um verdadeiro exemplo de santidade heróica e de fé profunda? Nada lhes falta para serem elevados aos altares, senão o encaminhamento do processo de canonização. Até mesmo o martírio, forma suprema de testemunho cristão, não está ausente das páginas de nossa história.

O Rio Grande do Norte, através da Arquidiocese de Natal, teve a coragem de enfrentar o tabu do processo de canonização, tido por muitos como obstáculo simplesmente intransponível, consideradas as nossas condições, e poderá oferecer ao Brasil os seus primeiros santos.

Ao evocar, nesta noite, a memória destes nossos concidadãos, os antigos moradores da capitania do Rio Grande barbaramente trucidados em Cunhaú a 16 de julho de 1645, e em Uruaçu a 3 de outubro do mesmo ano, que poderão se tornar, em um futuro bem próximo, os protomártires brasileiros, quero transmitir a esta ilustre assembléia os passos concretos que já foram dados na preparação do processo de canonização e que fundamentam esta minha esperança.

O então arcebispo metropolitano de Natal, Dom Alair Vilar Fernandes de Melo, hoje arcebispo emérito, teve o mérito de dar o passo mais importante para resgatar a memória religiosa de nossos mártires, anunciando no seu discurso de posse a 15 de maio de 1988, seu propósito de dar início à causa de canonização dos mártires de Cunhaú e Uruaçu. Foi um gesto corajoso que dissipou aquela idéia fixa de que a nossa Arquidiocese não teria condições, em termos de estrutura e de pessoal especializado, para levar adiante um processo complexo como uma causa de canonização. A decisão também se tornou possível graças à simplificação desses processos realizada pelo Papa João Paulo II na Constituição “*Divinus Perfectionis Magister*”, de 25 de janeiro de 1983.

Escolhido postulador da causa na sua fase diocesana, debrucei-me de corpo e alma sobre os seus meandros jurídicos e históricos, estudando a legislação atual das canonizações e fazendo um levantamento de todo o material histórico e documentário disponível. Pesquisas foram realizadas em arquivos e bibliotecas de Natal, Recife e Rio de Janeiro, bem como na Europa com bons resultados obtidos no Arquivo Secreto do Vaticano e no Arquivo da Propaganda Fide.

Quero ressaltar o apoio recebido deste Instituto Histórico na pessoa de seu digno presidente, dr. Enélio Lima Petrovich que, em Resolução datada de 30 de julho de 1988, constituiu comissão “*com a finalidade de realizar estudos sobre os morticínios de Cunhaú e Uruaçu e suas respectivas vítimas, composta pelo próprio presidente da Casa da Memória Norte-rio-grandense e dos sócios: 1 - PAULO FERNANDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO; 2 - LUIZ EMYGDIO DE MELLO FILHO; 3 - OLAVO DE MEDEIROS FILHO; 4 - MARCOS MARANHÃO; 5 - ITAMAR DE SOUZA*”.

O resultado de minhas pesquisas históricas foi enfeixado num volume intitulado: EVANGELIZAÇÃO E MARTÍRIO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE, que espero poder um dia publicar, e que foi apresentado como subsídio à Comissão de peritos em História, constituída pela Arquidiocese de acordo com a legislação canônica em vigor. Sua missão consiste em emitir um parecer sobre a documentação existente em relação aos episódios de Cunhaú e Uruaçu e se esta oferece um embasamento sólido e seguro para o reconhecimento das pessoas envolvidas como verdadeiros mártires da fé.

A Comissão é integrada por três notáveis figuras de pesquisadores:

o professor José Antônio Gonsalves de Melo, presidente do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco, sem sombra de dúvida o maior especialista vivo do Brasil holandês; o nosso historiador Olavo de Medeiros Filho, por todos nós conhecido pela seriedade de seus estudos referentes aos aborígenes e ao período colonial da história potiguar, e a doutora Jeanne Fonseca Leite Nesi, diretora do Centro de Documentação Cultural da Fundação José Augusto. O trabalho da Comissão já está praticamente concluído, restando apenas a entrega oficial do relatório ao Tribunal Arquidiocesano a ser, em breve, instalado pelo arcebispo metropolitano. Será esta a última etapa do processo na Arquidiocese de Natal. As atas serão, então, enviadas a Roma, onde a Congregação das Causas dos Santos, o órgão do Vaticano especializado no assunto, se encarregará da última e decisiva etapa do processo, levando-o ao Santo Padre para a palavra final.

Pedindo vênias aos membros da Comissão, gostaria de adiantar alguns tópicos de seu relatório conclusivo. Confesso que ao ler este depoimento, que constituirá uma das peças fundamentais das atas do processo a ser enviado a Roma, fiquei verdadeiramente emocionado e agradecido a Deus pelo reconhecimento do modesto trabalho do postulador. Este o veredicto da Comissão de peritos: *“Por constataremos a extensão e profundidade da pesquisa realizada por monsenhor Francisco de Assis Pereira, intitulada EVANGELIZAÇÃO E MARTÍRIO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE, à qual nada teríamos a acrescentar, avocamos e endossamos a referida monografia, que passará a fazer parte integrante deste Relatório conclusivo.*

De tudo o que nos foi dado ler e analisar, afirmamos que o trabalho de autoria de monsenhor Francisco de Assis Pereira oferece um fundamento suficientemente sólido para que a ARQUIDIOCESE DE NATAL e a SANTA SÉ prossigam com o processo de canonização dos MÁRTIRES DE CUNHAÚ E URUAÇU”.

As narrativas dos morticínios de Cunhaú e Uruaçu transmitidas pela Relação de Lopo Curado Garro e pelos cronistas portugueses, confirmadas por relatórios oficiais do governo holandês e escritores flamengos, são de um realismo impressionante. Deter-me-ei apenas em alguns aspectos do massacre de Uruaçu, embora Cunhaú fale mais à alma do povo por causa da capela venerável, hoje restaurada, onde tudo fala do martírio do Pe. André de Soveral e seus paroquianos. Infelizmente

nada mais existe em Uruaçu que lembre o holocausto dos moradores da capitania. Um cruzeiro erguido na década de 30 pelo prof. Luís Soares e seus escoteiros, foi derrubado pelos proprietários da fazenda para impedir o afluxo de peregrinos e devotos.

O momento é propício para que se tomem medidas urgentes no sentido do tombamento do local e da construção de um monumento condigno aos nossos mártires.

Após sucessivas visitas ao local indicado pela tradição e pelos historiadores como sendo o lugar do martírio, e confrontando estas informações com os dados fornecidos pelos cronistas da época, cheguei às seguintes conclusões: o local do martírio é o antigo porto de Uruaçu, conhecido agora como porto de Flamengo, à margem direita do rio Uruaçu (hoje Cunha-ari), a 300 metros de sua barra no rio Jundiá, perto da gamboa do Catolé. Tudo indica que esta gamboa se chamava antigamente Tinguijada, por causa da maneira de pescar envenenando as águas com uma planta chamada *tingui*. Fica assim explicado por que alguns autores dizem que o massacre se deu na Tinguijada. A cerca onde os moradores se refugiaram antes de serem conduzidos para o suplício ficava, segundo os cronistas, à meia légua do porto e coincide com a atual vila de Uruaçu.

Também no que se refere à identificação dos sacrificados, as informações de Uruaçu são muito mais detalhadas. Enquanto em Cunhaú, apesar dos esforços de Hélio Galvão em descobrir novos nomes, só se conhece o do Pe. André de Soveral, em Uruaçu afloram das várias descrições nada menos que 16 nomes explicitamente citados e 12 referidos indiretamente.

Alguns destes eram pessoas de destaque na Capitania: Pe. Ambrósio Francisco Ferro era o vigário de Natal, João Lostau Navarro, rico proprietário de terras e dono de um importante porto de pesca na praia de Barra de Tabatinga, teve a sua filha casada com o tenente-coronel Joris Garstman, comandante do Forte Ceulen, ex-Forte dos Reis Magos; Antônio Vilela Cid, de família fidalga, natural de Castela, foi juiz ordinário na cidade de Natal e casou-se com a irmã do Pe. Ferro; e Estêvão Machado de Miranda pertencia à Câmara dos Escabinos, uma espécie de Câmara Municipal durante a ocupação holandesa.

As cenas de violência praticadas contra os inocentes moradores são incríveis e chocantes, como se vê do seguinte trecho de Diogo Lopes Santiago:

“Começaram... a dar tão atrozes tormentos aos homens, e tão desumanos, que já muitos dos que o padeciam, tomavam por mercê a morte; mas usaram os holandeses da última crueldade, dilatando a pena, e depois de cansados de darem tão aspérrimos tormentos aos homens, os entregaram aos Tapuias e Potiguares, que ainda vivos os foram fazendo em pedaços, e nos corpos fizeram tais anatomias que são incríveis; arrancando a uns os olhos e tirando a outros as línguas e cortando as partes verendas e metendo-lhes nas bocas”.

Todos conhecem a forma de martírio de Mateus Moreira que já se tornou emblemática e foi lembrada até pelo Santo Padre João Paulo II no encerramento do XII Congresso Eucarístico Nacional: enquanto os algozes lhe arrancavam o coração pelas costas, ele exclamava em tom de exultação: *“Louvado seja o Santíssimo Sacramento!”*.

A motivação dessas mortes não pode ter sido simplesmente de fundo patriótico. Algo mais forte deve ter levado os moradores a aceitar resignadamente tão grandes tormentos. Dois elementos de fundamental importância para a caracterização deste massacre como verdadeiro martírio são: primeiro, a presença de um pastor calvinista, predicante da Igreja Reformada, chamado na ocasião para tentar demover os piedosos moradores de suas convicções religiosas, exortando-os a abjurar a sua fé, advertências prontamente rejeitadas por eles, como diz o Castrioto Lusitano:

“Os soldados de Cristo, com novo espírito venceram a nova batalha, e com palavras e ações abominaram a cegueira herética e os condenados erros de suas seitas, confessando a gritos que morriam na pureza da fé católica, que crê e ensina a santa Igreja de Roma: e que de todo o coração detestavam todos os artigos que se desviavam de seus sagrados decretos, pela observância e confissão dos quais estavam prestes a dar uma e mil vidas, se as tiveram”.

O segundo elemento é a atuação do chefe potiguar, Antônio Paraopaba que, no porto de Uruaçu, aguardava as vítimas numa atitude ameaçadora e arrogante, *“escaramuçado num cavalo”*, à frente de um pelotão de 200 índios bem armados. Paraopaba era um dos mais

prestigiados índios que se bandearam para o lado holandês. Foi educado na Holanda e converteu-se à Igreja Reformada, tornando-se um fanático adepto de suas doutrinas. A brava e até então unida tribo dos potiguares ficou assim irremediavelmente dividida em dois partidos: os que ficaram com os portugueses, liderados por Filipe Camarão, e os que aderiram aos holandeses, sob a chefia de seu primo Pedro Poti. A divisão era não só política e bélica, mas também religiosa. Vejam o que escrevia Pedro Poti a seu primo Camarão, a propósito desta luta fratricida:

“Sou cristão e melhor do que vós; creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa... Abandonai, portanto, primo Camarão, esses perversos e perigosos Portugueses e vinde juntar-vos conosco; garanto-vos que vos dareis bem. Formaremos uma força respeitável e expulsaremos esses trapaceiros e traidores. Mantenhamo-nos com os estrangeiros que nos reconhecem e tratam bem nossa terra”.

O fanático Paraopaba, autor da chacina de Uruaçu estava, portanto, imbuído do mais ferrenho ódio contra os católicos.

A Comissão de peritos constatou esta clara motivação religiosa do martírio:

“Analisando minuciosamente os episódios de Cunhaú e Uruaçu, parece-nos que as vítimas daqueles massacres podem ser consideradas verdadeiramente mártires no sentido cristão. Afigura-se-nos bem comprovada a presença dos três elementos que caracterizam o martírio: morte violenta, “in odium fidei”, livremente aceita. Assim o indicam os dados disponíveis, legados por todos os autores contemporâneos dos fatos, pertencentes ao partido português”.

Por tudo isto, senhoras e senhores, tenho fundadas esperanças de que as atas do processo de canonização que serão enviadas a Roma, alicerçadas como estão por uma forte documentação histórica e abalizadas por tão competentes peritos, serão mais do que suficientes para que o processo seja aceito pela Congregação das Causas dos Santos e chegue a bom termo. É o que todos nós almejamos e para isto não

medimos esforços. Praza aos céus que o nosso humilde Rio Grande do Norte, que já ofereceu tantos filhos ilustres à madre pátria no campo das ciências, letras, artes e política, possa também apresentar aos altares da mãe Igreja os primeiros santos do Brasil.

(Discurso de posse no IHG/RN, na categoria de sócio efetivo, em sessão solene de 29 de março de 1994).

SAUDAÇÃO A MURILO MELO FILHO

João Wilson Mendes Melo
(Sócio efetivo)

Aqui, no ambiente soturno de figuras e coisas do passado, tudo é História. E como o túnel da ficção moderna do futuro, em direção contrária, leva-nos aos dias, anos, décadas e séculos já decorridos, onde o mundo era menos nos serviços ao homem e era mais em alguns aspectos de consideração da vida e de respeito ao direito de viver. Tudo, retratos, objetos e sobretudo livros nos querem falar e estão a fitar nossos olhos do alto de suas prateleiras que, simbolicamente, ganham altura pela pequenez dos espaços que lhe cabem no solo ou pelo conteúdo mais que humano de seus documentos. Estão a dizer-nos tantas coisas de uma só vez que é preciso gritarmos como Michelet, o historiador francês: *“Docemente, senhores mortos, procedamos pela ordem, por favor!”*.

Mas, a vez agora é de alguns personagens vivos, a comporem textos e a ordenarem fatos que irão somar-se ao drama humano deste recanto do mundo.

Aqui mesmo, senhores, no início dos anos quarenta, sob os olhares dos antepassados que nos cercam e o testemunho destas mesmas paredes seculares, acontecia o início de uma história particular de que este ato de hoje é um prosseguimento. Era a sessão de instalação da Primeira Semana de Estudos Sociais do Rio Grande do Norte, no início das antigas Semanas da Criança. Presentes as maiores figuras da medicina, do serviço social nascente no Estado e convidados da capital do país como contribuição de veteranos aos temas que aqui iam ser tratados pela primeira vez. Esgotada a pauta de oradores que levantaram as questões com algumas propostas de solução, acontece que alguém quebra o silêncio de instantes com o célebre e às vezes temido *“peço a palavra sr. presidente!”*. Era um jovem classificado na expressão corrente “de menor”, que se iniciava no jornalismo e freqüentava todo lugar em que se falasse de coisas sérias, para fazer sua “intervenção” e realizar “um furo” para o seu jornal. Estas mesmas figuras circunspectas que nos olham do alto foram

testemunhas também. O menor que atraiu os olhares para si e assomou, este é o termo, a esta mesma tribuna, era Murilo Melo Filho. Ele falou sobre a pobreza que necessitava de promoção e não de esmola; falou sobre a mortalidade infantil, sobre os problemas da infância. Em leves e simples palavras, mas falou. Causou impacto e admiração. Eu, mais velho alguns anos, e que tinha uma função naquele encontro de estudos, disse, orgulhoso, para o meu vizinho, apontando para o jovem orador: meu primo! Confesso hoje que a alegria desse longínquo momento foi repetida todas às vezes que abria as páginas da Manchete, em que via notícias dos lançamentos e das reedições da trilogia consagrada na bibliografia da evolução brasileira: “O Desafio Brasileiro”, 16 edições, 80.000 exemplares, traduzido para o espanhol, em Madri, com edição de 10.000 exemplares; “O Milagre Brasileiro”, 10 edições, 50.000 exemplares; e “O Modelo Brasileiro”, 3 edições, 15.000 exemplares, que lhe granjeou o prêmio “Juca Pato”, apresentados em prefácios subscritos pelas maiores autoridades do país nos temas que Murilo tratava com a honestidade, sabedoria e elegância, virtudes que caracterizam sua maneira de dizer e de escrever. Estes livros estão sendo adotados nas cadeiras de Estudos de Problemas Brasileiros de diversas Universidades. O mesmo estilo de sua realçante colaboração nos livros “Cinco Dias de Junho”, “Reportagens que Abalaram o Brasil”, e “O Assunto é Padre”, de parceria com os grandes escritores e jornalistas do seu tempo. Por último, o “Memória Viva”, com 5.000 exemplares. A mesma alegria que se repetiu quando o vi chegar ao Instituto Histórico e à Academia de Letras e, recentemente, ao Pen Clube do Brasil.

É a exaltação, pelos órgãos representativos da comunidade, do jornalista que entrevistou todas as personalidades políticas do universo no seu tempo, que correu os continentes, tudo observando e transformando em letras bem arrumadas, em páginas coloridas de uma revista respeitável que dirige por muito tempo e que transformou em seu “posto de escuta”, para ser um arauto da comunicação segura, precisa e verdadeira, que o Brasil se habituou a ler desde então.

Essas considerações têm lugar agora porque o autor antecede ao livro. E ainda preciso acrescentar que Murilo Melo Filho, na visão do norte-rio-grandense é uma personalidade forte, que desmente mesmo certas sentenças da sabedoria antiga e popular, tais como: 1) ninguém é profeta em sua terra. Murilo aqui começou, nos sonhos e na força da juventude, aqui foi, desde o início, reconhecido e confirmado quando da

consagração em todo o país; 2) o conhecimento e a glória fazem esquecer a fé cristã dos primeiros anos. Murilo, com tudo isso e mais ainda, não esqueceu e, ao contrário, aumentou sua fé; 3) só não se encontra a mulher que a gente tem no coração (de uma canção popular). Murilo encontrou-a e divide com ela as alegrias do seu trabalho e das suas lutas.

Agora, temos outro motivo para exaltá-lo. Ele concilia sua presença nas páginas da conjuntura nacional, com uma presença suave e amiga, entre os mestres-escolas, entre alunos da formação básica e vai figurar na mesa tosca de pinho branco dos professores e nas carteiras sempre reconstituídas e recuperadas das nossas escolas, pois, neste ato a que temos a satisfação de comparecer, estamos lançando no Estado o seu mais recente trabalho, um trabalho de História, um trabalho didático que denominou, afetuosamente, de “O Nosso Rio Grande do Norte”. São 5.000 exemplares que muito acrescentarão aos conhecimentos dos estudiosos de nossa História e Geografia.

Em capítulos que anunciam a Construção do Forte ao Turismo, é notável o seu poder de síntese sem prejudicar o conteúdo e a clara compreensão do tema. Não é pura história administrativa, de nomes e datas, como outrora se fazia, mas desliza mansamente pelos aspectos da formação cultural, das mensalidades, da vida espiritual onde não esquece os poetas, os casarios, as dunas, o sertão e o mar. Finalmente, sabe inserir uma História regional no contexto da grande História do homem, delineada durante e depois da Escola Francesa dos “Annales”.

Encontramos em suas páginas, artisticamente apresentadas pelas edições Consultor, um sabor de leitura que extrapola a sala de aula e vem compor os ambientes de lazer. Honoré de Balzac, no prefácio da Comédia Humana, colocado estranhamente no último volume, o de nº 17, de sua grande obra, repete a expressão de Madame Necker ao dizer: *“a História é ou deveria ser o que foi; ao passo que o romance deve ser o mundo melhor”*. Nas páginas de “O Nosso Rio Grande do Norte”, com que Murilo contribui para a História do Brasil e exalta o seu Estado natal, está alguma coisa do romance desta região que, na sua expressão final, é “ensolarada esquina do Brasil”, onde “milhares de turistas argentinos, italianos, alemães, franceses e brasileiros estão descobrindo um novo paraíso, com sol e mar”.

Está enriquecida, de hoje em diante, a bibliografia da História e da Geografia do Rio Grande do Norte, com um livro que contribui para a formação de sua mocidade escolar.

Como se tem notado e repetido, nos sistemas de governo monárquico a formação do futuro dirigente, do príncipe ou delfim, era essencial para que depois bem exercesse sua missão quando chegasse ao poder como Rei. Nas democracias como a nossa, o poder é do povo e a sua educação é, portanto, a tarefa mais importante que cabe aos homens esclarecidos. O conhecimento da História, inclusive regional, é imprescindível. Imprescindível para formar e não apenas informar. Indispensável para ensinar a pensar e a influir, pela forma democrática, nas decisões coletivas.

No entusiasmo deste momento, sou tentado a dizer como naquela longínqua sessão solene dos primeiros anos da década dos quarenta: somos parentes e muito, muito amigos. Mas não sou omissos da verdade e o que estou a dizer o Brasil, o nosso Estado e esta Natal, conhecem e confirmam.

Eu, agora, Murilo daqui a instantes, desta mesma e honrosa tribuna que ele mais uma vez reencontra, teremos dito às mil vozes que nos querem falar dos quadros e das estantes desta Casa da Memória, algo diferente do que Michelet disse do centro de suas bibliotecas e museus. Diremos mais: “silêncio, homens e mulheres de antigamente; hoje, nós que viemos falar, estamos a trazer-vos um novo e autêntico companheiro, escrito por um descendente de suas melhores estirpes”.

Senhores, tenho como certo que conservaremos por muitos anos a lembrança deste encontro em clima de festa em que homenageamos Murilo Melo Filho e apresentamos seu mais recente trabalho. É que, para o lançamento de “Nosso Rio Grande do Norte” estamos reunidos nosso Instituto Histórico, nossa Academia de Letras, nossos órgãos educacionais, oficiais e particulares, nossos intelectuais, nossos governantes, nossos amigos, nossos parentes e nossa família.

Em consequência, o tempo presente, por nós representado, permanece por algumas horas no território dos antepassados, silencioso apenas na aparência, mas vibrante nas ações e no discurso que guarda para sempre no milagre da escrita, que é universal e eterno.

(Discurso proferido no salão nobre do IHG/RN, em 9 de fevereiro de 1994. Posse de Murilo Melo Filho, na categoria de Sócio Correspondente).

PELOURINHO DA CIDADE DO NATAL

Jeanne Nesi
(Sócia efetiva)

Nos tempos de El Rey, ao ocorrer a instalação de uma nova vila, erguia-se em local público uma coluna de madeira, de pedra ou de alvenaria. Dava-se a tal coluna a denominação de Pelourinho, que representava um sinal heráldico da vila, de seus privilégios e soberania, com justiça e poder próprio.

O Pelourinho era temido e respeitado pela população, como símbolo que era da própria lei. Nos pelourinhos eram afixados os bandos e éditos e celebravam-se determinados atos públicos. Em tais colunas, que chegavam a atingir 4 metros de altura, eram amarrados os condenados, para receberem golpes de açoites ou ficarem expostos à execração pública. Não ficavam isentos do Pelourinho os filhos desobedientes aos pais.

Em seu cimo havia pontas ou ganchos, onde eram espetadas as cabeças daqueles que tivessem sido executados pela Justiça Real. Nele, também havia argolas onde podiam ser aplicados tratos de polé e a pena capital do enforcamento.

Há notícias, a partir de 1696, da existência do Pelourinho da Cidade do Natal, apesar de não ser possível precisar a data de sua implantação e nem de que material foi confeccionado.

Certamente, algum dano aconteceu ao velho pelourinho, pois em 1º de outubro de 1732 realizou-se uma reunião no Senado da Câmara do Natal, na qual os senhores oficiais *“acordaram que se pusessem em praça e pregão o Pelourinho desta cidade, que lhes parecerem conveniente o fazer-se logo, como se pratica nas demais cidadelas e vilas, e que este se fizesse defronte da casa da Câmara”*.

Em outra vereação, realizada a 9 de dezembro de 1732, os nobres oficiais da Câmara *“acordaram que se abrisse o segredo do dinheiro do mesmo Concelho, para dele se tirar 48 mil réis, por serem precisos para se fazer o pagamento ao mestre-pedreiro que faz a obra do*

Pelourinho nesta cidade, e para se pagarem as cartas de usança, e ao mestre-ferreiro que fez as tiras de ferro para o dito Pelourinho”.

Segundo a tradição oral, recolhida por Câmara Cascudo, o novo Pelourinho era encimado por um globo feito de argamassa. Como sabemos, esse globo terrestre era um dos elementos que compunham as Armas Reais de Portugal. O terço superior daquela histórica coluna era atravessado por uma haste de ferro terminada em ganchos.

O segundo pelourinho, que ficava localizado no centro do antigo Largo da Matriz (hoje, Praça André de Albuquerque), foi derrubado em meados do século passado, passando então a exercer uma função nada compatível com as suas finalidades: recolhido à casa da Guarda da Cadeia Pública, ali serviu durante muitas décadas como simples banco de sentar para soldadesca...

No dia 24 de dezembro de 1963, o Pelourinho (construído de arenito) foi entregue oficialmente ao Instituto Histórico e Geográfico, pela Prefeitura Municipal de Natal. Discursaram na cerimônia o prefeito Djalma Maranhão e o presidente do Instituto Enélio Lima Petrovich, que agradeceu a preciosa doação. Foi então o Pelourinho chantado na calçada superior do atual prédio do Instituto, permanecendo o monumento ao lado da porta de entrada.

ORIGENS DO AEROCLUBE DO RIO GRANDE DO NORTE

Fernando Hippólyto da Costa
(Sócio efetivo)

A primeira nota, divulgada na imprensa local, referente ao Aeroclube do Rio Grande do Norte, foi estampada na primeira página de “A República”, em sua edição de 12 de fevereiro de 1928.

Dizia a notícia que *“sob a presidência do dr. Juvenal Lamartine (presidente do Estado), efetuou-se ontem (dia 11 de fevereiro), às 18:00 horas, na redação de “A República”, a primeira reunião dos sócios fundadores de um Clube de Aviação, com sede nesta Capital”*.

Por conta dessa idéia, o mesmo jornal publicou em sua edição de 14 de fevereiro de 1928, o primeiro editorial que tinha como título: “Aeroclube do Rio Grande do Norte”.

Afirmava o editorialista:

“A fundação de um Aeroclube nesta Capital é acontecimento de uma transcendência muito maior do que à primeira vista possa parecer, no que respeita à projeção e às conseqüências que essa instituição irá produzir na vida do Estado e no seu futuro desenvolvimento, se convenientemente organizada e dirigida.

A utilização desse novo e excelente meio de transporte (o avião) de comunicação e defesa, não se fará entre nós, de modo adequado aos interesses do país, em sua mais legítima expressão nacional, sem alcançarmos primeiro um alto objetivo de educação: educação do público para compreender as enormes possibilidades e vital importância da aviação no desenvolvimento econômico, político, militar e sócio do país, e educação da juventude nacional para habilitá-la a seguir uma carreira que terá muito cedo, entre nós, a maior importância.

Esta é a finalidade que terá o Clube agora fundado em Natal, graças à audaciosa iniciativa de um grupo de norte-rio-grandenses a cuja frente se acha o ilustre presidente Lamartine, decidido a

empenhar os seus melhores esforços para o êxito completo de tão bela idéia.

Já existem no país quatro Aeroclubes: o do Rio, filiado à Fédération Internationale Aeronautique, e os de São Paulo, Santa Catarina e Pará, filiados ao do Rio. À exceção deste que é a autoridade máxima da aviação civil no Brasil e tem prestado bons serviços, os demais tem apenas existência decorativa e nada produzem por falta de organização e de objetivos.

O Aero clube do Rio Grande do Norte, pelas medidas já adotadas e em curso de execução, será único no país: funda-se em sede própria, dispondo de pequeno campo de pouso suficiente para atender as necessidades da instrução elementar de vôo e adquirindo dois excelentes aviões de tipo apropriado à instrução e ao turismo.

A repercussão que este acontecimento vai ter em todo o país será o melhor possível e estamos convencidos de que uma vez conhecidos a organização do Clube e o seu programa de trabalhos, o exemplo do Rio Grande do Norte frutificará em outros Estados da Federação.

O Aero clube com a sua sede convenientemente adaptada, possuindo, além das utilidades propriamente aviatórias, seções recreativas e desportivas, constituirá um centro de agradável atração social.

Os primeiros aviadores civis brasileiros saídos da Escola do Aero clube do Rio Grande do Norte, serão, assim o desejamos, os pioneiros da verdadeira aviação nacional - fator indispensável ao surto da nossa grandeza”.

O autor deste editorial foi o Cmt. Manoel Augusto Pereira de Vasconcelos, da Aviação Naval.

A SESSÃO INAUGURAL

No dia 17 de fevereiro de 1928, sexta-feira, foi realizada com início às 19:00 horas no Teatro Carlos Gomes (hoje, Teatro Alberto Maranhão), a sessão inaugural do Aero clube.

Segundo a “A República”, que publicou a notícia com grande destaque na primeira página, “o número elevado de pessoas que

afluíram ao local disse muito bem do interesse que a idéia, hoje vitoriosa, despertou em nosso meio social”.

Antes de iniciar a sessão, um grupo de sócios fundadores composto de Fernando Pedrosa, Cícero Aranha, Cristóvão Bezerra Dantas, Adauto Câmara, Nestor dos Santos Lima e Cmt. Manoel Pereira de Vasconcelos, convidou o presidente do Estado Juvenal Lamartine para dirigir a referida sessão.

Declarando iniciados os trabalhos, o presidente Lamartine convidou para secretariar a sessão o Cmt. Manoel Vasconcelos e o dr. Cristóvão Bezerra Dantas.

Juvenal Lamartine pronunciou uma rápida alocução acerca da necessidade da fundação do Aeroclube e sua conseqüente *“irradiação no cenário social e econômico do país, como meio de intensificação de correntes comerciais e intelectuais, ao mesmo tempo que veículo precioso aos ideais de unidade nacional e de confraternização política”.*

A seguir, em improviso, falou Cristóvão Dantas, o qual congratulou-se *“com as classes progressistas e com o Governo do Estado pela realização auspiciosa de tão grande idéia”*, tecendo ainda comentários sobre a *“importância que no clube de aviação, como o de Natal, teria para o nosso desenvolvimento e para o progresso em geral do país”.*

A palavra foi dada ao Cmt. Vasconcelos, o qual pronunciou longo discurso sobre a origem da aviação, seu desenvolvimento moderno, sua aplicação à guerra e suas possibilidades imensas no tocante aos altos propósitos pacifistas visados pelos países americanos.

Salientou *“as excelências de nosso meio geográfico e social para a fundação do Aeroclube, exaltando as qualidades de realização e de atividade do presidente Juvenal Lamartine e a tenacidade e a largueza de vista de Fernando Pedrosa, pioneiros por excelência da efetivação de tão nobre objetivo”.*

Em seguida, Cícero Aranha procedeu à leitura da lista dos sócios fundadores e da Diretoria Provisória do Clube, bem como da comissão encarregada da elaboração dos Estatutos do Aeroclube, sendo todos os nomes aprovados por aclamação.

Encerrando a sessão, Juvenal Lamartine *“agradeceu a boa acolhida que o clube teve por parte dos elementos mais representativos de nosso meio, augurando-lhe brilhante porvir”.*

E ainda: *“queremos que o nosso clube, dentro de sua esfera própria, seja um elemento precioso à elaboração de nosso sentimento de fraternidade continental, e que fortaleça cada vez mais os fundamentos de nossa civilização americana, pacífica e progressista por excelência”*.

Todas as pessoas presentes lançaram as suas assinaturas na lista de adesões do quadro social do novo clube, sendo em consequência, sócios fundadores: Juvenal Lamartine de Faria, Bertha Lutz, Otávio Lamartine, Olavo Lamartine, Cícero Aranha, Adauto Câmara, Cristóvão Dantas, Fernando Pedrosa, Manoel Augusto Pereira de Vasconcelos, Nestor dos Santos Lima, Omar O’Grady, Eric Gordon.

A esta relação foram acrescentados outros nomes em folha separada: José Augusto Bezerra de Medeiros, dr. Januário Cicco, desembargador Felipe Guerra, dr. Antônio de Souza, cel. Aureliano de Medeiros, dr. Décio Fonseca, cel. João Augusto, João Galvão Filho, desembargador Antônio Soares, dr. Luís Antônio dos Santos Lima, dr. José Chaves e dr. Ernesto Fonseca.

No dia 19 de fevereiro de 1928, “A República” publicou um longo editorial, na primeira página, acerca do evento.

Eis um trecho: *“O clube que fundamos e que estabeleceremos em bases sólidas, será o ponto de partida para realizações mais vastas e amplas no futuro. O que iniciamos, hoje, em bases modestas, será amanhã uma grande obra nacional”*.

“Ao Rio Grande do Norte caberá, então, mais uma legítima vitória, como pioneiro de tão grande idéia. Demonstraremos pelo nosso amor à causa, que as conquistas humanas nem sempre dependem da riqueza material do meio mas, acima de tudo, da mentalidade aberta que lhe preside os destinos e guia os seus passos para o porvir”.

O discurso do Cmt. Vasconcelos, *“nosso conterrâneo ilustre, palavra autorizada de um técnico e de um profissional no assunto”*, como referiu-se o jornal “A República”, foi transcrito nas edições de 24 a 29 de fevereiro de 1928.

UMA ENTREVISTA ESCLARECEDORA

Na edição de 29 de fevereiro de 1928, o Cmt. Manoel Vasconcelos

apresentou suas idéias iniciais com vistas ao funcionamento do Aeroclube.
Vejam os trechos:

“No dia 22 do mês passado (janeiro) eu recebia, no Rio, um telegrama do sr. Fernando Pedrosa convidando-me, em nome do presidente do Estado, a vir organizar em nossa Capital um clube e uma Escola de Vôo.

Eu conhecia bem as dificuldades sem conta que deveriam ser afastadas e teria recusado o convite, excessivamente honroso, se não confiasse na grande energia com que o presidente Lamartine enfrenta sempre os problemas que o defrontam, se não conhecesse a inteligência esclarecida e o espírito prático e criador de Fernando Pedrosa e se não me houvesse habituado a conhecer, desde a infância, a vitalidade e a bravura dos meus conterrâneos.

Parti, e no mesmo dia da chegada, 4 do corrente, trocava com o nosso digno presidente as primeiras idéias referentes à orientação rápida e eficaz de um esforço produtivo.

No dia 9 apresentei a sua excia. um estudo acompanhado de um orçamento, ao alcance das possibilidades financeiras do Estado, cujo resumo é o seguinte:

- Despesas de instalação, compreendendo a compra de dois aviões, a construção de dois hangares e de uma rampa, adaptação do edifício para a sede do Clube e do campo de pouso, sobressalentes, desapropriações, etc. - 153:000\$000.

- Despesa anual de funcionamento, distribuída pelas rubricas - óleo e gasolina para 1.200 horas de vôo, salários de um piloto e de um mecânico, instrutores, depreciação dos aviões a 34%, e dos hangares a 5%, conservação do campo, do edifício da sede e dos hangares e consertos de aviões e motores - 119:000\$000.

- Previsão de renda, tomando-se para base de cálculo 100 sócios, pagando a jóia de 100\$000 e a mensalidade de 10\$000, 300 horas de vôo de instrução a 200\$000 a hora e 100 horas de vôo de recreio a 150\$000 a hora, mais 60\$000 por hora de vôo até 20 horas para cada aluno, sendo 15 o número destes - 130:000\$000.

O Estado e a Municipalidade subvencionando o Clube com 50:000\$000 e, não sendo inferior a 15 o número de alunos por

ano, nem menor de 100 o número de sócios do Clube, esta previsão de renda estará certa e a instituição poderá viver sem dificuldade.

Já estão fechadas as negociações para a aquisição de dois terrenos que, futuramente, com outro pertencente ao Estado, servirão para campo de pouso de pequenos aviões de tipo escola.

Sua excia. prontificou-se a ceder ao clube em formação, um prédio, também do Estado que, feitas as adaptações convenientes, servirá para sede do Clube.

No dia 11, reuniu-se a Comissão organizadora na redação de "A República", sob a direção do presidente do Estado e fundou-se o Aeroclube do Rio Grande do Norte. Ontem já foram iniciados os trabalhos de preparação do campo de pouso.

Assim haverá em breve nesta pequena Capital do Nordeste brasileiro um Aeroclube, com uma finalidade prática, nacional, patriótica e com um patrimônio como nenhum dos aeroclubes do Brasil apresenta.

O presidente Lamartine vai lançar em nossa terra o futuro desenvolvimento e esplendor da aeronáutica brasileira".

O PRIMEIRO TELEGRAMA

Na edição de 28 de fevereiro de 1928, "A República" divulgou, com destaque na primeira página, o primeiro telegrama recebido pelo presidente Juvenal Lamartine, com relação ao Aeroclube:

"Grato à sua gentil comunicação de haver sido fundado o Clube de Aviação de Natal. Apresento-lhe os meus cumprimentos e aplausos com os melhores votos de que a agremiação fundada no Porto a ser destinado, pela sua situação geográfica, o cais da Europa, no serviço aero-transcontinental do Brasil, venha a trazer um precioso contingente para a próxima solução do nosso problema aviatório. as) Victor Konder, ministro da Viação".

OBRAS

No mês de março de 1928, intensificaram-se os serviços de reconstrução e adaptação da nova sede social, assim como os trabalhos

de arrancamento de tocos e limpeza do terreno destinado ao campo de pouso.

CMT. DJALMA PETIT

A primeira referência ao nome do capitão-tenente (Aviador Naval) Djalma Fontes Cordovil Petit, constou de “A República”, na edição de 7 de março de 1928.

O mesmo foi incumbido pelo Governo Federal de viajar para Natal a fim de “*estudar a construção do campo e do aeroporto da Capital*”. O referido militar, que residia no Rio de Janeiro, constituiu-se num elemento de invulgar valor na organização e funcionamento da Escola de Vôo do Aeroclube do Rio Grande do Norte.

O Cmt. Djalma Petit chegou a Natal em 31 de março de 1928, tendo visitado, além do presidente do Estado, a redação de “A República”, em companhia do Cmt. Nereu Correia e do sr. Eric Gordon, representante da CGA - Compagnie Générale Aeropostale.

A sua vinda à Capital do Estado foi noticiada com grande destaque. A propósito, “A República” estampou, em sua edição de 11 de abril de 1928, a seguinte notícia:

“Os trabalhos relacionados com o estabelecimento, em nosso meio, do Clube de Aviação, tem seguido a sua marcha natural, sem solução alguma de continuidade.

O capitão Djalma Petit, que se encontra à testa dos serviços técnicos, está tratando de todas as operações de terraplanagem e de nivelamento do campo, ao mesmo tempo que estuda as condições de nosso Aeroporto.

Tivemos comunicação de que, no dia 21 do corrente, a bordo do “Itapé”, seguirá um hidroavião, do tipo Curtiss, com três lugares, destinado ao nosso Campo.

São, portanto, animadoras as perspectivas no tocante à organização definitiva de nossa base de aviação, que é uma aspiração justa de quantos se interessam pelo progresso de nossa terra”.

APRESENTAÇÃO DOS ESTATUTOS E A PRIMEIRA DIRETORIA

Às 19:30 horas de 31 de outubro de 1928, na redação de “A República”, houve uma reunião para abordar dois assuntos importantes: a apresentação dos Estatutos do Clube e a eleição da primeira Diretoria.

Procedida a leitura dos Estatutos e feita a sua aprovação, foi eleita então a primeira Diretoria, assim constituída: Juvenal Lamartine de Faria (Presidente), Fernando Pedrosa (1º vice-presidente), Décio Fonseca (2º vice-presidente), Omar O’Grady (3º vice-presidente), Adauto da Câmara (1º Secretário), Aníbal Calmon Costa (2º Secretário), Francisco Ivo Filho (Procurador), Renato Dantas (Orador), Ulisses Medeiros (Tesoureiro), Alfredo Barbalho (Bibliotecário) e Cmt. Djalma Petit (diretor-técnico).

Para a Comissão de Tomada de Contas, foram escolhidos: Cristóvão Dantas, Eric Gordon e Carlos Filgueira.

FILIAÇÃO AO AEROCLUBE BRASILEIRO

A 4 de outubro de 1928, o jornal “A República” publicou “*ter recebido ontem do nosso conterrâneo Cmt. Manoel de Vasconcelos a grata notícia da filiação do Aeroclube de Natal ao Aeroclube Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro*”.

A expediente que oficializou essa filiação está contido nos seguintes termos:

“Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1928.

Exmo. sr. dr. Juvenal Lamartine de Faria

*Presidente do Aeroclube do Rio Grande do Norte
Natal.*

Temos a honra de acusar recebimento de seu ofício de 20 do corrente, capeando um exemplar dos Estatutos dessa instituição e bem assim uma coleção de fotografias do Campo de Aviação e da sede do Aeroclube do Rio Grande do Norte, o que agradecemos.

O requerimento dessa instituição, solicitando a sua filiação ao Aeroclube Brasileiro, foi presente à nossa Comissão Técnica,

que depois de examinar os respectivos Estatutos, foi de parecer que essa filiação, de acordo com o artigo 2º, Capítulo I dos Estatutos do Aeroclube Brasileiro, poderia ser concedida.

O parecer referido, discutido em nossa sessão de 26 de corrente, foi unanimemente aprovado.

Fica, pois, filiada ao Aeroclube Brasileiro, a instituição que brilhantemente preside e é com sincero júbilo que me congratulo com v. exa por mais esse relevante serviço que acabais de prestar à Aviação Brasileira.

Prevalecendo-me do ensejo, reitero a v. exa., Senhor Presidente, as expressões sinceras de meu alto apreço e elevada consideração. as) Carlos Cavalcante de Albuquerque, Presidente do Aeroclube Brasileiro”.

VISITA DE LEGISLADORES

Em 1º de novembro de 1928, a sede do Aeroclube foi visitada, pela primeira vez, pelos deputados da Assembléia Legislativa do Estado em companhia do presidente Juvenal Lamartine.

A PRIMEIRA FESTA SOCIAL

Com início às 21:00 horas do dia 6 de novembro de 1928, transcorreu “a festa da amizade que os amigos do dr. Januário Cicco lhe ofereceram como homenagem pela sua recente chegada da Capital Federal (Rio de Janeiro), bem como à sua senhora e filha”.

A festa constou de uma parte lítero-musical e de um baile, tendo comparecido o presidente Juvenal Lamartine. No saguão do clube tocou a Banda de Música da Polícia Militar, e durante o baile, duas orquestras que se revezavam.

Discursou, na ocasião, o dr. Adolfo Ramires, tendo o homenageado agradecido à saudação.

O PRIMEIRO CHÁ DANÇANTE

Na tarde de 16 de novembro de 1928, o casal Juvenal Lamartine ofereceu um chá-dançante à sociedade natalense.

Noticiou-se a respeito dessa festa: *“As danças decorreram num ambiente da maior distinção, deixando no espírito de quantos estiveram no Aeroclube a mais duradoura e agradável impressão”*.

OS PRIMEIROS ESTATUTOS E REGIMENTO INTERNO

A partir de 27 de novembro de 1928, “A República” tornou público, em sucessivas edições, os Estatutos do Aeroclube assim como o Regimento Interno.

OS PRIMEIROS SÓCIOS CONTRIBUINTES

A 30 de novembro de 1928, foi divulgada a relação dos primeiros sócios contribuintes:

Harry S. Gibbs (representante da General Motors), Walter T. Willcox (representante da Singer Sewing Machine Co.), L. Vieira Souto (representante da International Harvester Co.), H. S. Sain (representante da General Electric S/A), Arthur Smith (superintendente da Tramway, de Recife), F. Whittle (gerente, em Recife, do Bank of London and South America), Freeman Scotchbrock (da Delloyte Plender Griffith Co.), Peter Mitchell (do City Bank of New York, em Pernambuco), F. Wandick (da General Motors), Frederico Hammer (diretor do Sindicato Condor), Frederico Hoepken (diretor-técnico do Sindicato Condor).

Dois desses sócios, Harry S. Gibbs e H. S. Sain, inscreveram-se também no curso de piloto civil. Nesse mês, a Diretoria do Clube, além de dois campos de tênis que estavam em construção, pretendia dar início à uma pista para patinação.

O PRIMEIRO AVIÃO

No dia 9 de dezembro de 1928, decolou de Natal com destino a Recife, o avião “Curtiss”, de propriedade da S/A Wharton Pedrosa, tendo como piloto o Cmt. Djalma Petit e como passageiro, Fernando Gomes Pedrosa, diretor daquela firma comercial.

Após duas horas e meia de vôo, chegaram a Recife, onde foram ultimar as providências para a remessa a Natal do avião “Blue Bird”, adquirido pelo Aeroclube do Rio Grande do Norte, e que se encontrava na capital pernambucana, procedente da Inglaterra.

Djalma Petit e Fernando Pedrosa regressaram a Natal no dia 13, pousando o “Curtiss” no rio Potengi, após sobrevoar a cidade.

PREPARATIVOS PARA A INAUGURAÇÃO

A 16 de dezembro de 1928, foi divulgado o telegrama circular enviado pelo presidente Juvenal Lamartine a todos os demais presidentes dos Estados do Brasil, no seguinte teor:

“Tenho a satisfação de informar a V. Exa., a inauguração no dia 23 do corrente, do Aeroclube deste Estado, dispondo de sede própria, aviões e campos de aterragem na capital e no interior, ao mesmo tempo que solicito a fineza de V. Exa. designar um representante do seu Estado para essa cerimônia. Saudações. as) Juvenal Lamartine”.

As primeiras respostas recebidas foram as dos presidentes de Pernambuco (Estácio Coimbra), Espírito Santo (Aristeu Aguiar), Bahia (Vital Soares), Ceará (Matos Peixoto), Maranhão (Magalhães de Almeida), Amazonas (Efigênio Sales), além do ministro da Viação (Victor Konder).

A inauguração prevista para o dia 23 de dezembro, foi adiada para o dia 29 em virtude de algumas obras que estavam sendo concluídas, e enquanto se aguardava a vinda do “Blue Bird”, de Recife para Natal, a bordo do vapor “Taquay”.

A INAUGURAÇÃO DO AEROCLUBE

Precisamente às 16:00 horas do sábado, 29 de dezembro de 1928, o presidente do Estado Juvenal Lamartine e sua sra., acompanhados pelo ajudante de ordens, chegaram à sede do Aeroclube, sendo recebidos pela Diretoria do Clube.

À entrada, no salão, Juvenal Lamartine foi saudado com uma prolongada salva de palmas.

Na presença de elevado número de pessoas, o dr. Décio Fonseca, 2º vice-presidente do Aeroclube, dirigindo-se ao presidente Lamartine, agradeceu *“a honra de sua visita solicitando-lhe que declarasse por inaugurado o Aeroclube”*.

O Chefe do Governo potiguar discursou então, dizendo em certo trecho: *“Não conheço no momento que vamos vencendo, agente mais poderoso da identidade de alma e de ideal brasileiros do que a AERONAVE, a serviço dos propósitos magnos da nacionalidade que, bem compreendidos e interpretados, são os da própria humanidade, tal a consonância do espírito brasileiro, pacifista e universalizado, com o próprio espírito humano”*.

Em seguida, o dr. Adauto da Câmara, 1º secretário do Aeroclube, procedeu à leitura da ata relativa à sua inauguração, a qual foi assinada pelo presidente Lamartine, secretários de Estado, representante do ministro da Viação, representantes de quase todos os Estados do país, representantes dos Aeroclubes do Rio de Janeiro e São Paulo (recém-fundados), e autoridades federais, estaduais, eclesiásticas, etc.

Depois, compacta massa popular postada nas imediações do clube aguardou a vinda dos aviões, decolados às 16:30 horas do Campo de Parnamirim.

Surgiram, logo, no horizonte, dois aviões: o “Blue Bird” do Aeroclube, pilotado pelo seu diretor-técnico Djalma Petit, trazendo a bordo Fernando Pedrosa, e uma aeronave da C. G. A., pilotada por Depecker, conduzindo J. Piron e dois mecânicos da empresa.

Ambos os aviões executaram algumas acrobacias perante a grande massa popular e pousaram, em seguida.

Foi então realizada a cerimônia de batismo do avião do Aeroclube, dando-se-lhe o nome de NATAL. Foram madrinhas as senhoras Juvenal Lamartine e Fernando Pedrosa.

De volta à sede do clube, por ocasião do champanhe, o presidente Lamartine saudou a C. G. A., na pessoa de J. Piron, agradecendo o seu concurso *“para o brilho das festas e para o progresso do Estado e do Brasil”*.

O representante da C. G. A. - Compagnie Générale Aeropostale - agradeceu, salientando a importância da inauguração do Aeroclube. Às 21:00 horas foi iniciado o baile, encontrando-se a sede profusamente decorada, terminando as danças às 03:00 horas de domingo.

O traje foi a rigor: casaca, smoking ou branco. Na inauguração, à tarde, tocou a banda de música da Polícia Militar. O comércio natalense fechou às 15:00 horas para que todos pudessem assistir às festividades da inauguração, correndo “bondes extras” na linha do Tirol, entre o Natal Clube (no centro da cidade) e o Aeroclube.

Durante a tarde, Juvenal Lamartine teve a oportunidade de realizar um vôo sobre a cidade no “Natal”, pilotado por Djalma Petit, ocasião em que foram feitas diversas acrobacias.

A CHEGADA DOS AVIADORES PERUANOS

Às 14:20 horas de 8 de janeiro de 1929, chegaram a Natal os aviadores peruanos Carlos Martinez de Pinillos (piloto) e Carlos Zegarra (observador), que estavam realizando um reide entre as Américas (de Lima a New York), voando num avião “Belanca”, com motor de 200 HP.

Em seguida ao pouso em Parnamirim, dirigiram-se em automóvel com destino à sede do Aeroclube onde foram recebidos pela respectiva Diretoria e inúmeras pessoas presentes, sendo saudados por Cristóvão Dantas. Em resposta, falou o aviador Carlos Pinillos.

À noite de 11, o prefeito da capital, engenheiro Omar O’Grady, ofereceu um baile em homenagem aos visitantes, no Aeroclube, com traje a rigor.

Na tarde de sábado, dia 12, o Aeroclube prestou nova recepção aos peruanos. Às 17:00 horas, já se aglomerava nas cercanias do Aeroclube, considerável massa popular aguardando as evoluções dos aviões da C. G. A. e do Aeroclube.

Aqueles não tardaram a aparecer no horizonte. À sua aproximação, decolou o “Natal”, pilotado por Djalma Petit, levando a bordo o peruano Carlos de Pinillos. Realizadas as acrobacias, regressaram as aeronaves da C. G. A. ao Campo de Parnamirim, enquanto o “Natal” pousava no campo do Aeroclube.

Na sede do clube, fez uso da palavra Cristóvão Dantas, saudando

os visitantes. O presidente Lamartine logo após, em ligeiro discurso, entregou aos aviadores peruanos os diplomas de sócios honorários. Agradeceu Carlos Zegarra, bastante comovido.

Na sua passagem por Natal, eles depositaram um ramalhete de flores naturais no monumento de Augusto Severo.

O dr. Alberto Roselli, representante da C. G. A., agradeceu em idioma espanhol, a homenagem que os ases peruanos prestaram a Severo, falando em nome do Aeroclube do Rio Grande do Norte e da própria C. G. A.

Os ilustres visitantes ficaram hospedados no Palace Hotel.

Às 07:55 horas do dia 15, decolaram de Parnamirim com rumo de São Luiz do Maranhão, em prosseguimento ao grandioso reide que vinham efetuando.

Em nome do Aeroclube, foram levar-lhes as despedidas, Fernando Pedrosa e Djalma Petit (vice-presidente e diretor-técnico, respectivamente), os quais a bordo do “Natal” escoltaram o “Peru” até certa altura, *“trocando-se nos ares, com acenos de lenços, as últimas despedidas do povo potiguar”*, segundo noticiou “A República”.

Carlos Zegarra e Carlos Martinez de Pinillos foram, portanto, os primeiros sócios honorários do Aeroclube.

UMA MARCA DE PRESTÍGIO

Na edição de 18 de janeiro de 1929 de “A República”, um industrial aproveitando o prestígio que o Aeroclube ia desfrutando, embora fosse uma agremiação com menos de um ano de atividade, publicou o seguinte anúncio, transcrito por conta da curiosidade na presente pesquisa:

“Aguardem - Aeroclube - A nova marca de cigarros que irá conquistar a preferência dos fumantes de bom gosto, em vista da sua superioridade sobre os similares”.

VISITA DO SENADOR EURICO VALLE

A 18 de janeiro de 1929, chegou a Natal, passageiro do navio “Almirante Jaceguai”, o senador Eurico Valle, presidente eleito do Estado do Pará. Acompanhado de outros legisladores, deputados Domingos

Barbosa e Clodomir Cardoso (Maranhão), Dorval Porto (Amazonas) e Aarão Reis (Pará), estiveram em visita ao Aeroclube, sendo recebidos pela Diretoria.

O presidente Lamartine ofereceu aos visitantes um lanche no clube, enquanto que o Cmt. Petit executou algumas acrobacias que “despertaram a admiração dos presentes”.

No livro de visitas, o presidente eleito deixou a seguinte impressão: *“Acabamos de visitar o Aeroclube que é uma das mais belas provas do espírito de iniciativa e realização do presidente Juvenal Lamartine, sob cujo governo o Rio Grande do Norte, atravessando uma das mais fecundas etapas de sua vida, se encaminha gloriosamente para a grandeza de seu destino, como atalaia do Brasil, ao extremo do nosso litoral. as) Eurico Valle”.*

Tanto na chegada como na partida do “Almirante Jaceguai”, o Cmt. Petit evoluiu com o “Natal” sobre o navio.

OS PRIMEIROS VÔOS POPULARES

A 20 de janeiro de 1929, foi noticiado que a Diretoria do Aeroclube *“decidiu que todos os sócios desejosos de efetuarem vôos sobre a nossa Capital, fossem facilitados os meios necessários”.*

Ficou encarregado do relacionamento dos candidatos aos vôos populares, o 2º secretário do clube, Aníbal Calmon Costa. Os vôos passaram a ser efetivados somente aos domingos, com início às 07:00 horas e à tarde, às 16:00 horas.

Os vôos foram também autorizados para as senhoras e irmãs solteiras dos sócios da agremiação.

Sendo o Cmt. Petit o piloto do avião, tomaram parte nesse primeiros passeios aéreos: Zuleide Barbalho, Leonísia Queiroz, Jorge O’Grady de Paiva (seminarista), Anfilóquio Câmara, Epitácio Lyra, Nelson Faria, Solon Aranha, Nancy Gordon, Guiomar Medeiros e as jovens norte-americanas Kol e Noore. Os passageiros voaram um de cada vez.

PRIMEIRA VIAGEM DO “NATAL”

Às 06:00 horas de 22 de janeiro de 1929, o presidente Juvenal

Lamartine viajou para a cidade de Mossoró, no avião “Natal”, pilotado por Djalma Petit. O deslocamento da aeronave do Aeroclube foi acompanhado pelo avião “Laté 25”, da C. G. A., sob o comando de Chenu.

UM ELOGIO MERECEDOR PARA O AEROCLUBE

O jornal “O País”, editado no Rio de Janeiro, publicou um longo editorial (transcrito na “A República”, de 26 de janeiro de 1929), de autoria do comendador Jaime Abreu, o qual acabara de percorrer todo o Nordeste e Norte do Brasil, em serviço de propaganda e organização dos mostruários brasileiros para a Exposição de Sevilha, na Espanha.

Em certo trecho, frisou o articulista:

“Sob o estímulo valioso do presidente Juvenal Lamartine, criou-se em Natal um Aeroclube, cuja sede, magnífica, tivemos oportunidade de visitar no ponto terminal da linha do Tirol.

Dispondo de salões vários e confortáveis, com campos de tênis, piscina para natação, etc., será o centro da vida social natalense.

O Aeroclube do Rio Grande do Norte já possui dois aviões e tem oito campos de pouso; um na capital, ao lado de sua sede, e os outros nos municípios de Acari, Caicó, Serra Negra, Pau dos Ferros, Mossoró e Angicos”.

O PRIMEIRO CARNAVAL NO AEROCLUBE

Para organizar os festejos do primeiro carnaval do Aeroclube, foi formada a seguinte comissão: Décio Fonseca, Omar O’Grady, Anfilóquio Câmara e Aníbal Calmon Costa. O projeto de decoração dos salões foi executado por Erasmo Xavier, Adriel Lopes e Mauro Santos, “competentes decoradores”, como se referiu a imprensa.

Vejam algumas decisões tomadas pela Diretoria do Aeroclube com relação ao primeiro carnaval:

- a) No sábado de carnaval haverá um baile à fantasia que terá

início às 22:00 horas. Os cavalheiros que não comparecerem fantasiados deverão trajar casaca, smoking ou branco;

b) Nos dias subsequentes, os salões do clube estarão abertos aos sócios, começando as danças às 22:00 horas;

c) Será cobrado adiantadamente o mês de fevereiro, só tendo ingresso os sócios que exibirem o respectivo recibo;

d) O bar do clube será arrendado no período de carnaval: 9 a 12 de fevereiro de 1929;

e) Nas noites de carnaval, o Aeroclube disporá de energia própria, com a instalação de um gerador;

f) Serão realizados melhoramentos e adaptações necessárias na sede do clube, pois as danças serão realizadas no salão de honra e no terraço;

g) Será criado o “Livro de Ouro”, no qual assinarão os sócios que desejarem contribuir para cobrir parte das grandes despesas que o clube teve de realizar para o máximo brilho dos quatro bailes de carnaval, já tendo contribuído para isto os membros da Diretoria;

h) No domingo haverá uma matinê infantil à fantasia, das 14:00 horas às 17:00 horas;

i) Para as danças tocará um “jazz-band”;

j) Ao lado do clube haverá um local protegido contra as chuvas, destinado aos automóveis dos sócios;

k) O cobrador do clube atenderá na bilheteria do cinema “Politeama”.

O PRIMEIRO BILHAR DO CLUBE

Em fevereiro de 1929, o Aeroclube adquiriu do Sr. Joaquim de Lima, viajante da Companhia Brunswick do Brasil S/A, uma mesa de bilhar tipo “Sport”, com todos os acessórios. Foi estipulado em mil réis a utilização do bilhar, por cada hora. Causou sucesso a aquisição dessa mesa.

O PRIMEIRO POUSO DE EMERGÊNCIA DO “NATAL”

A 5 de fevereiro de 1929, viajou à cidade de Angicos, e em visita

ao campo Ararinha, o capitalista Enrique de Benedetti, um dos financiadores do reide Buenos Aires - Sevilha, o qual foi cumprido no mês de março do mesmo ano.

O referido cidadão foi passageiro do “Natal”, pilotado por Djalma Petit. A viagem de ida foi de um hora e vinte minutos, não tendo ocorrido qualquer anormalidade.

No regresso, devido ao mau tempo e chuvas pesadas, Petit foi obrigado a fazer um pouso de emergência num terreno de declive, com obstáculos e de pequenas dimensões, na fazenda do sr. Júlio Teixeira de Vasconcelos, não conseguindo para o avião, o mesmo penetrou num bosque de juremas, rasgando a tela em diversos pontos das asas.

Os dois viajantes pernотaram na Fazenda Primavera, de Miguel Teixeira que, no dia seguinte determinou ao filho, o acadêmico Paulo Teixeira, para que os conduzisse em automóvel até Natal.

Devido aos danos causados e às pequenas dimensões do terreno, não houve qualquer possibilidade do avião decolar, sendo transportado posteriormente por caminhão para Natal.

A PRIMEIRA ATA TRANSCRITA NA IMPRENSA

No dia 16 de fevereiro de 1929, esteve reunida a Diretoria do Aeroclube com as presenças de Juvenal Lamartine, Fernando Pedrosa, Décio Fonseca, Adauto da Câmara, Aníbal Costa, Cristóvão Dantas, Francisco Ivo, Ulisses Medeiros e Cmt. Djalma Petit.

Vejamos alguns assuntos tratados:

a) O dr. Ricardo Barreto, clínico em Natal e sócio do Aeroclube, consultou à Diretoria acerca da possibilidade de contratar viagens ao interior, a serviço de sua profissão; a Diretoria-Técnica ficou encarregada de decidir o pedido;

b) O presidente Lamartine elogiou os sócios Fernando Pedrosa e João Galvão Filho, por terem oferecido ao clube um piano no valor de 8:000\$000 e uma vitrola no valor de 1:200\$000. E ainda, ao sócio Vicente Fernandes por ter feito um donativo de 1:000\$000, grande quantia à época;

c) Foi marcada para o dia 17 a inauguração das quadras de tênis;

d) Ficou deliberado a adoção da carteira de identificação de sócio,

sendo autorizado ao tesoureiro a imediata confecção de quinhentas unidades

REGISTRO HONROSO NO “LIVRO DE VISITAS”

A sra. I. Desbrière Irwin, presidenta da União de Aviadoras da Legião Americana Auxiliar dos Estados Unidos, quando de sua passagem por Natal, deixou escrita a sua impressão no “Livro de Visitas”, nos seguintes termos:

“Saudando a progressista cidade de Natal, que será o maior aeroporto da América do Sul, dou parabéns aos sócios que fundaram este Aeroclube. Vedes longe. Sois cheios de um verdadeiro ânimo. Em tempo vossa simpatia pela aviação valerá muito para a aviação mundial.

Trago saudações e felicitações dos aviadores de guerra dos Estados Unidos, para vós e especialmente para vosso simpático presidente. Agradeço o privilégio de fazer esta noite o coquetel. as) Desbrière Irwin”.

SÁBADO DE ALELUIA

Pela primeira vez foi festejado o “sábado de Aleluia”, o que ocorreu em 9 de março de 1929. A comissão organizadora dessa festa foi assim constituída: Floriano Peixoto (diretor do mês), Nelson Faria, Alcides Raupp, Luiz Veiga Filho e Mauro Santos.

TELEFONE

Nessa mesma época foi instalado o primeiro telefone na sede do clube, atendendo pelo terminal 204.

ARRENDAMENTO DO BAR

As primeiras propostas para o arrendamento do bar, através de

contrato, foram apresentadas pelas seguintes pessoas: João Pereira Belo (800\$000), Luiz Maranhão (500\$000) e Hugo de Castro (450\$000), sendo valores mensais. Foi aprovada a proposta do primeiro, em reunião de Diretoria de 14 de março de 1929, com validade para um ano.

A PRIMEIRA COMISSÃO DE OBRAS

A 9 de março de 1929, a Diretoria nomeou uma comissão para projetar e orçar as obras necessárias na sede e campos de pouso e jogos desportivos, formada pelos engenheiros Décio Fonseca e Omar O'Grady. (Continua na próxima revista).

O MAESTRO SMIDO

Nestor Lima*

(Sócio benemérito e pres. perpétuo do IHG/RN)

Finava-se, a 15 de agosto de 1943, em Santa Tereza, no Rio, o maestro Luigi Maria Smido, italiano de origem e brasileiro naturalizado, que entre nós conviveu vários anos espalhando os dons da sua grande arte e seus inigualáveis conhecimentos musicais.

Era um fim melancólico de uma existência cheia de peripécias e vicissitudes, mas, também, muito rico de benefícios e de munificências, em vários sentidos.

Morou nesta cidade, por duas vezes, da primeira, entre 1902 e 1905, e da segunda entre 1921 e 1923, foi regente e ensaiador da Banda de Música do Batalhão de Segurança e diretor da Orquestra do Teatro “Carlos Gomes”, por ele fundada e organizada em vésperas da sua inauguração, a 24 de março de 1904.

Pouco ou nada se sabia da sua vida pregressa, italiano de boa estirpe, ou bem nascido, não se conheciam as suas pegadas por outros lugares ou países. Veio ter ao Brasil, ao Pará, e de lá veio para cá, em 1902, no primeiro governo do dr. Alberto Maranhão, que, patrono das artes e das letras, acumulou-o de vantagens e de afazeres.

Na estréia do Teatro “Carlos Gomes”, ao deixar o governo, lá estava a grande orquestra, sob a batuta do maestro Smido, executando grandes números do seu repertório. Lembro-me da valsa “Noite Serena”, que eu ouvia ensaiar todas as noites, naquele salão por cima da casa comercial do meu compadre Felinto Manso, onde hoje está D. C. Medeiros.

Foi um sucesso. Valeu a pena a longa série de sacrifícios para a organização daquele núcleo de amadores da boa arte.

Saiu, depois, daqui, foi para o Rio, Minas e outros. Voltou, anos depois, já velho e desiludido, pretendendo encerrar aqui os seus dias.

Era o governo do dr. Antônio de Souza (1920-1923). Foi bem

recebido, deu-lhe mão forte o comandante Joaquim Anselmo, seu grande admirador.

Tomou conta de novo da banda musical da Polícia. Era um primor.

Executava retretas esplêndidas, audições memoráveis, nas praças públicas, no Teatro, em todas as solenidades. Valia a pena ouvir-lhe essas exhibições.

Compôs dois grandes hinos locais: o de Frei Miguelinho, em 1906, letra do dr. Henrique Castriciano, para as grandes festas cívicas daquele ano, e o do centenário da Independência, com letra minha, em 1922, para as festividades soleníssimas do 1º Centenário do Grito do Ipiranga.

Ele me havia pedido uma letra para um hino triunfal; escusei-me, insistiu, através do professor Tomas Babini, meu companheiro na Escola Normal. Afinal, acedi, arranjei uma letra em versos de doze sílabas, que ele não aceitou. Preferia os heptassílabos, correntes e entusiásticos.

Consegui organizar a letra. Mandeí-lhe certa manhã, às 8 horas. Quando voltei à Escola, depois de 10 horas, Babini me avisava: o hino já está pronto e eu já o ouvi. É magnífico. No outro dia, fomos ambos a Palácio. O governador Souza, muito interessado nas festas do Centenário, devia ouvir e julgar. Smido ao piano escutou a composição. Aprovado com aplausos de uns e de outros. Foi ensaiado, cantado a quatro vozes a 7 de setembro de 1922. Foi um delírio na multidão que enchia a praça votiva.

Outras muitas composições deixou ele aqui. O Hino do Centenário do Ensino Primário, em 1927, a série de canções escolares sobre borboletas, aves, ares, flores, águas, céus e terra do Brasil, para os meninos dos grupos escolares do Estado. Todas foram impressas e andam por aí, já no olvido. Orquestrou também o Hino do Rio Grande do Norte, composto sobre a música de Nicolino Milano, em 1911. Também é cantado em algumas escolas. E afinal, instrumentou magistralmente toda a Fantasia Lírida “Floral”, original do seu compatriota e amigo, Tomaz Babini, aqui exibida e encenada em 1918 e 1919.

Professou a sua arte na Escola Doméstica. Teve muitos alunos particulares. Espalhava a mancheias os grandes dotes de sua arte, que ele amava apaixonadamente.

Mas, tinha um mistério na vida, que ele nunca deixou revelar. Levou-o para o túmulo. Depois da morte, a sua fiel companheira

conseguiu algo desse mistério. Era tarde demais para identificá-lo. Ele era um nobre italiano, que um grande amor infeliz transmutara em cavalheiro errante.

**(Nestor Lima, historiador, advogado, presidente perpétuo do IHG/RN, de 1927 a 1959. Nasceu em Açú/RN, a 1º de agosto de 1887 e faleceu em 26 de fevereiro de 1959).*

(Trabalho escrito em 11 de abril de 1949).

A PLACA DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS

Auto da colocação da placa comemorativa da passagem do 1º Centenário da Independência do Brasil, na Fortaleza dos Reis Magos.

Aos quatro dias de setembro de mil novecentos e vinte e dois, às 12 horas, no vasto saguão de entrada da Fortaleza dos Reis Magos, situada sobre o recife da barra desta cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, da República dos Estados Unidos do Brasil, achando-se presente o Capitão Apollonio Augusto Seabra de Mello, representante do Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio José de Mello e Souza, Governador do Estado, a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pelos seus membros, Cônego Estevam José Dantas, 1º Secretário, drs. Nestor dos Santos Lima, 2º Secretário, Manoel Dantas, Orador, e Desembargador Hemeterio Fernandes Raposo de Mello, Tesoureiro, e os sócios Desembargador Philipe Nery de Brito Guerra e Antonio Soares de Araújo, o Capitão de Corveta Appio Torquato Fernandes do Couto, Capitão do Porto, drs. Ezequiel Pegado Cortez e Odilon de Amorim Garcia Filho, Presidente e membros da Comissão Executiva do “Dia da Colonização”, segundo o programa geral da Semana da Pátria, o Engenheiro José Gonçalves de Carvalho Netto, funcionário da Comissão Fiscal do Porto, o Tenente José Pinto da Silva, Padrão-Mor, Lauro Botelho Fagundes, Presidente da Colônia de Pescadores “José Bonifácio”, as guarnições das yoles do “Centro Náutico Potengy” e do “Sport Clube do Natal” e dos botes da mencionada Colônia de Pescadores, algumas excelentíssimas famílias, cavalheiros de distinção e pessoas do povo, acompanhados pela Banda de Música do 29º Batalhão de Caçadores, todos os quais haviam partido, às 11 horas, do Cais Tavares de Lyra, em uma garbosa flotilha de embarcações a gasolina, a vapor e à vela, devidamente embandeiradas em festa, e capitaneadas pela lancha “Decio Fonseca”, em direção à Fortaleza dos Reis Magos, ali realizou-se a

colocação e a inauguração solene da placa de metal amarelo, confeccionada por E. Franzoni, do Recife, com setenta centímetros de comprimento por 40 de largura, com os seguintes dizeres:

“OS CIDADÃOS DE NATAL, NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA PÁTRIA, VIERAM EM ROMARIA A ESTE VELHO BALUARTE DE LUCTAS GLORIOSAS RENDER HOMENAGEM AOS ANTEPASSADOS COLONIZADORES E BATALHADORES, QUE CONTRIBUÍRAM PARA A FORMAÇÃO DO GRANDE BRASIL. 7 DE SETEMBRO DE 1922”.

E, uma vez fixada dita placa em lugar próprio no paredão sul da Fortaleza, exatamente na linha média do frontão exterior, onde se viam as armas da República, formando todos os presentes vários semicírculos em torno do lugar sobre o qual a placa fora colocada, o senhor representante do Governador do Estado declarou, em nome do S. Excelência, inaugurada a placa comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, mandada confeccionar pelo Governo do Estado, conforme o programa das solenidades oficiais pelo mesmo Governo promovidas pelo Instituto Histórico, por intermédio das comissões executivas, como solenidade inicial do programa, em homenagem aos colonizadores portugueses, que levantaram naquele mesmo lugar a Fortaleza dos Reis Magos, iniciada a 6 de janeiro de 1598, como primeiro marco da conquista lusitana, de que, precisamente havia um século, o Brasil se libertara, ouvindo-se nesta ocasião o Hino Nacional, pela Banda de Música do 29º de Caçadores e estrepitosos “vivas” à Pátria e ao Rio Grande do Norte, sendo queimada, nas muralhas superiores da Fortaleza uma salva de 21 tiros. Em seguida, toda a comitiva, devidamente autorizada pelo Senhor Capitão do Porto, percorreu em visita o velho forte dos Reis Magos, especialmente aqueles compartimentos, onde os nossos antepassados sofreram o martírio pela liberdade civil e batalharam em defesa da integridade da grande pátria comum, depois do que, voltando às embarcações, que a havia conduzido, retornava a dita comitiva, à cidade, em bela excursão pelo rio Potengy acima, a bordo da flotilha engalanada, tendo sido apanhadas várias fotografias pelo Senhor João

Galvão. Do que para constar, lavrou-se este auto, que vai assinado pelas autoridades, membros do Instituto e mais presentes. Eu, Nestor dos Santos Lima, 2º Secretário, o escrevi.

(Assinados): Capm. Apollonio Augusto Seabra de Mello. Cônego Estevam José Dantas. Nestor dos Santos Lima. Manoel Dantas. Hemeterio Fernandes R. de Mello. Phelipe Nery de Brito Guerra. Antonio Soares de Araujo. Appio Torquato Fernandes do Couto.

OBS: A placa foi roubada e a presidência do IHG/RN mandou confeccionar outra, de mármore, com os mesmos dizeres, por proposta, aprovada, do sócio efetivo Hélio Dantas.

Leia-se, a respeito, o comentário seguinte, escrito em 8 de julho de 1946, ainda pelo saudoso historiador e presidente perpétuo, Nestor Lima (1887-1959).

VANDALISMO

Nestor Lima
(Sócio benemérito)

Em 1922, foi instituída e realizada, pela primeira vez, no Brasil, a “Semana da Pátria”, para celebrar a passagem do primeiro centenário da Independência Nacional, em nossa terra.

De 3 a 10 de setembro daquele ano, a cidade assistiu as cerimônias memoráveis, que culminaram na inauguração do belo monumento evocativo que ornamenta nossa praça “Sete de Setembro”, inaugurado solenemente às quatro da tarde histórica em que se levantou o grito imortal do Ipiranga.

Uma das marcas principais daquela semana de civismo, foi o dia dos “colonizadores”, recordado a 3 de setembro, quando toda a gente, tendo à frente o Governo do Estado e o Instituto Histórico, compareceu em vistosa flotilha, à Fortaleza dos Reis Magos, à entrada da barra, e ali, em meio de forte vibração, foi comemorada a vinda dos luso-brasileiros que, por ordem d’El Rei, tomavam posse e conquistavam a capitania que fora donatária de João de Barros e Aires da Cunha.

Ali, no velho forte, ficou um sinal indelével daquela festividade, onde se lia esta inscrição:

“Os cidadãos de Natal, no Primeiro Centenário da Independência da Pátria, vieram, em romaria, a este velho bastião de lutas gloriosas render homenagem aos antepassados batalhadores e colonizadores que contribuíram para a formação do grande Brasil. 7 de setembro de 1922”.

A placa, então posta e inaugurada, era provisória, porque não chegara a tempo a que fora encomendada à fundição de Recife e confeccionada em metal amarelo. Chegou depois, quando já se afastara da presidência o saudoso presidente Pedro Soares, e foi entregue ao autor destas linhas, como responsável pelos destinos do Instituto, desde 1927.

Passou-se o tempo. Em 1933, o Instituto Histórico, em acordo com a sua tradição, celebrou a passagem do 3º centenário da invasão holandesa no Rio Grande do Norte, e aproveitou a oportunidade para colocar, na Fortaleza, aquela placa definitiva, que ainda se achava sob a guarda do Instituto.

A 13 de dezembro desse ano, nova romaria foi organizada e dirigida ao velho baluarte, onde foi aposta a placa definitiva, em meio de grande regozijo e vibração cívica.

Veio a guerra, em 1939.

Os metais começaram a ser procurados e vendidos a troco de míseros níqueis.

Pois bem, um vândalo, talvez renascido das brumas da história, foi à Fortaleza e de lá arrancou a placa de metal amarelo, para vendê-la, como metal usado, a preço de quilo.

Não terá sido mesmo um ato de verdadeiro vandalismo?

Quero crer que sim, porque nem a placa estava fazendo mal a ninguém, não era uma mina que suscitasse cobiça, nem o seu produto chegaria sequer para matar a fome ao autor dessa ação estranha e condenável.

Parece que a determinante de tão feio ato foi a volúpia da maldade, que se compraz em destruir o que os outros fazem, só pelo prazer de destruir, para depois, sorrir. O velho riso satânico dos inconscientes.

(Escrito em 08 de julho de 1946).

UM DOCUMENTO HISTÓRICO

(Beatificação dos Mártires)

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO que o Exm^o. e Revm^o. Dom Alair Vilar Fernandes de Melo, em pronunciamento de 15 de maio de 1988, quando de sua posse como Arcebispo Metropolitano de Natal, em sucessão ao Exm^o. e Revm^o. Sr. Arcebispo Emérito Dom Nivaldo Monte, reconheceu a importância de promover-se pesquisa minuciosa sobre o morticínio de 16 de julho de 1645, na Capela de Nossa Senhora das Candeias do Engenho de Cunhaú e de suas vítimas, entre as quais o Padre André de Soveral, bem como acerca do massacre de 3 de outubro do mesmo ano, e, Uruaçu, e suas vítimas, destacando-se o Padre Ambrósio Francisco Ferro, tendo em vista a possibilidade de proposição da causa de sua Beatificação;

CONSIDERANDO que, no pronunciamento em causa, o Exmo^o. Revm^o. sr. Arcebispo Metropolitano, também sócio efetivo da tradicional instituição desde 9 de abril de 1959, achou imprescindível convocar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte para proceder a estudos sobre esses massacres e as pessoas neles sacrificadas;

CONSIDERANDO a estreita relação existente entre os dois mencionados acontecimentos históricos;

CONSIDERANDO a singular relevância histórica, para o Rio Grande do Norte e o Brasil, da veneranda Casa de Cunhaú, legítima expressão da fidalguia rural nordestina;

CONSIDERANDO que os sócios deste Instituto Paulo Fernando

de Albuquerque Maranhão e Luiz Emyddio de Mello Filho são descendentes diretos de todos os senhores hereditários da Casa de Cunhaú, que deixaram posteridade no Brasil;

CONSIDERANDO a importância da atuação dos aludidos sócios para a restauração e proteção da mencionada Capela, relíquia preciosa do passado norte-rio-grandense;

CONSIDERANDO, ainda e afinal, as reconhecidas qualidades dos pesquisadores e historiadores que integram a vetusta entidade,

RESOLVE:

Constituir comissão, com a finalidade de realizar estudos sobre os morticínios de Cunhaú e de Uruaçu e suas respectivas vítimas, composta pelo próprio presidente da Casa da Memória Norte-rio-grandense e dos seguintes sócios:

1. PAULO FERNANDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO;
2. LUIZ EMYDGIO DE MELLO FILHO;
3. OLAVO DE MEDEIROS FILHO;
4. MARCOS MARANHÃO;
5. ITAMAR DE SOUZA.

Cidade do Natal, em 30 de julho de 1988.

Enélio Lima Petrovich

Presidente.

ALVARÁ DE 18 DE MARÇO DE 1818

Eu EL REY faço saber aos que este Alvará virem. Que tomando em consideração os graves prejuízos que ao Meu Real Serviço, ao interesse e segurança Pública, e à boa Administração da Justiça necessariamente resultao de se achar a Capitania do Rio Grande do Norte annexa à Comarca da Paraíba: Por não ser praticável que hum só Ministro, a quem he summamente custoso corrigir bem a Comarca da Paraíba pela sua grande extensão, tenha justamente a seu cargo aquella Capitania, que abrange hum vasto e dilatado Territorio, e possa fazer nella, nos competentes tempos e forma devida, as Correições, tão necessárias para se manter pela influencia saudavel da Authoridade e abrigo das Leis a segura fruição dos direitos pessoases e reaes dos Povos: E querendo dar as providencias proprias para que possão os Habitantes da mesma Capitania gozar dos vantajosos proveitos de huma Policia e exacta administração da Justiça, evitando-se as desordens e perigosas consequencias da impunidade dos crimes, tão frequentes em lugares administrados por Juizes Leigos, quando não são advertidos nas annuaes Correições; Hei por bem Determinar o seguinte:

I - A Capitania do Rio Grande do Norte ficará desmembrada da Comarca da Paraíba, e formará huma Comarca separada, que Sou Servido Crear com a denominação da Comarca do Rio Grande do Norte, tendo por Cabeça a Cidade do Natal, e os limites que se achão assignados para a mesma Capitania.

II - O Ouvidor que Eu Houver por bem Nomear terá a mesma Jurisdicção que o da Comarca da Paraíba; e observará o mesmo Regimento no seu Districto, guardando todas as mais Leis, Ordens e Regimentos que são dados aos Ouvidores deste Reino do Brazil.

III - Vencerá o mesmo Ordenado, propinas e emolumentos, que vence o Ouvidor da Paraíba; e na sua Comarca lhe pertencerão os Cargos e Jurisdições, que lhe costumão ser annexos na fôrma das Minhas Reaes Ordens.

IV - Para satisfazer plenamente as suas obrigações: Sou Servido Crear para esta Ouvidoria os Ifficios de Escrivão e Meirinho; e as Pessoas que forem nelles providas, os servirão na fôrma das Leis e Regimentos, que a este fim se achão estabelecidos, e vencerão os Salarios, caminhos e raza que percebem os da Comarca da Paraíba.

E este se cumprirá como nelle se contém; Pelo que Mando à Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Casa da Supplicação; Governadores e Capitães Generaes; Governadores; Ministros e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento deste Alvará, o cumprão e guardem, não obstante qualquer decisão em contrario, que Hei por derogada para este effeito somente; E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, o que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Lei em contrario. Dado no Palacio da Real Fazenda de Santa Cruz em dezoito de Março de mil oitocentos e dezoito.

R E Y

Thomaz Antonio de Villanova Portugal

Alvará; pelo qual Vossa Majestade ha por bem crear a noca Comarca do Rio Grande do Norte, desanexando-a da Comarca da Paraíba; tudo na forma acima declarada.

Para Vossa Majestade ver.

Registrado nesta Secretaria de Estado dos Negócios do Reino no Liv. 2º de Leis, Alvarás e Cartas Regias a fol. 165 vers. Rio de Janeiro em trinta de março de mil oitocentos e dezoito.

Joaquim Antonio Lopes da Costa

João Carneiro de Campos o fez.

PRESENÇA OBRIGATÓRIA DE DARIO JORDÃO DE ANDRADE

Umberto Peregrino
(*Sócio correspondente*)

Era funcionário da casa e era quem atendia os consulentes.

Com que amigável interesse nos recebia e também assistia! Podia-se contar com a presença infalível de Dario no horário de funcionamento da Biblioteca do Instituto Histórico.

Mas, além de cordial era ele francamente valioso no auxílio que solicitássemos. Cobria a nossa inexperiência de estudiosos principiantes com a sua pronta e benevolente ajuda de perfeito conhecedor do acervo bibliográfico da casa. Mas, além disso, sabia ser simpático, estabelecendo franca camaradagem com os estudantes que tateavam informações de estudo ou eram atraídos pelo acervo histórico, que era rico.

Aqui está um, como já adiantei, que se iniciou no velho Machado de Assis através da coleção de obras completas ali encontrada.

E, em tudo, tínhamos a nosso favor, a obsequiosidade e a competência do funcionário Dario Jordão de Andrade.

Que o nosso Instituto Histórico do Rio Grande do Norte possa homenageá-lo como tanto merece.

Dario Jordão de Andrade foi precioso valor físico, humano e intelectual naquele obscuro despontar do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A ADMINISTRAÇÃO OMAR O'GRADY (1924-1930) E A MODERNIZAÇÃO URBANA DE NATAL

George Alexandre Ferreira Dantas*
(*Colaborador*)

Os recentes estudos sobre a história urbana e urbanística de Natal têm procurado desvelar os seus processos de construção e constituição do espaço urbano, os seus agentes transformadores, os planos, o ideário de modernização, os avanços técnicos, enfim, a influência de todos estes fatores na conformação do seu território, do seu “espaço real vivido”¹.

Dentro desta perspectiva, os anos compreendidos entre a Proclamação da República - que, no Rio Grande do Norte, marcou o início da ascensão da oligarquia Albuquerque e Maranhão, liderado por Pedro Velho - e o final da década de 1930 podem ser analisados à luz do processo de “desconstrução da Natal colonial”; ou seja, o período que assistiu a passagem da cidade oitocentista para uma outra, moderna, capitalista.

Obviamente, o século XIX não abarcava mais o período colonial brasileiro; contudo, é nele que estão impressas as marcas dos séculos anteriores, da época da dominação portuguesa. Se em cidades como o Rio de Janeiro este processo de transformações se iniciou no primeiro quartel do *oitocentos* (com a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, e a Missão Artística Francesa, em 1816), em Natal, São Paulo e Santos, por exemplo, o que chamamos “desconstrução da cidade colonial” ocorreria de forma decisiva a partir dos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX: as reformas nos centros urbanos, nos portos, a abertura de avenidas, a expansão horizontal e o início da vertical, entre outros fatores, concorreram para a estruturação de uma nova “imagem da cidade”, suplantando aquela herdada do período colonial.

Um dos momentos mais importantes deste processo, para compreender a atual cidade do Natal, foi empreendido na década de 1920, no período delimitado pela administração do engenheiro Omar ‘O Grady (junho de 1924 a outubro de 1930)². Tão repleto de significações e complexidades que Câmara Cascudo, em seu livro “História da Cidade

do Natal”, pôde afirmar que O’Grady havia tirado Natal de sua letargia setecentista e a “pousado”, finalmente, no século XX. A afirmativa, forte e emblemática, referia-se a uma das quatro grandes obras realizadas no primeiro período da administração O’Grady (1924-1928): o calçamento da Av. Junqueira Ayres, a ladeira íngreme e único acesso então entre os dois bairros originários da cidade.

“O antigo aterro colonial foi lentamente sendo substituído por pedras soltas, empedrado, trilha, calçada, paralelepípedo. Várias vezes o aclave foi rebaixado. A história termina quando o prefeito Omar O’Grady venceu o barro, tirou as pedras e vestiu a ladeira com o calçamento que resiste a tempo, água e esquecimento”.³

A obra começou a pôr fim no distanciamento e isolamento entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira, característicos da conformação colonial da cidade, que tanto tempo perdurou. “A possibilidade de comunicação imediata, fácil, barata, aproximou os dois núcleos de população”. Punha-se fim aos gritos de guerra. “Xarias e Canguleiros morreram. Ficou o Natalense...”⁴.

As outras três grandes obras que marcaram este período foram: a reforma do Cais Tavares de Lyra, o calçamento e aformoseamento da Praça Augusto Severo e da Avenida Atlântica (atual Getúlio Vargas), inseridas em um modelo de modernização que tinha nas obras de pavimentação o signo palpável de progresso⁵. Este sentido de progresso, que tentava materializar os anseios despertados pela vaga modernista que atingira Natal e pelas possibilidades de crescimento criadas com o advento da aviação comercial, encontrou respaldo na figura do engenheiro e administrador O’Grady.⁶

Filho do canadense, de ascendência irlandesa, Alexander James O’Grady e da potiguar Estefânia Alzira Moreira O’Grady, o prefeito Omar O’Grady nasceu em Natal, a 18 de fevereiro de 1894. Após fazer o primário e terminar os seus preparatórios no Atheneu Norte-riograndense, embarcou para Chigaco, EUA, no início da década de 1910, para cursar Engenharia pelo Illinois Institute of Technology. Formou-se em 1917 e, apenas em 1920, retornou ao Brasil para trabalhar na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, IFOCS. Em 1923, foi contratado pela firma inglesa Norton Griffith and Company para o cargo de superintendente na construção da barragem do Acarape, Ceará. Casado

com Isabel Dantas, primogênita de Manuel Dantas - que havia sido recém-nomeado pelo presidente do Estado José Augusto (1924-1927) à Intendência Municipal de Natal, Omar O'Grady retornou a cidade para ocupar um dos cargos de intendente. Com o falecimento prematuro do seu sogro, O'Grady assumiu a presidência da Intendência em junho de 1924, cargo que ocupou até outubro de 1930.

Os primeiros quatro anos da administração foram o ensaio da sua formação americana na forma de gerir a cidade. O discurso pelas contas equilibradas do município frente à exiguidade das rendas (embora a sua administração tenha sido acusada de diversas irregularidades pelo governo de interventores que assumiu em outubro de 1930⁷), o controle total sobre o espaço urbano, submetendo todas as atividades às restrições e regulamentações da Intendência (por exemplo, a concessão de licenças para os horários de abertura de lojas, para construção, reforma e remodelação das casas, para a compra e venda de imóveis, etc.), o controle social, cadastrando os ambulantes e reprimindo terminantemente a mendicância, a limpeza pública, o embelezamento da cidade e, principalmente, a ênfase na melhoria das condições de tráfego nas vias urbanas, com a pavimentação à macadame pixado, paralelepípedo, e a drenagem das águas pluviais (num modelo de urbanização extensivo ao automóvel como também o foi, de certa forma, o Plano de Avenidas, formulado pelos engenheiros Prestes Maia e Ulhôa Cintra para São Paulo em 1930), são os aspectos que caracterizaram os primeiros quatro anos de gestão de Omar O'Grady. Preparavam, assim, as bases para a proposição de um *Master Plan* que pudesse configurar Natal como "Caes da Europa".⁸

Em janeiro de 1929, Juvenal Lamartine renomeou Omar O'Grady para a Intendência e assumiu com este a tarefa de preparar Natal para o "futuro grandioso" que adviria da sua fundamental posição geográfica para a aviação comercial. Para tanto, foi elaborado o Plano Geral de Sistematização, de autoria do arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo⁹; este seria o arremate da administração de Omar O'Grady, o fecho das iniciativas desenvolvidas durante mais de cinco anos em prol da modernização da cidade, articulando e incorporando as obras realizadas às propostas inseridas no Plano.

O Plano trazia, já nos termos do seu contrato elaborado por Omar O'Grady em abril de 1929, elementos inovadores à forma de gestão do município, embasados nas experiências recentes do urbanismo moderno,

abarcando a cidade como um todo: o macro-zoneamento funcional (que implicaria numa divisão sócio-espacial segregada), a proposição de uma comissão do plano da cidade, de inspiração norte-americana, para garantir a sua continuidade (independente das sucessões administrativas) e a participação da população (embora ainda de forma muito restrita), a reestruturação do sistema viário (com o aumento dos acessos entre a Ribeira e a Cidade Alta) e a preocupação em torná-lo exequível (com a aprovação da Taxa de Benefício em junho de 1930, através das Resoluções n.ºs. 318 e 319, vulgarmente conhecida como “imposto do calçamento”, baseada no benefit assessment americano).¹⁰

Portanto, mesmo com todas as críticas ao processo de “desconstrução da cidade colonial”, aos seus aspectos segregadores e elitistas, no Brasil e em Natal, em particular, não podemos negar a importância do engenheiro Omar O’Grady para o estudo e a compreensão da história da Cidade do Natal. Mesmo corrigindo, retificando, calçando ruas, a remodelação de Natal nos anos 20 baseava-se na estrutura existente da cidade, no aproveitamento da topografia, numa visão global da cidade. Embora não queiramos fazer uma apologia deste processo nem irreleva seus aspectos negativos - muito ao contrário, este era um quadro muito diferente daquele que irrompeu a partir de meados da década de 1940, disperso, fragmentário.

NOTAS

* Arquiteto formado pela UFRN em 1998 e mestrando em História da Arquitetura e do Urbanismo pela EESC/USP.

1. Veja-se, principalmente, Ferreira (1996), Oliveira (1997), Costa (1998), Dantas (1998) e Santos (1998).

2. Os outros dois períodos (ou, melhor, momentos-chaves da “desconstrução da Natal colonial”) seriam as reformas urbanas realizadas no segundo mandato do governo estadual de Alberto Maranhão (1908-1913), durante a longa gestão do intendente municipal Joaquim Moura, e as obras capitaneadas pelo Escritório Saturnino de Brito, na segunda metade da década de 1930.

3. Cascudo (1999, pág. 149).

4. Ibid. pág. 149 e 235.

5. Cf. O’Grady (1929) e Dantas (1998).

6. É interessante observar que, ao chegar na então Cidade da

Parahyba (hoje João Pessoa), vindo das suas incursões etnográficas por Natal e interior do Rio Grande do Norte - em companhia de Câmara Cascudo, dentre outros -, Mário de Andrade lamentava que a capital paraibana não tivesse um Omar O'Grady que pudesse lhe equiparar a Natal. Cf. Andrade (1983).

7. Sobre as acusações, Cf. Dantas (1998, pág. 96-98) e A República (nºs. 83, 148, 151, 159 e 192, do primeiro semestre de 1931); as acusações foram julgadas improcedentes, como pode ser lido n'A República de 09 e 14 de janeiro de 1932.

8. Cf. Dantas (1998) e Alecrim (1957), para uma visão mais detalhada dos anos da administração Omar O'Grady.

9. Cf. Miranda (1999) e Dantas (1998) sobre as propostas do Plano.

10. A Taxa de Benefício regulava as contribuições dos proprietários para a pavimentação nas zonas central e urbana. O jornal A República, em junho de 1930 (nos dias 08, 10, 14 e 17), trouxe artigos intitulados "Em prol da Cidade" que discutiam e defendiam a necessidade de Taxa para as obras de modernização da capital potiguar (Dantas, 1998, pág. 109-116).

AGRADECIMENTOS

A todos que fazem o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Ao professor e membro do IHG/RN Edgard Ramalho Dantas e ao seu pai, memória viva da cidade do Natal, Sr. Osório Dantas.

Ao grupo de pesquisa "História da Cidade e do Urbanismo" (professoras Angela Ferreira, Giovana Oliveira e bolsistas Kleyne Rondelly Dantas, Ana Rachel Baracho e Ana Caroline Dantas), do Departamento de Arquitetura da UFRN.

A FAPESP (Proc. nº 99/03345-0), pelo apoio e bolsa concedidos.

BIBLIOGRAFIA

ALECRIM, Octacílio. *Província Submersa*. Rio de Janeiro: Country Club, 1957.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. 2ª ed., São Paulo: Duas

Cidades, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara (1947). *História da Cidade do Natal*. 3ª ed.,

Natal: IHG/RN, 1999.

_____. "O novo plano da cidade I, a cidade". A República, Natal, nº 247,

pág. 01, 30 de outubro de 1929 (a).

_____. "O novo plano da cidade II, a Ribeira no Master Plan". A República, Natal, nº 252, pág. 01, 3 de novembro de 1929 (b).

COSTA, Madsleine L. da. *Quando a modernidade vinha de bonde*. Natal: DARQ/UFRN, 1998. (Monografia, Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo).

DANTAS, George A. F. Natal, *"Caes da Europa": o Plano Geral de Sistematização no contexto de modernização da Cidade (1929-1930)*.

Natal: DARQ/UFRN, 1998. (Monografia, Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo).

FERREIRA, Angela L. de A. *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios em la ciudad: un estudio sobre la constitución*

de lo urbano em Natal, Brasil. Barcelona:

Universidad de Barcelona, 1996 (tese, doutorado em Geografia Humana).

MIRANDA, João M. F. de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos*.

1599-1999. Natal: Governo do RN, Prefeitura Municipal de Natal, 1999.

O'GRADY, Omar. "Os problemas da cidade". A República, Natal, suplemento especial, nº 121, pág. 01, 01 julho de 1929.

_____. "A cidade que se renova" (em entrevista). A República,

Natal, nº 71, pág. 01-2, 27 de março de 1930.

OLIVEIRA, Giovana PÁG. de. *A elite e as transformações do espaço*

urbano: Natal 1889-1913. Natal: cchla/ufrn, 1997, (Dissertação, mestrado em Ciências Sociais).

Jornal A República. 1928-1931 (Coleção do IHG/RN e do APE/RN).

PORTINHO, Carmem. “A participação do RN no 4º Congresso Pan-americano de Architectura (em entrevista ao Jornal do Brasil, RJ). A República, Natal, nº 150, pág. 01, 02 de julho de 1930 (a).

_____. “A remodelação de Natal”. A República, Natal, nº 160, pág. 02, 13 de julho de 1930 (b).

SANTOS, Pedro A. L. dos. *Natal Século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. São Paulo: FAUUSP, 1998 (Tese de doutoramento).

DOIS DEPOIMENTOS SOBRE O IHG/RN

Gerald Michael Greenfield¹
(*Colaborador*)

Achei, no Instituto Histórico, um acervo extremamente valioso, pessoal atencioso e amável; é realmente um tesouro para quem quer ler e aprender sobre a história da província e do Estado norte-rio-grandense. Encontrei aqui livros raros e difíceis e até impossíveis de obter em qualquer outro lugar, seja no Rio de Janeiro, seja nas bibliotecas dos Estados Unidos da América. Pena é que nem o governo estadual (RN) nem algumas empresas de categoria têm subvencionado este importante recanto estudioso para melhorar as condições; quer dizer, ajuda em termos materiais de computadores e acesso a mais funcionários para catalogar e organizar a coleção. Não deve deixar os poderes públicos e particulares, ficar sem condições de continuar o Instituto a tarefa importantíssima que serve à comunidade acadêmica e intelectual do próprio Estado e, claramente, dos de fora.

* * * * *

José Augusto Bezerra de Medeiros²
(*Sócio honorário*)

Quero deixar registrado o meu aplauso à obra patriótica que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem realizado nestes 65 anos de sua vigência.

Os seus iniciadores foram movidos, quando resolveram torná-lo realidade, pelo alto e nobre pensamento de defender o nosso patrimônio territorial, então ameaçado por uma questão de limites com um dos Estados vizinhos.

Havíamos perdido a questão em várias instâncias judiciais, por deficiência de nossa documentação histórica e jurídica. Entregamos então

a defesa dos nossos direitos a Rui Barbosa que se estribou, para que tudo vencessemos, nas páginas que o então recém-criado Instituto realizou, comprovando exuberantemente o direito que nos assistia.

Somos, assim, uma instituição que desde as suas horas primeiras vem servindo ao Rio Grande do Norte, a princípio na defesa do seu patrimônio territorial e, desde aquelas horas até hoje, na defesa do nosso patrimônio histórico, cívico e cultural.

Ao ser comemorado o 65º aniversário de sua fundação cumpre, aos norte-rio-grandenses prestigiá-la e engrandece-la, e estou certo que o farão no mais imperioso dos seus deveres.

¹ *(Da Universidade Federal de Wisconsin, Parkside, Kerosha/ WI, USA).*

² *(José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971), foi governador do Estado de 01/01/1924 a 01/01/1928, deputado federal e sócio honorário do IHG/RN). Escrito em Natal - abril de 1967.*

LEMBRANDO MEU PAI

Henrique Zarembo da Câmara
(Sócio correspondente)

Carlos Drummond de Andrade em um dos seus mais belos poemas escreve que Itabira - sua cidade natal - é uma fotografia na parede, mas como dói...

As fotografias costumam produzir este gesto do tempo: elas nos enredam em lembranças passadas, justo nós, que pretendemos ser criaturas do presente.

E causam esta vaga sensação de perda e presença, de falta e completude.

Os gregos que, antes de serem homens, eram poetas, criaram a palavra NOSTALGIA para expressar este sentimento. Nostalgia tem o radical ALGIA, o mesmo que usamos para dizer dor.

Os romanos, seus discípulos inquietos, traduzem-na por recordar - levar o coração para trás.

Assim, no exato instante em que contemplo a figura de Adauto da Câmara, meu pai, recebo também a visita de uma criança chamada TEMPO, que invade sem cerimônia o vasto salão de minhas memórias, no largo varandal de minha vida, instala-se na casa mais íntima de mim e me desafia, dizendo:

- Eis o homem. Eis a criança. Eis o tempo.

E eu lhe responderia, do fundo de minha surpresa, não fosse tudo isto um exercício de imaginação.

Eis o milagre da vida que a mim me reservou o privilégio de estar aqui.

À semelhança daquela de Drummond, esta fotografia na parede só não partilha da mesma dor. Aliás, não partilha dor alguma, porque, ao contrário do poeta, não estou sozinho. Meus amigos dividem comigo esta cerimônia de recordação.

E, como se sabe, uma saudade compartilhada tem outro nome: chama-se fraternidade.

Agradeço de coração aos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte por este momento, por esta emoção.

(Lido na sessão solene do IHG/RN, em 29 de março de 1993, quando foi inaugurado, no salão nobre da mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, o retrato de Adauto da Câmara).

A IMPORTÂNCIA DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL

José Francelino de Araújo
(*Sócio correspondente*)

Ao tempo do Império de Pedro I, os brasileiros sonhavam em ter em seu território uma faculdade de direito, onde a juventude intelectual pudesse cursar as ciências jurídicas e sociais sem ter que se deslocar para Coimbra ou Goettingen, a fim de obter seus diplomas de bacharéis.

Inúmeras províncias disputavam a primazia de sediar a primeira academia de direito, entre elas: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e outras de menor expressão. A província de São Pedro, ainda não havia recebido o sopro renovador imigratório europeu, por isso, talvez, ainda não tivesse condições de disputar, com as outras colônias, tão almejado galardão, o que somente aconteceu em 1900, com a instalação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, hoje integrante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Finalmente, depois de muitas lutas políticas, egoísmos pessoais e dissensões dessas províncias pretendentes, Dom Pedro I, “por graça de Deus e unânime aclamação dos povos”, decretou a “Lei de 11 de agosto de 1827”. A lei criou dois cursos de Direito: um, na província de Pernambuco e outro na de São Paulo. A primeira academia foi instalada no Mosteiro de São Francisco, no dia primeiro de março de 1828, em São Paulo e a outra, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, no dia 15 de maio do mesmo ano.

A criação e instalação dos cursos jurídicos, foi recebida com o maior entusiasmo no meio intelectual brasileiro. Poder-se-ia dizer, em face da suma importância, que o acontecimento podia ser comparado ao descobrimento do Brasil ou a abertura dos portos.

As duas províncias eram, efetivamente, as mais importantes, econômica e culturalmente e a escolha foi um prêmio aos seus filhos.

Efetivamente, se examinarmos a situação de São Paulo e a de Pernambuco ao tempo da instalação dos cursos jurídicos, vamos encontrar o progresso, o dinamismo e a efervescência cultural dominando o ambiente de São Paulo e Olinda.

À época, segundo Spencer Vampré, *“São Paulo se estendia pelas colinas e várzea que circundavam o triângulo central numa profusão multicolor de palácios e de jardins. De ruas cheias de burburinhos e chaminés que fumegavam, de edifícios colossais que se alteiam como torres. Em viadutos que galgam, sofregamente, despenhadeiros e ribanceiras que se matizam de casario”*.

Sobre a faculdade do Recife manifestou-se o professor Clóvis do Couto e Silva: *“Constitui, sim, um movimento específico dentro do direito brasileiro, mas esse movimento não atinge, propriamente, a escola de São Paulo, em que os aspectos práticos predominaram até data recente, não havendo trabalhos sistemáticos de importância no Direito Civil. Isto talvez possa esclarecer, o predomínio, desde cedo do direito processual sobre as demais disciplinas jurídicas, com a formação do que mais tarde se denominaria a “Escola Paulista de Direito Processual”, cujo início antecede a vinda de Enrico Tulio Liebmann ao Brasil e aos anos que lecionara no Largo de São Francisco...”*.

Alguns civilistas brasileiros, com base em autores italianos, como Cimbali, Cogliolo e Jean Turco, eram ferrenhos adversários da escola da exegese paulista. Por outro lado, a Escola do Recife, fiel ao estudo do direito civil puro, das pandectas e da filosofia de Tobias Barreto e Silvio Romero, mantinha-se firme como escola de pensadores.

Estas linhas filosóficas das duas academias, influíram decisivamente na formação dos jovens. Enquanto os formados no Recife, se dedicavam à magistratura, ao ministério público e ao ensino do direito. Os de São Paulo, pendiam para a política. A república dos bacharéis, como era chamada a academia de São Paulo, foi, sem dúvida uma escola de política. Basta lembrar que o primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Moraes Barros, foi aluno da velha Heilderberg, dos campos de Piratininga.

Gontijo de Carvalho, referindo-se à turma de 1866, disse: *“A turma de 1866 é o zênite da gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo. Sob o mesmo teto abrigavam-se Rui Barbosa, Castro Alves e Afonso Pena, cada um destes nomes bastaria para fixar uma época e imortalizar uma turma”*. Efetivamente nenhuma escola no Brasil poderia disputar-lhe a imorredoura glória de conjunto tão glorioso.

Não era sem razão que se considerava a Academia de São Paulo como uma escola consolidada e reverenciada em todo o Brasil. A

Academia povoava o imaginário dos oitocentistas, para muitos uma referência inacessível e longínqua, implantada no distante sul do país, envolta na neblina que marcava a circumspecta paisagem da capital paulista. O curso do Largo de São Francisco vinha com forte apelo pleno de qualificação na sociedade do tempo, aspiração acalentada pelos jovens da elite, como um complemento do batismo.

Na falta de universidades ou faculdades de filosofia e letras, as academias de São Paulo e do Recife converteram-se, também, nos centros irradiadores da nossa cultura humanística. Isto se descortina com muita nitidez na “História da Faculdade de Direito do Recife”, de Clóvis Beviláqua, publicada em 1927, como parte das comemorações do 1º Centenário da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, e as “Memórias para a História da Academia de São Paulo”, de Spencer Vampré, editado em 1924. São obras de concepção geminada, tanto pelos propósitos que as inspiraram quanto pela trilha seguida pelos dois ilustres juristas.

Vê-se através da leitura dessas obras, a importância das duas faculdades na política, na economia, nas letras e nas artes; na jurisprudência, na história e na diplomacia, servindo sempre de estilo e modelo à continuidade da tarefa encetada de maneira excepcional pelos dois templos do ensino do direito no Brasil.

Pedro Lessa já dizia, alhures: *“A história da cultura brasileira não pode ser escrita à margem dos eventos e valores que compõem as tradições das faculdades de direito de São Paulo e do Recife”*.

A escola de Tobias, como foi denominada a academia do Recife pretendia no campo filosófico defender: **que a teoria do conhecimento seria a única a propiciar investigação autônoma**. Entendiam os estudiosos do Recife, principalmente Tobias e Silvio Romero, que a filosofia teria a tarefa de síntese dos avanços científicos.

O pensamento de Tobias não foi resultado da análise da concretude de um momento; foi, ao contrário, consequência de uma progressiva factualidade histórica.

O grupo da escola do Recife visou a preservar a metafísica em oposição ao positivismo. Neste sentido o grupo não aceitou a posição do neokantismo, posto que este considerava a metafísica como simples epistemologia, nem se ateve a idéia de Tobias Barreto, a da cultura, criação humana.

A escola do Recife pretendeu superar o positivismo e assumiu a

tarrafa de restaurar a filosofia como crítica do conhecimento; quis, ainda, pensar as ciências no sentido de levá-las a uma síntese unificadora.

Pode-se afirmar que a Faculdade de Direito do Recife foi a primeira escola de filosofia verdadeiramente brasileira, posto contestatória ao *status quo* do positivismo conteano e do ecletismo espiritualista, e tentou restaurar a filosofia como crítica do conhecimento.

A influência das duas faculdades abrangeu o país como um sopro benfazejo e atingiu o Rio Grande do Sul. Primeiro, com a fundação do Tribunal da Relação das Províncias de São Pedro e Santa Catarina em 1874; segundo, pela instalação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1900.

Para a fundação do tribunal, vieram desembargadores, transferidos pela Coroa, todos formados pela Faculdade de Direito do Recife. Foram os desembargadores e presidentes do Tribunal, por longos anos. Esses nordestinos exerceram grande influência na magistratura, no ensino do Direito, pois foram os primeiros professores da novel faculdade.

Com efeito, a Faculdade de Direito de Porto Alegre foi o resultado do trabalho de um grupo de ilustres juristas, homens de idéias e visão universalista, liderados por Carlos Thompson Flores, Leonardo Macedônia Franco e outros. Vários estados já haviam instalado suas faculdades de direito e no Rio Grande do Sul havia apenas o desejo de também participar do ensino superior das ciências jurídicas e sociais.

A situação econômica da província de São Pedro baseava-se no pastoreio e na agricultura não extensiva. A pecuária dominava e na província ainda não havia se firmado à época do alvorecer da nossa independência. A política local era dominada pelos grandes latifundiários e pelos caciques da política; contudo, uma elite cultural começava a emergir; elite que seria a base dos estudantes da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

Como as duas Faculdades de São Paulo e Recife, a de Porto Alegre também não limitou-se a ser apenas um estabelecimento de ensino superior, foi, e é, sem dúvida, também, uma escola de pensadores; basta citar nomes como Rui Cirne Lima, Leonardo Macedônia, Thompson Flores, Getúlio Vargas, João Goulart, Brochado Caruso da Rocha, João Neves da Fontoura, Alberto Pasqualini, Adroaldo Mesquita da Costa e tantos outros que seria impossível enumerar na exiguidade deste trabalho.

O ensino do Direito no Brasil serviu, também, para quebrar todas as amarras que nos prendiam à colonização e à escravidão. As

Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo foram o atalaia e o farol a defender e a iluminar os caminhos agrestes e o futuro pátrio da incipiente cultura colonizadora.

Reestudar a História é redescobrir os homens e suas obras. A Faculdade de Direito de São Paulo, a de Olinda e a de Porto Alegre, são dessas obras da inteligência humana que nos engrandecem e nos dão a certeza de um antemanhã luminoso e uma razão para viver com as raízes da nacionalidade.

LEGENDA DA CIDADE DE MACEIÓ

Jayme L. Altavila
(Sócio correspondente)

Maceió, fundada no século XVII, por ordem de D. Pedro II, regente de Portugal, foi providencialmente construída dentro daquela recomendação de São Tomaz de Aquino ao Rei Cipro, sobre a edificação de uma cidade que deveria ter *“boa exposição ao sol”*. A **“MAÇAÍ-OK”** dos Tabajaras (com a significação do aterro sobre o alagadiço) foi, pois, erigida próxima à encantadora enseada de Jaraguá, exposta à exuberância do sol nordestino.

A natureza modelou, através dos ciclos geológicos, seus três planos: o planalto (atual bairro do Farol), o centro resultante das erosões da terra vermelha do alto e a faixa litorânea ou praeira.

A antiga capital da Capitania e da Província, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, situada às margens da Lagoa Manguaba, cedeu-lhe oficialmente, em 1839, os foros de metrópole, ficando reduzida à condição de fidalguia arruinada, ostentando compungindamente as jóias da sua arquitetura colonial e a sua beleza paradisíaca.

Maceió surgiu da necessidade da repressão do contrabando do pau-brasil, por parte dos navios estrangeiros, especialmente dos franceses.

O capitão general Afonso Furtado de Mendonça foi o encarregado de assentar no território da atual Maceió as bases do seu povoamento, bem assim, a construção de um forte no porto de Jaraguá.

Malgrado a ordenação real, os núcleos civilizadores permaneceram pelo interior, pois o colono luso preferia a região da mata ou a margem sanfranciscana, onde os recursos naturais eram maiores e a vida menos perigosa.

No local onde hoje se ergue a Catedral, inaugurada em 31 de dezembro de 1859 com a presença do magnânimo D. Pedro II e erigida pelos denodados freires Henrique e Luiz da Grava, exsurgia a modesta capelinha do Engenho Maçaíó, de propriedade do capitão Padilha, inicialmente sob o padroado de São Gonçalo.

Por trás desse modesto templo, distendia-se a cortina vermelha do antigo Morro da Pólvora, no cimo do qual foi erigido o primeiro farol.

Edificada que foi a catedral na falda do morro, passou a cidade à invocação religiosa de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja imagem, talhada em estilo barroco pelos velhos santeiros de Portugal, é de uma impressionante beleza, com a sua fisionomia serena e a sua roupagem recamada de ouro, ainda original, lembrando as madonas da Renascença italiana, entesouradas no Vaticano.

A 5 de dezembro de 1815, a povoação de Maceió foi desmembrada da antiga Vila das Alagoas e ampliada com sete boas léguas de costa, embelezada pela franja espumarenta do mar, começando então a ser a dominadora da região e exercendo o fascínio de atrair a colonização da região da mata para o litoral.

Se, todavia, as condições econômicas se fixavam pelo interior da capitania, a beleza litorânea compensava e atraía a vida para a cidade fundada com a predestinação de ser a futura capital.

As praias de Maceió (Sobral, Jaraguá, Pajuçara, Ponta Verde) sempre constituíram motivo de aprazimento para quem as vê e quem as habita, afora o aspecto econômico, oriundo do coqueiral e da pesca.

Afirmamos que Maceió passou a ser capital da capitania desde o dia em que o primeiro governador, Francisco de Melo Póvoas, neto ilustre do marquês de Pombal, pisou com o seu sapato lustroso, afivelado de prata, a areia alvinitente da enseada de Jaraguá, aos 27 de dezembro de 1818.

A Resolução Legislativa nº 11, de 8 de dezembro de 1839, foi uma consequência de vinte e um anos de resistência para que o poder continuasse à margem serena da lagoa e não na margem buliçosa e atraente do Atlântico.

Dali por diante, Maceió Tabajara modificou a sua feição vilareja e foi enchendo de edifícios os claros verdes da sua topografia, a começar daquela casa pioneira de Manoel Antônio Duro, coberta de telhas e alpendrada, que foi, na Pajuçara, o marco da vida senhorial de então.

Os produtos da lavoura eram transportados em carros de bois e muares, das propriedades agrícolas para os trapiches do litoral e a sua exportação contribuiu para que a cidade tomasse incremento e tivesse o fundo da sua enseada encravado pelas ancoras dos veleiros que faziam a nossa cabotagem e o nosso comércio exterior.

Revemos, através dos anos, aquela romântica cidadezinha de sobrados formosamente azulejados, das casas de biqueiras com as suas gárgulas de cobre pintadas de zarcão; dos solares, por trás de cujos gradeados das janelas, os belos olhos das alagoanas esperavam a passagem dos valorosos cavaleiros, de esporas de prata tintilantes.

Maceió das velhas tamarineiras que foram aos poucos derrubadas, das negras africanas, com os seus turbantes listrados, vendendo arroz de sururu; dos veleiros estrangeiros trazendo vinho de Portugal, bacalhau da Noruega e fazendas finas da França; das lojas anunciando a chegada de sortimentos de luvas brancas, numa demonstração da existência da fidalguia social; das procissões de penitência dos capuchinhos percorrendo à noite com as suas tochas e cantorias as ruas iluminadas tipicamente de lampiões a querosene; dos estudantes de preparatórios fazendo motins e desafiando a polícia; da “Livreria Amizade” anunciando romances de capa e espada e também de livros de direito, latim, francês e inglês; das obras públicas quase revolucionárias do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, condecorado pelo Governo Imperial pela brilhante atuação das Alagoas na Guerra do Paraguai; Maceió que recebia com fogos de artifícios a notícia de que o romancista e ministro José de Alencar conseguira um Decreto Imperial proibindo os leilões de escravos; Maceió dos vestidos engomados das moças nas missas domingueiras; Maceió, cuja política era má e atrapalhante como de sempre, porém que à noite era perfumada pelos jasmineiros que se debruçavam sobre os muros para ouvir melhor as serenatas; Maceió, enfim, das sonoras badaladas do sino da catedral.

Com o perpassar dos anos, com o progresso, Maceió se transmudou, dentro da moldura do seu encanto natural.

Nossa história regional reflete sempre as agitações que muito perturbaram a vida administrativa. Sempre voltados para a política e para o polemismo, os maceioenses criaram um clima refratário a ordem econômica e social.

Podemos dizer que, se tivemos, de 1818 a 1889, num espaço de 71 anos, 139 presidentes e vice-presidentes, isso se deve ao espírito inquieto que se estabeleceu em nossa gleba, envolvendo os administradores, com reflexos na Córte.

Sabemos o quanto foi agitada a transladação da metrópole da legendária cidade das Alagoas para a nossa Maceió. Tavares Bastos e Sinimbú foram os grandes nomes daquele momento difícil, mais difícil

ainda para o então presidente da província dr. Agostinho da Silva Neves, que havia encontrado Alagoas numa situação de calamidade, com as rendas públicas decaídas e os funcionários percebendo um terço de seus vencimentos.

Porém o destino teria de se cumprir, mal grado a reação dos alagoenses, que compreendiam o aniquilamento de sua terra depois que ela passasse a simples comarca.

O episódio do cofre da Tesouraria Provincial para Maceió, foi de fato a extirpação da última esperança para a antiga Santa Maria da Madalena do Sul, hoje reduzida a simples município, com aquele ar indolente de quem tudo perdeu e se resigna a evocação do seu passado opulento.

O cofre de sucupira, com três fechaduras e três cinturões de ferro, é o que se encontra em uma de nossas salas aqui no Instituto Histórico. Quando ele foi aberto aqui na Tesouraria da Fazenda, por uma ironia do destino, esperava-se que ele estivesse repleto de valores, verificando-se todavia, que haviam dele subtraído 500 cédulas novas de 10\$000 (dez contos de réis), que vinha a ser muito dinheiro para aquele tempo.

As fotografias antigas de Maceió, nos oferecem a lembrança de uma cidade afável, burguesinha, ataviada pela sua beleza natural e pela graça modesta dos seus edifícios. O sobrado onde residiu o esforçado ouvidor Batalha, local onde funciona, hoje, uma lanchonete e um restaurante, na Praça D. Pedro II, recorda que ali de uma das suas quatro varandas gradeadas que existia, foi proclamada a Vila Nova de Massaió, aos 29 de outubro de 1816.

Como foram as nossas primitivas vias públicas, com os seus belos nomes de Rua do Apolo, Rua da Boa Vista, Rua da Floresta, Rua do Alecrim e Rua Formosa? As casas eram de biqueira e janelas enxadrezadas e os sobradões da Rua do Comércio e adjacências ostentavam os artísticos azulejos coloniais da Fábrica de Santo Antônio do Porto. O trânsito era diminuto e as casas comerciais de importância tinham ao pé de suas calçadas uma pedra com uma argola de ferro, para nela serem amarrados os cavalos e burros dos senhores de engenho que vinham fazer compras na cidade.

Mas havia um ar de abundância em tudo, pois circulava o bom dinheiro imperial, as moedas de ouro e as patacas de prata, bem assim as largas cédulas de bom papel e de ótima impressão.

Sabemos que o primeiro jornal que circulou em nossa terra foi o **IRIS ALAGOENSE**, cujo primeiro número data de 17 de agosto de 1831, fundado por um cidadão francês, Adolphe Emile de Bois Garin. Antes dele, o maceioense sabia as notícias da Côrte pelos vapores escassos e pelos veleiros.

Todavia, dali por diante, foram surgindo as vocações jornalísticas, quase sempre voltadas mais para os partidos políticos do que mesmo a vida social e econômica.

É de admirar que em 1881 tivéssemos em Maceió 7 tipografias, 2 livrarias e que existissem oficinas de douradores, entalhadores, afinadores de piano e escultores, bem assim muitas lojas recebendo artigos da Europa - o que significa o avanço, naquela fase, da vida artística e social da cidade.

Na terra dos Marechais, o turista terá que ver, necessariamente, as seguintes coisas:

O Teatro Deodoro, situado ao fundo da praça do proclamador da República, o alagoano mal. Deodoro da Fonseca, inaugurada em 3 de maio de 1910 e criada através da Lei nº 527, de 13 de julho de 1908.

Em 1906, de acordo com o historiador Felix Lima Júnior, em seu livro "História dos Teatros de Maceió", resolveu o governo construir, nesta capital, um teatro à altura da cidade, cada vez mais próspera e em pleno desenvolvimento.

A pedra fundamental do Deodoro foi lançada no dia 11 de junho de 1906, quando se comemorava mais um aniversário da batalha naval do Riachuelo, na Guerra do Paraguai, e da promulgação da primeira Constituição do Estado.

Governava Alagoas o bacharel Joaquim Paulo Vieira Malta, sendo o intendente (prefeito) da capital o Dr. Manoel Sampaio Marques.

Arrastou-se a construção por longos anos e somente em 15 de novembro de 1910 é que foi inaugurado, adotando o nome de Teatro Deodoro, através de uma lei estadual de 1902.

Foi construído sob a planta do arquiteto Luiz Lucariny, autor da planta que remodelou o Palácio do Governo e outras notáveis obras do nosso Estado, e construído sob a direção do cel. Antonio Barreiros Filho.

A frente, que é construída em estilo jônico e da Renascença, compõem-se de dois blocos. No primeiro, encontra-se a parte administrativa. Atravessando-se o pátio, tem-se acesso à casa de espetáculo propriamente dita.

Era governador do Estado o Dr. Euclides Vieira Malta, sendo o intendente municipal da época o bacharel Demócrito Brandão Gracindo.

O Palácio do Governo, situado na Praça mal. Floriano Peixoto, com a sua expressão arquitetônica recordativa da Renascença, o qual não recebeu a denominação de Palácio Floriano Peixoto.

Sua construção, de acordo com o historiador Craveiro Costa, foi iniciada em 1893, sob o Governo de Gabino Bezouro, tendo sido confiado o projeto arquitetônico e a execução ao engenheiro Carlos Jorge Calheiros de Lima. Com a deposição daquele governo, paralisaram-se as obras, já bastante adiantadas para serem reiniciadas, mais tarde, na administração do Barão de Trapú. Em 1897, pararam outra vez, por escassez de recursos financeiros. Finalmente, no Governo do dr. Euclides Vieira Malta, os trabalhos tiveram andamento. O arquiteto italiano Luis Lucariny, foi incumbido de modificar a planta inicial e orientar a construção. Segundo Craveiro Costa *“o edifício ficou completamente alterado; a fachada sobretudo, sofreu radical transformação, oferecendo um belo conjunto, magnificamente tratado na sua ornamentação e elegância de estilo”*. Acrescenta ainda que *“a fachada do edifício é de ordem toscana”*.

Sua inauguração foi realizada a 16 de setembro de 1902, tendo custado aos cofres públicos, incluindo o mobiliário, aproximadamente mil contos de réis.

Convém assinalar que nele estão expostos cerca de dezessete telas a óleo do maior pintor das Alagoas e um dos maiores do Brasil, Rosalvo Ribeiro.

Naquelas telas, executadas em Paris, o mestre renomado, que foi contemporâneo do magnífico Pedro Américo, deixou os traços inapagáveis de seu talento. As doou ao Estado em agradecimento à pensão outorgada para custear seus estudos em Paris, onde permaneceu de 1888 a 1891. Nascido na cidade de Alagoas no dia 26 de novembro de 1867, pintor de fina sensibilidade artística, era igualmente músico, poeta e naturalista, ocupando, por concurso, a cátedra de desenho na Escola Normal de Maceió, em 19 de março de 1913, quando de seu regresso da Europa. Foi ainda diretor da Biblioteca Pública do Estado, morrendo ainda em pleno vigor de sua existência, em 29 de abril de 1915.

Vale acrescentar que anteriormente à construção deste edifício, funcionaram como Palácio do Governo, o sobrado do abastado comerciante português, Francisco José da Graça, localizado à Rua do

Comércio, esquina com a Rua da Rosa, atual Senador Mendonça, onde se instalou, em 1819, o 1º Governador da Capitania, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, e o sobrado do barão de Jaraguá, situado na Rua Barão de Anadia. Este palacete foi demolido em 1940, para no local edificar-se o prédio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Carga - IAPETEC.

Palácio do Barão de Jaraguá. Localizado na Praça D. Pedro II, antigo Largo da Matriz, antiga residência do comerciante José Antonio de Mendonça - Barão de Jaraguá, teve sua construção iniciada em 1844 e concluída em 1849, de acordo com pesquisas do historiador Moacir Medeiros de Sant'Ana. Desenvolvido em três pisos, possui grande mérito arquitetônico e assemelha-se às construções portuguesas do mesmo gênero. Manoel Diegues Júnior, em seu livro "O bangüê das Alagoas", reportando-se à inimizade existente entre o barão de Atalaia e o barão de Jaraguá, ligado à construção do imóvel. Conta ele: *"O primeiro residia em seu palacete, edifício primitivamente conhecido como sobrado do Camocho, prédio que foi sede do Telégrafo Nacional e é hoje de diversos consultórios médicos, na Rua Dois de Dezembro, com excelente vista para o mar, e o mais elevado e distinto de Maceió na época. O barão de Jaraguá, por pirraça ao adversário, fez erguer pouco adiante o seu palacete particular"*.

E este edifício o barão de Jaraguá o construiu mais alto, mais vasto que o do barão de Atalaia, para que este perdesse a vista que desfrutava de sua residência.

Serviu de Paço Imperial em 1859, por ocasião da visita de D. Pedro II e a imperatriz D. Tereza Cristina a Maceió, quando em 31 de dezembro inauguraram em *Te Deum Laudamus*, cantado na majestosa Matriz, que se transformaria em Catedral pelo decreto "*Postremis bisce temporibus*", de 2 de julho de 1900 de Leão XIII. Era presidente da província na época o conselheiro Manoel Pinto de Sousa Dantas, bacharel, que tomou posse em 1º de outubro.

Em seu livro "Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina nas Alagoas", o médico, antropólogo e historiador alagoano, Abelardo Duarte, destaca que: *"Além de ser, então, o mais importante edifício de Maceió (na época), localizava-se no seu principal ponto: no próprio Largo da Matriz, onde terá nascido o burgo, oriundo do engenho Maçayó, cujos destroços foram encontrados nas escavações feitas para a construção do edifício da Assembléia Provincial. Não há um só*

objeto em palácio que não seja novo afirmava o Diário das Alagoas, de 24 de dezembro de 1859 - “um objeto que não seja lindo e de gosto; poderemos não ter nem a riqueza nem as raridades que porventura se notarem em outras províncias, mas tudo se encontra no nosso palácio imperial, ainda não foi servido (utilizado) nem coisa alguma há que seja emprestada”. Em verdade, segundo o registro da imprensa, o Paço não estava preparado apenas com decência, mas até com luxo. A cerca de cinqüenta contos de réis (na moeda antiga) montaram as suas despesas, quantia relativamente alta para a época”.

O imóvel entrou em decadência, com o tempo e ficou a um tempo sendo habitado por mais de 60 famílias que viviam sem as menores condições de higiene, em seus andares superiores. O dr. Deraldo de Souza Campos, secretário da Educação e Cultura, no governo do major Luiz Cavalcante, recuperou o prédio sob a orientação do arquiteto Pierre Chalita e do engenheiro Marcos Mesquita da Silveira Melo. Após sua conclusão, foi instalado no mesmo, em 29 de janeiro de 1966, a Biblioteca Pública Estadual, totalmente modernizada, a qual na época era dirigida pelo bacharel Jayme Lustosa de Altavila. Seis meses depois, era instalado na parte esquerda do edifício, o Arquivo Público de Alagoas, dirigido pelo historiador Moacir Sant’Ana, na administração do secretário da Educação e Cultura, Téo Brandão.

Catedral Metropolitana de Maceió. Localizada na Praça D. Pedro II, inaugurada em 31 de dezembro de 1859, com a presença de D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina, tem sua história iniciada na Capelinha erguida nas terras do capitão Apolinário Fernandes Padilha, no local que corresponde hoje à Praça D. Pedro II, e existia um engenho de açúcar. A Capelinha, abrigo de São Gonçalo, de quem o proprietário era devoto. Alguns anos depois, a ermida sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres teria sido reconstituída, no sopé do morro pelo padre Antonio Ferreira da Costa que a doou a Bento Ferreira, juntamente com imagens, ornamentos e pertences vários. Pelo Alvará de 9 de julho de 1919, foi criada a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres. No entanto, a confraria do Santíssimo Sacramento, encarregada da administração do patrimônio de Nossa Senhora dos Prazeres iniciou a construção, em 1830, de um novo templo, na Rua da Alegria, abandonando-a em seguida.

A idéia de um edifício condigno não esmoreceu. Segundo documentação fornecida por Alfredo Galvão, diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, estudada por monsenhor Cícero de Vasconcelos, com a colaboração do historiador Moacir Medeiros de Sant'Ana, constatou-se que o presidente da província das Alagoas, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 1838, solicitou ao Governo Geral, pelo Ministério da Justiça, uma planta para a Matriz de Maceió.

A 2 de abril de 1838, o projeto elaborado pelo professor de Arquitetura Grandjean de Montigny, foi remetido à Secretaria de Estado, sendo enviado para Maceió, a 26 de abril de 1838.

Quando se tratou de iniciar a construção da Matriz em 1840, o presidente da província, dr. João Lins Vieira Cansação do Sinimbu, optou pela localização na encosta do morro do Jacutinga, onde se achava a primitiva Capela.

A pedra fundamental foi lançada a 22 de novembro de 1840 em ato solene, tendo como presidente da província, o dr. Manoel Felizardo de Souza e Melo. A fiscalização das obras coube a Manoel Gonçalves Anjo, que não pode ir muito longe. Paralisaram-se incompletos os alicerces, por falta de recursos.

Só em 1849, continuou-se a construção. Em artigo publicado na Revista nº 4 do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, Manoel Claudino de Arroxelas Jaime, um de seus fundadores, destacou a cerca da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, que a partir de 1849 os trabalhos de engenharia, contaram com a participação do missionário capuchinho, frei Eusébio de Sales, que conseguiu erguer toda a fachada da frente e dos lados do edifício e a arcada lateral do interior. Infelizmente morreu de febre amarela no ano seguinte, tendo sido enterrado ainda dentro da velha Capela.

Em 1851, as obras receberam novo impulso, sob a orientação de frei Henrique do Castelo de São Pedro do Convento da Penha do Recife, que se demorou em Maceió alguns meses, e de frei Luís da Grava, vindo do Rio de Janeiro por influência do dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente da província, e somando-se ainda o auxílio técnico do engenheiro civil Antonio Ribeiro Teixeira.

Em 25 de dezembro de 1852, após a colocação da cumieira da capela-mor foi celebrado nela a missa de Natal pelo frei Luís da Grava, que permaneceu em Maceió até 1854.

Após sua partida, substituiu-o no encargo o major Manoel da Costa Pereira Cotrim que ficou à frente dos trabalhos até a sua conclusão.

Praça D. Pedro II. Sobressai o monumento ao imperador, pela forma e pelas linhas do seu estilo e acabamento. É constituído por uma coluna de mármore róseo, que se eleva de amplo pedestal.

Foi construído em Portugal. No capitel da coluna, de alguns metros de altura, está o busto de D. Pedro II. Coube ao comendador José Antonio de Mendonça - barão de Jaraguá, se encarregar da fabricação deste monumento em Lisboa, o qual foi inaugurado a 31 de dezembro de 1861, sendo o engenheiro civil Carlos Mornay, que se encarregou de dirigir a planta e a colocação do mesmo.

Na apresentação de seu livro “História da Civilização das Alagoas”, já na 8ª edição, o historiador Jayme de Altavila, afirmava que:

“A história de nossa província, mais do que a de outras, precisa ser sempre projetada no cenário nacional, em compensação ao nosso pequeno território e ao desnível de nossas forças econômicas, em confronto com os Estados maiores e mais poderosos”.

Alagoas necessita cada vez mais de uma união de esforços, para a elevação de nossa cultura.

EU, NATAL E A GUERRA

Hélio Leôncio Martins

(Vice-Presidente do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro)

O encontro foi rápido. A exuberância nordestina do presidente Enélio Lima Petrovich fez com que em dois minutos já estivéssemos íntimos. Com tal autoridade, intimou-me que escrevesse algo sobre o papel desempenhado por Natal na 2ª Guerra. Não seria tarefa difícil, pois há muito a dizer sobre a importância que teve a então pequena cidade localizada à margem do “canal do Atlântico”, isto é, a terra sul-americana mais próxima da costa africana, no conflito em geral e, especialmente, em nossas atividades navais.

Ao arrumar as idéias para atender ao cordial pedido, o que pretendia ser um estudo histórico, tanto quanto possível veraz, correto, de modesto episódio do mais sangrento conflito do século XX, tocou-me a emotividade de antigas recordações de minha mocidade marinheira. E foi assim que, perdoem-me os cultos e interessados leitores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ao invés de algo sobre a história, irão ler a estória dos saudosos contatos de um jovem tenente da Marinha com sua amável capital, incluindo, naturalmente, aspectos da participação na guerra da cidade que foi dos pontos focais da Batalha do Atlântico Sul.

Cheguei a Natal pela primeira vez como oficial de um velho navio, dos célebres Itas da Navegação Costeira, adquirido pela Marinha para cuidar dos faróis da costa, no qual preferia embarcar em minha comissão de estréia a fim de aderir as “sea legs” da profissão, pois eles viajam bastante. Ao cruzar a barra do Potengi, entre a Baixinha e o Picão, a impressão que tive, talvez influenciado pelo nome local e pelas casas da Praia da Redinha, vistas logo à direita, foi que entrara em um presépio.

Encantou-me de imediato a visão daquela cidadezinha provinciana, sem a agitação que já infernizava a vida das grandes metrópoles do sul, em época ainda de difíceis comunicações, sem a uniformizadora TV. A vida era sossegada em Natal. Tinha o “Ponto Chic” como centro social,

de onde saia uma rua larga (seria Marechal Deodoro?) que desembocava em praça ajardinada. Por aí desfilava a elegância local, rapazes e mocinhas, muitas destas educandas de uma famosa Escola Doméstica, única de seu gênero no Brasil, na qual se preparavam, com cuidados especiais, as candidatas a uma função importantíssima, do mesmo nível do direito, medicina, administração, hoje tão de preferência feminina: serem mães de família. E havia bairros com nomes estranhos - como Tirol (por que Tirol?), Petrópolis, Refoles (corruptela do nome do corsário Jacques Riffaut?).

A minha estadia foi movimentada. Com o comandante do navio, coube-nos determinar as coordenadas do rádio farol que se instalava, imprescindível para orientar a navegação aérea transatlântica que terminava em Natal. Em uma das noites de observação, assistimos a perda de outro navio faroleiro, o Calheiros da Graça, que, confundindo pescadores “facheando” lagostas no parcel da Cabeça de Negro com as luzes do práctico que o deveria esperar, encalhou e aí ficou até sua total destruição pelo mar.

Outra lembrança me ficou. Pelo fato inusitado de Natal ter sido a única cidade da América do Sul mantida sob regime comunista por três dias (!) no ano anterior (1935), a polícia havia sido reforçada por tipos do interior com caras patibulares, que considerávamos cangaceiros. Como os marinheiros levavam vantagem nas preferências da “belas” das Rocas (o bairro conflagrado da época), o que provocava atritos e entreveros, mantínhamos uma patrulha em terra comandada por um tenente. Com a troca de olhares enviesados com os policiais imaginávamos qual seriam os resultados de uma batalha campal, tendo pela frente aqueles “inimigos” que, por fim, não eram maus como pareciam, pois tudo acabou em confraternização.

Continuei a vida naval. Sendo hidrógrafo, trabalhei nas cartas marítimas da costa sul e, a seguir, cumpri um ano de serviço em Ladário, na Flotilha de Mato Grosso. Mas as nuvens da guerra que escureciam a Europa aproximavam-se da América, cujos “isolacionistas” norte-americanos estavam sendo levados de vencida pelo partido que julgava ser interesse dos Estados Unidos interferirem no conflito, entre os quais se posicionava o presidente Roosevelt. Ainda em 1940 cederam cinquenta contratorpedeiros para a Grã-Bretanha utilizá-los nas escoltas no Atlântico e promulgaram a Lei do Empréstimo e Arrendamento, que

muito facilitou o equipamento dos aliados. Natal sentiu logo a presença do conflito, baseando um esquadrão de aviões Catalina da US Navy. E houve a necessidade de melhor se conhecer o extremo nordeste do Brasil que, tudo indicava, acabaria sendo palco de acontecimentos bélicos. Dois navios hidrográficos - os Rio Branco e Jaceguai - e todos os hidrógrafos, foram convocados para, em três meses, levantarem a carta marítima vinte milhas ao norte e vinte milhas ao sul de Natal.

Voltei ao meu presépio, que começava a tomar outro aspecto, invadido pelos construtores das bases aérea, em Parnamirim, e naval, no Refoles. Enquanto que, para a primeira, chegavam maquinaria, materiais a vontade, operários bem pagos, a segunda contava apenas com o almirante Ari Parreiras e um ajudante de ordens que alugaram uma casinha no bairro pobre do Alecrim. Mas estes traziam consigo, como depois se verificou, vontade férrea, a decisão de realizar, uma capacidade infinita de improvisar, qualidades que valiam tanto quanto qualquer ferramenta sofisticada. E a Base Naval de Natal, sua construção, o papel que representou nas operações que se seguiram, merecem mais do que uma crônica, toda uma epopéia.

Os trabalhos hidrográficos procediam. Percorriamos a pé as dunas do litoral, naquele tempo desertas, ou em burricadas pelas praias até o Pirangi, onde aliás fui presenteado com um acesso de impaludismo. Fomos a Touros fixar latitude e longitude da esquina onde o Brasil passa a se dirigir para o sul, com grandiosa recepção e baile musicado a sanfona. Do mesmo modo, as bases avançavam, mas de maneira diferente. Enquanto Parnamirim gozava de recursos altamente técnicos, Refoles dependia mais dos esforços e da tenacidade do almirante Parreiras que, para isto, teve a ajuda de um personagem cuja lembrança me obrigo com prazer. Havia sido meu colega na Escola Naval, onde se sobressaía por suas excentricidades - que não o auxiliaram na matemática. Vencido na luta com os números, foi desligado. Vim encontrá-lo em Natal, para onde voltara depois de trabalhar em propriedade que possuía no Agreste. Vendera-a, e tornara-se ferrenho monarquista. O democrático nome de João Alfredo Pegado Cortez recebeu laivos aristocráticos, passando a ser João Al de Pegado Cortez. Levantava-se quando pronunciava os nomes do imperador Pedro II ou da imperatriz. Torrou suas economias edificando um “castelo” no Tirol, com torre, ameias, ponte elevadiça. Fora esses requintes medievais, era modesto... com sala, três quartos e dependências.

A aristocracia, entretanto, não mais recebia rendimentos imperiais, pelo que consegui que o almirante o empregasse na construção da base. Foi um sucesso. Na falta dos tratores e reboques mecânicos de Parnamirim, organizou o que chamamos de "Gerico's Transport Comand" (a denominação em inglês dava-lhe mais importância). E seus burrinhos arrastavam chapas, cimento, areia, tijolos, e o que mais fosse preciso, tocados a chicote que mais se agitava do que batia e gritos por eles bem entendidos. Depois da guerra, como agente da Comissão da Marinha Mercante, faleceu em Santos. E aqui fica o registro de minha saudade.

Com o levantamento da costa pronto, voltei para o sul. A atitude política brasileira, francamente favorável aos Estados Unidos, principalmente depois do ataque a Pearl Harbour, provocou a reação alemã. Em duas noites de agosto de 1942, o submarino U-307 afundou cinco mercantes nacionais na altura da foz do Rio Real, com a perda de 607 vidas. Declaramos guerra em difícil situação, com os corsários submersos ameaçando a navegação costeira, na época artéria vital da economia, além do nosso abastecimento externo e o fornecimento de matérias-primas para o que se chamou o Arsenal das Democracias. Do abandono relegado pelos governos à Marinha resultou encontrarmo-nos inteiramente despreparados no que se referia ao armamento e equipamentos anti-submarinos. Mas dispondo, como dispúnhamos, de estrutura naval, com tradições, pessoal adestrado nas atividades navais em geral, com auxílio norte-americano, e muito esforço, em poucos meses contávamos com meia centena de aguerridas unidades de escolta que escoltaram comboios correndo entre Trinidad e Florianópolis, indo mesmo até Miami (perto de 5000 navios foram por eles protegidos). As melhores e mais modernas dessas unidades eram os caças-submarinos e os contratorpedeiros de escolta, com radares, sonares, motores diesel, que pouco conhecíamos e exigiam cuidadosa manutenção, especialmente com o intenso uso a que eram submetidos.

Foi então que a Base Naval de Natal se fez presente. Ainda não estava pronta. Pavilhões vieram do Rio de Janeiro, do antigo Arsenal de Marinha que se renovara. Máquinas e ferramentas foram recebidas de Recife, de estabelecimentos alemães desapropriados. A liderança sem par do almirante em pouco tempo organizou grupos de reparos de motores, especialistas em radares e sonares. E mais do que tudo, havia trabalho, entusiasmo, dedicação. As dificuldades só apareciam para serem

vencidas. O que faltava, improvisava-se. Era um ingente esforço de retaguarda que mantinha os navios no mar algumas vezes vinte e cinco dias em trinta. Ari Parreiras seria um titã, sem as características que romanticamente são atribuídas aos titãs. Era modesto, simples, detestando exterioridade, sem adjetivos, absolutamente consciente de suas responsabilidades, qualidades que, como o líder excepcional que era, transferia para seus subordinados. Capaz de, em um sábado, dizer a sorridentes e compreensivos auxiliares que o dia seguinte seria segunda-feira. Ou, no caso de aparecer atrasos inesperados na prontificação dos navios que deveriam estar em data marcada em Recife, com operações programadas, determinar que a base continuasse a funcionar até que os serviços terminassem. Lembro-me que saí uma vez para experiências no mar às três horas da madrugada, largando para Recife às cinco.

Depois de passar dez meses, logo a seguir à declaração de guerra, como oficial de operações de um grupo de corvetas, fui destacado para Natal, esperando ser passagem para Miami, onde receberia uma caça-submarino. Mas o almirante prendeu-me, para que me encarregasse da instalação de um Centro de Treinamento onde fossem preparados quatrocentos reservistas. Formados estes em frente a um velho silo de algodão adaptado, determinou que, em três meses, estivessem prontos homens de manobra, motoristas e sinaleiros. Só ele conseguiria, como conseguiu, o que desejava. Sendo o que para mim se transformou em uma das mais interessantes aventuras da vida naval, merecendo uma crônica especial. Como fi-los usar uniforme, incomum na época, de calção e camiseta, o almirante os chamava de “cossacos do Leôncio”. Depois, como comandante de um caça-submarino, fui partícipe daquela farândola encantada que se vivia em Natal. Ao chegarmos em Recife, vindos de Trinidad ou do Rio, achávamos sempre um pretexto que nos levasse para Natal. Sentíamos aí um segundo lar. A base era hospitaleira, os navios bem reparados, os “papos” na varanda eram encontros agradáveis com colegas que raramente se via. Na cidade recebiam-nos com simpatia.

A presença estrangeira era pequena, concentrando-se mais em Parnamirim, de onde saíam e para onde chegavam os aviões que permanentemente ouvíamos passando sobre nossas cabeças. Poucos americanos apareciam no “Ponto Chic”, mas em número suficiente para que “esperto” comerciante rabiscasse um letreiro onde se lia: cerveja - 1

cruzeiro; “beer” - 5 cruzeiros. Havia, de quando em vez, bailaricos promovidos por uma organização chamada USO, para distrair o lazer dos americanos. Os convites eram feitos por distintas senhoras para lhe dar tom sério, sem o qual não teriam freqüência. Mesmo assim, as “moças de bem” não iriam a uma festa sem as mães. A ala jovem aderiu aos “jiterburgs”, “rocks” e outras acrobacias tēpsicoreanas ianques, mas as mães conservadoras com elas escandalizavam-se e torciam o nariz.

Merece também referência outro tipo de moças “não de bem” - mas simpáticas e acolhedoras, que sabiam de cor os nomes dos caças e de suas tripulações. De janelas que se abriam para o canal, acenavam na passagem dos navios, com cartazes que lhes davam boas-vindas, citando-os e os tripulantes preferidos. Não tinham preconceitos hierárquicos. Algumas vezes apreciavam juntos os nomes do comandante e do cozinheiro.

Natal resistia em sua serenidade provinciana, mas não podia deixar de sentir os efeitos da guerra e da importância adquirida como “sentinela avançada” no Atlântico Sul. Anos mais tarde aí voltei para a inauguração do Museu da 2ª Guerra Mundial no Forte dos Reis Magos. O meu presépio já estava meio soterrado pelos hotéis de 5 estrelas, os arranha-céus, as boates, os restaurantes onde “carne do sol e manteiga de garrafa” era prato elegante. Mas o encanto e a simpatia antigos não haviam desaparecido. Flutuavam sobre a modernidade e o turismo.

De novo peço que me relevem ter o pedido de um estudo histórico se transformado em crônica de saudade. Saudade muito de Natal, mas bastante de minha mocidade.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO IHG/RN PERÍODO: MARÇO/1993 A MARÇO/1995

Caríssimos consócios e amigos:

De acordo com as normas estatutárias, de dois em dois anos, cabe à Presidência do IHG/RN proceder a leitura do relatório, contendo as ocorrências havidas durante o biênio.

Assim, em rápidas referências, evidenciaremos, a seguir, alguns eventos que foram realizados no período de março/93 a março/95.

Afora as providências adotadas no campo administrativo, como o atendimento ao público, em pesquisas, extraídas em jornais, periódicos, documentos e livros, que fazem parte do valioso acervo da instituição, promovemos inúmeras reuniões de caráter solene e ordinárias, através das quais houve palestras, posse de novos sócios e lançamentos de livros.

Que se destaque a solenidade de posse do Exm^o. Sr. Governador do Estado, dr. José Agripino Maia, na categoria de sócio benemérito, em 29 de março de 1993. É que Sua Excia., enquanto à frente do Governo do Estado, determinou alguns serviços de conservação e limpeza na entidade, atendendo aos nossos apelos.

Por sua vez, pelo transcurso do centenário de nascimento do sócio benemérito des. João Vicente da Costa, em 17 de junho de 1993, promovemos sessão magna, tendo sido o orador o sócio efetivo Otto de Brito Guerra. Na oportunidade, houve o lançamento do livro "Ensaio Escolhidos - vultos e fatos da História do RN", de autoria do saudoso homenageado.

Vale ainda realçar que, a 30 de novembro de 1993, durante a posse do escritor José Lacerda Alves Felipe, foi lançado o livro "Almino Affonso, o poeta. Outros depoimentos", do confrade Dorian Gray Caldas.

A 22 de dezembro do mesmo ano, quando das homenagens à memória do mestre Câmara Cascudo, ocorreu o lançamento do livro "Magdalena Dona Magdalena", do sócio efetivo Oriano de Almeida, tendo sido o orador da solenidade o confrade ilustre Alvarado Furtado de Mendonça.

A 13 de janeiro de 1994, com saudação por parte do sócio efetivo Marcos Maranhão, o general Umberto Peregrino proferiu palestra, sob o título “Fatos dos bastidores da candidatura Dutra à Presidência da República”. Na mesma sessão foi lançado o livro “Tenentismo e debate e outros assuntos”.

Para o lançamento do livro “O nosso Rio Grande do Norte”, do sócio correspondente Murilo Melo Filho, em 9 de fevereiro de 1994, o Instituto Histórico acolheu dezenas de intelectuais, sendo uma promoção das mais prestigiosas para a cultura norte-rio-grandense. Saudou o confrade Murilo Melo Filho o eminente consócio João Wilson Mendes Melo.

Por sua vez, a 29 de março de 1994, o Instituto festejou os seus 92 anos de fundação, com a posse de alguns sócios, entre os quais a do mons. Francisco de Assis Pereira, que proferiu conferência, abordando o tema: “Martírio em Uruaçu”. Os novos sócios foram saudados pelo historiador Olavo de Medeiros Filho.

Para comemorar o centenário de nascimento da insigne feminista Bertha Lutz, a 31 de maio de 1994, o IHG/RN promoveu, juntamente com o Conselho Estadual da Mulher, Fundação “José Augusto”, Núcleo Nísia Floresta e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e das Minorias, magna solenidade, tendo proferido conferência o sócio e escritor João Batista Cascudo Rodrigues, sob o título “A Bertha Lutz que eu conheci”.

De igual modo, *in memoriam* de Luís da Câmara Cascudo, houve sessão solene no dia 10 de agosto de 1994. No ensejo, tomou posse, na categoria de sócio correspondente, o antropólogo Augusto Guilherme Mesquitela Lima, que fora saudado pelo historiador e confrade, também de Cabo-verde, Luiz Romano de Melo.

Ocorreu o lançamento de mais um número da Revista, referentes aos anos de 1987-1988 e o trabalho “O Engenho Cunhaú à luz de um inventário”, do sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

No dia 8 de dezembro de 1994, tomou posse o escritor americano Clyde Smith, que pronunciou palestra e foi saudado pelo sócio efetivo, historiador Olavo de Medeiros Filho. O sócio efetivo, por sua vez, Nestor dos Santos Lima distribuiu plaquete - “Aos sobreviventes do século XX”.

Enfim, encerrando o biênio com essa série de promoções, realizamos, em 15 de dezembro de 1994, sessão magna, em memória do mestre Câmara Cascudo. Houve posse, na categoria de sócio

correspondente, do escritor Manoel Jairo Bezerra, que abordou o tema” Evocando Câmara Cascudo”. O escritor e também confrade Amaury Vasconcelos incorporou-se às homenagens e lançou “Pedro Américo - Gênio da Pintura”.

Durante o biênio que hoje conclui, se não bastasse a realização de diversas sessões, afluindo delas eventos de alto significado para a história potiguar e brasileira, digno de registro é fato de, enfrentando muitos obstáculos, ter esta presidência, com o estímulo e apoio dos membros que integram a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, editado dois números de nossa Revista.

Assim, com a ajuda da Petrobrás, editamos a Revista - vols. LXXIX - LXXX - anos 1987-1988, que fora lançada nas comemorações do 92º aniversário de fundação da entidade, em 29 de março de 1994.

E, mais recentemente, com o valioso apoio do Governo do Estado, à frente o dr. Vivaldo Costa, teve lugar o lançamento da Revista - vols. LXXXI - LXXXII - LXXXIII - anos 1989-1990-1991, durante a solenidade realizada no dia 15 de dezembro findo.

DESCOBERTO O ESQUELETO DO CEL. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Na manhã do dia 25 de janeiro deste ano, foi oficialmente reconhecido o esqueleto do cel. André de Albuquerque Maranhão, chefe da Junta Governativa Revolucionária de 1817.

O referido esqueleto foi localizado pelo arqueólogo Paulo Tadeu de Albuquerque, no primitivo corredor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Natal.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte participou ativamente das pesquisas procedidas, através de seu sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho que, por sinal, redigiu a Ata Oficial do evento, incluída no livro de Tombo daquela Matriz.

Coincidindo com a versão histórica do sepultamento de André de Albuquerque, ocorrido no dia 26 de abril de 1817, foram encontrados fragmentos dos elos dos grilhões que prendiam os pés de Andrezinho do Cunhaú, como era também conhecido aquele herói norte-rio-grandense.

CONCLUSÃO DE MAIS UM BIÊNIO DA DIRETORIA

Após estas breves considerações, caros amigos e confrades, concluimos, nesta data, mais um mandato da diretoria.

E em assim sendo, cada um bem possa avaliar o trabalho que se desenvolveu de março de 1993 até a presente data, sempre no afã de, sejam quais as dificuldades, dar um pouco de nosso amor, dedicação, idealismo, em prol da História do Rio Grande do Norte, promovendo-a além fronteiras.

Amanhã, estaremos em festa. Comemora-se, com o brilho merecido, o 93º aniversário de fundação da Casa da Memória Norte-riograndense. Todos estão convidados porque a festa é, sobretudo, nossa.

Quanto a nós, na presidência desta vetusta instituição, somente agradecemos o apoio recebido de todos os confrades que tanto dignificam este templo.

A confiança, a atenção, o apoio, as críticas construtivas, o estímulo, tudo isso representa um manancial de esforço e perseverança que nos conduz a persistir no ideal de servir melhor e cada vez mais.

Aos órgãos de comunicação, jornais, rádios e televisões, deixamos, aqui, registrado, o nosso agradecimento mais sincero.

A quantos aqui freqüentam, pesquisadores, turistas, estudiosos de nossa História, a nossa palavra de reconhecimento.

Enfim, cumprido mais um mandato, a diretoria faz emergir a expressão, viva e espontânea, do dever.

Gratidão e incentivo se unem, na certeza de que, na presente conjuntura, este Instituto continuará executando a sua missão, servindo à cultura de nossa gente, com as vistas voltadas para um futuro promissor, que todos nós temos o dever de construir, sob as bênçãos de Deus.

Muito obrigado a todos.

Enélio Lima Petrovich
- Presidente -

(Relatório aprovado por unanimidade, na assembléia geral de 28 de março de 1995).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	03
Garibaldi Alves Filho	
PALAVRAS A MAIS.....	04
Enélio Lima Petrovich	
DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES	
DO IHG/RN - 1993/1995	06
DATA DO RIO GRANDE D NORTE: O MARCO	
DE TOUROS - 7 DE AGOSTO DE 1501.....	07
Enélio Lima Petrovich	
CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS	
CANDEIAS: TEMPLO HISTÓRICO DO	
ENGENHO DE CUNHAÚ.....	16
Luiz Emygdio de Mello Filho	
DJALMA MARANHÃO, MORTE E PAIXÃO.....	19
Celso da Silveira	
1919 A 1930: DELENDA OPOSIÇÃO.....	24
Gil Soares	
93º DO IHG/RN.....	54
Enélio Lima Petrovich	
A RUA DA CONCEIÇÃO EM NATAL.....	56
Jeanne Fonseca Nesi	
RUY AZAMBUJA	59
Otto Guerra	

OS PARTIDOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO NORTE E UM TERMO DE BEM-VIVER	61
Antônio de Souza (Policarpo Feitosa)	
ALFERES ULYSSES DE GOES.....	67
Josué de Oliveira Lima	
HOMERO HOMEM, UMA PÁGINA DE SAUDADE.....	70
Paulo F. de Albuquerque Maranhão	
OITO E OITENTA	74
Francisco de Vasconcelos	
MÁSCARA MORTUÁRIA DE CASCUDO É DOADA AO INSTITUTO HISTÓRICO	77
JOSÉ MAURO DE VASCONCELOS	79
DULCE FIGUEIREDO, UMA MULHER ILUMINADA	83
Luiz G. M. Bezerra	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FOME	87
Orlando Parahym	
NAZARENO	90
Otto Guerra	
BARÃO DO ASSU.....	93
Otto Guerra	
PROFESSOR MESQUITELA LIMA: NOSSAS SAUDAÇÕES	96
Luis Romano	
CAMINHOS CULTURAIS UNEM GOIÁS E O RIO GRANDE DO NORTE	101
Brasigóis Felício	

NESTOR LIMA E A DESCOBERTA DO TUNGSTÊNIO NO RIO GRANDE DO NORTE	104
Edgar Ramalho Dantas	
CÂMARA CASCUDO E A COZINHA AFRICANA.....	106
Mesquitela Lima	
UMA SAUDAÇÃO A TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY	108
Joacil de Brito Pereira	
COLUNA “CAPITULADA”	115
Valério Mesquita	
DR. MÁRIO NÓBREGA DE ARAÚJO, O GRANDE CAUSÍDICO	117
Getúlio Araújo	
A PASSAGEM DE HENRY KOSTER NO RIO GRANDE DO NORTE	119
Aécio Villar de Aquino	
A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO SERTANEJO NO NORDESTE - O CASO DA PARAÍBA	127
José Octávio de Arruda Mello	
LUÍS DA CÂMARA CASCUDO	137
Rubens Azevedo	
O MORTICÍNIO DE CUNHAÚ COMPLETA 350 ANOS	139
Paulo F. de Albuquerque Maranhão	
IN MEMORIAM: CUNHAÚ E URUAÇÚ	144
Enélio Lima Petrovich	

TENENTE ULYSSES CALDAS	147
Tarcísio Medeiros	
A FEB E A DEFESA DA DEMOCRACIA	153
Marcos Maranhão	
MESTRE MANOEL, UM TESTEMUNHO DE VIDA	164
Enélio Lima Petrovich	
O IHG/RN - EVOCANDO ANTÔNIO SOARES FILHO	168
Enélio Lima Petrovich	
VERÍSSIMO, SEMPRE UMA LEMBRANÇA	171
Enélio Lima Petrovich	
SAUDADES DO INTELECTUAL E CONSÓCIO	173
Enélio Lima Petrovich	
A MORTE DO PADRE FILIPE BOUREL	176
Olavo de Medeiros Filho	
NILO PEREIRA E A ROSA VERDE	179
Lucilo Varejão Filho	
EM BUSCA DE POLICARPO, ESCRITOR SOLITÁRIO	185
Carlos Magno Araújo	
Dom JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA, PRIMEIRO BISPO DO RIO GRANDE DO NORTE	188
José Melquiádes	
ROTEIRO SENTIMENTAL DA CIDADE DE NATAL	191
Murilo Moreira Veras	

O PIONEIRO ESQUECIDO.....	195
Gil Soares	
BIOGRAFIA	197
Henrique Zarembo da Câmara	
A IMIGRAÇÃO DOS EX-CONFEDERADOS PARA O BRASIL APÓS A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA	199
Clyde Smith Jr.	
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE	209
Jairo Bezerra	
CASCUDO E EU	214
Franklin Jorge Roque	
EMOÇÃO	218
Bernard Alléguede	
MARTÍRIO EM URUAÇÚ	220
Mons. Francisco de Assis Pereira	
SAUDAÇÃO A MURILO MELO FILHO	227
João Wilson Mendes Melo	
PELOURINHO DA CIDADE DO NATAL	231
Jeanne Nesi	
ORIGENS DO AERoclube DO RIO GRANDE DO NORTE	233
Fernando Hippólito da Costa	
O MAESTRO SMIDO	253
Nestor Lima	

A PLACA DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS	256
VANDALISMO	259
Nestor Lima	
UM DOCUMENTO HISTÓRICO.....	261
Beatificação dos Mártires	
ALVARÁ DE 18 DE MARÇO DE 1818	263
PRESENÇA OBRIGATÓRIA DE DARIO JORDÃO DE ANDRADE	265
Umberto Peregrino	
A ADMINISTRAÇÃO OMAR O'GRADY (1924-1930) E A MODERNIZAÇÃO URBANA DE NATAL	266
George Alexandre Ferreira Dantas	
DOIS DEPOIMENTOS SOBRE O IHG/RN	273
Gerald Michael Greenfield José Augusto Bezerra de Medeiros	
LEMBRANDO MEU PAI	275
Henrique Zarembo da Câmara	
A IMPORTÂNCIA DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL	277
José Francelino de Araújo	
LEGENDA DA CIDADE DE MACEIÓ	282
Jayme L. Altavila	
EU, NATAL E A GUERRA	292
Hélio Leôncio Martins	
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO IHG/RN PERÍODO: MARÇO DE 1993 A MARÇO DE 1995	298
Enélio Lima Petrovich	



COLEÇÃO CULTURA

*Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Norte*

01. Antologia do Padre Monte - *Jurandyr Navarro*
02. Aconteceu na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
03. Disfarçados - *Lucas da Costa*
04. Paris nos Tempos de Debussy - *Oriano de Almeida*
05. História de Nísia Floresta - *Adauto da Câmara*
06. Os Holandeses na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
07. História do Rio Grande Do Norte - *A. Tavares de Lyra*
08. Memória de Macau - *Hélio Dantas*
09. Revista do IHG/RN - Índice Geral - *Fernando Hippólyto da Costa*
10. A Cidade e o Trampolim - *João Wilson Mendes Melo*
11. História da Cidade do Natal (3ª Edição) - *Luís da Câmara Cascudo*
12. História de Santos Reis - A Cidade e o Bairro - *José Melquíades*
13. No Correr do Tempo - *Enélio Lima Petrovich*
14. Retrato Narrado da Cidade do Natal - *Marcus César Cavalcanti de Moraes*
15. Depoimentos - *José Gurgel Guará*
16. Rio Grande do Norte - 500 Anos - *Vários Autores*
17. Cinco Séculos do Rio Grande Do Norte - A Formação do Espaço Norte-Rio-Grandense - *Carlos Noronha*
18. Revista do IHG/RN - Volume LXXXVII - Edição com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

COLEÇÃO CULTURA

*Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Norte*

01. Antologia do Padre Monte - *Jurandyr Navarro*
02. Aconteceu na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
03. Disfarçados - *Lucas da Costa*
04. Paris nos Tempos de Debussy - *Oriano de Almeida*
05. História de Nísia Floresta - *Adauro da Câmara*
06. Os Holandeses na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
07. História do Rio Grande Do Norte - *A. Tavares de Lyra*
08. Memória de Macau - *Hélio Dantas*
09. Revista do IHG/RN - Índice Geral - *Fernando Hippolyto da Costa*
10. A Cidade e o Trampolim - *João Wilson Mendes Melo*
11. História da Cidade do Natal (3ª Edição) - *Luís da Câmara Cascudo*
12. História de Santos Reis - A Cidade e o Bairro - *José Melquíades*
13. No Correr do Tempo - *Enélio Lima Petrovich*
14. Retrato Narrado da Cidade do Natal - *Marcus César Cavalcanti de Moraes*
15. Depoimentos - *José Gurgel Guará*
16. Rio Grande do Norte - 500 Anos - *Vários Autores*
17. Cinco Séculos do Rio Grande Do Norte - A Formação do Espaço Norte-Rio-Grandense - *Carlos Noronha*
18. Revista do IHG/RN - Volume LXXXVII - Edição com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.